

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL - PUCRS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

SOLANGE DOS SANTOS SILVA

TRANSFORMAÇÕES NOS PROCESSOS DE TRABALHO E CONFIGURAÇÕES DO
TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DA REGIÃO
NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL/BRASIL

Porto Alegre
2014

SOLANGE DOS SANTOS SILVA

TRANSFORMAÇÕES NOS PROCESSOS DE TRABALHO E CONFIGURAÇÕES DO
TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DA REGIÃO
NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL/BRASIL

Tese de Doutorado, apresentada ao Programa de Pós-graduação da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do título de Doutora em Serviço Social.

Orientadora: Professora Doutora Jane Cruz Prates

Porto Alegre
2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586t Silva, Solange dos Santos
Transformações nos processos de trabalho e configurações do trabalho do serviço social: contribuições a partir da região noroeste do Rio Grande do Sul/Brasil. / Solange dos Santos Silva. – Porto Alegre, 2014.
248 f.

Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).
Orientação: Profa. Dra. Jane Cruz Prates.
Área de Concentração: Serviço Social, Políticas e Processos Sociais.
Linha de Pesquisa: Serviço Social e Processos de Trabalho.

1. Serviço Social. 2. Assistentes Sociais – Atuação Profissional. 3. Trabalho. 4. Prática Profissional. I. Prates, Jane Cruz. II. Título.

CDD 361.0023

SOLANGE DOS SANTOS SILVA

TRANSFORMAÇÕES NOS PROCESSOS DE TRABALHO E CONFIGURAÇÕES DO
TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DA REGIÃO
NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL/BRASIL

Tese de Doutorado, apresentada ao Programa de Pós-graduação da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do título de Doutora em Serviço Social.

Aprovada em: _____ de _____ de _____

BANCA EXAMINADORA:

Professora Doutora Jane Cruz Prates
Orientadora, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Professor Doutor Giovanni Antonio Pinto Alves
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)

Professora Doutora Tatiana Reidel
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Professora Doutora Beatriz Gershenson Aginsky
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Porto Alegre
2014

DEDICATÓRIA

“Mesmo quando eu sozinho desenvolvo uma atividade científica, etc., uma atividade que raramente posso levar a cabo em direta associação com outros, sou social, porque é enquanto homem que realizo tal atividade. Também a própria linguagem que o pensador emprega – que me foi dado como produto social. A minha própria existência é atividade social. [...] o que eu produzo é para a sociedade e com a consciência de agir como ser social. A atividade da minha consciência universal é minha existência teórica como ser social” (MARX, 1993, p.195)

Dedico esta *Tese*:

Às/os trabalhadoras/es Assistentes Sociais, especialmente às/os colegas que contribuíram nessa pesquisa;

Às minhas atuais e ex-alunas/os, estudantes de Serviço Social;

À minha orientadora Jane Prates, inspiradora para os estudos da teoria marxiana, que *não me deixou sozinha ao desenvolver essa atividade científica*. Sou muito honrada por ter me acompanhado nesse percurso!

Às pessoas que me amaram, quando eu mais precisei, nesse tempo de mudanças, intenso trabalho e estudos! Amo-as/os!

A quem interessar o *teor* desse estudo...

AGRADECIMENTOS

“Quem elegeu a busca, não pode recusar a travessia” (Guimarães Rosa). O processo de cursar o Doutorado tornou-se uma longa história de renúncias e conquistas, de contradições e superações. Depois de quatro anos, a vontade é transmitir minha imensa gratidão para todos(as), sem esquecer de ninguém... mas vou me deter em nominar alguns, aos demais, só posso sentir e eternizar reconhecimento e gratidão pelo apoio, compreensão, pelo amor... por tudo!

Essa foi uma etapa da vida que se objetivou em um singular “tempo vivido” de muito aprendizado e, não poderei aqui descrevê-lo em essência e genericidade. Me detenho a referir que me exigiu muita determinação, coragem e dedicação às jornadas de trabalho [docente] e as longas viagens noturnas de 1.200 Km por semana, conjugada à estudos, pesquisa, reflexão, atividade política e mudanças importantes na esfera profissional e pessoal.

Não será possível nominar ou enumerar as pessoas que compartilharam comigo, no tempo em que se fez essa tese... Muitas foram fundamentais para se chegar a esse resultado (síntese de múltiplos processos) e serão para sempre parte desse tempo que me constitui. Além da interlocução com os livros, devo muito à condição de “trabalhadora e estudante” durante todo o período de doutoramento que, por certo, contribui para o amadurecimento das reflexões aqui presentes. Minha condição de professora da Graduação em Serviço Social na Fundação Educacional Machado de Assis – FEMA (2010-2012) e Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ (2011-2014), deu-me a oportunidade de trocas fecundas com colegas professores de diferentes áreas do conhecimento, assistentes sociais inseridos em diversos espaços sócio-ocupacionais, supervisoras/es de estágios supervisionados em Serviço Social e o testemunho de estudantes dessa área do conhecimento.

A escrita e elaboração da tese, ainda que exija muitos momentos de empreendimento solitário e de isolamento, se torna resultado da contribuição de muitos sujeitos e instituições, às quais reconheço e agradeço pelo acúmulo, por meios diversos, desde as interações mais informais aos momentos de discussões teóricas. Nesse tempo, meu percurso se desdobrou em muitas interações pessoais, profissionais e de formação que não conseguiria nomear a todas.

A minha orientadora, professora Dr^a Jane Cruz Prates, pelo acompanhamento acadêmico, pelas disposições, não só intelectuais durante todo este trabalho, mas em especial

pela inspiração da relevância de sua contribuição crítica à profissão, pelos conhecimentos compartilhados e orientações únicas, respeitosa e afetiva, minha gratidão infinita.

Às/os professoras/es e coordenação do Programa de Pós Graduação da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), pela convivência e aprendizados, estímulo e oportunidade de ampliação de conhecimentos, proporcionada nestes últimos quatro anos.

Às professoras Dr^a Beatriz Aginsky, Dr^a Tatiana Reidel e ao Professor Dr. Giovanni Alves, que aceitaram o convite para a composição das Bancas de Qualificação e de Defesa da tese, junto com a Prof^a Dr^a Jane Cruz Prates, minha orientadora. Agradeço as análises e contribuições para a qualificação do trabalho final e, desculpas, pelas limitações em atendê-las nesse tempo de concluir.

À Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, pelo estímulo à pesquisa e à produção do conhecimento no país e, em especial, pela bolsa parcial de estudos, fundamental para a realização do Doutorado. Também agradeço a atenção das Secretárias do PPGSS.

Às/os colegas professoras/es da Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul, especialmente do Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais (DCJS) e Departamento de Ciências Econômicas e Comunicação (DACEC) e Departamento de Ciências da Saúde (DCVIDA) pelo incentivo e apoio institucional. Às/o colegas docentes da área do Serviço Social, José Wesley, Marisa Camargo e Solange Berwig, pelo apoio e trocas.

Às minhas bolsistas Pibex/Unijuí (Camila e Bruna) e à equipe de trabalho dos Projetos, pela compreensão nos momentos de ausência e pela competência com que encaminhavam os projetos de extensão.

Às/os orientadas/os e discentes do Curso de Serviço Social (da FEMA e UNIJUÍ), pelas discussões, desabafos e momentos de distração, que nos permitiram fortalecer mutuamente para enfrentar os desafios do cotidiano docente-discente no processo de formação profissional.

Às colegas coordenadoras dos Núcleos de assistentes sociais de Ijuí (Helena Dal Forno), Santo Ângelo (Sandra Friedrich), de Santa Rosa (Vanessa Zobel) e de Três Passos (Andreia Ribeiro), pela recepção nas reuniões de núcleo. Um agradecimento especial pelas informações concedidas, pelas contribuições ao debate quando o tema foi apresentado e submetido a discussões, na divulgação e na realização da pesquisa. Pelo apoio, articulações e movimento político, na realização do I Seminário Regional de Assistentes Sociais e I Encontro Descentralizado da Comissão de Formação do Cress 10^a região.

Às colegas assistentes sociais que, por livre e gratuita adesão, contribuíram respondendo essa pesquisa - as quais não poderei nomear por questões metodológicas de preservação das identidades. Meu profundo reconhecimento a todas/os que concederam seu tempo e participaram, pois, sem os quais, essa tese não representaria a realidade de forma autêntica e original.

À minha família, especialmente ao meu pai Dari, minha mãe Juraci, que me ensinaram, pela experiência, sempre persistir, apesar de todas as adversidades; ao meu irmão Roberto e a minha irmã Cristiane, que suportaram minhas ausências, me ouviram, apoiaram e incentivaram a prosseguir, nos momentos mais cansativos e de desânimo, por isso o sentido desse investimento e conquista, também é deles.

Às múltiplas formas de amor, sem ele não existiria essa tese. Obrigado a todos/as que me amaram nesse tempo! Para outras pessoas que, de maneira menos acadêmica, mas não menos importante, estiveram presentes, família, colegas, amigos(as) de perto e de longe, que me reservo em não nomeá-los sob pena de cometer injustiças. Grata pelo respeito ao meu tempo!

Às companhias dos Cafés, almoços e passeios, que por incontáveis vezes se tornaram a inspiração para retomar a tese...

Desculpas...

Às/os trabalhadoras/es, especialmente às/os pesquisadas/os. Se não for a análise que teriam preferido - “se eu tenha me prendido mais nos espinhos do que nas flores” para devolver essa interpretação científica, que, nesse processo, por inúmeras vezes, me senti sensível à eles, mas precisei retornar - sobretudo, uni-vos para o debate das ideias e avançar na luta organizada e, ver florescer! Àquelas/es que se dispuserem a ler o trabalho, levarei em conta as observações e críticas, para ampliar e aprimorar a luta por condições decentes de trabalho no Serviço Social.

Às/os amigos/as, colegas, alunos/as e outros, ausentes destas páginas, mas que fazem parte dessa história! Minha gratidão a todos/as!

[...] os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado (MARX, 1997, p. 21).

RESUMO

Analisar como as transformações do *mundo do trabalho* se materializam e repercutem no trabalho realizado por assistentes sociais, com finalidade de contribuir com subsídios para fortalecer e aprimorar as condições e relações de trabalho, configura-se como objetivo central dessa Tese. A pesquisa foi realizada na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Brasil com assistentes sociais que estão exercendo a profissão em diferentes espaços sócio-ocupacionais. As transformações que vem ocorrendo nas últimas três décadas, por decorrência da crise do capital e reconfigurações do capitalismo, incidem nuclearmente na divisão social e técnica do trabalho e, por consequência, nos processos de trabalho em que se desenvolvem as ocupações profissionais. A pesquisa situa o trabalho especializado, desenvolvido por assistentes sociais, como objeto da investigação. No percurso metodológico, privilegiou-se estudo sobre as transformações societárias, por meio de revisão bibliográfica e sistematização, visando compreender os principais componentes históricos, sócio-estruturais, e, evidenciar suas determinações para com o *mundo do trabalho*; privilegiou-se a elaboração de uma breve caracterização da região em que se realiza a pesquisa, situando-a e identificando componentes que contribuem para a vinculação local com os projetos societários. Utilizou-se de uma abordagem de caráter exploratório do tipo misto, com ênfase no qualitativo, que possibilitou as análises a partir de dados originários de questionários, aplicados para assistentes sociais que atuam na região, em diversos espaços de trabalho. Os resultados da análise evidenciaram que, por meio das políticas neoliberais e reestruturação produtiva, as transformações na organização e gestão do trabalho, igualmente repercutem sobre o trabalho do Serviço Social, com efeitos sobre as demandas cotidianas, a precarização estrutural dos espaços e ambientes de trabalho, a desregulamentação e a flexibilização, que determinam expressões da precarização das condições e relações de trabalho e sobre a saúde das/os trabalhadoras/es.

Palavras-chave: Mundo do trabalho. Serviço Social. Trabalho. Reestruturação Produtiva. Flexibilização. Assistentes Sociais.

ABSTRACT

The goal of this thesis is to analyze how the changes in the *world of work* are materialized and have an impact on the work developed by social workers, trying to contribute with subsidies to strengthen and improve working conditions and relations. The research took place in the north eastern part of Rio Grande do Sul – Brasil, with social workers who are acting there in different socio-occupational environments. The changes that are happening in the last three decades due to the economic crises and to the reconfiguration of capitalism have a core impact on the social and technical of work itself and, consequently, in the work processes in which the professional occupations are developed. This object of research is the specialized work developed by social workers. Methodologically, we privileged the study over the social changes, through a bibliographic review and synthesis, aiming to understand the main historical, social and structural components and highlight their determinations towards the *world of work*. We focused also on the elaboration of a brief characterization of the region in which the research took place, identifying components that contributed to the local bounds with the social project. We used an exploratory and mixed approach, emphasizing the qualitative view, what made possible the analysis from data of questionnaires applied to social workers in duty on the region, in different working places. The results of analysis evidenced that, through neoliberal policies and productive restructuring, the changes in the organization and management of work have an equal effect for Social Work, affecting their daily demands, such as the structural fragility of working environments, the lack of regulation and the loosening of those, which are expressions of the poor conditions and working relationships on the health of the workers.

Key words: World of work. Social Work. Work. Productive Restructuring. Loosening of work regulations. Social Workers.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Idade dos Sujeitos Pesquisados (Faixa Etária)	141
Gráfico 2 -Carga Horária Formal disponibilizada para o trabalho (horas semanais)	148
Gráfico 3 - Incentivo da Instituição onde trabalha	150
Gráfico 4 - Vencimento Salarial Mensal provinda da função de Assistente Social	151
Gráfico 5- Satisfação com o trabalho que os assistentes sociais realizam.....	210
Quadro - 1-Horas (semanais) utilizadas fora do horário de trabalho para a preparação ou realização de atividades vinculadas ao trabalho.	150
Quadro - 2- Cursos Realizados além da Graduação no Curso de Serviço Social	154
Figura 1 - Região Funcional de Planejamento 7 (RF 7)	25
Figura 2 - Elementos constitutivos do Projeto ético-político	113

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição do contingente de formados por sexo em cada curso universitário (Brasil - 1970 e 2000)	144
Tabela 2- Tipo de Vínculo com a Instituição onde Trabalha	146
Tabela 3 - Natureza da Instituição	146
Tabela 4 -Intervalo de Tempo de Atuação como Assistente Social	148
Tabela 5- Intervalo de Tempo de Formação (graduação)	152
Tabela 6 - Justificativas sobre a pouca satisfação e insatisfação com o espaço físico para o trabalho.....	211

LISTA DE SIGLAS

CBO - Classificação Brasileira de Ocupações
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa
CFESS – Conselho Federal de Serviço Social
COREDE – Conselho Regional de Desenvolvimento
FEMA – Fundação Educacional Machado de Assis
GETEMPP - Grupo de Estudos sobre Teoria Marxiana, Ensino e Políticas Públicas
IES – Instituições de Ensino Superior
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
NEDEPS - Núcleo de Pesquisa em Demandas e Políticas Sociais
NUCRESS – Núcleo Regional de Serviço Social
OCT- Organização Científica do Trabalho;
OMS – organização Mundial da Saúde
PNAS – Política Nacional de Assistência Social
PPGSS – Programa de Pós Graduação do Curso de Serviço Social
PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
SEPLAG - Secretaria do Planejamento Gestão e Participação Cidadã
SETREM – Sociedade Educacional de Três de Maio
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
SUS – Sistema Único de Saúde
TECLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TI – Tecnologia da Informação
UNICRUZ – Universidade de Cruz Alta
UNIJUÍ – Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul
URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
1.1 DELIMITANDO O OBJETO DE ESTUDO E SUA FINALIDADE	22
1.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A PROPOSTA METODOLÓGICA DA PESQUISA	24
2. CAPITALISMO E O <i>MUNDO DO TRABALHO</i> CONTEMPORÂNEO	38
2.1 AS TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS E CONFIGURAÇÕES DO <i>MUNDO DO TRABALHO</i>	39
2.2 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E INTERFACES COM OS PROCESSOS DE TRABALHO	55
3. ESTADO, QUESTÃO SOCIAL, POLÍTICAS SOCIAIS E PROJETO NEOLIBERAL	66
3.1. A OFENSIVA DA <i>QUESTÃO SOCIAL</i> : MEDIAÇÕES E CORRELAÇÕES DE FORÇAS EM TEMPO DE CRISE DO CAPITALISMO	73
3.2. AS POLÍTICAS SOCIAIS E O INFLUXO DO IDEÁRIO NEOLIBERAL: REFORMAS E FLEXIBILIZAÇÃO	80
4. O SERVIÇO SOCIAL NA DIVISÃO SOCIAL E TÉCNICA DO TRABALHO E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL	90
4.1 O SIGNIFICADO HISTÓRICO SOCIAL DA PROFISSÃO NO BRASIL	91
4.2 A DIREÇÃO SOCIOPOLÍTICA DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO	100
4.2.1 Consolidações da Base do Projeto Profissional	101
4.2.2 O Projeto ético-político – desafios a partir da década de 1990 do século XX	104
4.3 PROFISSÃO LIBERAL <i>VERSUS</i> CONDIÇÃO DE TRABALHO ASSALARIADO	114
5. O CENÁRIO REGIONAL E CONFIGURAÇÕES DO TRABALHO DAS/OS ASSISTENTES SOCIAIS: repercussões de transformações dinâmicas nos processos de trabalho	126
5.1 O UNIVERSO DA PESQUISA – ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DA REGIÃO NOROESTE DO RS	127
5.1.1. O Serviço Social e relevâncias para a pesquisa do <i>trabalho</i> na região	128

5.1.2. A emergência da reestruturação produtiva a partir dos anos 1990 – a busca pelo desenvolvimento regional e o impacto nas políticas sociais	130
5.2. CARACTERÍSTICAS DOS SUJEITOS PARTICIPANTES – PREDOMINÂNCIA DE SERVIDORAS/ES PÚBLICOS	141
5.3 A REALIDADE EM FOCO: A PRODUÇÃO DAS DEMANDAS PARA O SERVIÇO SOCIAL - FRAGMENTAÇÃO E REQUISIÇÃO TÉCNICA “FLEXÍVEL”	156
5.3.1. Expressões da produção das <i>demandas</i> : refrações da <i>questão social</i> que se reproduzem na agenda socioprofissional.....	157
5.3.2. O <i>nexo</i> entre <i>demandas</i> e <i>competências</i> requeridas: centralidade na Lei de Regulamentação da profissão	161
5.3.3. “Vazio no <i>ser</i> e no <i>fazer</i> da profissão” – captura para a racionalidade técnica quantitativa dos processos de trabalho.....	165
5.3.4. A Direção social das demandas e a direção social estratégica da profissão: limites à materialização do projeto ético-político.....	168
5.4. CONFIGURAÇÕES E EXPRESSÕES DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: AS REPERCUSSÕES A PARTIR DAS PERCEPÇÕES DAS/OS ASSISTENTES SOCIAIS .	180
5.4.1. Inserção sócio-ocupacional na região e a <i>jornada de trabalho</i> – legitimidade, afirmação e negação de direitos	181
5.4.2. Tecnologias de Informação (TI): percepções e avaliações sobre os impactos no trabalho – os dilemas da “incorporação”	185
5.4.3. O sobretrabalho	198
5.4.4. O Salário – desvalorização “crítica, séria e desanimadora”	205
5.4.5. A (in)satisfação com o trabalho	207
5.4.6. O adoecimento como repercussão da precariedade do trabalho	218
6. CONCLUSÃO.....	226
REFERÊNCIAS	234
APÊNDICE	242
Apêndice A: Carta de Aceite da Pesquisa – Assistentes Sociais.....	242
Apêndice B: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Individual	243
Apêndice C: Instrumento de Pesquisa 1 – Questionário aplicado aos participantes	244

Apêndice D: Reuniões com Núcleos de Assistentes Sociais – 2013	247
ANEXOS	248
ANEXO A – CONVITE – Comemorações do Dia do Assistente Social - 2013	248

1. INTRODUÇÃO

A presente produção é resultado da pesquisa realizada para obtenção do título de Doutorado em Serviço Social junto ao Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Faculdade de Serviço Social (PPGSS/PUCRS) vinculada à linha de pesquisa *Serviço Social e processos de trabalho*, que estuda as manifestações históricas dos processos de trabalho onde se inserem os assistentes sociais e trabalhadores de áreas afins, considerando as novas expressões da questão social e suas repercussões nos espaços sócio-ocupacionais desses profissionais (PPGSS, 2014).

As transformações sócio-históricas ocorridas especialmente no final do século XX, provocaram profundas transformações no “mundo do trabalho”. A crise do Capital e as reconfigurações do capitalismo no período após a Segunda Guerra Mundial impulsionam processos sociais determinantes para a implementação de novas performances e determinações no processo de racionalização da produção de mercadorias e, para a dinâmica das relações humanas, na divisão social do trabalho contemporânea.

A mundialização do capital se impôs em meados da década de 1970 do Século XX com a manifestação da crise estrutural do capital, desdobrando-se na aceleração da globalização, reconfigurações na formação do mercado de trabalho, transformações do processo de trabalho e nas formas de produzir mercadorias, mudanças na vida dos sujeitos trabalhadores e modificações que incidem nas profissões contemporâneas e sua utilidade. Institui-se um complexo da reestruturação produtiva, com “espírito do *toyotismo*”, que se propaga de forma contínua em diferentes dimensões¹ das relações de trabalho e da vida social, em escala global e na dinâmica do modo de produção capitalista.

Escreveu Engels² (1999) que todos os modos de produção que existiram até o presente procuravam o efeito útil do trabalho em sua forma mais direta e imediata, sendo que, no modo de produção capitalista, na sua expressão mais acabada, que predomina produção de mercadorias e troca, a utilidade aparece como incentivo o lucro obtido na sua venda. Sobre o trabalho, Gorz (2003) afirma que, da forma como o conhecemos e praticamos, é uma invenção da modernidade, mais tarde generalizada do industrialismo que define a utilidade do

¹ Na exposição de Alves (2007) o *novo complexo da reestruturação produtiva* pode ser compreendido por uma tríplice dimensão: inovações organizacionais, inovações tecnológicas e inovações sócio metabólicas que surgem no interior da terceira revolução industrial e sob a mundialização do capital e do sócio metabolismo da barbárie com a constituição do precário mundo do trabalho.

² *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem* - escrito por Engels em 1876 e publicado em 1896.

trabalho e atribui remuneração e a identidade social do trabalho que se afirma no assalariamento.

É pelo trabalho remunerado (mais particularmente, pelo trabalho assalariado) que pertencemos à esfera pública, adquirimos uma existência e uma identidade social, isto é, uma “profissão”, inserimo-nos em uma rede de relações e de intercâmbios, onde a outros somos equiparados e sobre os quais vemos conferidos certos direitos em troca de certos deveres (GORZ, 2003, p.21)

As flutuações da crise do capital abriram terreno para a transição de novo padrão de acumulação com significativas alterações na divisão social e técnica do trabalho. Logo, as transformações societárias que vem se processando, em escala global, vem impactando nas diferentes dimensões constitutivas das profissões contemporâneas e também representam alterações na vida social de seus trabalhadores – *forças produtivas*.

O trabalho ganha centralidade na dinâmica de produção e reprodução do capital, em âmbito global, repercutindo, de modo particular, na identidade das profissões contemporâneas e no modo de desenvolvê-las, e, também tende a afetar a esfera da vida dos sujeitos que se dispõem *livremente* ao mercado de trabalho.

Todavia, a racionalização do trabalho na perspectiva do capitalismo, altera os processos de trabalho e traduz o esforço de constituição de um novo perfil da força de trabalho, o que significa novas possibilidades de “emprego” no estatuto assalariado público ou privado e novas alternativas ao empreendedorismo e a extensão da prestação de serviços. As reconfigurações instauram processos sociais contraditórios e disputas ideológicas e ético-políticas que conduzem repercussões objetivas e subjetivas à classe trabalhadora e os valores constitutivos dos projetos profissionais.

Por *força de trabalho*, incorpora-se a esse estudo a definição marxiana, que compreende a *capacidade de trabalho*, que pode ser trocada na relação assalariada (mercadoria): “conjunto das faculdades físicas e mentais existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie” (MARX, 2011, p. 197).

Portanto, a crise estrutural do capital afetou o mundo do trabalho (HARVEY, 2008; ANTUNES, 2009; ALVES, 2007, 2013, 2011; FREIRE, 2006, NETTO, 1996). As reconfigurações do mercado de trabalho afirmam o reconhecimento e implementação de um novo processo de gestão da mão de obra que passa da racionalidade rígida da produção taylorista-fordista para o desenvolvimento do *toyotismo*, como uma filosofia de segmentação e multifuncionalização do modo de produção capitalista, que se expande para os diferentes espaços geopolíticos mundiais (ANTUNES, 2006).

As transformações correntes no plano político instauram novas dinâmicas econômicas e socioculturais. Alteram-se as funções do Estado, diante das novas estratégias de regulação por interesses do Capital. Conforme Netto (2001) no capitalismo monopolista, as funções *políticas* do Estado imbricam-se organicamente com as suas funções *econômicas* e, este opera para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do Capital. Entre tais condições, inclui a preservação e controle da força de trabalho e, como afirma Harvey (2008) o Estado assume posição mais problemática, dentre elas a função de regulação na marcada transformação da estrutura ocupacional.

Na exposição de Harvey (2008) a acumulação flexível se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, pressão mais forte de controle de trabalho sobre a força de trabalho, radical reestruturação do mercado de trabalho, com ampliação do emprego em serviços, redução do emprego regular e crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado. O capitalismo vem passando por uma série de alterações que se apresentam nos novos modelos de gestão, novas configurações geográficas e geopolíticas e em um novo posicionamento do Estado no tratamento à questão social.

Em contraponto a tese do fim do trabalho, Antunes (2006) acentua que as mudanças denominam-se como um processo de subproletarização intensificada ou precarização de trabalhos decorrentes da flexibilização ou terceirização do trabalho, incorpora o trabalho feminino e altera a forma de ser da classe trabalhadora, tornando-a mais heterogênea, fragmentada e complexificada. Portanto, o processo de precarização objetiva e subjetiva do trabalho torna-se consequência da reestruturação dos processos de trabalho e das determinações particulares na constituição do mundo do trabalho atual. Sobre a precarização, expõe Alves (2007):

A precarização do trabalho é um elemento estrutural da mundialização do capital em sua etapa de crise estrutural. Este processo social de desefetivação da força de trabalho, em suas múltiplas determinações, em sua forma objetiva e subjetiva, é intrínseco à dinâmica estrutural do sistema mundial do capital (ALVES, 2007, p. 142).

Desse modo, a precarização do trabalho que ocorre, ganha um novo conceito na perspectiva de que não se limita à precarização da força de trabalho como mercadoria e consumo, mas também, precarização no sentido de (des)constituição do ser genérico do homem (ALVES, 2010). As condições e relações flexíveis e instáveis de trabalho imprimem a precarização das relações de trabalho na sociedade contemporânea.

Nesse estudo, privilegia-se, como *perspectiva de análise*, a abordagem do Serviço Social como profissão e o trabalho realizado em diferentes processos de trabalho, no contexto

das transformações do mundo do trabalho, considerando o recorte metodológico da pesquisa, que se explicita a seguir. Parte-se do entendimento da profissão como uma especialização do trabalho, partícipe da divisão social do trabalho, peculiar à sociedade capitalista, já sustentada por Yamamoto e Carvalho (2003) e que endossa o esforço de pesquisadores já reconhecidos com larga trajetória profissional nesta área do conhecimento, nas últimas décadas.

Vale considerar que o Serviço Social como profissão se gesta e se desenvolve na dinâmica do desenvolvimento do modo de produção capitalista e as emergentes manifestações das contradições e tensões existente na relação entre o capital e o trabalho humano, cuja expressão é a *questão social*, apreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais, produzidas nos marcos da reestruturação e reconfigurações do trabalho.

Na esteira das transformações do mundo do trabalho, o Serviço Social é desafiado a se redimensionar³ e dar legitimidade social à profissão no mercado de trabalho. O Estado, funcional ao desenvolvimento capitalista, consolida-se como tradicional empregador dessa *força de trabalho* e, portanto, imbricada e sujeita a rebatimentos devido as reconfigurações organizacionais e funcionais, no curso das circunstâncias históricas. A *política social* configura-se como a estratégia de intervenção sistemática do Estado sobre as expressões da questão social e destacado espaço de inserção ocupacional de assistentes sociais.

Yamamoto e Carvalho (2003, p. 73) observam que é necessário acentuar a importância decisiva do Estado na reprodução das relações sociais e como centro do poder político. Essas considerações assumem centralidade para a compreensão do significado social da profissão e sua legitimidade na divisão social e técnica do trabalho, bem como a sujeição à regulação das condições de empregabilidade ofertadas, não alheia à flexibilização ditada para outras profissões. Destacam os mesmos autores que, para compreender o Serviço Social como instituição inserida na sociedade, é preciso considerá-lo a partir de dois ângulos indissociáveis e independentes: como realidade vivida e representada na e pela consciência de seus agentes profissionais e que se expressa pelo discurso teórico e ideológico sobre o exercício profissional e como atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que imprimem uma certa direção social, que é independente de sua vontade e/ou da consciência de seus agentes individuais.

³ Sobre o redimensionamento da profissão destaca-se a ruptura com o conservadorismo, na década de oitenta e a aprovação do projeto ético-político hegemônico na década de noventa. Vale ressaltar que essas mudanças passam pela formação profissional e organização política da categoria. Vale evocar a contribuição de Netto (2008) na análise sobre o processo de “renovação do Serviço Social” que ofereceu as direções para sintonizar as representações do Serviço Social com os projetos que permeiam a sociedade e estabelecer relações e legitimidade da profissão.

Entre as características do serviço Social contemporâneo, destaca-se a *direção social* crítica e a orientação que a profissão possui para a defesa dos direitos dos trabalhadores. O projeto ético-político da profissão, expressa o compromisso com princípios fundamentais de defesa da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes, defesa intransigente dos direitos humanos e do aprofundamento da democracia, etc. Nesse sentido, a natureza desse compromisso se confronta com os princípios norteadores da ordem social capitalista, nos diversos espaços institucionais e processos de trabalho em que se inserem. Vale ressaltar que o projeto neoliberal se opõe a esse projeto profissional⁴ hegemônico e implica em significativas restrições e desafios para o trabalho dessa profissão e suas perspectivas do *vir a ser*, no mundo do trabalho.

É neste cenário, permeado de contradições, restrições e determinações que se realiza o trabalho dos profissionais, imbricados e tensionados pelo caráter histórico e social do trabalho, legado e conquistas na direção social de um projeto progressista de sociedade. O significado social desta profissão é intrínseco às particulares condições e relações sociais em que se materializa nos diferentes espaços de trabalho, pois, a tensão acirra-se na contradição entre o projeto profissional, que afirma o assistente social como sujeito capaz de realizar projeções e buscar implementá-las na vida social e a sua condição de trabalhador assalariado, cujas ações são submetidas ao poder dos empregadores e determinadas por condições externas aos indivíduos singulares (IAMAMOTO, 2008).

A centralidade acerca das mudanças que vem ocorrendo no mundo do trabalho, como consequências das transformações societárias, repercutem nos valores e ideais da classe trabalhadora e da vida dos trabalhadores. Neste sentido, o/a assistente social é um/a trabalhador/a especializado/a que sofre igualmente estas repercussões. Para Iamamoto (2004) o quadro sócio-histórico atravessa e conforma o cotidiano do/a exercício profissional do assistente social, afetando suas condições e relações de trabalho.

Isto se evidencia em estudos que acentuam o modo como este profissional vem realizando seu trabalho, capturado por lógicas procedimentalistas e submetido a condições e relações precárias de trabalho, flexibilização e sobretrabalho, processos estes, não raras vezes naturalizado (PRATES, 2012).

⁴ Sobre o projeto profissional, vale referir estudos de Netto (1991), Iamamoto (2004), Montañó (2006) e a dissertação de mestrado da autora, etc.

1.1 DELIMITANDO O OBJETO DE ESTUDO E SUA FINALIDADE

Considerando a tensão entre o projeto profissional e a condição de trabalhador/a assalariado/a, inscritos no aprofundamento das expressões da *questão social* na ordem da sociedade capitalista, a pesquisa torna-se um desafio para essa área do conhecimento. Requer desvendar as implicações do trabalho social e a condução de análises e discussões no plano do significado social da profissão⁵ e os impactos na divisão sócio técnica do trabalho, elucidando as inflexões às condições em que se realiza a venda dessa força de trabalho.

Nessas considerações, através desse estudo procurou-se responder ao seguinte problema de pesquisa: *Como as transformações do mundo do trabalho se materializam e repercutem no trabalho realizado pelos assistentes sociais da Região Noroeste do RS?*

Para responder a essa questão, foi estabelecido como objetivo central da pesquisa: *analisar como as transformações do mundo do trabalho se materializam e repercutem no trabalho realizado por assistentes sociais na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (RS) com finalidade de contribuir com subsídios para fortalecer e aprimorar as condições e relações de trabalho - frente às demandas e adversidades contemporâneas da divisão social e técnica do trabalho, resultantes das mudanças.*

Um conjunto de objetivos específicos detalhou o objetivo geral, contribuindo para definir delimitações e categorias de análise: a) estudar como se caracterizam as transformações do mundo do trabalho e qual o seu impacto no cotidiano dos trabalhadores assistentes sociais; b) desvendar as principais demandas e competências requisitadas aos profissionais assistentes sociais nos diferentes locais de trabalho; c) conhecer como os assistentes sociais da Região caracterizam o seu trabalho; d) conhecer e analisar as condições de trabalho ofertadas aos profissionais para realização de seu trabalho; e) apreender como o profissional vem percebendo o impacto da reestruturação produtiva em seu cotidiano de trabalho; f) evidenciar as estratégias utilizadas pelos profissionais para enfrentar estes processos.

Este estudo se justifica pela importância de desvendar as condições em que vem se materializando o trabalho dos profissionais e no intuito de reconhecer elementos que possam

⁵ O significado social da profissão, historicamente vinculado ao tratamento da questão social, é impactado por algumas questões que reproduzem na ação profissional a mesma tensão contida nas demandas que lhe são feitas. Isso significa reconhecer a existência de alterações na formação do mercado, na requalificação profissional, no domínio operativo de um conjunto de procedimentos que no momento consolidam processos que faziam parte das metas profissionais dos anos 80. A esses juntam-se a questão da direção social da prática do seu conteúdo e dos meios objetivos para sua materialização (ABBES, 1996, p. 162).

contribuir para o fortalecimento das condições de trabalho e qualificação das mediações nos diferentes processos de trabalho. Prima-se que esta investigação possui relevância social pelo compromisso ético e político com a qualidade dos serviços prestados à população, conforme estabelece o próprio Código de Ética profissional⁶.

A valoração da temática não é aleatória às redefinições do Serviço Social, frente à crise contemporânea, em meados da década de oitenta, que, na contracorrente de um projeto societário inspirado nas premissas do neoliberalismo, orientado para esvaziar as conquistas democráticas, enfrenta o desafio de fortalecer suas proposições, como respostas às múltiplas expressões da *questão social* e do mercado que absorve esta força de trabalho, especialmente assumidas pelo Estado e suas instituições.

A atividade laborativa profissional é tratada, neste estudo, como “trabalho”, norteadas pela perspectiva de apreensão e análise da profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo, intrínseco às mudanças históricas que alteram tanto a divisão social do trabalho, quanto a divisão técnica do trabalho no interior das estruturas produtivas. O Serviço Social como uma especialização desta, igualmente se expõe na sua identidade e inserção, aos determinantes que perpassam e repercutem às diferentes especializações do trabalho e seus elementos fundamentais.

Considerando que os desafios profissionais inscrevem-se no aprofundamento das expressões da *questão social* na ordem social capitalista, é salutar conduzir discussões no plano do significado social da profissão e os impactos da reestruturação da divisão social e técnica do trabalho, também elucidando as mudanças, condições em que o trabalho se realiza, assim como as repercussões nos valores e ideais destes trabalhadores. Como refere Iamamoto (2004) o quadro sócio-histórico atravessa e conforma o cotidiano do exercício profissional do assistente social, afetando suas condições e relações de trabalho.

O esforço na busca de caracterizações do trabalho dos/as assistentes sociais em suas dimensões e determinações cotidianas, adotando o referencial teórico-crítico, também representam a trajetória profissional e acadêmica recente da autora, representada pela inserção profissional, através do trabalho docente, desde 2010, quando do ingresso em Unidades de Formação Acadêmicas (UFAS) na Região Noroeste do Rio Grande do Sul, perfazendo ativa participação na defesa do projeto de formação profissional e efetivação do papel do estágio

⁶Código de Ética Profissional do/a Assistente Social – Resolução CFESS n° 273/1993

supervisionado, em consonância com as Diretrizes Curriculares e direção ético-política do Serviço Social.⁷

Esse processo requisitou aproximações e articulações com segmentos organizados da categoria⁸, bem como as instituições relacionadas ao estágio, envolvendo apreensão das condições de trabalho dos/as assistentes sociais, questionamento sobre as condições estruturais, do universo dos trabalhadores usuários dos diversos serviços e das políticas sociais, além de fomentar interesses para aprofundamentos, por meio da pesquisa sobre a objetivização do trabalho.

Também, na trajetória acadêmica, motivada pela experiência de exercício profissional, corresponde à pesquisa da dissertação de mestrado no Programa de Pós Graduação da Faculdade de Serviço Social da PUCRS, em função do qual se produziu a dissertação de mestrado: *o processo de materialização do Projeto ético-político no trabalho do/a assistente social*. Nessa foram sistematizados aspectos de como assistentes sociais apreendem o projeto ético-político e relacionam ao objeto de intervenção, bem como as estratégias utilizadas para mediação dos seus princípios, diante dos desafios da *práxis* no trabalho.

A compreensão desses processos articulados, integram o objeto e objetivos da tese. O objeto refere-se ao trabalho, repercussões que caracterizam as condições e desafios que se apresentam nos processos de trabalho em que se inserem os/as assistentes sociais, a partir das profundas e contínuas transformações do mundo do trabalho, na esteira das estratégias e determinações do novo complexo da reestruturação produtiva, no contexto do desenvolvimento capitalista. Vale ressaltar que o Serviço Social é desafiado pelo compromisso ético com a qualidade dos serviços prestados à população e com a luta geral dos/as trabalhadores/as, conforme estabelece os Código de ética Profissional.

1.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A PROPOSTA METODOLÓGICA DA PESQUISA

A definição do universo geográfico da pesquisa contempla a Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul⁹. Conforme o Atlas Socioeconômico (DEPLAN, 2013) essa região representa uma unidade geográfica – Região Funcional de Planejamento 7 (RF 7) na

⁷Fundação Educacional Machado de Assis (FEMA) e Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ).

⁸ Refere-se a participação nos Núcleos Regionais de Assistentes Sociais e Encontros da Comissão de Formação do Conselho Regional de Serviço Social 10ª Região - CRESS/RS.

⁹ O Rio Grande do Sul está localizado no extremo meridional do Brasil, apresentando uma população de 10.693.929 habitantes, aproximadamente 6% do total da população brasileira, e uma área de 281.730,2 km² (incluindo as áreas referente a Laguna dos Patos e Lagoa Mirim), com densidade demográfica de 37,96 hab/Km² e um total de 497 municípios (SEPLAG, 2014).

divisão dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDES¹⁰ e constitui-se das Mesorregiões Missões, Fronteira Noroeste, Noroeste Colonial e Celeiro. Segundo dados da FEE (2014), sobre a composição dos COREDES, em 2008, esta unidade geográfica totaliza 77 municípios, como ilustra o mapa.

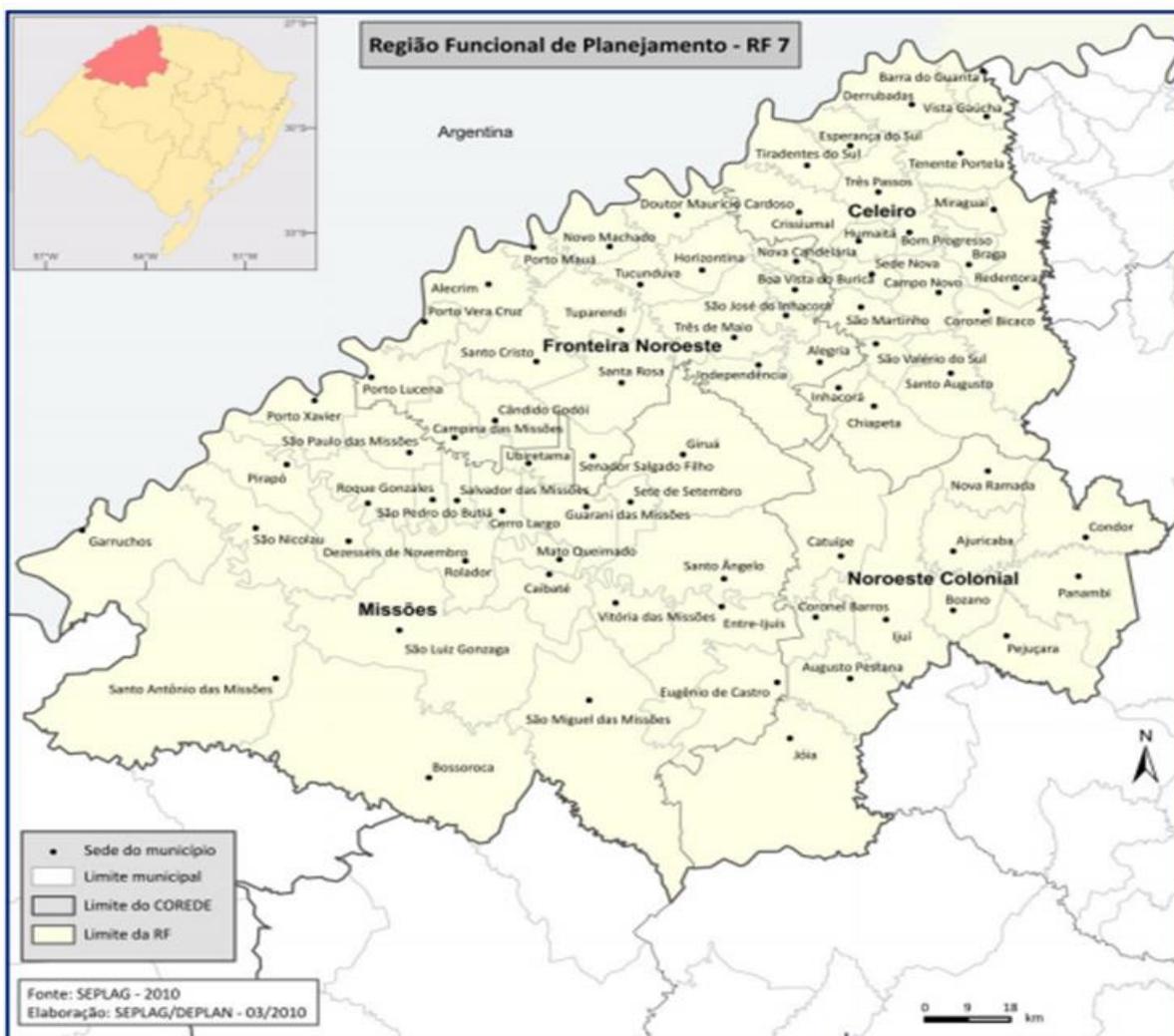


Figura 1 - Região Funcional de Planejamento 7 (RF 7)

Nesse processo, em busca da viabilidade de acesso a profissionais do Serviço Social, atendendo o critério de que estejam exercendo a profissão e com registro ativo, buscou-se os Núcleos Regionais de assistentes sociais, descentralizados do Conselho Regional do Serviço

¹⁰Conforme o Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul (DEPLAN, 2013) os COREDES foram criados a partir de 1990 e legalmente instituídos pela Lei n. 10.283 de 17 de outubro de 1994. Atualmente existem 28 COREDES, agrupados em 9 regiões funcionais, no RS. Os COREDES são fóruns de discussão, articulação, decisão e integração de políticas, ações, lideranças e recursos orientados à promoção do desenvolvimento regional e à redução das desigualdades regionais.

Social (10ª Região) - NUCRESS. Vale referir que cada Mesorregião conta com um Núcleo¹¹, sendo respectivamente, Núcleo de assistentes sociais de Santo Ângelo, Núcleo da Fronteira Noroeste (com sede na cidade de Santa Rosa), Núcleo de Ijuí e Núcleo da Região Celeiro (com sede na cidade de Três Passos).

A escolha do campo e do grupo de pesquisa não é aleatória à definição e redefinição do objeto teórico de estudo, pois, esse momento envolve interação, conhecimento e contatos anteriores, experiências e lastros de trabalho e envolvimento que ultrapassam as preocupações lógicas do pesquisador (MINAYO, 1992). Neste sentido, a referida experiência com trabalho e docência em Cursos de Graduação em Serviço Social na mesma Região, assim como a participação política e de promoção de atividades de interação com os NUCRESS contribuíram para a definição deste universo e a seleção da amostra de assistentes sociais como sujeitos desta pesquisa. Diante do universo populacional a amostra selecionada totaliza cento e sessenta (160) assistentes sociais, convidados/as para a adesão espontânea à pesquisa.

O propósito de investigar as dimensões cotidianas do trabalho de profissionais inseridos em espaços sócio-ocupacionais de naturezas diferentes, situa-se na gênese de preocupações que já originaram a pesquisa e dissertação de mestrado, já referida, que também mobilizou para a escolha do tema e especificidades desta investigação. O conhecimento processado pela aproximação e interatividade com o real e o esforço de estabelecer marcos conceituais articulados à prática das experiências de trabalho, oportunizaram estreitar vínculos com descobertas anteriores e provocaram indagações sobre situações que suscitam aprofundamentos sobre a vinculação da categoria ao estatuto assalariado e as “significações a partir das condições e relações de trabalho do assistente social” e os desafios de mediações cotidianas (SILVA, 2010, p. 103).

A escolha do *método dialético-crítico*, originário da corrente filosófica materialista, se articula aos pressupostos norteadores desta pesquisa na área do Serviço Social e perfaz o processo da investigação para a apreensão da realidade objetiva das configurações do trabalho realizado por profissionais do Serviço Social.

¹¹ A Resolução CRESS n.º 24/2012 dispõe sobre a regulamentação dos Núcleos de Assistentes Sociais vinculados ao Conselho Regional de Serviço Social do Rio Grande do Sul – NUCRESS. Conforme artigo 2º - Os Núcleos são espaços de articulação e organização dos Assistentes Sociais que cumprem o papel de interiorização, descentralização e democratização da gestão política dos CRESS (Parágrafo 2º do Artigo 6º da Resolução CFESS N° 470/2005 de 13 de maio de 2005); Art. 3º - Os Núcleos de Assistentes Sociais caracterizam-se como espaço de: a) Valorização do Serviço Social; b) Capacitação dos Assistentes Sociais; c) Defesa do projeto ético-político da profissão; d) Divulgação do CRESS; e) Representação da categoria, na sua região ou município. Art. 4º - Os Núcleos de Assistentes Sociais vinculados ao CRESS/RS denominar-se-ão Núcleos Regionais de Serviço Social - NUCRESS e serão criados mediante a participação de no mínimo seis assistentes sociais, através de portaria expedida pelo Conselho Pleno (CRESS, 2013).

A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada, o que pode dar a impressão de uma construção *a priori*. (MARX, 2011, p.28).

Marx (2007) em *Miséria da Filosofia*, faz uma crítica às análises metafísicas e afirma a análise a partir de formulação das categorias lógicas que se movimentam dialeticamente. Suscita que as relações sociais determinadas pelas relações de produção estão intimamente ligadas às forças produtivas e, na medida que os homens estabelecem relações sociais em conformidade com sua produtividade material, produzem também os princípios, as ideias, as categorias, em conformidade com as relações sociais.

As categorias centrais do método, compreendem a historicidade, a totalidade, a contradição e a mediação. A primeira, compreende o movimento, o reconhecimento da processualidade e transformação do homem, da realidade e dos fenômenos sociais. Pressupõe as mudanças da realidade concreta, considerando suas relações e conexões que perfazem a totalidade, e sob condições determinadas e determinantes, de acordo com o contexto sócio-histórico. A Totalidade significa um todo articulado, e, para Kosik (2002) um processo indivisível que norteia a destruição da pseudo-concreticidade, indicando para o conhecer, o fenômeno na sua objetividade e também o conteúdo, significado, função e lugar histórico que ocupa no corpo social. A categoria totalidade exige a articulação de múltiplas determinações, universais e particulares, a mediação entre teoria e prática social, exige que as análises não sejam isoladas, fragmentadas, mas contextualizadas.

A mediação, por sua vez estabelece a relação entre os fenômenos, articula os movimentos do pensamento e da ação, se constitui em instâncias de passagem. Por fim, a contradição está no próprio movimento onde se mutabiliza, pois é pela negação que os fenômenos se afirmam e na negação que existe a possibilidade da superação dialética, que guarda na síntese elementos da tese e da antítese. Significa admitir que as contradições têm um sentido objetivo e uma fundamentação na realidade e rejeitar que as contradições são aparentes e superficiais (LEFEBVRE, 2009). A contradição “tem sua raiz profunda no conteúdo, no ser concreto: nas lutas, nos conflitos, nas forças em relação e em conflito na natureza, na vida, na sociedade no espírito humano” (LEFEBVRE, 1991, P.192), assim, a razão dialética facilita a compreensão das condições concretas da pesquisa, e o caráter objetivo da realidade que está naquilo que representa contradições.

Entende-se que estão contemplados os parâmetros teleológicos para a investigação e a construção de conhecimentos, pois, o método representa o universal concreto, que fornece os

princípios tanto do movimento real como do pensamento, e, pela concreticidade destes princípios que permite-se penetrar em todo objeto, em toda realidade (LEFEBVRE, 1991).

Partindo deste *nexo*, de teoria e prática, fundado na dialética ontológica, científica e histórica de Marx, passa-se a pensar a condução do processo investigativo. Conforme argumenta Prates (2003) o método dialético crítico contempla o equilíbrio entre as condições subjetivas e objetivas no processo investigativo, o movimento contraditório de constituição dos fenômenos sociais contextualizados e interconectados à luz da totalidade e a articulação entre dados quantitativos e qualitativos, forma e conteúdo, razão e sensibilidade. Nessa abordagem, a pesquisa tem a preocupação de abstrair e sistematizar os elementos quantitativos e qualitativos da realidade pesquisada, apreender o significado da condição do objeto de investigação, buscando explicá-lo no movimento dialético da realidade.

Nessa direção, é também fundamental dar visibilidade às contradições que conformam as crises do contexto histórico onde os sujeitos da pesquisa estão inseridos, contemplando relações coletivas e particulares que se produzem e reproduzem no âmago da sociedade de classes. Assim, se reconhece a importância da produção de conhecimento à luz da totalidade, que “mais do que a reunião de todas as partes, significa um todo articulado, conectado, onde a relação entre as partes altera o sentido de cada parte e do todo” (PRATES, 2003, p.87). Mas para além das conexões é preciso também reconhecer a provisoriedade, o movimento dos fenômenos que se analisa.

[...] a historicidade dos fenômenos sociais, reconhece a processualidade, o movimento e transformação do homem, da realidade e dos fenômenos. Significa que os fenômenos não são estáticos, estão em curso de desenvolvimento e, portanto, só podem ser apreendidos a partir do desvendamento deste movimento, por cortes históricos (PRATES, 2003, p. 95-96).

Na perspectiva dialética, busca-se apreender a realidade como uma totalidade concreta e contraditória na dinâmica de processos contínuos e complexos da sociedade capitalista, onde se realiza o trabalho dos profissionais assistentes sociais, mediatizados pelo conjunto de relações e determinações em determinado espaço e tempo.

Assim, a metodologia desta investigação compreende um processo sistemático de estudos, revisão bibliográfica e de trabalhos produzidos nas últimas décadas que se relacionam às transformações do mundo do trabalho e repercussões para a classe trabalhadora, com interesse em conhecer e analisar os desafios dos profissionais do Serviço Social implicados à venda de sua força de trabalho. A pesquisa é de caráter *exploratório do tipo misto*, com ênfase no qualitativo.

As reflexões suscitaram a formulação de algumas questões que orientam os fundamentos da análise posterior:

1. Como se caracterizam as transformações do mundo do trabalho e qual o seu impacto no cotidiano dos trabalhadores assistentes sociais?
2. Quais as principais demandas e competências requisitadas aos profissionais assistentes sociais nos diferentes locais de trabalho?
3. Como os assistentes sociais da Região caracterizam o seu trabalho?
4. Quais as condições de trabalho ofertadas aos profissionais para realização de seu trabalho nos espaços onde estão inseridos?
5. Como o profissional vem percebendo o impacto da reestruturação produtiva em seu cotidiano de trabalho?

Os estudos do tipo misto, além de articular dados quantitativos e qualitativos, mesmo que enfatizem um ou outro, privilegiam sistematizações que valorizam a escuta dos sujeitos, desocultem desigualdades e contribuam com processos transformadores (PRATES, 2012). Com a abordagem desse tipo, com ênfase qualitativa da investigação, busca-se apreender os significados que se expressam na realidade, na “busca dos significados de vivências” com objetivo de “trazer à tona o que os participantes pensam a respeito do que está sendo pesquisado” (MARTINELLI, 1999, p.21). Logo, as configurações do trabalho na Região Noroeste do RS, as demandas e condições de trabalho dos profissionais, assim como a percepção dos mesmos sobre os impactos das transformações do mundo do trabalho e a reestruturação produtiva em seu cotidiano de trabalho, ganham centralidade neste estudo.

Na fase exploratória, os dados empíricos foram coletados por meio da aplicação, junto da categoria profissional¹², de *questionário eletrônico* com perguntas voltadas ao trabalho dos assistentes sociais e repercussões das transformações do mundo do trabalho que a este impacta. Buscou-se estabelecer uma aproximação inicial¹³ com a categoria para fins de apresentação da proposta do tema de pesquisa e percepções sobre a adesão, uma vez que considerou-se a participação espontânea.

O instrumento escolhido para a coleta das informações e dados junto aos integrantes da categoria foi o questionário (modelo em anexo C), constituído de uma série de perguntas

¹² Para efeito desta pesquisa, foram considerados integrantes da categoria profissional, os/as assistentes sociais com registro ativo nos Núcleos Regionais de assistentes sociais da Região Noroeste do RS.

¹³ Destaca-se a participação em reuniões dos NUCRESS. Identificou-se que, motivados pelas experiências do trabalho cotidiano, em diferentes espaços sócio ocupacionais, a categoria vem tentando promover a inserção do tema das transformações do mundo do trabalho e repercussões nas condições e relações de trabalho como pauta nas reuniões e projetos de proposta de qualificação profissional. Tal postura demarca e reafirma a importância dessa pesquisa, a fins de oferecer algumas reflexões e principais expressões de tendências acerca do tema, com esse recorte metodológico.

introduzidas a partir de uma instrução de preenchimento e solicitação da leitura e preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TECLE) que o acompanhou, em anexo. Portanto, a principal fonte desveladora de conteúdo para análise, consideradas como expressões singulares de mediações absorvidas pelos assistentes sociais, em suas experiências, forjadas nas relações sociais históricas, onde se materializa a constituição das mediações e seus determinantes. Nesse sentido, a concepção marxista de teoria como reprodução ideal no movimento real do objeto, supõe que a subjetividade integre a objetividade e a história do objeto e, portanto, o próprio objeto.

A opção pelo instrumento norteou-se por alguns determinantes: a economia de tempo e recursos financeiros a título de viagens em trabalho de campo, a não influência da pesquisadora nas respostas, a flexibilidade para os sujeitos escolherem o momento mais favorável para responder, a possibilidade de abrangência de maior número de profissionais a partir da delimitação geográfica do projeto, possibilidade de obtenção de dados e quantidade razoável para a análise e em menor tempo. O critério de escolha levou em conta as condições objetivas da pesquisadora, em termos de escassos recursos para financiamento da pesquisa e a condição de trabalhadora, inserida na docência em tempo integral, no período da pesquisa e elaboração desse trabalho.

A opção pelo questionário levou em conta também, a experiência da realização de entrevistas, quando da realização da pesquisa exploratória de campo no mestrado em Serviço Social. Entre os elementos, considerou-se a dificuldade para agendar entrevistas e os imprevistos que impactaram nas agendas, devido a expressiva demanda de trabalho dos profissionais nos horários regulares de trabalho. Nesse sentido, considerou-se as vantagens da utilização dessa técnica de coleta de dados. Foi elaborada uma versão preliminar, a qual foi testada com um conjunto de profissionais, em ocasião de reunião da categoria e foi aprovada.

Foram confeccionadas duas versões do instrumento: uma digital e uma impressa. A versão digital foi disponibilizada *online* e encaminhada por *correio eletrônico* para os todos os endereços dos profissionais, fornecidos nos registros aos respectivos Núcleos regionais, num total de 160¹⁴. Também foi disponível e distribuída uma versão impressa do instrumento aos coordenadores dos Núcleos, no intuito de disponibilizar àqueles que, eventualmente, não pudessem dispor de acesso a computadores ou a internet.

¹⁴Para a realização do estudo tornou-se indispensável as informações de cadastro das trabalhadoras/es assistentes sociais nos Núcleos Regionais da categoria. Nessa fase, os desafios tendem para as informações desatualizadas, especialmente quando o registro de contato está vinculado à Instituição e já houve rotatividade, sem observância à atualização do novo contato. Tal elemento foi evidenciado como preocupação das coordenações dos Núcleos, como impacto no processo de chamamento da categoria para atividades e reuniões.

Vale destacar que esse processo de interação junto aos coordenadores dos respectivos Núcleos desencadeou a necessidade de atualização das listas de correio eletrônico (*e-mails*) disponíveis nos cadastros ativos. Nesta fase, os procedimentos metodológicos estão implicados nas estratégias para a interlocução com a realidade na coleta de subsídios para responder os objetivos propostos. Algumas estratégias foram importantes nesta pesquisa: a) apresentar-se e convidar os sujeitos para a participação da pesquisa; b) a sensibilização para a devolução do instrumento (questionário). A apresentação da pesquisadora e o convite aos profissionais foi incluído na pauta de reuniões oportunas à agenda¹⁵ de cada Núcleo de assistentes sociais da região, com intuito de maior abrangência das informações.

A participação nas reuniões dos Núcleos propiciou estabelecer os primeiros contatos, apresentar as características da metodologia da pesquisa, interação com os sujeitos e disponibilidade para esclarecimentos durante o processo de coleta das informações. A apresentação, em geral, repercutiu em espontâneas manifestações sobre a relevância do estudo, especialmente pelo recorte geográfico e a importância de resultados que interessam à coletividade da profissão, substratos comuns de imbricação solidária e adesão à pesquisa. A sensibilização para a adesão de profissionais à pesquisa obteve uma contribuição significativa das coordenações dos Núcleos e dos próprios trabalhadores assistentes sociais.

Foram expedidos aos convidados (as): Carta de aceite da pesquisa (apêndice A), TECLÉ – Individual (apêndice B) e o Questionário *online* (apêndice C). Foram destacadas as informações sobre a devolução dos documentos, indicando opções a escolher: 1. Devolução por e-mail (preferencial); 2. Devolução impressa: por Correio, na Sede dos Nucess, em evento promovido em conjunto com o Curso de Serviço Social da Unijuí no período da pesquisa (I Encontro Regional de Assistentes Sociais) ou diretamente com a pesquisadora. Também foram disponibilizados contatos de mídias de comunicação com a responsável: e-mail, redes sociais (*facebook*, *Skype*) e telefone pessoal da responsável.

Importante considerar que, devido ao baixo retorno dos questionários, as datas previstas na informação fornecida aos pesquisados para devolução foram prorrogadas por três vezes e, durante o período vigente foi necessário mobilizar o ambiente virtual, por meio das redes sociais, especialmente *facebook* e *Skype*, além do acompanhamento sistemático do retorno pelo correio eletrônico (*e-mail*) indicado para a devolução. A devolução tardia prejudicou o calendário inicialmente previsto para a análise de dados e elaboração da

¹⁵ A pauta foi inserida e apresentada em reuniões que ocorreram no período de março a junho do ano de 2013.

sistematização e relatório completo das informações, uma vez que a devolução da maior parte dos questionários se deu de forma aleatória.

Obteve-se um retorno de vinte e cinco (16%) questionários e, desses, cinco optaram pela devolução impressa do instrumento. Vale observar que o TECLE foi devolvido em anexo, tanto na versão eletrônica (digitalizado) quanto na versão impressa (alguns optaram pela devolução *on line* do questionário e impressa do Termo). Chama atenção o baixo índice de devolução dos questionários. Marconi e Lakatos (2012) sustentam que se espera, em média uma devolução de 25% dos questionários expedidos.

Todavia, os dados são subsídios indispensáveis para a análise, considerando a opção metodológica da pesquisadora e o intuito de refletir sobre o potencial explicativo das informações e dados quantitativos e qualitativos e formular hipóteses de trabalho. Considerando que a característica da pesquisa foi marcada pela espontaneidade de adesão por parte dos profissionais, a partir do convite emitido pela pesquisadora, entende-se que as respostas por esta parcela de assistentes sociais que se empenhou na devolução do questionário, é intrínseca a uma dimensão de valorização do tema e reconhecimento da proposta, oportunizando sua contribuição para com a pesquisa.

As contribuições para o debate acerca do tema da pesquisa e de experiências comuns da categoria pautadas nos diferentes Núcleos, fez emergir a proposta e a aprovação pelo conjunto de profissionais do I Encontro Regional de Assistentes Sociais da Região Noroeste do RS (RF 7), com o tema¹⁶ "Serviço Social na luta contra a exploração no trabalho: a Região Noroeste do RS em questão", com objetivo de promover um espaço de discussão, reflexão e sugestões sobre o Serviço Social, trabalho e organização política dos/as assistentes sociais da respectiva região. Destaca-se com isso o potencial interventivo e político da pesquisa social.

Com base no exposto, faz-se importante considerar que os resultados da pesquisa não se limitam às inquietações individuais, mas se vinculam a anseios coletivos de mobilização da categoria, tomando como base os elementos comuns que fundam a realidade de inserção profissional, condições e relações de trabalho, expressões e desafios frente as transformações societárias que incidem no cotidiano das/dos assistentes sociais nos diferentes espaços sócio ocupacionais. Também tem o propósito de contribuir para as discussões da formação e qualificação profissional, na perspectiva do reconhecimento do objeto de trabalho e o enfrentamento das demandas na realização do trabalho, assim como contribuir para a

¹⁶Este debate também vincula-se ao tema "Serviço Social na luta contra a exploração do trabalho" deliberado no 41º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS para as atividades alusivas ao dia do/a assistente social no ano de 2013. O encontro foi realizado de 06 a 09 de setembro de 2012, em Palmas (Tocantins) (CFESS, CRESS - TO, 2012).

dimensão do fortalecimento político da categoria no confronto com as adversidades e garantia da valorização da profissão e do Serviço Social nas equipes de trabalho e na região¹⁷.

A condição de profissão, inserida na divisão social e técnica do trabalho estreita desafios históricos e conjunturais, articulados às transformações orgânicas da sociedade que implicam atenção constante ao desempenho profissional e as possibilidades de materialização dos princípios do projeto ético-político. Neste sentido, os valores e princípios que instituem a profissão, significam os próprios desafios, na medida em que estabelecem os campos de mediações e o desafiam no processamento do trabalho. Privilegiar a pesquisa para o trabalho do/a assistente social dispõe de uma possibilidade de aproximação e elucidação sobre as condições e situações singulares em que os profissionais realizam seu trabalho e como se expressam nas particularidades, enquanto trabalhadores, submetidos ao enfrentamento das múltiplas expressões da questão social nas suas manifestações contemporâneas. Entre os desafios da profissão, Iamamoto (2008) destaca que atribuir uma atenção específica no processamento do trabalho profissional cotidiano, é uma exigência que se impõe e é requisitada pela categoria.

Aprender as múltiplas determinações societárias incidentes no trabalho profissional é de fundamental relevo, mas faz também necessária a viagem de volta que permita uma rica releitura desse trabalho saturado daquelas determinações. São poucas as produções recentes que têm o Serviço Social como objeto central de suas pesquisas, podendo sugerir uma armadilha: a incorporação pelos próprios pesquisadores, de uma imagem social subalternizada da profissão[...] (IAMAMOTO, 2008, p.244).

Consustancial a isto, incorpora-se a relevância da produção científica no âmbito da Pós-Graduação em Serviço Social, reconhecidamente protagonista do pensamento social contemporâneo da profissão e da afirmação de sua maturidade e nuances intelectuais no decorrer do processo histórico. Netto (2009) alertou que se a profissão quiser se manter com um estatuto efetivamente universitário, a pesquisa é indispensável ao Serviço Social e ao desenvolvimento profissional. Nuances de um cenário em que investigar se põe como condição prévia no processo de formação e transversal à inserção profissional no mundo do trabalho.

A Investigação se constitui em uma das principais **ferramentas para desocultar as mudanças** ocorridas no mundo do trabalho, no Estado, nas políticas sociais, contexto que materializa o sociometabolismo do capital e que exige de nós avaliações atualizadas que contemplem múltiplas áreas do saber e sua interconexão necessária (PRATES, 2010, p.01).

¹⁷ Vale registrar o engajamento da autora na Comissão de Debate para a implantação de um Campus da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) em Ijuí e a defesa do Curso de Graduação em Serviço Social, entre os cinco cursos a serem implantados inicialmente.

Considerando, por fim, a relevância da investigação e análise crítica das manifestações históricas que desafiam o trabalho do assistente social e o reconhecimento do projeto ético-político do Serviço Social contemporâneo, busca-se desenvolver análise a partir de nexos locais e regionais que são indissociáveis da ordem macro societária.

Trata-se de um estudo do tipo misto com ênfase no qualitativo que não tem a intenção de generalizar os resultados para os indivíduos, os locais ou as situações fora daqueles que estão sendo estudados, sendo que o valor da pesquisa está na descrição específica e nos temas desenvolvidos no contexto de um local específico (CRESWELL, 2010). Nessa perspectiva metodológica, definições provisórias possibilitam a entrada no campo e os termos, perspectivas e dimensões emergem durante o processo de pesquisa e análise de dados. Essa abordagem pressupõe análises e interpretações que partilham de significados das interações humanas e sociais a partir de revelações originárias da realidade e visão de mundo dos sujeitos pesquisados. Segundo Martinelli (1999) tem um sentido social e assume um caráter de construção coletiva, pois deve retornar aos sujeitos pesquisados.

Este tipo de pesquisa social privilegia o aprofundamento de alguns aspectos relevantes para a análise dos fenômenos e para subsidiar processos que contribuam com iniciativas transformadoras, inclusive a partir da reflexão posterior a ser realizada com os próprios sujeitos envolvidos e, no caso do presente estudo, com instâncias organizativas da categoria, uma vez que enfatiza as condições em que o trabalho vem sendo realizado.

Para a análise das informações e dados se propõe o tratamento estatístico para dados quantitativos e o uso da técnica de análise de conteúdo para dados qualitativos. Esta técnica compreende essencialmente três fases, compostas pela pré-análise, a exploração do material e o tratamento das informações (BARDIN, 2009). Além das análises orientadas pelas categorias do método e categorias teóricas, serão contempladas categorias empíricas, ou seja, aquelas que emergem das expressões dos sujeitos e que não foram problematizadas, pois “conhecer é conhecer objetos que se integram na relação entre o homem e o mundo, ou entre o homem e a natureza, relação esta que se estabelece graças a atividade prática humana” (VÁSQUEZ, 1986, p.153). Sem pretensão de esgotar o tema, a análise dos dados pretende explicitar os dados, informações, reflexões e contribuições sobre o fenômeno das transformações do mundo do trabalho e as repercussões no trabalho de assistentes no contexto e local pesquisado. Em se tratando de um tratamento na realidade:

O fim último da investigação consiste em se apropriar em detalhe da matéria investigada, analisar suas diversas formas de desenvolvimento e descobrir seus nexos internos. Somente depois de cumprida tal tarefa [...] passar à exposição, isto é, a reprodução ideal da vida da matéria (MARX, 1996, p. 24).

De acordo com a opção de método e metodologia, aplica-se a derivação dialética materialista para interpretar o movimento da realidade, e é no entrelaçamento do que constitui o lógico e o histórico que se realiza a exposição, pois “se o lógico é o fio orientador da exposição, o histórico não pode ser dispensado na condição de contraprova, e o tratamento histórico se torna imprescindível nos processos de gênese e transição, sem os quais a história será impensável” (MARX, 1996, p.25).

O estudo prima pela observância do código de ética profissional à orientação ético-política de investigação no campo social. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (apêndice B) apresentou a intencionalidade e o compromisso ético relacionado às informações e resultados da pesquisa aos pesquisados.

O plano de análise contempla anotações de contatos estabelecidos durante a pesquisa – anotações que permitem extrair significados a partir das reuniões e encontros realizados no período num processo permanente de contatos que envolveu reflexões sobre a pesquisa – processos genéricos que possibilitaram uma percepção sobre o problema.

A análise transcende a mera apresentação, nesta etapa é preciso inferir sobre os dados. Com a devolução dos questionários, os dados e informações foram sendo organizados e preparados para análise. Nessa fase, os procedimentos envolveram o acesso e salvamento dos arquivos (questionário) e digitalização dos materiais impressos, a separação e disposição dos dados para leitura. A leitura das respostas viabilizou a sistematização do *corpus de análise* – documento com dados originais brutos que contém uma percepção geral das informações e repercussões da investigação. A análise ocorre tanto na abordagem descritiva de informações numéricas (quantitativa) quanto descrição e análise temática e categoriais (qualitativa) – ambos procedimentos de métodos mistos (CRESWELL, 2010).

Essa etapa contempla procedimentos tais como realizar o mapeamento de acordo com as perguntas que nortearam a pesquisa e o agrupamento das informações, a representação de dados quantitativos, identificação das categorias e sistematização de um relatório da pesquisa. Da natureza da pesquisa qualitativa, as respostas expressam comunicações em múltiplas perspectivas sobre o mesmo tema (assunto) que compõe a formulação da questão na qual o pesquisado responde de forma objetiva e/ou descritiva, ou manifesta em outra pergunta do instrumento. Assim, a aproximação de perspectivas comuns entre as respostas dos participantes é indispensável, para os objetivos desse estudo. A codificação por blocos, de acordo com a abordagem do instrumento permite uma ênfase no conteúdo qualitativo das

comunicações dos participantes. Uma estratégia desta investigação é a geração de categorias. As categorias, compreendidas como traduziu Marx (2007) em *Miséria da Filosofia*, “produtos históricos e transitórios” cujas ideias que a constituem são mutáveis, tanto quanto as relações que representam.

“Todo começo é difícil em qualquer ciência” (MARX, 2011 – Prefácio da 1ª Edição - *O Capital*). Esse *primeiro* capítulo oferece, notadamente, a apresentação da delimitação do tema, problema e construção do objeto de pesquisa, dos objetivos, das motivações, das finalidades e do lugar de onde parte o estudo para desenvolver a tese. Procurou esclarecer sobre as definições e o percurso metodológico. A propósito, o *questionário* buscou a participação dos assistentes sociais, com originais expressões do que percebem e vivenciam no cotidiano do trabalho – norteia um princípio político da investigação, com base em objetivações que incluem a experiência da autora e a busca de implementar um processo de atingir a *realidade*, por meio da pesquisa.

No *segundo* capítulo procura-se expor, com base na revisão bibliográfica que vem sendo acumulada, o esforço de apreender conexões de fenômenos que se fazem mais amplos no movimento das transformações societárias, com foco, especialmente nas transformações do “mundo do trabalho” que sugerem determinações diversas para o conjunto dos trabalhadores, na sociabilidade que rege o modo de produção capitalista. Busca reunir um conjunto de elementos e conceitos e, princípios mais gerais, que caracterizam a época moderna e contradições que balizam e interpõem à divisão social do trabalho, a partir da revolução industrial, e que se adensa com a crise do Capital no século XX, com múltiplas e novas roupagens para os diferentes processos de trabalho.

No *terceiro* capítulo, situa-se o Estado e Sociedade, buscando aprender as conexões com o modo de produção capitalista e mecanismos para o enfrentamento da questão social. Com abstrações conceituais e histórica da crise, reestruturação e reconfigurações para a regulação da organização das relações produtivas, conseqüente à incorporação do projeto neoliberal, inflexões decisivas para a instalação da contrarreforma conservadora, com políticas neoliberais. No *quarto* capítulo, reúne uma revisão teórica da literatura especializada sobre o Serviço Social, como uma especialização do trabalho e profissão originária da modernidade tardia, que produz sua identidade na gênese nos processos de transformação da sociedade e articulações com o denominado contrato social, em que o Estado passa assumir responsabilidades com a classe trabalhadora e tende a fortalecer essa perspectiva, em permanente vinculação com os metabolismos e determinações dos projetos societários que objetivam a produção e reprodução do capital. Nesse sentido, apresenta-se elementos e

componentes do significado sócio-histórico da profissão e particularidades que o identificam na constituição teórica e particularidades na divisão social e técnica do trabalho.

No *quinto* capítulo busca-se estabelecer uma interlocução crítica com os resultados e a comprovação empírica do problema de pesquisa e questões que norteiam a investigação. Inicialmente, preocupa-se em traçar um panorama breve, para apresentar aspectos que caracterizam o cenário em que a pesquisa é realizada e, de onde emergem os dados empíricos, resultantes e originários da participação de assistentes sociais inseridas/os no mercado de trabalho local. Para isso, busca-se algumas interlocuções com a produção teórica de autores que estudam a região para fortalecer a perspectiva em que se gesta essa pesquisa – uma representação local que recebe e emite suporte para relações mais amplas com as transformações societárias – ao afirmar que os influxos das determinações globais exigem articulações da região, intermitentemente, para a reestruturação na economia, gestão e organização do trabalho, nas diferentes esferas da sociedade regional.

Nesse mesmo capítulo, atribui-se visibilidade para as características dos sujeitos pesquisados, utilizando representações quantitativas simples, que contribuem na complementação das informações qualitativas, para a análise. Adensa-se a apresentação das categorias emergentes da realidade, entendendo-as como elementos estruturais e dinâmicos, que imbricam-se à uma natureza contraditória (que se articula às categorias teóricas), mas que é necessário decompô-las em pormenores, para identificar as abstrações das relações que a informam (com contraprovas dos extratos informados (por meios das/os assistentes sociais) e suas dinâmicas de produção e reprodução no *real* cotidiano. Na elaboração mantém-se a abstração das categorias teóricas, das relações determinadas para a produção e reprodução social, pertencente a formação histórica, e do trabalho e seus elementos, como manifestação e afirmação da vida dos trabalhadores, marcados por determinações comuns ou desiguais e discriminatórias desse contexto. Trata-se de uma etapa que explicita a apreensão das partes, na acepção de guiar as interpretações e sínteses.

Finalmente, apresenta-se a parte conclusiva, recuperando alguns elementos centrais da teoria do trabalho, compreendidos como um processo objetivado de mediações e sistematizações significativas para o contexto histórico, mas também dotado de provisoriiedades sobre o problema em questão. A análise das repercussões das transformações do mundo do trabalho, sobre as condições e relações em que se processa as mediações das/os assistentes sociais, com recorte que representa a região noroeste do RS, é a mais importante e original contribuição sobre as *configurações do trabalho nos diferentes processos de trabalho*, no contexto.

2. CAPITALISMO E O MUNDO DO TRABALHO CONTEMPORÂNEO

Neste Capítulo busca-se apreensões e compreensões sobre as transformações macro societárias como mudanças estruturais e conjunturais que atingem os países nos últimos três séculos, com origem *econômica, política, social e cultural*. Segue o propósito de acessar e sistematizar elementos para analisar como o capital mundial se constitui e reproduz sistematicamente o modo de produção capitalista e “no mundo do trabalho”. O imperativo da expansão do capital, ao mesmo tempo que transcende fronteiras, localiza-se no processo real, efetivo do trabalho livre¹⁸, onde se instauram as contradições sobre as quais os indivíduos tem de agir, investir sua força de trabalho.

As determinadas condições históricas que materializam os pressupostos dessas relações sociais devem ser evidenciadas na própria relação, identificando cenários, manifestações comuns de aspectos individuais e coletivos que expressam a vida social de trabalhadores/as no âmbito do desenvolvimento das forças produtivas e no contexto sócio-histórico que se analisa, ou seja, a sociedade moderna e as metamorfoseadas determinações da produção e reprodução da vida social no século XXI, especialmente pelo liame da *divisão social do trabalho* e as expressões do *trabalho assalariado*.

Na análise socioeconômica de Marx e Engels (2000) o Capital é produto coletivo e só é colocado em movimento pela atividade comum dos membros da sociedade, portanto é uma potência social (e não pessoal) e assim “o Capital é parte da riqueza acumulada que é mantida ou empregada com vista ao lucro a produção e distribuição de riquezas” (MARX, 2010, p. 170). Nesse sentido, é importante relacionar a conjuntura¹⁹ com os elementos permanentes e estruturais da realidade e levar em conta as dimensões locais, regionais, nacionais e/ou internacionais do objeto a que se propõe o estudo e investigação sobre a materialização das transformações dos processos de trabalho no trabalho realizado por profissionais da área do Serviço Social – as/os assistentes sociais.

“A realidade é compreendida como um *todo indivisível de entidades e significados e, é implicitamente compreendida em unidade de juízo de constatação e de valor*” (KOSIK, 2002, p.30). Por conseguinte, as abstrações²⁰ e tematizações permitem apreender a realidade por aproximações numa combinação de teorias e dados reais, e que não é neutra. Ou seja, as elaborações que protagonizam as escolhas metodológicas e objetivação de quem pesquisa, filiam-se a uma corrente do pensamento para nortear as pretensões de desvendar o heterogêneo complexo do *real*, a que se

¹⁸ Em *Para a Crítica da Economia Política*, Marx define o trabalhador livre: “Livre, por um lado, na medida em que dispõe de sua própria capacidade de trabalho como mercadoria; por outro lado, livre na medida em que não dispõe de qualquer outra mercadoria ou que está livre, solto e despojado de todas as condições objetivas de realização de sua capacidade de trabalho e, com isso, no mesmo sentido em que o possuidor de dinheiro é capitalista enquanto sujeito e portador de trabalho objetivado, do valor que mantém a si mesmo, ele é trabalhador enquanto simples sujeito, mera personificação de sua própria capacidade de trabalho” (MARX, 2010 p.50-51).

¹⁹ Analisar a conjuntura é uma mistura de conhecimento e descoberta, é uma leitura especial da realidade e que se faz sempre em função de alguma necessidade ou interesse”. Ela não é neutra, estará sempre relacionada a uma determinada visão do sentido e do rumo dos acontecimentos. Exige também um tipo de capacidade de perceber, compreender, descobrir sentidos, relações, tendências a partir dos dados e das informações (SOUZA, 2009, p. 8).

²⁰ A “abstração”, em uma concepção dialética, tem o significado de método que decompõe o todo para poder reproduzir espiritualmente a estrutura da coisa e, portanto, compreender a coisa (KOSIK, 2002, p.18).

pretende – nesse estudo, a opção pela perspectiva dialético-crítica, no campo das ciências sociais aplicadas. Pelo próprio recorte do estudo, esse capítulo limita-se a uma revisão bibliográfica de base sobre princípios macro-societários que caracterizam a época moderna e, como é elevado aos conceitos e caracterizações do *mundo do trabalho* e suas transformações na transição secular, no sentido de captar processos sociais que se articulam às determinações ao conjunto de trabalhadores.

2.1 AS TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS E CONFIGURAÇÕES DO *MUNDO DO TRABALHO*

Os acontecimentos têm uma relação com a história, com as relações que se estabelecem ao longo dos processos sociais e no posterior conhecimento da articulação de causas que o produziram. Neste item busca-se captar as conexões históricas do fenômeno da crise do Capital e reconfigurações do capitalismo nas suas interfaces estruturais e conjunturais contemporâneas com o *mundo do trabalho*.

Para o jovem Marx (terceiro manuscrito) a *totalidade do que se chama história mundial* é apenas a criação do homem através do trabalho humano. Os acontecimentos estruturam a sociedade e a relação do homem com o mundo, expressam a universalidade do ser e as ligações com os aspectos universais da realidade objetiva – que para Marx, o caráter social é o caráter universal de todo o movimento “assim como a sociedade produz o homem enquanto homem, assim ela por ele é produzida” (MARX, 1993, p. 194).

Por conseguinte, faz-se importante abstrair as contradições que balizam os processos históricos e fenômenos e as relações de produção das contradições. Conforme analisa Kosik (2002, p. 69) o problema não consiste em reconhecer a prioridade da totalidade face as contradições, ou as contradições face à totalidade, precisamente porque tal separação eliminaria uma e outra, pois elas imbricam-se: “a totalidade sem contradições é vazia e inerte, as contradições fora da totalidade são formais e arbitrarias”. Na leitura Marxiana, a historicidade é uma característica ontológica não redutível ao movimento da matéria e, o conhecimento dialético tem o caráter de mera aproximação, pela infinita interação de complexos que tem relações heterogêneas, que são também sínteses de dinâmicas heterogêneas e infinitas (LUKÁCS, 1979).

Em *a ideologia alemã*, Marx refere sobre os aspectos das relações históricas e apresenta a dupla relação de produção da vida, qual seja, de um lado como relação natural, de outro como relação social. E assim, um modo de produção está sempre ligado a uma forma de cooperação, que é, em si mesmo, uma força produtiva e uma relação social, que são condicionadas pelas forças produtivas, o que requer que os estudos elevem a conexão das necessidades com o modo de produção e suas determinações à ordem social. Na força produtiva reside o poder social, onde nasce a cooperação dos indivíduos exigida pela divisão do trabalho.

Todavia, é no mundo do trabalho que ocorrem as mutações internas da divisão do trabalho, onde se leva em conta a distinção entre o trabalho (nos diferentes tipos) e seus interesses. Diz Marx (na ideologia alemã) que pela divisão do trabalho, dentro dos diferentes ramos, desenvolvem-se as subdivisões entre os indivíduos que cooperam em determinados trabalhos e as posições de tais subdivisões particulares surgem uma com relação as outras, condicionadas pelo modo como pelo qual se exerce o trabalho.

Os diferentes estágios do desenvolvimento da divisão do trabalho representam as formas diversas da *propriedade* (aqui a propriedade da força de trabalho). Assim, “cada fase da divisão do trabalho determina igualmente as relações entre os indivíduos no que diz respeito ao material, ao instrumento e ao produto do trabalho” (MARX E ENGELS, 2005, p. 46).

A divisão do trabalho é, segundo Marx, uma das principais forças históricas que se expressa no seio da classe dominante como divisão do trabalho espiritual e material. A classe dominante dispõe dos meios de produção (material e espiritual) o que faz com que sejam a ela submetidos todos aqueles que não dispõem de meios de produção – e se realiza na manifestação das relações dominantes compreendidas sob a forma de ideias. No interior dessa classe, uma parte aparece como os pensadores, enquanto os demais se relacionam com suas ideias de forma mais passiva e receptiva, com menos tempo para produzir ideias (MARX E ENGEL, 2005, p.79). A divisão de classes se assenta diretamente na divisão do trabalho e nos instrumentos da produção (Marx, 2005). O desenvolvimento do capital, independente da propriedade da terra (com a separação entre o campo e a cidade) a propriedade passa a ser o *trabalho* e seus metabolismos.

A propriedade privada chega ao capital moderno condicionada pela indústria e pela concorrência universal. Chega-se a época em que são originadas as forças produtivas e formas de troca e surge a classe que vive do trabalho. A essa propriedade privada moderna corresponde o Estado moderno. Na divisão do trabalho estão dadas as condições de trabalho, instrumentos e materiais, a fragmentação entre capital e trabalho, que tende a aumentar na medida em que se desenvolve a divisão do trabalho e aumenta a acumulação – diferentes formas da propriedade. E o trabalho só subsiste sob o pressuposto desta fragmentação.

A Revolução Industrial²¹ e a ascensão da burguesia marcam um processo histórico de transição que fortaleceu a luta de classes, desenfreando a Revolução Francesa, em 1789 e o

²¹A Crise do feudalismo é o solo histórico do movimento que conduzirá ao mundo moderno - a Revolução Burguesa (NETTO e BRAZ, 2008, p.70-71). Em “A era das Revoluções”, é possível compreender que as

limiar da modernidade. Kujawski (1988) refere a *Belle époque* como o ponto culminante e a fase áurea da modernidade como um todo que imprime a ambiguidade e que se reflete na cultura e na crise e que, com exame mais atento, nos convence de que “a alma desta época é: não a alegria de viver, mas a euforia do poder”. Époça em que as cidades cresceram, surgem as metrópoles, dinamismo da comunicação, que emerge o consumo de bens produzidos pela indústria e a democracia não é mais uma mera expectativa.

A crítica moderna se ocupa da realidade histórica²², elevando-se aos problemas humanos na ordem social que revela cada época. A formação da sociedade capitalista ao mundo político impacta nas relações sociais de produção e reprodução da vida, sobre a qual também se revoltam, suportam e alienam-se sob auspícios de uma civilidade que concentra poder e expõe as mazelas da desigualdade na apropriação de bens e serviços criados pelas próprias *forças* humanas.

“A relação da indústria, do mundo da riqueza em geral, ao mundo político, é um dos problemas fundamentais dos tempos modernos” (MARX, 1993, p. 82). A emergência do Estado burguês consiste na supremacia da classe burguesa, no domínio do conhecimento e suas articulações para o desenvolvimento das forças produtivas e a estruturação do modo de produção capitalista se dá sob o domínio da classe dominante, que se organiza de forma a universalizar os seus interesses particulares e garantir sua hegemonia.

No campo da *política*²³, o ponto nevrálgico dessas transformações remete a compreensão de elementos das crises que eclodiram na Europa Ocidental e disseminaram para o resto do mundo e não esgotam seus reflexos. Combinando o uso da razão à centralidade do homem (humanismo²⁴) à natureza e a história, ascendem preocupações com os fundamentos

alterações originárias da Revolução Francesa e Industrial (1789/1848) minam os países imediatamente afetados e disseminam para o mundo sob as mais diversas expressões (HOBSBAWM, 1977).

²² Ao mencionar “realidade histórica” pensa-se na construção heteróclita de categorias que a racionalidade moderna produz a partir das transformações societárias em difusão no século XVII e que ganham o mundo com repercussões profundas nas diferentes áreas do conhecimento e na produção e reprodução humana pelo trabalho – foco que este estudo pretende apresentar, por conexões causais da divisão social do trabalho e o impacto sobre as ocupações contemporâneas e, mais especificamente, na práxis e teleologia da profissão do Serviço Social no século XX e XXI, sob o recorte de análise sobre a materialização da reestruturação no trabalho desenvolvido por trabalhadores(as) assistentes sociais.

²³“O homem é, no sentido mais literal, um *zoon politikon*” (LUKÁCS, 1979, p.144) e, desde o pensamento aristotélico, um “animal político” inclinado a fazer parte de uma polis (cidade) enquanto sociedade política (ARISTÓTELES, 2001) portanto, um ser social dotado de racionalidade que se distingue dos outros seres da natureza.

²⁴ O Movimento do Humanismo conjuga-se em virtude da decadência da Igreja enquanto poder Estatal (século XVI) abarcando as preocupações ligadas ao antropocentrismo e convergindo aos ideais de autonomia e liberdade política. A importância desses movimentos no cenário Europeu evidenciou a proposta Iluminista desenvolvida pela Revolução Francesa (1789 – Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão) no século XVIII (CHAUÍ, 2005).

da organização social e política na ordem moderna, propagando significados substancialmente heterogêneos nas sociedades. Coadunam-se processos contraditórios tanto no campo intelectual ou empírico que tem profícua relevância para a compreensão do modo de produção capitalista e a articulação política de Estado e Sociedade.

É justamente nessa contradição entre o interesse particular e o coletivo, que o interesse coletivo toma, na qualidade de Estado, uma forma independente, distinta dos reais interesses particulares e gerais e, ao mesmo tempo, na qualidade de uma coletividade ilusória (MARX E ENGELS, 2005, p.60).

Final do século 19²⁵ e início do século 20 (1914) - uma época em que a igualdade fundada na Revolução Francesa, vivida como abstração é conquistada numa dimensão total e não só no plano econômico - a democracia deixa de ser uma mera expectativa de direito para se concretizar na realidade; uma época em que se propunha novo modelo para a sociedade civilizada.

Marx e Engels trouxeram a tensão dialética da modernidade, que é ao mesmo tempo sólida e volátil, com a frase: “tudo que é sólido desmancha no ar”. Profundas transformações na produção e reprodução da vida em sociedade, que agudizam mudanças dos processos sociais históricos e para trabalhadores que protagonizam os avanços e retrocessos no mundo do trabalho. A civilização moderna são sociedades de mudança constante, rápida e se distingue das sociedades tradicionais. A sociedade moderna na caracterização de Marx e Engels em o *Manifesto do Partido Comunista*:

É a continua revolução da produção, o abalo constante de todas as condições sociais, a incerteza e a agitação eterna distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Todas as relações fixas e cristalizadas, com seu séquito de crenças e opiniões tornadas veneráveis pelo tempo são dissolvidas, e as novas envelhecem antes mesmo de se consolidarem. Tudo o que é sólido e estável se desmancha no ar e os homens são finalmente obrigados a encarar com sobriedade e sem ilusões sua posição na vida, suas relações recíprocas (MARX e ENGELS, 2000, p.48).

Na modernidade, em contraponto às *sociedades tradicionais*, as práticas sociais se transformam constantemente e, marcadas pela transitoriedade, as mudanças rápidas alteram a natureza das instituições modernas. A correlação de fenômenos da sociedade moderna, inauguram uma visão de mundo sob valores e princípios fundados no arbítrio do capital, no estímulo a centralidade do poder, nas reformas e descobertas que alteram a sociabilidade, as expressões das estratificações sociais, etc.

²⁵Da ruína da civilização do século XIX, com origens que dizem respeito à convulsão social e tecnológica na Europa, decorrem transformações sob o impulso da economia de mercado. As ameaças das restrições da economia mundial levam a civilização a centralizar-se em mecanismos institucionais de sustentação, muito embora as civilizações “resultam da interação de um grande número de fatores independentes, os quais, como regra, não se resume a instituições circunscritas. O equilíbrio de poder (Estado) foi organizado para servir ao sistema enquanto difundia uma nova economia, a economia do mercado auto regulável” (POLANYI, 2000, p.18).

Harvey (2008) situa a modernidade na conjugação entre o efêmero e fugidio e o eterno e imutável. O autor recorre a caracterização de Berman sobre modernidade: unidade paradoxal, unidade da desunidade, redemoinho de perpétua desintegração e renovação, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia; e recorre à frase de Marx para afirmar que ser moderno é ser parte de um universo em que “tudo que é sólido se desmancha no ar”. Refere a modernidade não apenas um rompimento com toda e qualquer condição precedente, mas como caracterizada por um processo sem fim de rupturas e fragmentações internas no seu próprio interior²⁶, reconhecendo a insegurança como a única coisa segura na modernidade.

O *projeto da modernidade* (gerado no pensamento racional iluminista no século XVIII para desenvolver a organização social, a ciência, a moralidade, a arte, a religião, etc. pela opressão, em nome do progresso humano) sempre teve críticos acerca do poder da razão e condições de uso dessa razão. Marx, que em muitos aspectos era filho do pensamento iluminista, buscou transformar o pensamento utópico numa ciência materialista ao mostrar que a emancipação humana universal poderia emergir da lógica classista e evidentemente repressiva, embora contraditória, do desenvolvimento capitalista (classe trabalhadora como agente da libertação e emancipação humana) considerando que, se o “*reino da liberdade só começa quando o reino da necessidade é superado*” então o lado progressista da história burguesa (da criação de enormes forças produtivas) tinha de ser reconhecido e os resultados positivos da racionalidade iluminista apropriado (HARVEY, 2008).

As transformações societárias produzem mudanças fundamentais no mundo do conhecimento, da cultura e do trabalho, com o desenvolvimento e metamorfoses do modo de produção capitalista. A crise no final do século XX marca profundas alterações na produção e reprodução da vida em sociedade e sinaliza o final brusco e violento da *Belle époque* (KUJAWSKI, 1988).

²⁶Onde, em tudo isso, poderíamos procurar algum sentido de coerência, para não falar da necessidade de dizer alguma coisa consistente sobre o “eterno e imutável” que se supunha espreitar esse turbilhão de mudança social no espaço e no tempo? Os pensadores iluministas geraram uma resposta filosófica e até prática para essa pergunta. Habermas aponta que o projeto de modernidade entrou em foco durante o século XVIII: desenvolver a ciência objetiva, a moralidade e a lei universais e arte autônoma nos termos da própria lógica interna destas; usar o acúmulo de conhecimento gerado por muitas pessoas trabalhando livre e criativamente em busca da emancipação humana e do enriquecimento da vida diária. O pensamento iluminista abraçou a ideia do progresso e buscou ativamente a ruptura com a história e a tradição esposada pela modernidade. Essa visão era incrivelmente otimista. O século XX deitou por terra esse otimismo. Pior ainda, há a suspeita de que o projeto do Iluminismo estava fadado a voltar-se contra si mesmo e transformar a busca da emancipação humana num sistema de opressão universal em nome da libertação humana. Há quem continue a apoiá-lo, com forte dose de ceticismo (Habermas) ou quem insiste que devemos, em nome da emancipação humana, abandoná-lo por completo: este é o cerne do pensamento filosófico pós-moderno (HARVEY, 2008, p 23).

Interessa afirmar, nesse trabalho de que a *organização do trabalho* ganha centralidade no paradigma da sociedade capitalista, caracterizando *transformações para além fronteiras e que repercutem no processo de trabalho e divisão social do trabalho e, em consequência, para a dinâmica das ocupações e da vida daqueles que o desempenham*. Conhecer as diferentes formas de organização do trabalho requer aprender alguns elementos que desencadearam crises e estratégias de superação que escamoteiam no mundo do trabalho, nas suas versões mais contraditórias nos complexos do desenvolvimento do capitalismo.

O período pós-guerra registra transformações na dinâmica das sociedades capitalistas e início da fase *monopolista* do capitalismo. Desde o projeto do *taylorismo*, mais conhecido como mecanismo normatizador (nos países mais avançados) que propunha a cooperação recíproca entre capital e trabalho organizada em forma de contrato (produto dividido entre as partes) e que se desenvolve em um conexo de crise. Marx (2011, p. 378) em *O Capital*, chamou de cooperação, “a forma de trabalho e que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos”.

No contexto da Segunda Revolução Industrial, o reordenamento no padrão tecnológico exprime o trabalhador para a relação direta com as maquinarias e acirra-se o conflito entre trabalho e o capital e precípuas mudanças nas formas de *gestão do trabalho*. O discurso da adesão a padrões científicos reordenava a subjetividade dos trabalhadores, buscando maior intensidade do trabalho. O taylorismo suscita a especialização de tarefas como exigências que reafirmam a necessidade de que os saberes sejam difundidos em prol das partes. A mudança da administração empírica para a administração científica, que significa reordenamentos nas atitudes dos trabalhadores com a chamada internalização da cooperação mutua – o trabalhador pode sugerir métodos e técnicas para os processos e é premiado por isso (TAYLOR, 1985). Referindo como estímulo ao trabalhador:

[...] deve ser dado à ele, para sugerir aperfeiçoamentos, quer em métodos, quer em ferramentas. E, sempre que um operário propõe um melhoramento, a política dos administradores consistirá em fazer análise cuidadosa do novo método e, se necessário, empreender experiência para determinar o mérito da nova sugestão, relativamente ao antigo processo padronizado. E, quando o melhoramento novo for achado sensivelmente superior ao velho, será adotado como modelo em todo o estabelecimento. Conferir-se-á honra ao trabalhador por sua ideia e ser-lhe-á pago prêmio como recompensa (TAYLOR, 1985, p. 116).

Confere, no entanto, na racionalidade administrativa, os princípios de cooperação entre trabalho e capital que afirma a *divisão de trabalho manual e intelectual*, sobrepondo a

valorização ao trabalho intelectual como contribuição à execução do trabalho manual. E, na distribuição de tarefas está implícita a maximização de tempos e movimentos, consoantes aos mecanismos de poder – avaliação e controle da direção, visando potenciar a eficiência individualmente. “Esse sistema procura conhecer a personalidade do trabalhador, [...] concede a ele tempo e auxílios necessários para se tornar eficiente no trabalho atual ou transferir para outro, no qual seja capaz física e mentalmente” (TAYLOR, 1985, p. 75).

O sistema fordista²⁷ de produção (nos anos 1930) é marcado pela crise de 1929 e a Segunda Guerra mundial. Se estabeleceu como respostas às tendências de crise do capitalismo, se consolida e expande no pós- guerra e também contribui para a estética do modernismo e para o modo de organização das relações de trabalho, na medida em que os Estados buscam formas de regulamentação administrativa. A Grande Depressão (1929-1933) abalou a perspectiva teórica neoclássica e propiciou a eclosão da revolução keynesiana (teoria elaborada por Keynes e Kalecki) com a ideia de que as crises poderiam ser submetidas a certo grau de controle e atenuadas pela intervenção do Estado burguês.

As medidas de racionalização para potencializar a acumulação capitalista, dinamizava o consumo e incidia sobre os trabalhadores, com a redução de mão de obra especializada e restrição à organização sindical. Na década de 1940 (com greves e movimento operário alargado) é destacada a presença de mulheres como operadoras no espaço fabril e a ofensiva ao capital é acirrada sobre o trabalho, especialmente com a intensificação do ritmo (de desempenho) e pressão sobre os salários²⁸.

Concernente a esse sistema, os descontentamentos culminavam em tensões e a legitimidade do poder do Estado dependia de levar benefícios e encontrar meios de oferecer assistência adequados. Contudo, as expectativas desmoralizadas, o gerenciamento estatal fordista e Keynesiano foi criticado pela oposição a ser associado com a estética funcionalista (HARVEY, 2008).

²⁷A data inicial simbólica do fordismo deve ser 1914 quando introduz o dia de oito horas e cinco dólares aos trabalhadores da linha de montagem de carros. “Ford acreditava que o novo tipo de sociedade poderia ser construído com aplicação adequada ao poder corporativo. [...] Por isso, em 1916, enviou um exército de assistentes sociais aos lares de seus trabalhadores “privilegiados” (em larga medida imigrantes) para ter certeza que o “novo homem” da produção de massa tinha o tipo certo de probidade moral, de vida familiar e de capacidade de consumo prudente (isso é, não alcoólico) e “racional” para corresponder às necessidades e expectativas da corporação” (HARVEY, 2008, p. 122).

²⁸ O Plano Marshall foi um programa que possibilitou reconstruí a economia Europeia, buscando apoio e atribuindo novas funções para a intervenção do Estado. Com o crescimento da economia era possível recuperar os salários dos trabalhadores na estrutura hegemônica do projeto fordista, baseada na Organização Científica do Trabalho (OCT).

Portanto, a Organização científica do trabalho, neste período, demarca a ofensiva sobre o trabalho com investida de caráter *tecnológico* e *político* para ampliar o controle sobre os processos de trabalho, que se intensificam na década de 1950, e que repercutem para o conflito e geração de desemprego - com a especificação das tarefas e substituição da força de trabalho pela maquinaria. Incidem novas necessidades de aprimoramento dos trabalhadores para a valoração de sua força de trabalho nos processos produtivos e aumento de produtividade (intensificação) desejado pelo capitalismo.

O sistema fordista de produção passa a se retrair (na década de 1960) especialmente no primado da recessão econômica, diante dos desafios da chamada globalização, com os ditames da concorrência internacional. Como disse Marx (2011) em *O Capital*, dados os imperativos da acumulação do capital, a reprodução ampliada é uma exigência do modo de produção capitalista e sua não efetivação significa início de crise, e, nesse sentido, as calamidades das crises econômicas fazem parte do ciclo capitalista.

Com as crises, caracterizadas por Marx como as interrupções do processo de trabalho, os ciclos tendem a se renovar através de fases sucessivas de depressão, reanimação e auge, que desemboca na crise seguinte, a partir da qual se origina novo ciclo (natureza cíclica do movimento da reprodução no impulso do capital à sua valorização). Nas crises, a produção de mercadorias entram em contradição com a sua própria valorização, pois a sua produção e circulação são os pressupostos históricos de constituição do Capital.

Os sistemas de produção com a organização do trabalho nos modelos do taylorismo e fordismo vigoram até aproximadamente meados da década de 1970. Autores como Harvey (2008) e Antunes (2010) atribuem sua derrocada à própria dinâmica expansiva do capitalismo, uma vez que, devido aos excessos da fabricação em larga escala, desde o decênio de 1960 os mercados consumidores já mostravam indícios de saturação e necessidade de criar mercado de exportação para o excedente²⁹. Também, a imposição da renovação tecnológica (maquinarias) para aumento da produtividade e intensificação do ritmo de trabalho, não ocorreram sem resistências, em movimentos de greves e reivindicações por *condições de trabalho* e melhores salários que expõem o conflito das relações de produção e reprodução da vida pelo trabalho.

Nessa conjuntura, a “rigidez” do fordismo impõe limites para a criação de novos modelos de produtos (porque as máquinas projetadas para a produção em série) impediam a

²⁹ “E isso ocorreu no momento em que o sucesso da racionalização fordista significava o relativo deslocamento de um número cada vez maior de trabalhadores da manufatura” (HARVEY, 2008, p. 135).

flexibilidade de planejamento, de mercado e contratos de trabalho, impondo, mais uma vez, ao capitalismo a necessidade de se reinventar, e “o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do Keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo” (HARVEY, 2008, p.135).

As medidas forjadas para o equilíbrio da recessão econômica (crise do petróleo em 1973) geram déficits comerciais e aceleram a ofensiva de reorganização da produção, que vale sublinhar, passou da *redução de salários à redução de emprego*, baseados na difusão de inovações tecnológicas e transformações da operacionalização dos processos. Na análise de Harvey (2008) a crise do fordismo foi tanto geográfica e geopolítica como uma crise de endividamento, lutas de classes ou estagnação corporativa das nações-Estado e pode ser interpretada até certo ponto, como o esgotamento das opções para lidar com o problema da superacumulação, sendo que os mecanismos desenvolvidos para controlar tendências de crise terminaram por ser vencidos pela força das contradições subjacentes ao capitalismo.

A partir da década de 1980, nas maiores potências capitalistas, despontam novas diretrizes do processo produtivo que se caracterizam em contraponto à rigidez e à fabricação em grande escala (fundamentos do fordismo). A regulação e reestruturação econômica e formas de reajustamento social e político, com estratégias globalizantes para garantia de um novo modelo de acumulação e regulamentação - *acumulação flexível* - afetam os processos de organização da produção e, por consequência, o mundo do trabalho.

Em condições de acumulação flexível, os sistemas de trabalho transitam para uma profunda transformação do mercado de trabalho e *modo de ser flexível* do trabalho, com impactos desde as habilidades, a regulamentação e condição de assalariamento ao desmonte da organização coletiva dos trabalhadores, pelas próprias condicionalidade em que dispõem a *força de trabalho* no mercado. A tendência para a satisfação imediata das necessidades específicas, trabalho para além das jornadas contratadas, e formas distintas de ocupações, com falseabilidade da regulamentação e contratação sob sistemas de ajustamento alternativos e alto índice de rotatividade.

Esse modelo de acumulação do capital caracteriza-se pelo surgimento de setores novos, novos mercados e altas taxas de inovação comercial, tecnológica e organizacional, envolvendo mudança nos padrões de desenvolvimento desigual, criando movimento no emprego, no chamado “setor de serviços” e também as relações estreitas e difusas entre o público e privado, num espaço cada vez mais amplo e variado. Diante dessa segmentação, as variáveis da flexibilização, em favor da acumulação, reduziram o poder dos trabalhadores e

reacentuou as a vulnerabilidade dos grupos desprivilegiados (mulheres, jovens, negros, minorias étnicas, etc) (HARVEY, 2008).

Os valores galgados na estruturação da organização pós-fordismo, deslocou investimentos para o setor terciário (de serviços) com impactos para a divisão do trabalho potenciando as desigualdades, no liame de uma contradição entre os grandes centros urbanos (cidades desenvolvidas e expansão) e espaços estagnados, que reduzem população e capacidades produtivas e que incidem sobre a capacidade de absorção da força de trabalho, abrindo precedentes para o julgo da disposição para o deslocamento geográfico e temporal, com todas as implicações emergentes para a organização da vida (em sociedade, familiar, etc..) dos indivíduos (trabalhadores). Em âmbito macro, Harvey (2008) refere que a reconstrução dos focos de acumulação flexível, tendem a solapar a organização do trabalho e retroceder o poder das organizações sindicais.

Entre as mudanças desta época, destaca Hobsbawm (1995) que uma das mudanças mais impressionantes do século XX foi o aumento do setor terciário e o aumento significativo da entrada da mulher no mercado de trabalho (em relação ao período de 1940 -1970). Também Harvey (2008, p. 146) ao analisar a transição para a acumulação flexível, destaca que esta é marcada por uma revolução no papel das mulheres no mercado e nos processos de trabalho. Os efeitos de seu papel na divisão social do trabalho devem ser considerados na indústria, na produção fabril, assim como no imperativo e expansão do setor de serviços que explora o trabalho feminino em condições vulneráveis, dada a forma organizacional e técnica apropriada divisão do trabalho – especializada e de adaptabilidade para as necessidades do trabalho (propósitos especiais e produtos diversos).

O sistema *Toyotista* de produção, que veicula o novo paradigma produtivo, se caracteriza por acentuar a reprodução ampliada do capitalismo, que não se fundamenta na quantidade, mas na exploração de pequenos *nichos*³⁰ de mercado e incentivo ao consumo³⁰, o princípio da flexibilidade atinge os processos de trabalho e, por consequência, o conjunto de trabalhadores e sua capacidade de trabalho.

Os princípios do sistema de produção Toyota, se tornam uma maneira de organizar a operacionalização dos processos e criar uma visão para o que seria o ideal da operação. Nesse sistema, o fluxo do valor de pessoas, está condicionado da demanda de produtos, e vice-versa.

³⁰ “A acumulação flexível foi acompanhada na ponta do consumo, portanto, por uma atenção muito maior às modas fugazes e pela mobilização de todos os artifícios de indução de necessidade e transformação cultural que isso implica. A estética estável do modernismo fordista cedeu lugar a todo o fermento, instabilidade e qualidades fugidias de uma estética pós-moderna que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moeda e a mercadificação de formas culturais” (HARVEY, 2008, p. 148).

Ocasionalmente o sistema é considerado um conjunto de técnicas e como insumo do fluxo de pessoas. A manutenção do menor estoque possível (*Just-in-Time*), o sistema puxado por demandas, lucro por meio do controle da diferença entre custos de produção e preço de venda, qualidade intrínseca ao processo e a força flexível do trabalho³¹ (LIKER e HOSEUS, 2009).

Nessas tendências, a adesão do trabalhador aos programas de produtividade transformou em uma questão fundamental nas *novas formas de gestão do trabalho* (na produção). Para os trabalhadores chamados “permanentes”, recai um maior grau de autonomia e comprometimento na organização dos processos de trabalho e controle no ordenamento de tarefas. Ou seja, o Capital adentra os trabalhadores aos seus valores e leva os indivíduos a suprimir suas particularidades e incorporar a lógica da produção como elementos de sua percepção, iludidos pela garantia de emprego “estável” em períodos de crises. E síntese, os sistemas de controle flexível primam:

Por meio de alocação precisa, quadro de lotação fixo otimizado e força de trabalho enxuta e eficiente, garantimos a capacidade de nos adaptar flexivelmente a flutuações na produção. Para realizar o emprego estável é necessário manter o quadro de funcionários fixo a níveis mínimos, estabelecer planos de força de trabalho e contratação de médio e longo prazo e fazer a sintonia fina com as flutuações [...] (LIKER e HOSEUS, 2009, p. 361).

Essas tendências, no entanto, são extensivas e elaboradas como regras aos diversos setores, difundindo a *necessidade* de flexibilidade para o conjunto das relações entre capital e trabalho e cumpre reafirmar as instâncias de poder nas relações entre vantagens (benefícios, condições físicas, etc.) e restrições (subordinação e dedicação).

Para Harvey (2008, p. 150) desfaz-se a tese de autores que sugerem a desorganização do capitalismo, pois esta situação “é a maneira como o capitalismo está se tornando cada vez mais organizado através da dispersão, da mobilidade geográfica e das respostas flexíveis nos mercados de trabalho, nos processos de trabalho e nos mercados de consumo”.

As determinações flexíveis imponham um quadro de “colaboradores” com perfis específicos, enxuto e composto por profissionais mais qualificados, polivalentes e aparentemente “participativos” (ao contrário da necessidade ampliada de operários fordistas, fixados em seus postos para a execução de tarefas parcelares). Preza por um perfil de trabalhadores que se mostrem aptos para a manipulação de um maquinário tecnologicamente mais avançado pela drástica redução do número de funcionários por unidade (institucional) e,

³¹ No livro, *A Cultura Toyota*, LIKER e HOSEUS (2009, p.90) caracterizam a força de trabalho flexível: “manter a flexibilidade e a motivação da força de trabalho para permitir respostas rápidas a mudanças da demanda no mercado. Também envolve o uso de técnicas como padronização de processos, controle visual, treinamento cruzado, rotação e classificação de trabalho” e o sistema de gestão do trabalho se concentram em solucionar problemas por meio do envolvimento dos trabalhadores.

finalmente, pela necessidade de integração controlada entre os diversos setores, visando a qualidade da produção. As medidas *imbricam-se nos serviços estatais*, como resultados da erosão do compromisso social entre o trabalho e governo no mundo capitalista avançado.

Harvey (2008) assinala três proposições do capitalismo que se mantêm na acumulação flexível: 1) é orientado para o crescimento: essencial uma taxa equilibrada de crescimento, implica crescimento dos lucros para a acumulação de capital ser sustentada. Pouco importam as consequências (sociais, políticas...) o crescimento é tanto inevitável como bom, a crise é definida como falta de crescimento; 2) O crescimento em valores reais se apoia na exploração do trabalho vivo, por isso o controle do trabalho, na produção e no mercado é vital para a perpetuação do capitalismo; 3) O capitalismo é, por necessidade, tecnológica e organizacionalmente dinâmico. A mudança organizacional e tecnológica também tem papel chave na modificação da dinâmica da luta de classes, essa inovação se torna crucial para a perpetuação do capitalismo. Para Marx, essas três condições necessárias do modo de produção capitalista eram inconsistentes e contraditórias, e por isso a dinâmica do capitalismo era necessariamente propensa a crises e fases periódicas de superacumulação.

Para Marx a tendência à superacumulação é um problema do modo de produção capitalista e estratégias³² como conter, exprimir, absorver ou administrar essas tendências, tornam-se fundamentais para que não ameacem a ordem social capitalista. Interessa para fins de análises, destacar a escolha pela desvalorização de mercadorias, que, impacta diretamente na desvalorização da força de trabalho que está no mercado ou que precisa desta inserção. Uma racionalidade que “atinge amplos segmentos da classe capitalista, da classe trabalhadora e das várias outras classes sociais que formam a complexa sociedade capitalista moderna” numa recombinação de estratégias que visam ao lucro/mais valia. Evidencia-se o apoio na extensão da jornada de trabalho e erosão dos salários – necessário para garantir a reprodução da classe trabalhadora num dado padrão de vida (HARVEY, 2008, p. 170).

Nessas considerações, assinala o autor que, no fordismo, as tendências de superacumulação foram resolvidas pela desvalorização (anos 30, 40) e a partir de 1945 surgiu uma estratégia de acumulação com razoável grau de coerência, fundamentada no controle da desvalorização e na absorção da acumulação por outros meios: desvalorização equilibrada através da obsolescência planejada; forte sistema de controle macroeconômico que dosava o ritmo de mudança tecnológica e organizacional, restringia a luta de classes e equilibrava mais

³²1. Desvalorização de mercadorias; 2. Controle macroeconômico, por meio da institucionalização de algum sistema de regulação; 3. A absorção da superacumulação por intermédio do deslocamento temporal e espacial (HARVEY, 2008).

ou menos a produção de consumo de massa através do gerenciamento estatal; expansão equilibrada dos investimentos a longo prazo, orquestrada pelo Estado intervencionista. Nessas premissas, “a crise do fordismo pode ser interpretada até certo ponto como o esgotamento das opções para lidar com o problema da superacumulação” (HARVEY, 2008 p.173).

Na esteira do novo paradigma, a necessidade de acesso às informações (atualizadas) e diversificação do trabalho acentua a importância do conhecimento científico como possibilidade de vantagem competitiva, no mercado, nas relações interpessoais e do próprio consumo. Em contraposição aos modelos anteriores de organização da produção, que se pautava na expropriação do conhecimento adquirido nas relações de trabalho, atualmente, o capitalismo depende do trabalho intelectual que amalgama as bases da chamada “sociedade do conhecimento”. O mundo da representação e do conhecimento passou por transformação fundamental.

No rastro do ensino produzido em massa na primeira metade do século XX (HOBSBAWM, 1995) verifica-se, nas últimas três décadas, uma ampliação ainda mais significativa das estratégias econômicas de *oferta da educação*, uma vez que essa adquire uma nova relevância perante as características e exigências decorrentes do novo paradigma produtivo. A dinâmica do processo de reestruturação produtiva parece, falsamente, caminhar em direção a uma racionalização mais “humanizada” e “democrática” da produção, levando a análises entusiastas e otimismo sobre essa disseminação.

Na organização da produção, a *especialização flexível* desperta para a superação do modelo taylorista e fordista e a implantação de novos modelos de produção. Estas implicações no mundo do trabalho tomam dimensão maior com a reestruturação econômica, política e social que emerge mundialmente, nos anos 1990 do século XX em especial, nos países em desenvolvimento como o Brasil, em resposta às crises de superprodução capitalista. Diante deste quadro sócio-histórico que conforma e atravessa a conformação da divisão do trabalho e as profissões no processo de trabalho que são inerentes ao modo de produção.

Na esteira da globalização econômica, política, cultural, um novo regime de acumulação de capitais entra em cena como resposta a mais uma das crises do capital já mundanizado, adotando o padrão de acumulação *toyotista* de origem japonesa ou também denominado “acumulação flexível”. No âmbito da política, a vigência do neoliberalismo que preserva traços do liberalismo clássico, trazendo elementos novos, principalmente em relação à intervenção do Estado na dinâmica da sociedade capitalista e da *questão social globalizada* – as estratégias governamentais nos países em desenvolvimento, a partir dos anos 1990 até os

dias atuais seguem os ditames neoliberais, acompanhando os movimentos desta época e contexto histórico.

No final século XX ocorrem mudanças profundas no modo de produção, seja de mercadorias ou realização de serviços e, no que concerne ao trabalho, o mundo vive hoje, em escala global uma destruição aguda de direitos do trabalho pelos auspiciosos interesses do capital financeiro (fusão de capital produtivo e capital industrial) (ANTUNES, 1996). Os trabalhadores se inserem nas mais diversas condições de trabalho, que nem sempre garantem os direitos sociais do trabalho, ou em condições precarizadas para o desenvolvimento.

A sociedade tende para alterações profundas com a expansão dos serviços na economia, que modificam as estruturas. O papel do Estado teve importância no desenvolvimento de classes nas sociedades industriais. As políticas sociais voltadas ao trabalho, contribuíram para a configuração do *mundo do trabalho* e a inserção dos trabalhadores.

Ocorre, no entanto, gradual alteração no interior da estrutura social compatível cada vez mais com o predomínio de novas formas do trabalho imaterial. O antigo movimento de estruturação do mercado de trabalho deu lugar a trajetórias do desemprego, emprego parcial entre outras formas de *trabalho precário*.

A passagem do fordismo para o *toyotismo* terminou sendo acompanhada pela crescente instabilidade nos destinos ocupacionais, distante da incorporação dos ganhos de produtividade, sem proteção do Estado e com ausência de regulação pública. Para Alves (20017) com aspectos voltados para realizar uma nova “captura” da subjetividade operária pela lógica do capital.

Ao assumir um valor universal, o toyotismo passou a mesclar-se em maior ou menor proporção, as suas objetivações nacionais (e setoriais) com outras vias de racionalização do trabalho, capazes de dar maior eficácia à lógica da flexibilidade (ALVES, 2007, p. 163).

Evidencia-se a emergência da sociedade dos serviços - a conformação de estruturas sociais complexas deve-se à transição das primitivas sociedades agrárias para o fenômeno da desindustrialização seguido do avanço do processo de terceirização³³ da economia que se reflete no tipo das novas ocupações geradas e nas diferentes formas de inserção nos postos de trabalho e condições de remunerações auferidas pela mão de obra empregada, na maioria das vezes abaixo daqueles definidos como de classe média (urbanas e industriais).

³³ Sobre os avanços do trabalho terceirizado, perfil do trabalhador e relações de trabalho terceirizado como expressão das transformações no modo de produção e distribuição de bens e serviços transcorridos no final do século XX, discute Pochmann (2012) no livro *Nova Classe Média? O trabalhador na base da pirâmide social brasileira*.

A crise de 2008 sinaliza esgotamento de um período cíclico do capitalismo globalizado, na medida em que trata-se da *liberalização da era neoliberal* desencadeando a valorização do capital fictício e concorrência fácil, contribuindo para a acumulação de capital. Nesse contexto, como consequência da crise de superprodução, vem a destruição de forças produtivas, desemprego, desigualdade social e crise política (SAMPAIO JR., 2009).

Estudos de Pochmann (2012) sinalizam que a crise (de 2008) abriu espaços para o Brasil, enquanto país periférico, e pode ser identificada como uma nova fase de desenvolvimento capitalista apoiada em uma nova estrutura de funcionamento. Para o mesmo autor, a partir de 1980, assistiu-se uma nova dimensão de mudanças no país interligadas às modificações na estrutura produtiva, sobretudo a geração de postos de trabalho, sendo que a crise mundial, verificada na primeira década do século 21, promove as bases de uma nova fase de desenvolvimento capitalista – no contexto do capital globalizado.

O tripé da expansão do capital consiste na alteração da partilha do mundo em função do policentrismo, na era da associação direta do ultramonopolista privado com o Estado supranacional e na revolução da base técnico-científica da produção consumo sustentável ambientalmente (POCHMANN, 2010, p. 161)

Nessa perspectiva, com a crise em países centrais do capitalismo mundial, o âmbito sul americano ganha espaço, mas também destaca-se que o modelo de globalização neoliberal produz o poder monopolista privado que tende a estreitar relações orgânicas com o Estado. Todavia, destaca-se a internalização da revolução técnico-científico no processo de produção e consumo.

Todavia, o modelo de globalização neoliberal produziu uma era inédita do poder monopolista privado, sendo que ganha relevo o fortalecimento e estreitamento orgânico dos Estados para melhorar as condições gerais de produção dos mercados, na regulação da competição e acumulação intercapitalista cada vez mais apoiado no trabalho imaterial, fruto das exigências que o trabalho seja realizado em qualquer lugar e horário – excedente da força de trabalho cresce com atividades cada vez mais precárias e empobrecedoras, se não houver ampliação do fundo público (POCHMANN, 2010).

Por conseguinte, as medidas para o enfrentamento da crise demarcam a participação genuína do Estado na economia, que já marcou a cobertura nas crises precedentes dos sistemas de produção. Parafraseando Sampaio Jr. (2009, p. 81) “nos marcos da ordem burguesa, o futuro é sombrio” pois, a instabilidade econômica é crescente e as desigualdades ganham proporções ampliadas e se restringe conquistas democráticas.

Assinala Pochmann (2010) que a crise no século XXI dissemina a subordinação à lógica das forças de mercado, mas adverte sobre uma tendência à inflexão da globalização

pela própria contração das restrições ao emprego e o corte de remuneração aos ocupados no mercado de trabalho.

Sob auspícios de uma característica que lhe é peculiar, o modo de produção capitalista reproduz o *ethos* societário que concentra riquezas e acentua as desigualdades entre as classes. Sustenta um processo cíclico em que alteram-se as fases, geram ilusões, mas com o cuidado de não descolar da acumulação do capital que impulsiona e sustenta o movimento do mercado de consumo, que também estabelece a relação de concorrência no mundo do trabalho, com imediatas repercussões éticas e morais.

Sendo assim, a ética do indivíduo se molda a partir dos valores cotidianos de uma sociedade concorrencial, que automaticamente, como afirmava o clássico Marx nos manuscritos, comprova a objetificação do pensamento que se reproduz a si mesmo e ativamente em sentido real, no próprio reflexo de mundo por ele construído.

Na esteira das crises, ávidas de um legado de transformações do trabalho e do modo de vida individual e coletivo, emergem *projetos societários* organicamente estruturados e com orientações teórico-práticas que identificam valores da ordem social convencionalizada como ideal, que incorporam a lógica capitalista e a pressão intensa sobre os trabalhadores, à medida que acumulam-se as riquezas nas mãos de uma minoria e intensificam-se as desigualdades e os processos de individualismos.

Os projetos societários são projetos coletivos; mas o seu traço peculiar reside no fato de se constituírem projetos macroscópicos, em propostas para o conjunto da sociedade. Só eles apresentam esta característica; os outros projetos coletivos não têm este nível de abrangência e inclusividade (NETTO, 1999 p. 94).

Importante compreender de que os *projetos societários* refletem transformações, forças coercitivas e determinações ideológicas, políticas com base em interesses de uma parcela da população, mas tendem incessantemente atrair adeptos para sua hegemonia. Netto (1999, p.94) identifica que, numa sociedade como a nossa, projetos societários são projetos de classe, “constituem estruturas flexíveis e mutáveis, incorporam novas demandas e aspirações, transformam-se e renovam-se segundo as conjunturas históricas e políticas”.

Em contraponto, os projetos progressistas. Esses projetos defendem valores emancipatórios, evidenciam categorias elementares do modo de produção e a criação e distribuição de bens e serviços, analisam as crises, contradições e influxos que repercutem no trabalho e na vida dos trabalhadores, buscando estratégias para enfrentar as adversidades.

2.2 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E INTERFACES COM OS PROCESSOS DE TRABALHO

É preciso descobrir a lei dos fenômenos que se pesquisa (MARX, 2011). Considerada a vasta produção sobre as mudanças no mundo do trabalho, pretende-se desenvolver uma revisão teórica que elucide as tendências da reestruturação produtiva³⁴ que operam e se opõem aos processos de trabalho, no sentido de fortalecer a direção que se quer conduzir a análise. Conjugam-se informações para a compreensão de elementos que conformam ocupações no universo da divisão social do trabalho, com enfoque do problema no âmbito do Serviço Social, nesse estudo.

Faz-se contundente a revisão conceitual do que se entende por *trabalho*, como categoria central nessa abordagem teórico-metodológica. Marx, em *O capital*, caracteriza o trabalho como uma atividade realizada pelo homem em interação com o mundo natural, do qual este mesmo faz parte. Supõe um *processo* pelo qual os elementos deste natural são conscientemente modificados à espreita de determinados propósitos substanciais de garantia da vida.

O trabalho, no verdadeiro sentido da palavra, começa com a elaboração de instrumentos³⁵ (Engels, 1999) e, numa relação dialética, à medida que torna-se diversificado, torna-se complexo e tende a aperfeiçoar-se a cada geração, com conseqüente ampliação para novas atividades, mais distintas e exigentes. Sobre a natureza o homem dispende suas forças naturais no intuito de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para a própria vida, e, nesse movimento em que modifica a natureza, modifica a si mesmo³⁶.

A teoria marxiana propõe a antropologia do *homo faber* – o trabalho como fundamento antropológico das relações econômicas e sociais em geral, e a humanização, no entanto, se realiza sob o aspecto de autocriação do homem no processo de transformação da natureza pelo trabalho (MARX, 2011)³⁷.

³⁴ Considerando a revisão explicitada no item anterior sobre as Crises do Capital, reconfigurações do capitalismo e impactos sobre o trabalho.

³⁵ Em, *a transformação do macaco em homem*: a julgar pelo gênero de vida dos povos mais antigos, homens pré-históricos, são instrumentos de caça e de pesca, sendo os primeiros utilizados como armas – que significa o afastamento do homem do reino vegetal e a elevação sobre os animais (Engels, 1999 s.n).

³⁶ Põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio (MARX, 2011, p.211)

³⁷ Com o desenvolvimento das sociedades - com ênfase na sociedade burguesa, o trabalho transita de uma atividade de mediações para angariar a subsistência e potencializa-se em ação produtiva e relações assalariadas,

Portanto, o *processo de trabalho* capitalista constitui-se do próprio trabalho (uma atividade orientada a um fim), do objeto de trabalho (a matéria que se aplica o trabalho) e o instrumental de trabalho (os meios) e, na medida em que o processo de trabalho se desenvolve tende a exigir meios mais elaborados.

O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador insere entre si e o objeto de trabalho e lhe serve para dirigir sua atividade sobre esse objeto”; [...] Os meios de trabalho servem para medir o desenvolvimento da força humana de trabalho e, além disso, indicam as condições sociais em que se realiza o trabalho (MARX, 2011, p. 213-214).

Nas particularidades da atividade pertencente exclusivamente a ele, o homem idealiza e analisa a transformação que pretende da matéria natural preexistente, de modo que a atenção para os objetivos (teleologicamente traçados) exigem motivações de perseguir uma finalidade.

No plano das motivações residem as capacidades de reação sobre os objetos, elementos propulsores para os atos que interessam resultados (produtos) nos processos de transformação na produção da vida, seja como relação natural ou relação social implicada essencialmente no sentido produtivo. Nestas correlações, em que a consciência, capacidade de abstração e discernimento favorecem a reação sobre os objetos e a criação de novas condições de humanização desenvolvem-se os diferentes tipos de trabalho.

As necessidades ampliadas geram novas relações sociais que geram novas necessidades, sendo que a satisfação das necessidades postula-se na geração de valores de uso, que é o produto que se realiza no processo de trabalho³⁸. “No processo de trabalho, a atividade do homem opera uma transformação, subordinada a um determinado fim, no objeto sobre o qual atua, por meio de um instrumental de trabalho” (MARX, 2011, p. 214).

A *força de trabalho*³⁹, despendida pelo trabalhador, materializa a realização do trabalho como um componente do processo de trabalho, que é uma atividade com finalidade e visa satisfazer necessidades humanas. Nesta dimensão, a força de trabalho é onipresente como uma mercadoria a ser comprada pelo capitalista – que em essência, dispõe o trabalhador (que

em que a “desvalorização do mundo humano aumenta na razão direta do aumento do valor do mundo dos objetos” (MARX, 2009, p.01) estabelecendo determinações perversas – objetificações do trabalho e de si – em que os indivíduos precisam produzir para aqueles que lhes dispõem condições e meios de produção, buscando satisfazer suas necessidades humanas a partir dos resultados desta relação.

³⁸ Concepção em Marx e Engels, em *a Ideologia Alemã*.

³⁹ “Por força de trabalho ou capacidade de trabalho compreendemos o conjunto das faculdades físicas e mentais existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie” (MARX, 2011, p. 197)

coloca à venda no mercado) a consumir e transformar os meios de produção com o seu trabalho.

Na força de trabalho repousam contradições, porque envolve a *distribuição desigual* quantitativa e qualitativamente do trabalho e de seu produto (envolve a propriedade) e as relações de *dependência* que se estabelecem entre os indivíduos que se relacionam entre si, e que Marx e Engels (2005, p 59) referem como “dependência recíproca dos indivíduos entre os quais o trabalho é dividido”.

A transição da organização do trabalho para uma criação totalmente específica do modo de produção capitalista, estabelece uma mediação de troca (relação de compra e venda) da força de trabalho, que é *propriedade* do trabalhador⁴⁰ e que caracteriza a objetivação do *trabalho assalariado*. Marx referiu no segundo manuscrito de que a existência do capital é a existência do trabalhador, já que este determina o conteúdo de sua vida (MARX, 1993).

Essa percepção da necessidade de estabelecer relações com os indivíduos e estabelecimento da individualidade social expõe o caráter social de desenvolvimento do capitalismo – forma histórica que se alicerça nos valores da sociedade burguesa, em que o selo distintivo do nexos social é a *propriedade privada*.

O novo processo de produção social cria, na sua gênese, o *trabalho alienado*, de modo que o trabalhador reproduz a alienação como forma de vida. Igualmente Marx, em *O Capital*, apresenta dois fenômenos que caracterizam os níveis de alienação: 1) O trabalhador se aliena ao *produto* do trabalho, na medida em que o seu trabalho pertence ao comprador, que dispõe do valor de uso da força de trabalho; portanto trabalha sob o controle deste último, que também cuida para que o trabalho se realize e se apliquem adequadamente os meios de produção; 2) Se aliena no *processo de trabalho*, na medida em que a relação do trabalhador à própria atividade lhe é estranha, pois não decide o que produzir e os meios de produção não lhe pertencem – no processo de trabalho ocorre o consumo da mercadoria (força de trabalho).

Nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, Marx (1993) referiu-se uma terceira determinação do trabalho alienado, que é a alienação de si mesmo – a vida produtiva torna-se a sua vida genérica (consciente) e individual e suas atividades tornam-se meio de existência. Como consequência da alienação ao produto de seu trabalho e da vida genérica, a quarta determinação é de que aliena-se e coloca-se em oposição em relação aos outros trabalhadores

⁴⁰ Diz Marx, a força de trabalho só pode aparecer como mercadoria no mercado oferecida e vendida pelo seu próprio possuidor, pela pessoa da qual ela é a força de trabalho. É condição para a venda que o possuidor seja proprietário livre de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa. Outra condição é que o dono dessa força de trabalho é forçado a vender sua força de trabalho que só existe nele mesmo (MARX, 2011).

(também alienados da vida humana) e nessa relação observa as diferenças e a relação de propriedade em que se encontra.

A propriedade privada culmina, no entanto, em produto do trabalho alienado e também é meio através do qual o trabalhador se aliena – a realização da alienação. E o trabalho assalariado é consequência necessária da alienação. E a divisão do trabalho é expressão do caráter social do trabalho no interior da alienação (MARX, 1993) porque requer e estabelece relações de indivíduos em disposição para trocar força de trabalho em diferentes tipos de ocupações no “mercado”.

Com o desenvolvimento social tem lugar a divisão social do trabalho⁴¹, onde se estabelecem contradições entre as relações sociais com as forças produtivas. Desde a forma de divisão natural do trabalho na família, já representa a desigual distribuição e a *propriedade*. Portanto, a divisão do trabalho e propriedade privada são expressões idênticas: a primeira em relação a *atividade* que se enuncia e a segunda em relação ao *produto* dessa atividade (MARX, 1993).

Na divisão do trabalho estão as vicissitudes da *contradição*, da *troca* e a *distribuição desigual*. “O resultado é que a *força de produção*, o *estado social* e a *consciência* podem e devem entrar em contradição entre si” pois, com a divisão do trabalho é dada a possibilidade (realidade) de que a atividade espiritual e material sejam destinadas a indivíduos diferentes (MARX e ENGELS, 2005 p.58), instituindo a *alienação*, condição em que a atividade não é mais dividida voluntariamente e a ação do homem se torna um poder estranho que lhe opõe e subjuga.

Para Marx a divisão do trabalho é resultado do desenvolvimento histórico (com a propriedade que é uma instituição instaurada pelos homens e dá um rumo para a sociedade). A divisão do trabalho estabelece a divisão de tarefas e universalização da dependência entre indivíduos como condição de satisfação de suas necessidades: desde o momento em que o trabalho começa a ser dividido, cada um dispõe de uma esfera de atividade exclusiva e determinada, que lhe é imposta e da qual não pode sair; e aí permanecerá, caso não queira perder seus meios de sobrevivência (MARX E ENGEL, 2005)⁴².

⁴¹A divisão do trabalho, que na origem, não era nada mais do que a divisão do trabalho no ato sexual e mais tarde tornou-se a divisão do trabalho que se desenvolve por si própria, em virtude de disposições naturais (força física, por exemplo) necessidades, acasos, etc. A divisão do trabalho só vai se tornar divisão efetivamente a partir do momento em que surge uma divisão entre o trabalho material e espiritual” (MARX E ENGELS, 2005, p.57).

⁴² Nos escritos *Para a Crítica da Economia Política*, Marx (2010) refere que a satisfação dessas necessidades passa pela divisão social do trabalho, na medida em que os indivíduos assumem uma ocupação – para satisfazer as suas necessidades deve empregar seu tempo em trabalho, de modo que produza para si e também para outros. Logo, *a diversidade de necessidades corresponde a diversidade de aptidões dos indivíduos para realizar diversos trabalhos necessários a satisfação dessas necessidade*.

A divisão do trabalho conforma uma expressão das mudanças estruturais e conjunturais do modo de produção capitalista e os impactos sobre o processo de trabalho, que na sua gênese se constitui do próprio trabalho e meios para efetivá-lo. Constitui o fundamento de toda a produção da mercadoria e vai desde a *separação das profissões* até a divisão que os trabalhadores dividem entre a elaboração de um produto (MARX, 2011). Após o surgimento da contradição, mudam as formas de troca - os indivíduos não realizam mais suas atividades como manifestação de si e por esta produzida (manifestação da individualidade), mas as atividades se realizam em condições unilaterais – as novas que corresponde as forças produtivas mais desenvolvidas.

Nesse sentido, com base na teoria crítica, Gorz (2003) também analisa que o trabalho, no sentido contemporâneo do termo, difere das atividades realizadas para auto-reprodução. Elas são realizadas na esfera pública (política) solicitada e definidas e remunerada por outros e, se definem como relações de assalariamento, numa “sociedade de trabalhadores”.

O trabalho na produção capitalista, em sua organização e hierarquia, ocorre na esfera pública (como profissões) e não na comunidade natural (esfera privada familiar) determinada pelas necessidades de subsistência e reprodução. Nesse sentido, o trabalho confere uma “identidade social” sob égide da racionalidade econômica e finalidades que consignam domínio, exploração e lucro (GORZ, 2003) e a diversidade das capacidades humanas, que se apresentam no mercado de trabalho, constitui mais o efeito do que a causa da divisão do trabalho, isto é, da troca.

Neste contexto, as transformações que atravessam os projetos societários editam o “trabalho”, nas características que se vive, como uma invenção da modernidade. Assim, a própria existência caracteriza-se como uma atividade social, portanto histórica, como analisa Marx (2005) na Ideologia Alemã: “todos os homens devem estar em condições de viver para fazer história” (MARX e ENGELS, 2005, p. 53).

Enuncia, portanto, a categoria ontológica central do trabalho que dá origem a uma nova objetividade. Reconhecida nas teses a Feuerbach⁴³ “a essência humana não é uma abstração inerente ao indivíduo isolado. Em sua realidade, é o conjunto das relações sociais” (MARX, 2005).

⁴³ O Juízo de Marx sobre Feuerbach tem um duplo caráter: o reconhecimento de sua virada ontológica como o único ato filosófico serio deste período; e ao mesmo tempo, a constatação de seus limites, ou seja, do fato que o materialismo alemão ignora o problema da ontologia do ser social” (LUKÁCS, 1979, p.13).

A racionalização econômica do trabalho foi uma subversão do modo de vida, dos valores, das relações sociais e da relação com a natureza. A atividade produtiva desfaz-se de seu sentido original, de suas motivações, de fazer parte da vida, para torna-se meio de ganhar a vida através do *salário* recebido – o trabalho concreto transforma-se no que Marx chamou de *trabalho abstrato*.

Fez nascer o indivíduo que, alienado em seu trabalho, também o será, obrigatoriamente, em seu consumo e, finalmente, em suas necessidades. Porque não há limite à quantidade de dinheiro suscetível de ser ganho e gasto, também não haverá limite às necessidades que o dinheiro cria, nem às necessidades do dinheiro. Sua extensão cresce com a riqueza social (GORZ, 2003, p.31).

Logo, o fundamento ontológico do trabalho supõe o desenvolvimento da sociabilidade e objetividade de valores indissociáveis do ser social. Nas perspectivas de um processo teleológico (com finalidade) implica-se a consciência que estabelece um fim. O trabalho constitui-se de elementos simples.

[...]a existência [...] de cada elemento da riqueza material não existe na natureza, sempre deve ser mediada por uma atividade especial produtiva, adequada a seu fim, que assimila elementos específicos da natureza a necessidades humanas específicas. Como criador de valor de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza, e, portanto, da vida humana (MARX, 1996, p.172)

Numa dimensão geral do trabalho, para Marx o trabalho produtivo está determinado para resultar em um produto que é *valor de uso*: “o processo extingue-se no produto” (MARX, 1996, p.300). O autor trata de determinações (exceções no processo elementar simples do trabalho) nas especificidades do modo de produção capitalista. Como substância do valor, a sociedade capitalista estabelece novas relações sociais, e, nestes complexos, o trabalho produtivo é o trabalho assalariado pelo qual é vendida a força de trabalho passando a sujeitar-se aos meios disponíveis por outrem para a realização da ação⁴⁴.

“A forma capitalista pressupõe, desde o princípio, o trabalhador assalariado livre, que vende sua força de trabalho ao capital” (MARX, 1996, p.450). Nesta modificação que ocorre naturalmente, esclarece Marx, o processo de trabalho experimenta a subordinação ao capital e pressupõe um número relativamente grande de assalariados no mesmo processo de trabalho.

⁴⁴ Marx traça exceções referindo que o fato de um valor de uso aparecer como produto (matéria-prima ou meio de trabalho) depende de sua função determinada no processo de trabalho, da posição que ocupa, e que de acordo com esta, torna-se variáveis as determinações. Em nota ressalva: “Essa determinação de trabalho produtivo, tal como resulta do ponto de vista do processo simples do trabalho, não basta, de modo algum, para o processo de produção capitalista” (MARX, 1996, p.300).

Evidencia-se que as mudanças cíclicas tendem a transformar o universo onde se desenvolvem as forças produtivas e a gênese da organização social e administrativa na realização do trabalho, que compreende a própria utilização da força de trabalho subjugada às condições ofertadas e determinadas pelo mercado capitalista (ou, aqueles que detém os meios de produção). Logo, *a reestruturação das dimensões concretas da produção* (na medida em que se desenvolvem) *impactam no processo de trabalho e repercutem nas condicionalidades objetivas e subjetivas do trabalho* (reprodução das relações sociais pelo trabalho).

Todavia, a partir da década de 1970 (século XX) ocorrem mudanças para um novo padrão de acumulação que altera significativamente o processo de trabalho e, conseqüentemente a divisão social do trabalho. A reestruturação produtiva, que passa da racionalidade rígida (taylorista-fordista) para o desenvolvimento do *toyotismo*, como uma filosofia orgânica de flexibilização e um *ethos* organizacional de individualização de funções e responsabilidades múltiplas o processo de trabalho, provoca profundas mudanças, com novas performances e determinações também para o *mercado de trabalho* na sociedade contemporânea.

As reconfigurações do mercado de trabalho afirmam enxugamento dos gastos sociais, o reconhecimento e implementação de um novo processo de gestão para a utilização da força de trabalho e conseqüente flexibilização dos contratos de trabalho. Isso atinge as profissões, a força de trabalho empregada e o *vir a ser empregável* nesse novo processo.

Nesta nova etapa as reestruturações exigem alterações continuadas no processo produtivo e sempre com muita atenção daqueles a quem interessa a rentabilidade e o próprio produto, sem desperdícios de tempo e meios. O sistema prima pela organização criativa, valorização dos trabalhadores pela quantidade de trabalho útil e pelo senso de engajamento e participação organizacional, numa perspectiva de *cultura corporativa*⁴⁵ e subjetivação de suas experiências como modo de vida e reprodução social.

Nessa perspectiva, a mudança de paradigma vem se alastrando para o mundo ocidental, num desafio de educação para esta cultura do trabalho e implementar o projeto para criação de valores e da própria civilização em que a produção ocorre por meio da virtude de pessoas e de seu conhecimento acumulado. Estudos de Antunes (1996) denominam que o

⁴⁵Sobre a cultura corporativa japonesa no pós guerra, no livro *O Pensamento Toyota* Hino (2009, p. 91) descreve “fomos criados em um cenário laboral em que a empresa funciona não somente como lugar de trabalho, mas como um lugar para se viver e até brincar” e “onde trabalho e prazer estão juntos na família simulada de pessoas cujas faces vemos todos os dias”.

trabalhador se avilta no plano do ideário do trabalho, ou seja, requer o engajamento objetivo e intelectual do trabalhador aos interesses de lucrativos do capital.

De uma estrutura rígida (taylorista) a organização do trabalho passa a ser constituída a partir do controle quantitativo do processo, que na sua dinâmica, integra e envolve o trabalhador no esforço de manter e melhorar o processo de produção e assim atingir metas e resultados pré-estabelecidos. As tecnologias são ferramentas e os fundamentos residem na fundação constituída do processo de trabalho e da divisão social do trabalho.

As novas conformações alteram-se as concepções de trabalho à medida que o padrão de *acumulação flexível*⁴⁶ articula aos processos de gestão das forças de trabalho, elementos e técnicas da era da tecnologia e informação, o que reverte em uma estrutura descentralizada, novas exigências de qualificação e disponibilidade, combinada à multifuncionalidade e redução do contingente de trabalhadores.

O mercado de trabalho edifica-se nas características fundantes do novo modelo, atributo para as requisições do perfil do trabalhador contemporâneo. Em virtude destas incorporações, passa-se a reconhecer a importância da qualificação da força de trabalho para responder às novas demandas dos processos implantados. Contudo, também ocorre um processo de fragmentação, à medida que os estratos mais qualificados tendem a condições de estabilidade e as diferenças do menos qualificados recaem às condições de precarização⁴⁷.

Criou-se de um lado, em escala minoritária, o trabalhador “polivalente e multifuncional” da era informacional [...] de outro lado, há uma massa de trabalhadores precarizados, sem qualificação [...]. Essas mutações criaram, portanto, uma classe trabalhadora mais heterogênea, mais fragmentada e mais complexificada, dividida entre trabalhadores qualificados e desqualificados, do mercado formal e informal, jovens e velhos, homens e mulheres, estáveis e precários, imigrantes e nacionais, brancos e negros, etc. (ANTUNES, 2006, p.184).

Contudo, no mercado de trabalho contemporâneo, os avanços e inovações tanto requisitam qualificação quanto desqualificam, o que expressa a dimensão das desigualdades. A recíproca da estabilidade ao trabalhador qualificado não é unânime, uma vez que tende-se cada vez mais a incorporar conhecimentos e capacidade intelectual sem dispendar maiores investimentos.

⁴⁶ Sobre a *acumulação flexível*, as referências conferem estudos de Antunes (2003) e Harvey (2008).

⁴⁷ Os trabalhadores precarizados correspondem a massa sem qualificação, que está presenciando as formas *part-time*, emprego temporário, parcial, precarizado ou mesmo desemprego estrutural (ANTUNES, 2005). Também incorpora-se a abordagem de Alves (2013) sobre a precarização do trabalho.

As mutações convergem para alterações dos respectivos espaços e confluem para as definições dos conteúdos do trabalho e as bases de conhecimento indispensáveis. A exemplo, a adoção de tecnologias e compromissos em redes, exigem o exercício de múltiplas tarefas, a integração da dimensão intelectual às técnicas e desempenho, tendo em vista a volatilidade das informações num cenário de instabilidades e tensões.

O novo paradigma desenvolve estratégias contraditórias (CATTANI, 2000) assim como amplia oportunidades inter-relacionadas e induz a adaptações de suas características. Neste sentido, a criação de valor para o capital, exige conhecimentos e maior qualificação para a elevação das competências e habilidades para o exercício profissional. Mesclam-se o saber científico e saber laborativo e há uma tendência de crescente imbricação entre trabalho material e imaterial, seja nas atividades industriais como em esferas compreendidas como setor de serviços (ANTUNES, 2005).

As condições e relações flexíveis e instáveis de trabalho imprimem a precarização das relações de trabalho na sociedade contemporânea. Na análise de Antunes (1996) efetiva-se um modo de produção destrutivo da força de trabalho e, em contraponto a tese do fim do trabalho, denomina essas mutações como um processo de subproletarização intensificada ou precarização de trabalhos decorrentes da flexibilização ou terceirização do trabalho.

Sob estas significâncias, há uma duplicidade da crise do mundo do trabalho, que de um lado atingiu a materialidade, a objetividade da classe trabalhadora, de outro, atinge o plano da subjetividade do trabalho, que nas suas particularidades articulam-se (ANTUNES, 1996). Para Alves (2007) a reestruturação produtiva “captura” a subjetividade do trabalho, que é indispensável para o funcionamento dos dispositivos organizacionais do toyotismo (*just-in-time*) pois, o capital precisa do envolvimento do trabalhador.

As reconfigurações do mercado de trabalho alteram os processos e traduzem o esforço de constituição de um novo perfil de mão de obra, o que significa novas possibilidades de “emprego” no estatuto assalariado público ou privado e novas alternativas ao empreendedorismo e a extensão da prestação de serviços⁴⁸. As flutuações da gestão do trabalho exigem disponibilidade dos trabalhadores para desterritorialização (que requer atender demandas requisitadas ou solucionar problemas por meio das redes informatizadas

⁴⁸O setor dos serviços: tratam-se de variações no segmento não industrial que dividem-se em quatro ocupações básicas: distribuição (comunicações, transportes e comércio); a produção (atendimento dos insumos e serviços direto a produção); social (atendimento ao consumo coletivo, como educação, segurança e saúde); pessoal (atendimento ao consumo individual, como lazer, alimentos e embelezamento), etc. (POCHMANN, 2001).

independente de horário regulado ou espaço físico), rotatividade e ocupações com prolongadas jornadas de trabalho, etc.

Os trabalhadores precisam munir-se de habilidades múltiplas para corresponder aos processos aos quais se submetem. Nesse sentido, o ingresso e permanência no mercado de trabalho contemporâneo, delega um compromisso individual de autoafirmação dos sujeitos aos requisitos de inclusão ou eliminação. A regulação estatal, está impregnada do pensamento neoliberal que prima pela redução do Estado e desempenho de funções básicas, repassando serviços ao âmbito privado, de forma que aproxima os trabalhadores ao capital.

Tendo em vista as reais transformações do mercado de trabalho, que assolam tanto as interfaces da esfera pública como a privada, com inflexões no âmbito social e econômico, faz-se importante compreender a noção de classe trabalhadora neste cenário. Este conjunto heterogêneo que incorpora a totalidade de trabalhadores que vivem sob o estatuto assalariado sinalizam o significado ampliado de classe, entendendo que fazer parte deste estatuto não significa ser produtivo, mas que todos são parte da reprodução do capital.

A classe trabalhadora incorpora também o conjunto de trabalhadores improdutivos, cujas formas de trabalho são executadas por meio da realização de serviços, seja para uso público, como os serviços públicos tradicionais, seja para uso privado, para uso do capital, não se constituindo, por isso, como elemento direto no processo de valorização do capital e de criação de mais valia (ANTUNES, 2005, p.51).

O conjunto destes trabalhadores estão implicados ao estatutos do trabalho do sistema capitalista e vivenciam situações objetivas e subjetivas semelhantes àquelas vivenciadas no trabalho produtivo. As possibilidades, requisições e restrições de inserção e manutenção no mercado de trabalho se assemelham, uma vez que o paradigma organizativo e de gestão do trabalho e desta mão de obra necessária, é predominantemente o mesmo.

Um elemento relevante neste paradigma se trata da inserção das mulheres e o papel que desempenham no mercado de trabalho, de forma acentuada nas últimas décadas. Na expansão de sua participação, passam a ocupar funções predominantemente subalternas, confiadas a elas, com ênfase nos serviços públicos e sociais e na educação superior (HOBSBAWM, 1995). As transformações seguem pelas próprias expectativas das mulheres sobre seu espaço na sociedade, suas funções e participação no mundo do trabalho.

A reestruturação produtiva como respostas à crise estrutural do capitalismo mundial, é ávida de contradições e heterogêneas determinações ao processo de trabalho e, simultaneamente, metamorfoseia elementos que fundam a sociabilidade contemporânea. No Brasil, o processo de reestruturação produtiva, articulado com as preocupações de desenvolvimento produtivo do país pressionaram para a flexibilização de capitais e do

mercado de trabalho, dinamizando-se para as esferas econômica, política e social (sociabilidade).

Nas totalizações fundantes que pressupõem o denominado novo paradigma produtivo, que se expande no século XXI, torna-se importante referir as repercussões às profissões contemporâneas que perfazem as diversas ocupações na divisão social do trabalho, que se estabelecem sob a condição de estatuto assalariado e se desenvolvem intrínsecas às adversidades, contradições e relações de disputas (teórico-práticas) na lógica concorrente do sistema que o admite.

A reestruturação produtiva altera os processos sociais e reconfigura as necessidades do mercado de trabalho, traduzindo-se no universo das ocupações. A racionalidade do mercado requisita heterogêneos perfis de força de trabalho e distintas formas de regulação destas ocupações (flexíveis e adaptáveis às necessidades do mercado, portanto complexo e dinâmico). Neste cenário, as ocupações estão sujeitas a reconfigurações (emergência ou ciclos de existência) que não se desvinculam das transformações sócio-históricas, as quais respondem organicamente.

As aproximações teóricas contribuem para a compreensão de elementos fundantes das transformações societárias e suas significações, assim como desafiam a análise do trabalho, em âmbito específico do trabalho na divisão social e técnica do trabalho. No primado da reestruturação produtiva, o Serviço Social articula-se às transformações históricas e conjunturais norteado por um projeto profissional

Estudos de Iamamoto (2008) demarcam que a reestruturação produtiva afeta radicalmente a organização dos processos de trabalho e vem alterando (mais expressivo a partir da década de 1990) a gestão da força de trabalho, o conteúdo do trabalho e também redução do emprego, intensificação do trabalho, e a precarização das condições de trabalho.

3. ESTADO, QUESTÃO SOCIAL, POLÍTICAS SOCIAIS E PROJETO NEOLIBERAL

De modo sumário, se pretende expor aspectos *conceituais e abstrações* da *dimensão histórica* do Estado, da *questão social* e políticas sociais neoliberais, que tonam-se particularmente significativos para esse estudo, na medida em que se articulam e contribuem para a reflexão e análise do objeto de pesquisa – *transformações no mundo do trabalho e as repercussões para o trabalho realizado por profissionais do Serviço Social*. Por um lado interessa a abstração conceitual, por outro, a dimensão histórica que se refere à crise, novas configurações do Estado e as determinações para o enfrentamento da *questão social* na contemporaneidade.

O debate sobre o Estado não é aleatório ao Serviço Social, com abordagens da tradição teórica da vertente marxista e o método materialista histórico e dialético, ao qual se vincula nessa exposição – o que não significa considerar a questão como exclusiva de Marx. O debate por pensadores dessa área de conhecimento resulta no próprio desenvolvimento da compreensão da identidade e significados da profissão no processo sócio-histórico, tanto nas dimensões do trabalho como da formação profissional de assistentes sociais.

Numa abordagem preliminar, interessa para a investigação situar o Estado constituído pelo modo de produção capitalista, que deriva a *teoria* do Estado que o define como o “aparelho dominante” da classe economicamente dominante, na constituição da estrutura social moderna, dividida em classes. Conduz-se a reconhecer as múltiplas determinações que caracterizam o fenômeno⁴⁹ estatal, em suas manifestações concretas da realidade social, pois “a realidade é a unidade do fenômeno e da essência” (KOSIC, 2002, p.16) sob o entendimento de que essa abstração ilumina as reflexões sobre o trabalho do Serviço Social contemporâneo.

Assimilar a articulação entre conceitos e alguns elementos históricos norteiam uma explicitação nos rumos que se pretende a análise: desde a compreensão da esfera econômica às determinações sociais e políticas que se tornam complexas nas relações sociais de produção (e do trabalho) – na divisão e luta de classes – e que fundamentam o desenvolvimento contraditório da história. Tal exame mostra as transformações de Estado, *questão social*, intervenção estatal, ideário neoliberal, políticas econômicas e políticas sociais

⁴⁹ Kosik (2002, p.16-19) define o fenômeno como a coisa que se manifesta imediatamente, primeiro e com maior frequência, diferente da essência que, não se manifesta diretamente, que justifica a existência da ciência e da filosofia. Os fenômenos e as formas fenomênicas das coisas, se reproduzem espontaneamente no pensamento comum como realidade, não porque sejam mais superficiais e próximos dos conhecimentos sensoriais, mas porque o aspecto fenomênico da coisa é produto da práxis cotidiana.

contemporâneas. Introdução à essa questão refere Vieira (1992, p.15) “a política econômica e a política social vinculam-se à acumulação do capital”.

O adensado estudo de Marx e Engels⁵⁰ analisa o Estado Moderno e considera o seu surgimento, desde a época em que se consolida a divisão da sociedade em classes, quando aparecem os exploradores e os explorados - ainda que numa época primitiva (de família patriarcal) da divisão da sociedade e escravistas e escravos). Para Engels (2009) o Estado nasce direta e fundamentalmente das oposições das classes e é um produto da sociedade, quando essa chega a um determinado grau de desenvolvimento. Logo, o Estado surge da necessidade de conter as oposições de classes, mas ao mesmo tempo, surge no meio do conflito que as envolve, o Estado da *classe economicamente dominante*, converte-se em *classe politicamente dominante* adquirindo meios para repressão e exploração da classe oprimida.

Assim, o Estado antigo era, sobretudo, o Estado dos donos de escravos para manter escravos subjugados, tal como o Estado Feudal era o órgão que se valeu a nobreza para manter a submissão dos servos e camponeses dependentes. E o Estado Moderno representativo é o instrumento de exploração do *trabalho assalariado* pelo Capital (ENGELS, 2009, p. 2012).

Interessa a articulação e abstração das manifestações do Estado moderno, onde travam as condições sociais de liberdade e necessidades inevitáveis, própria do modo de produção capitalista: o reconhecimento da necessidade se torna condição para a liberdade, tal como se realiza no mundo do trabalho, onde o sujeito coletivo subjugava livremente a força de trabalho humana ao capital. As convenções do capitalismo subjugam os homens em se *alienar*⁵¹ de sua liberdade, tornando-se autoridade sobre o capital humano.

Na análise de Marx (2011) em *O Capital*, as necessidades fundam o Estado e o problema da liberdade não é somente um problema individual, mas um problema histórico e social, um problema de classe, onde a necessidade de alienação produz ilusões, por exemplo, da liberdade⁵² da chamada *democracia burguesa*, onde essa é privilegio dos proprietários dos meios de produção.

⁵⁰Engels (2009, p 16-17) referiu em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado publicado em 1884*, que o Estado se ergue a partir da divisão do trabalho que divide a sociedade em classes.

⁵¹ Rousseau (2011) em *O Contrato Social*, trata da Liberdade e alienação. Diz: “Alienar significa dar ou vender” e “mesmo quando cada um pudesse alienar a si mesmo, sua liberdade lhe pertence e ninguém tem o direito de dispor dela, exceto eles mesmos e renunciar a liberdade é renunciar a sua qualidade de ser humano, aos direitos da humanidade, mesmo aos seus deveres. Não há compensação possível para alguém que renuncie a tudo”.

⁵² “A oposição extremada entre liberdade e autoridade no século XVIII gerou especificamente ideais mais aprimorados de governo e de Estado, que são representados na democracia e estão presentes, sobretudo, na Revolução Francesa de 1789” (VIEIRA, 1992, p.33).

Todavia, a inversão da liberdade pressupõe assegurar as condições de reprodução do domínio e autoritarismo legítimo, visto a disposição “livre” da consciência humana – que expõe a contradição assinalada por Marx e Engels (2005) em *A ideologia Alemã*: “*não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência*”. Ou seja, a expressão de que a subordinação do homem (indivíduos, trabalhadores) está vinculada diretamente a sua atividade material e é seu processo histórico de vida (atividade real), condicionados por um determinado desenvolvimento de suas *forças produtivas* que determina a produção de ideias, reflexos ideológicos, produção espiritual, de representação e consciência.

Nessa lógica, é factível que a vida material dos indivíduos (que não possuem autonomia) está convencionada na base do Estado e as determinações concretas do modo de produção e a forma de produção e reprodução das relações sociais, condicionadas à divisão do trabalho. Em os *Manuscritos Econômico Filosóficos* de 1844, Marx (1993) mostra que o Estado como um organismo que exerce uma função de garantia da propriedade privada, de reprodução da sociedade de classes e, assim, garante a dominação dos proprietários dos meios de produção sobre os trabalhadores.

Em *A ideologia Alemã* de 1845, Marx e Engels referem a noção de Estado com uma existência particular: a propriedade privada. Os autores não se limitam a mostrar a natureza de classe do Estado, que assume representação nacional dos interesses particulares e os universaliza. Nessa definição, o Estado é a forma pela qual os indivíduos de uma classe dominante fazem para garantir sua propriedade e fazer valer seus interesses comuns, no seu interior e externamente. Assim, todas as Instituições são mediadas pelo Estado e adquirem uma forma política – a Institucionalização privatiza a sociedade civil às mediações estatais, despolitizando a comunidade e, se vale da coerção para exercer suas funções.

No *Manifesto do Partido Comunista de 1848*, do ponto de vista político, Marx e Engels (2000, p. 47) afirmam a centralização dos meios de produção, concentração da propriedade privada e, em consequência a centralização política. Destacam o Estado como “o Comitê para administrar os negócios comuns da burguesia”, sendo que, o poder político se realiza na opressão de uma classe sobre outra. Sinalizam a audácia burguesa no estabelecimento da exploração da classe trabalhadora, por meio do *assalariamento*, levando a emergência e desenvolvimento do proletariado: a “classe dos operários modernos, que vivem apenas na medida em que encontram trabalho e que só encontram trabalho na medida em que seu trabalho aumente capital” (MARX e ENGELS, 2000, p. 51).

Considerando a dimensão histórica ontológica (COUTINHO, 1985) a burguesia cria as forças produtivas e o trabalhador perde o caráter *independente* e, à medida que aumenta o trabalho, diminui o salário. Portanto, a luta da classe trabalhadora começa com a própria existência.

A burguesia despojou de sua aureola todas as atividades até então consideradas dignas de veneração e respeito. Transformou em seus trabalhadores assalariados, o médico, o jurista, o padre, o poeta, o homem de ciência (MARX e ENGELS, 2000, p. 48).

A afirmação de que o poder do Estado se impõe pela *coerção* se torna explícita sob a ideia de que a classe dominante burguesa não é capaz de exercer domínio sobre o trabalhador assalariado, pois não pode assegurar a sua existência. No pensamento de Marx e Engels, a degradação da *condição assalariada* supõe deixar cair numa situação que deve alimentá-lo e, sendo assim, se dá o impacto na geração do capital – essencialmente, por meio do trabalho e *concorrência* entre os trabalhadores.

O pensamento de Engels (2009) na obra *A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, de 1884, contribui para a ampliação conceitual diante da emergência de novas determinações do Estado pós revolução industrial. Mantém a concepção de natureza de classe articulada ao poder estatal e introduz elementos que esclarecem o fenômeno da *exploração*. Para Engels, no processo de dominação, a *exploração* não ocorre apenas por meio da coerção, mas por meio de uma “regulação” que se traduz em pactos, contratos e consensos, organicamente legitimados por meio das instituições mediadoras da sociedade civil e inscritas na esfera estatal. A regulação não deixa de classificar os interesses da classe dominante, distribuindo o poder político conforme a importância da propriedade.

Nesse pensamento, a luta entre o proletariado e a burguesia deve ocorrer sob a forma da *República Democrática*, que, oficialmente, não reconhece as diferenças de posses. “Nela a riqueza exerce seu poder de modo indireto, embora mais seguro” (ENGELS, 2009, p. 213). O autor prenuncia uma etapa superior da sociedade (dedicado a Morgan) que *a democracia no governo sinaliza igualdade de direitos e privilégios e universalização da educação, para a qual tendem a experiência, a inteligência e o conhecimento*.

Tal literatura mostra que Marx e Engels contribuíram com a elaboração de instrumentos para pensar a questão democrática nos últimos dois séculos. Com esse legado, a ideia da essência da democracia política traduz-se na expressão do homem socializado numa particular constituição política. Significa a igualdade de todos, a socialização da política e do poder (universalização da cidadania). Nessa perspectiva, sustenta Hobsbawm (1995, p. 139)

“o sistema democrático não funciona se não há um consenso básico entre a maioria dos cidadãos sobre a aceitabilidade de seu Estado e sistema social, ou pelo menos uma disposição de negociar acordos consensuais”.

Se transpõe ao campo político a luta (da classe trabalhadora), a criação, ampliação e efetivação das conquistas liberais democráticas, numa perspectiva de ampliação do fenômeno estatal. E, nessa perspectiva (política), a emergência do Estado burguês é liderada pela burguesia onde a classe dominante articula a superestrutura necessária para o desenvolvimento das forças produtivas e organiza-se de forma a defender os seus interesses particulares (NETTO E BRAZ, 2008). Os desafios não são poucos, pois, já afirmava Rousseau (2011, p. 19): “*escavidão e direito são contraditórios, excluem-se mutuamente*”.

Cunhado por Gramsci, com base nas teorias de Marx e Engels, surge a concepção de Estado ampliado, da qual se destaca duas esferas distintas: a sociedade política e sociedade civil. Na análise de Coutinho (1987) Gramsci considera que as funções do Estado se tornam complexas, nas relações capitalistas e identifica a distinção das esferas (política e civil) devido a função que exercem na vida social e na articulação e reprodução das relações de poder.

No âmbito da “sociedade civil”, as classes buscam exercer sua *hegemonia* – buscam ganhar aliados para os projetos através da *direção* e do *consenso* - aparece como o conjunto de organismos privados e que correspondem a função de hegemonia que o grupo dominante exerce sobre toda a sociedade, é o espaço onde se organizam os interesses contraditórios; na “sociedade política” reside a dominação baseada na coerção e disciplina (COUTINHO, 1987).

Enquanto na sociedade civil aglutina-se a coerção, na sociedade política estão os organismos sociais que se fazem relativamente autônomos em face do Estado. Nessas conformações, surgem organizações de massa e sujeitos políticos coletivos plurais, com projetos políticos distintos e o espaço da *política* se torna ampliado. Daí,

A necessidade de conquistar o consenso como condição *sine quan non* da dominação impõe a criação e/ou a renovação de determinadas objetivações sociais, que funcionam como portadores materiais específicos (com estrutura e legalidade próprias) das relações sociais de hegemonia. E é essa independência material – base da autonomia relativa assumida pela figura social da hegemonia – que funda ontologicamente a “sociedade civil” funcionando como mediação entre a base econômica e o Estado (COUTINHO, 1987, p. 68).

As mediações entre a base econômica e Estado expressam múltiplas significações na sociedade fundada na ordem democrática, pois essa supõe fazer prevalecer os princípios,

estabilidade e concretização do Estado de Direito⁵³ e a liberdade deve prevalecer sobre a autoridade, o que não se realiza sem contradições nessa perspectiva de sociedade:

A sociedade democrática é aquela na qual ocorre real participação de todos os indivíduos nos mecanismos de controle das decisões, havendo portanto real participação deles nos rendimentos da produção. Participar dos rendimentos da produção envolve não só mecanismos de distribuição da renda, mas sobretudo, níveis crescentes de coletivização das decisões principalmente nas diversas formas de produção (VIEIRA, 1992, p. 13).

Na perspectiva que segue a exposição, a democracia liberal, vinculada aos princípios da produção capitalista, imprime a ideia de que a igualdade possui condicionalidades: significa reconhecer o direito e liberdade dos indivíduos se lançarem à *concorrência* (no mercado) de onde, a satisfação das necessidades e a produção da vida social – social no sentido que estão ligados a um modo de se fazer “produtivo” cada um com sua capacidade e esforço, concorrendo em função de interesses e aspirações.

A democracia liberal, na modalidade *monopolista*, acompanha as vicissitudes da economia de mercado. A atuação estatal desmembra-se em setores (da economia, mercado de capitais, força de trabalho) onde tende a se afirmar ocupando maiores ou menores espaços, daí a denominação de “Estado mínimo”, “Estado Protetor”, “Estado restrito”, “Estado-Providência” (VIEIRA, 1992).

A centralidade do Estado constitui fundamentalmente a afirmação e legitimação do contrato social⁵⁴ enquanto tratado na sociedade, sendo que, as determinações sócio históricas determinam a ocupação e meios pelos quais deverá se revelar. Como explicita na literatura pesquisada, após a Segunda Guerra Mundial se estabelece a necessidade de intervenção do Estado no campo econômico e social, como parte de uma “nova ordem política mundial” (HOBSBAWM, 1995). Observa Castel (1998) que todo Estado Moderno é mais ou menos obrigado a “fazer social”, assegurando um mínimo de coesão social.

A sucessão do capitalismo concorrencial (cujas bases se encontram no capitalismo liberal) ao capitalismo monopolista, cedeu lugar à economia e controle dos mais diversos setores da sociedade por grandes corporações, às relações de internacionalização, da produção

⁵³ O Estado de Direito impõe a condição de que a lei se origine de um órgão popular representativo, que expresse a vontade geral. Impõe que a lei comum se relacione e se subordine a uma Constituição (VIEIRA, 1992).

⁵⁴ Rousseau refere *O contrato social* como acordo (de associação) entre indivíduos para constituir, primeiro uma sociedade, depois um Estado. “Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja de toda a força comum a pessoa e os bens de cada associado e pela qual cada um se unindo a todos obedeça, todavia, a si mesmo e permaneça tão livre como antes – o contrato social” (ROUSSEAU, 2011, p.21).

planejada e organizada, fazendo eclodir a *questão social*⁵⁵ intrínseca à luta de classes - as expressões da chamada “questão social”, pela qual Sociedade e Estado dispendem esforços organizativos para “tratá-la”, origina na Europa Ocidental no século XVIII, adensa-se no século XIX, na fase do capitalismo industrial, se espalha e ganha o mundo no século XX (CASTEL, 1998; NETTO, 2001b; IAMAMOTO, 2001).

Da teoria de Marx, se abstrai que o Estado é uma dedução lógica da valorização do capital, pois, suas funções estão nos conflitos entre as classes sociais ou na contradição que opõe os diversos setores do capital, ou, mesmo na funcionalidade com os processos da estrutura capitalista. Após o fim da segunda Guerra Mundial, no entanto, o Estado é parte interessada no processo de definição do público alvo de seus beneficiários, às especializações institucionais, técnicas, profissionais e regulamentares.

Segundo Netto (2001, p.29) o capitalismo monopolista na sua própria dinâmica e contradições, ao buscar legitimação política através do jogo democrático, é permeável às demandas das classes subalternas e, no seu processo de desenvolvimento, articulam-se as funções econômicas e políticas do Estado⁵⁶.

[O Estado] legisla, funda estabelecimentos especializados, garante a homogeneidade dos diplomas e dos profissionais, coordena a implantação das instituições, bem como a colaboração dos setores público e privado. Cristalizam-se, assim, categorias cada vez mais numerosas de beneficiários da ajuda social que são atendidas por um regime especial [...] (CASTEL 1998, p. 539).

As transformações do Estado⁵⁷, que culminam com as transformações sócio históricas da sociedade, colocam em conflito as funções (econômicas, políticas) do Estado contemporâneo e, nesse sentido, são múltiplas as relações de compatibilização entre sociedade política, sociedade civil, democracia, capitalismo e bem-estar social, uma vez que tende a ocorrer integração entre aparatos privados e as instituições estatais e sistemas de consensos variáveis.

O Estado imbrica-se à nova ordem do capitalismo contemporâneo e aos processos de organização das relações produtivas, por práticas de fragmentação e mecanismos variáveis de controle do trabalho. Enquanto as funções econômicas dominam os meios de produção e o

⁵⁵É fundamentalmente importante compreender de que as expressões da chamada “questão social”, pela qual Sociedade e Estado dispendem esforços organizativos para “tratá-la”, origina na Europa Ocidental no século XVIII, adensa-se no século XIX, na fase do capitalismo industrial, se espalha e ganha o mundo no século XX (CASTEL, 1998; NETTO, 2001b; IAMAMOTO, 2001).

⁵⁶ Sobre as *funções* políticas e sociais do Estado, não se pretende aqui, resenha do amplo debate, travado a partir da tradição marxista. Remete-se aqui à leitura de Netto (2001), Montañó (1997), Pastorini (1997), Behring (2003, 2011).

⁵⁷ Numa tipologia de Estado, fixa a oposição entre Estado de bem estar liberal e Estado de bem estar social democrata. Mas o Estado de bem-estar democrata se manifesta unicamente nos países desenvolvidos, no centro do capitalismo (VIEIRA, 1997).

capital, as funções políticas possuem a capacidade de produção pela força de trabalho humana. Logo, nesse processo de redimensionamentos das formas organizativas dos processos de trabalho, se constituem as formas de precariedade das condições e relações de trabalho no capitalismo. Para Alves (2007) a *questão social* se constituiu da condição de precariedade do capitalismo.

Nesse cenário, estabelecem-se os conflitos de classes sociais de valores antagônicos entre a burguesia e o proletariado (MARX e ENGELS, 2005). Emergem daí uma *correlação de forças* que conflui ao que Netto (2001) denomina de *dialética do jogo democrático* entre a necessária legitimidade política e as demandas das classes subalternas com seus interesses e suas reivindicações imediatas (NETTO, 2001).

As reivindicações do proletariado, tendencialmente, se expressam num processo que expõe diversidade e controvérsias, pois, na contestação ao pensamento liberal - que imprime os interesses e pretensões da burguesia - cria-se uma variedade de níveis de atuação, de onde decorrem a fragmentação, relativismos, disputas, antagonismos e contradições, etc. Nos termos de Alves (2007) o proletariado, que constitui a *proletariedade* como nexo da *precariedade*⁵⁸ social moderna – fundada no sistema do trabalho assalariado – e a fragmentação contingente, que se amplia no século XX, é decorrente da divisão social e técnica do trabalho.

Sob os presságios da produção ideológica do pensamento liberal que supõe a necessária expansão do Capital, agudiza-se a Crise do Estado e a necessidade de *reformas*, devendo seu ônus ser dividido com a sociedade como um todo. Interessa, no item a seguir, abstrair elementos da *correlação de forças* do Estado e as dimensões da *questão social* como desafios ao projeto democrático brasileiro.

3.1. A OFENSIVA DA *QUESTÃO SOCIAL*: MEDIAÇÕES E CORRELAÇÕES DE FORÇAS EM TEMPO DE CRISE DO CAPITALISMO

Na sociedade brasileira, os processos de organização das relações produtivas demarcam heterogêneas e contraditórias experiências no marco da divisão e luta de classes,

⁵⁸ Alves (2007, p. 113) com base na teoria de Marx, no livro *Dimensões da Reestruturação Produtiva*, trata da *precariedade* como “uma condição sócio estrutural, que caracteriza o trabalho vivo e força de trabalho como mercadoria, atingindo aqueles que são despossuídos do controle dos meios de produção, das condições objetivas e subjetivas da vida social. A precariedade do mundo do trabalho é uma condição sócio-ontológica da força de trabalho como mercadoria. Desde que a força de trabalho se constitui como mercadoria, o trabalho vivo carrega o estigma da precariedade social”.

assim como na sua forma de transações econômicas, distribuição social de bens e serviços, e da política, em geral. Se Marx (2007) em *A miséria da Filosofia*, assinala de que é por meio da escravidão que se instaura a cisão da sociedade, - na relação de uma classe exploradora e uma explorada – no Brasil, a escravidão permitiu a inserção do país colonial na divisão internacional do trabalho e, é por essa contradição da formação social que se alicerça o desenvolvimento econômico e social do país, já que o empreendimento e produção dependia do trabalho escravo, no período imperial⁵⁹.

De um lado formou-se uma sociedade original ainda que dependente das tendências e oscilações da economia internacional. De outro, a concentração de renda e desigualdade social figuraram como heranças a dificultar uma modernidade plena, quando o capitalismo vicejasse por estas plagas (BARBOSA, 2008, p. 28).

O imperialismo assumia sua marca, anunciando a crise do Capital e a vida social permeada pelas relações escravistas. Todavia, aqui, importa a abstração histórica para manter presente a ideia de que o Estado, desde o período colonial escravista, participa da transição da formação do mercado de trabalho (do trabalho escravo ao trabalho livre) e regula (legaliza) a constituição do *trabalho assalariado*⁶⁰, por meio de mecanismos de articulação entre recursos públicos e sistema contratual estabelecidos com o setor privado, portanto, acionado pela classe dominante.

A “condição salarial” é uma das formas dominantes das relações de trabalho, na sociedade capitalista, pois, recordando Marx (2011, p. 69) “as mercadorias só encarnam valor na medida em que são expressões de uma mesma substancia social, o trabalho humano e, seu valor é apenas uma realidade social”. No Manuscrito para a crítica da economia política,

⁵⁹ O Brasil passou a ser um Estado Nacional depois de sua independência em 1822. O período Imperial no Brasil foi de 1822 a 1889, sendo marcado pelas fases do primeiro Império (1822 a 1831) e segundo Império com D. Pedro II até 1889. O Brasil já nasceu com dívida externa, sendo que os custos recaem sobre a classe trabalhadora. No século XIX, na produção do Café, modificam-se as relações de trabalho: como o trabalho escravo não se adequou à lavoura de café, houve o fluxo de imigrantes europeus, crescendo as relações de trabalho assalariado. Com a crise do setor cafeeiro (queda de exportações) o Estado brasileiro foi assumido pela elite rural, de caráter conservador que resulta no patrimonialismo. Estado republicano fez um pacto para manter o equilíbrio entre os grupos locais de poder e o coronelismo ficou fortalecido durante a primeira república. A partir da década de 1920 do século XX o governo passou a sobrepor-se a governos estaduais (comandados por senhores rurais) com uma incipiente política na área social (educação e saúde); as lutas operárias foram reprimidas pelo Estado por meio da força policial. (COSTA, 2005).

⁶⁰O estudo de Barbosa (2008) explicita a formação do mercado de trabalho brasileiro e como os imigrantes se inserem na mercantilização da sua força de trabalho – o que não se pretende aprofundar nesse estudo. Mas vale ressaltar que o Estado media a construção do mercado de trabalho – acionado pela classe dominante - como defensiva para a manutenção e rendimentos dos empreendimentos econômicos, incorporando e fazendo reproduzir a dominação de uma classe sobre outra (de uma população pobre, predominante negra). Portanto, nos termos de Marx (2000) a burguesia desenvolveu o proletariado, *a classe dos operários que vivem apenas na medida que encontrem trabalho e que só encontram trabalho na medida em que seu trabalho aumente o capital* – sob administração do Estado. Remete-se também ao estudo de Castel (1998) sobre sociedade salarial e trabalho assalariado.

Marx (2010) havia referido que o valor da capacidade de trabalho é seu preço, que se chama *salário*.

Analisando a “sociedade salarial” Castel (1998) considera que essa se consolida na industrialização e aparece arrebatada por um movimento de acumulação de bens e riquezas e criação de novas posições. Refere que o *salário* é um dos elementos que caracteriza a *condição proletária*, o qual, naturalmente, corresponde a uma remuneração próxima de uma renda mínima que assegura apenas a reprodução do trabalhador e de sua família e não permite investir no consumo. Contudo, pressupõe que a relação salarial pode assumir diferentes configurações, no seio de uma mesma formação social.

[...] o período de promoção da sociedade salarial foi também o momento em que se desenvolveu uma vigorosa sociologia crítica em torno de três temáticas principais: a colocação em evidência da reprodução das desigualdades, sobretudo nos domínios da educação e da cultura; a denúncia da perpetuação da injustiça social e da exploração da força de trabalho; a recusa ao tratamento, indigno de uma sociedade democrática, reservado a algumas categorias da população: prisioneiros, doentes mentais, indigentes... (CASTEL 1998, p.506).

Observa Marx (2011) desde que os homens trabalhem uns para os outros, o trabalho adquire uma forma social. Logo, o desenvolvimento da *questão social* está medularmente intrínseco às transformações, sejam de ordem conjuntural ou estrutural da sociedade e do Estado e sua abstração não deve dissociar das relações entre os produtores do trabalho, onde se afirma o caráter social do trabalho e determina a forma de relações entre os produtos do trabalho, na ordem do Capital. Vista de uma perspectiva sociológica⁶¹, a *questão social* tem sido referida como disfunção ou ameaça à ordem e coesão social e entendida como “nova questão social” fundada nas reestruturações industriais e luta pela competitividade e a intervenção do Estado Social, com base em uma gestão que nivela particularidades individuais.

Na perspectiva de análise da tradição marxiana⁶², a qual se vincula essa exposição, a *questão social* é apreendida enquanto parte constitutiva do conflito gerado nas relações entre capital e trabalho, indissociável do processo de acumulação e dos efeitos que produz sobre a classe trabalhadora, base para a exigência de intermediação do Estado e políticas sociais. Em síntese, refere Iamamoto (2001, p. 15) “o crescimento da força de trabalho disponível é

⁶¹ Remete-se ao estudo de Castel (1998) *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*.

⁶² A qual destaca-se algumas referências: Iamamoto e carvalho (2003), Iamamoto (2001, 2004, 2008, 2011); Netto (2001a, 2001b, 2008); Telles (2006), Silva e Yazbek (2006); etc.

impulsionado pelas mesmas causas que a força expansiva do capital, expressando a lei geral da acumulação capitalista”.

A “questão social”, nesta perspectiva teórico-analítica [análise marxiana] não tem a ver com o desdobramento de problemas sociais que a ordem burguesa herdou ou com traços invariáveis da sociedade humana; tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital. [...] a “questão social” está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho – a exploração (NETTO 2001b, p. 46).

Como observa Netto (2001b) a expressão “questão social” não é semanticamente unívoca, ao contrário, registram-se em torno dela compreensões diferenciadas, mas é consensual que a expressão surge para dar conta do fenômeno do pauperismo e desigualdade, quando do estágio da instauração do capitalismo industrial-concorrencial, em meados do século XVIII. O desígnio de “questão social”, abstraída pelo pensamento conservador são vistas como características de toda e qualquer ordem social que podem ser objeto de uma intervenção política limitada, capaz de amenizá-las e reduzi-las através de um ideário reformista: combater as manifestações da “questão social” sem tocar nos fundamentos da sociedade burguesa (NETTO, 2001b).

Por consequência, no terreno dos antagonismos entre a relação de Capital e trabalho, se aprofunda e amplia a reprodução das expressões da *questão social*, que metamorfoseiam-se quanto ao significado, dimensões e propagações. A emergente sociedade capitalista brasileira⁶³, caracterizada pela imigração e expansão do capital industrial, sob relações de compra e venda de trabalho - assalariamento precário - se consolida com características peculiares às distintas regiões do país. Destaca-se a concentração de trabalhadores nos segmentos de serviços, administração pública, profissões liberais e serviços domésticos, com escassa especialização do trabalho.

A reestruturação produtiva traz em seu bojo, a precarização do trabalho, orientada pelas novas exigências tecnológicas e econômicas da evolução do capitalismo, o que permite compreender os processos que alimentam a vulnerabilidade social na modernização. O que Castel (1998) chama de “nova questão social”, autores referem as metamorfoses e expressões da velha questão social com “novas roupagens” (IAMAMOTO, 2001), ou, para além da permanência de manifestações “tradicionais”, a emergência de “novas expressões” (NETTO, 2001) ou, “novas configurações e expressões” (IAZBEK, 2001).

⁶³As constituições de relações tipicamente capitalistas ocorrem tardiamente na sociedade brasileira, especialmente na transição do século XIX para o século XX. Assumem centralidade na vida dos indivíduos que a vivenciam (desempregados, subempregados, minorias sociais – idosos, crianças, pessoas com deficiência, adolescentes infratores, etc) e desafiam os sujeitos (famílias) a enfrentá-la, pois a tendência da lógica capitalista é a “culpabilização do indivíduo” pela sua condição humana.

As expressões da *questão social*, tendem a serem enfeixadas em discursos de desqualificação dos indivíduos, de culpabilização de suas vontades, e não como uma questão gerada no processo sócio-histórico e crise do capital (crise estrutural). “A liberdade é a política do conflito regulado e a economia social da maximização de oportunidade da vida individual” (VIEIRA, 1992, p. 94). Assim, a flexibilização das relações de trabalho e a instabilidade conduzem a um ritmo insano a reprodução das relações sociais e o *aviltamento* do sujeito como cidadão.

O sistema consolidado na década de 1930/40, quando o Estado passa a assumir mais extensivamente a provisão das políticas sociais, expande-se nas décadas de 1970/80, porém, sob o autoritarismo da ditadura militar, que reeditou a chamada modernização conservadora, na perspectiva de pertencimento societário à hegemonia e mundialização do capital.

Com a “modernização conservadora”, verifica-se uma aliança do grande capital financeiro, nacional e internacional, com o Estado Nacional, que passa a conviver com os interesses oligárquicos e patrimoniais que também se expressam nas políticas e diretrizes governamentais, imprimindo um ritmo lento à modernização capitalista da sociedade (IAMAMOTO, 2008, p.140).

As ambiguidades e a desigualdade social, porém, evidenciam os desafios da construção de uma sociedade democrática. Telles (2006) trata dessa questão e observa que a redenção modernizadora do país terá a matriz da atitude reformista e o imaginário do progresso, articulado à vontade modernizadora, uma sociedade rotinizada pelo trabalho ou pela institucionalidade político liberal-democrática.

Quando se admitia a necessidade de intervenção do Estado, a ênfase que predominava estava cunhada pelo paternalismo assistencialista da época, que propunha a legislação social não como direito do trabalhador, mas como uma preocupação de cunho sanitário e moral, tendo a família como seu objetivo e a casa como seu campo de atuação (TELLES, 2006, p. 115).

No bojo de transformações da vida urbana, heterogêneos movimentos populares, distintas formas de sociabilidade, novas formas de exclusão imbricada às novas formas de gestão do trabalho, na década de 1980 do século XX se demarca um plano de reorganização política na relação entre Estado e sociedade orientada pelos princípios democráticos – plano que define a proteção do Estado através de direitos sociais, como recompensa de seu dever com o trabalho.

Ancora-se a relação de Estado e Sociedade e instituiu um aparato para a proteção social e instituição de direitos de cidadania. A luta pela democracia demarca um processo sócio histórico complexo de experiências, legados e de movimentos sociais pela necessidade

de transformações estruturais e conjunturais na sociedade, como cerne, a compatibilização entre os princípios democráticos, o modo de produção capitalista e a reprodução da classe trabalhadora.

No limiar do século XX, a divisão do trabalho no interior da sociedade, representa uma fase do desenvolvimento histórico, portanto, a regulação das relações de trabalho tende a revelar a vinculação existente entre democracia liberal e capitalismo. Os direitos do trabalho⁶⁴ passam a figurar a agenda estatal, assumindo o enfrentamento da *questão social*. Por motivos econômicos, políticos e sociais, o Estado teria de suplementar-se pelo planejamento público e administração econômica.

Não obstante, o fenômeno da mercantilização das forças de trabalho (MARX, 2011) funda as bases da intervenção social por parte do Estado e que conformam os sistemas de sociedade política e sociedade civil na realidade social brasileira, o chamado “Estado social”⁶⁵. O papel do Estado, no entanto, torna-se decisivo no desenvolvimento da economia nacional, sob auspícios da ordem social capitalista e consequente estratificação social.

É através das filiações a um Estado social que se constitui um processo de ocultamento de precariedade intrínseca à condição de proletariedade moderna sob o sistema do capital. A atribuição de “sujeitos de direitos” contribui para ocultar e obnubilar a condição de proletariedade da força de trabalho, sua essência contingente e seu nexos constitutivo de ser-mercadoria (ALVES, 2007, p. 123).

As relações de Estado e sociedade se metamorfoseiam por meio da disputa de projetos que aludem, de um lado, os interesses do capital, de outro, da efetivação da democracia. Conforme assinala Vieira (1992) é nesse universo (de democracia) que viceja a *cidadania*, significando um princípio de igualdade desdobrado em vários direitos, dos quais os direitos sociais que aspiram modificar o padrão de desigualdade. Nesse sentido, Telles (2006, p.97) ressalta que “enquanto a regulamentação profissional segmenta a sociedade entre cidadãos e não-cidadãos, o perfil das instituições de proteção social irá produzir a segmentação estigmatizadora entre trabalho e pobreza”.

⁶⁴ Prefaciando o Livro de Couto (2008, p. 23) Yamamoto refere: “Na Constituição de 1924, as ideias liberais andam de braços dados com a escravidão, aquelas ideias restritas aos interesses comerciais internacionais, enquanto nas relações internas predominam o favor, as relações de dependência e submissão”; Vale destacar o estudo de Barbosa (2008) onde situa que em 1926, a emenda n. 29 à constituição de 1891 arrogava ao Congresso Nacional o direito de legislar sobre o trabalho; em 1942 aprovação da CLT e fixação do salário mínimo (1940); em 1932 a definição da jornada de oito horas e as condições para o trabalho de mulheres e menores, em 1933-1934, o direito de férias; em 1935 afirmação do contrato de trabalho como forma de subordinação; O estudo de Telles (2006) *Direitos Sociais, afinal do que se trata?*, aponta que a tradição assistencial começa com a filantropia privada, cujas origens remontam o Brasil Colonial.

⁶⁵ Identifica-se aspectos conceituais e análises a partir da concepção de “Estado Social” nas obras de (CASTEL (1998); TELLES (2006); ALVES (2007); COUTO (2008).

A tradição histórica do Brasil (da República) revela significativa *intervenção* estatal, alicerçadas no século XX e XXI, especialmente em se tratado da busca de coesão social, através da denominada “Política Social”, que mantém uma estreita ligação entre o movimento do Capital e a proposta de Reforma do Estado. Nessa perspectiva, observa Vieira (1997) que a classe dirigente do Brasil tem oscilado entre a promulgação de Constituição e imediata proclamação de sua reforma.

Sobretudo, ainda que tardiamente, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, é instituído o Estado Democrático que salvaguarda, na ordem jurídica-formal, garantias de direitos e liberdades fundamentais e, para além dessa ordem formalizada, suscita mecanismos para a concretização e proteção desses valores, na direção de uma sociedade mais igualitária e democrática. O reconhecimento e a proteção de direitos do homem estão na base das Constituições democráticas modernas (BOBBIO, 2004), portanto, a promulgação da Constituição Federal de 1988 representou a afirmação e difusão, histórica, do plano jurídico que expressa os direitos sociais, no Brasil.

É indubitável que a transição democrática consubstancia as bases de um projeto inovador para a sociedade, conduzindo o Estado a desdobrar-se para a consolidação e universalização de direitos sociais, embora, as inflexões das variáveis estruturais e conjunturais tornam esta perspectiva emblemática, na medida em a proteção desses direitos passa a ser o maior desafio desse tempo, “marcado por um processo contraditório, próprio da relação acumulação de capital *versus* distribuição de renda” (COUTO, 2008:167).

Os direitos sociais significam antes de mais nada a consagração jurídica de reivindicação dos trabalhadores. Não significam a consagração de todas as reivindicações populares, e sim a consagração daquilo que é aceitável para o grupo dirigente no momento (VIEIRA, 1992, p. 23).

Neste terreno, as expressões do que denominou-se contemporaneamente como *questão social* torna-se o desafio central, incidente sobre a ordem econômica, ideológica e sociopolítica estabelecida. Todavia, o processo peculiar da intervenção estatal sobre a *questão social*, se realiza na política social, viabilizada pelas “políticas sociais”. Esta realização se dá num processo parcial e fragmentado, que tende a tratar pelas refrações e categorização da pobreza⁶⁶, enquanto expressão “problema” na sociedade, por meio de mecanismos seletivos e fragmentário às respostas das demandas sociais.

⁶⁶ A abstração da categoria *pobreza*, está aqui compreendida, especialmente, em estudos das análises de Paugam (2003), Salamá e Destremau (1999), Valla (2005), Marins (2002), Yazbek (2003).

No item a seguir destaca-se alguns elementos da transformação do Estado, caracterizado pela “contra-reforma” e a (s) Política (s) Social (is) – sob difusão e influxo da ideologia neoliberal, que, juntamente com a reestruturação produtiva combinam para o enfrentamento da crise.

3.2. AS POLÍTICAS SOCIAIS E O INFLUXO DO IDEÁRIO NEOLIBERAL: REFORMAS E FLEXIBILIZAÇÃO

O acúmulo teórico permite abstrair que, embora não homogêneo, mesmo entre autores da mesma tradição teórica, há um consenso sobre a expansão das transformações do Estado e das políticas sociais, no contexto da crise global contemporânea, após a década de 1970 do século XX. Reconfigurações concernentes às reconfigurações no mundo do trabalho e intensos processos de reestruturação produtiva, assim como mudanças na intervenção do Estado sobre a *questão social*, adquirindo características particulares na sociedade brasileira, sob o influxo do *ideário neoliberal*⁶⁷.

Importante destacar que no capitalismo, em seu estágio monopolista, o Estado assume uma multiplicidade de funções e passa a intervir direta e sistematicamente sobre as sequelas da *questão social*, e, como observa Netto (2001) considerando as características das esferas econômicas e sociais, assim como a necessidade de legitimação política do Estado, a “questão social” como que se internaliza na ordem econômico social (NETTO, 2001).

Com a complexidade do processo de produção, mais dependente da ciência e da técnica e conseqüente segmentação do mercado de trabalho, assim como a especialização dos serviços, a intervenção do Estado adquire um sentido preciso, por meio da *política social*. Torna-se estreita a articulação de Estado e Sociedade Civil e se alteram os princípios do Estado de direito.

Na acepção moderna dos termos, política⁶⁸ e política social protagonizam a representação do *poder político* na consolidação do “bem-estar” da população, reivindicadas

⁶⁷O Neoliberalismo se instala, como resultado do antagonismo ideológico entre Keynesianos e Neoliberais. Os Keynesianos afirmavam que altos salários, pleno emprego e o Estado de bem-estar haviam criado a demanda de consumo que alimentara a expansão, e que bombear mais demanda na economia era a melhor maneira de lidar com depressões econômicas. Os neoliberais afirmavam que a economia e a política da Era de Ouro impediam o controle da inflação e o corte de custos tanto no governo quanto nas empresas privadas, assim permitindo que os lucros, verdadeiro motor do crescimento econômico numa economia capitalista, aumentassem (HOBBSAWM, 1995, p. 399). Afirma Alves (2007, p. 145) que “O Keynesianismo significa maior intervenção do Estado na economia de mercado através de políticas anticíclicas”.

⁶⁸A política está endossada a um conceito que advém da palavra Estado, e este do grego *polis* (cidade-estado). De acordo com a etimologia da palavra, configura a ciência de governar a cidade. *Polis* significa cidade, entendida como comunidade organizada, formada pelos cidadãos (*politikos*) e onde se tem uma forma mais

pelos cidadãos como “direito”. O poder político, é definido por Marx (1998), no *Manifesto Comunista*, como uma fórmula clássica: o poder organizado de uma classe para oprimir uma outra”. Essa conceituação alude às formas institucionais que reclamam o exercício coercitivo autônomo da classe que detém o poder econômico, e, por consequência detém o poder ideológico e político.

É ampla a literatura especializada⁶⁹ com abordagem *conceitual e histórica* da Política Social, no capitalismo contemporâneo, especialmente destacadas abstrações das análises que enfocam a “totalidade social”, no marco da teoria social marxiana. A concepção das políticas sociais na perspectiva crítica de Marx traz a necessidade de pensar as políticas sociais como *concessões e conquistas*, em oposição à perspectiva tradicional⁷⁰, que as concebe as políticas sociais com finalidade *redistributiva*. A crítica cumpre avançar na análise incorporando a dimensão de totalidade e relevância da luta de classes e concebe-as como mecanismos de articulação, tanto de *processos políticos* – consenso social, mobilização/desmobilização da população, quanto *econômicos* - procurando a redução de custos da força de trabalho e contribuindo para a valorização do capital.

Pelo fio condutor dessa exposição, busca-se resgatar elementos que configuram a política social brasileira, estabelecida na perspectiva de afirmação de direitos e cidadania, consolidados na Constituição de 1988. A *política social* percorre dois caminhos distintos e marcantes no século XX no Brasil: o primeiro período de controle de política, que corresponde ao período de Getúlio Vargas e ao populismo nacionalista e o segundo período de política do controle, que compreende a época da ditadura militar em 1964 até o final dos trabalhos da Constituinte de 1988. Para Oliveira (1995) foi com a ditadura que começou o processo de dilapidação do Estado brasileiro, que, por consequência propiciou o clima para

acabada e apurada da vida social organizada, o que a diferencia das sociedades anteriores. Os gregos e os romanos foram os inventores da política sendo que a cidadania era exclusiva dos homens adultos, livres e nascidos no território da cidade (CHAUÍ, 2005).

⁶⁹ Especialmente investigação sob o enfoque do método proposto por Marx, que situa e analisa os fenômenos sociais em seu complexo e contraditório processo de produção e reprodução, na perspectiva de totalidade. Remete-se aos estudos de Vieira (1997, 1998), Pastorini (1997), Yazbek (1998), Netto (2001), Silva e Yazbek (2006), Behring e Boschetti (2007), CFESS/ABEPSS, (2009), Behring (2011), Couto, Yazbek, Silva e Raichelis (2011), Raichelis (2011), Jacooud (2005), etc.

⁷⁰ Sobre a *perspectiva tradicional* das políticas sociais se remete à exposição de Pastorini (1997) que as caracteriza como políticas redistributivas. Essas são concebidas como um conjunto de ações, por parte do aparelho do Estado, que tendem a diminuir as desigualdades sociais, ou seja, pensadas como ações que procuram reestabelecer o equilíbrio social via distribuição de renda – no sentido de “compensar” aqueles que foram prejudicados na distribuição, gerando o reequilíbrio social. A autora destaca que, nessa perspectiva, as políticas se tornam tão desiguais quanto o mercado e, esses pensadores estão fazendo alusão à redistribuição e não a distribuição, ou seja, as políticas permanecem na finalidade de repartir os recursos escassos e cujos custos são socializados por meio da tributação. “Essas ações do Estado terão um caráter *compensatório, paliativo e corretivo* das desigualdades produzidas no mercado, como consequência do desenvolvimento capitalista” (PASTORINI, 1997, p. 83).

que a ideologia neoliberal, já avassaladora nos países desenvolvidos, encontrasse terreno fértil, no Brasil – então surge o neoliberalismo à brasileira.

Os anos de 1980 foram marcados por uma revolução tecnológica e organizacional na produção, chamada de reestruturação produtiva. Para Harvey (2008, p.140) “um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e econômico”. Portanto, nesse contexto, tem-se os primeiros impulsos do processo de reestruturação produtiva no país, caracterizada pela redução de custos, através da redução da força de trabalho.

O projeto societário neoliberal, na sua face econômica, reflete valores ideológicos que objetivam uma nova ordem social e buscam ganhar terreno na instalação de *políticas neoliberais* que defendem a liberdade em detrimento da igualdade e destruir a capacidade de luta e organização da classe trabalhadora. Para Behring (2003) uma verdadeira contrarreforma conservadora do Estado, na medida em que a direção sócio-política das reformas se articulam à reestruturação produtiva e mundialização, na perspectiva de adaptação do país à dinâmica do capitalismo contemporâneo.

A partir da segunda metade dos anos 1990, intensifica-se o debate sobre os rumos e os limites da política social no Brasil. A *política social* torna-se uma modalidade e estratégia governamental de intervenção nas relações sociais, cujas raízes estão na esfera da produção e tende a se dinamizar a partir dos movimentos populares e reivindicações trabalhistas. Como menciona Vieira (1992) a política social não pode ser compreendida por si mesma, pois consiste em estratégia governamental e normalmente se exhibe em forma de relações jurídicas e políticas. Como tal, se compõe de planos, de projetos, programas e documentos variados.

Sobre a funcionalidade da política social, Netto (2001, p. 31) sinaliza que, de acordo com as requisições da ordem do monopólio, é inequívoco “processos referentes a preservação e ao controle da força de trabalho – ocupada, mediante a regulamentação das relações capitalistas/trabalhadores”. O autor caracteriza essa intervenção como fragmentada e parcial, uma vez que a questão social é tratada em suas refrações, para as quais são estabelecidas *políticas sociais*, donde são categorizados os problemas sociais.

Através da política social, o Estado Burguês no Capitalismo monopolista procura administrar as expressões da “questão social” de forma a entender as demandas da ordem monopólica conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorporam sistemas de consenso variáveis, mas operantes (NETTO, 2001 P.30).

Portanto, a *política social*, deve constituir-se a partir das diferentes *políticas sociais* que são instituídas e reguladas para atender demandas que se expressam da dinâmica das

relações de capital e trabalho, em diferentes contextos históricos e sujeitas à lógica cíclica do capital, que, por sua vez, mobiliza constantemente as rearticulações para a gestão do processo produtivo, assim como desencadeia mudanças substanciais na ordem conjuntural e estrutural.

A reestruturação produtiva, as mudanças na organização do trabalho e o neoliberalismo, provocam reconfigurações profundas nas *políticas sociais*. A medida que se desenvolve o regime de “acumulação flexível” com rebatimentos no mundo do trabalho, dissemina-se a ideologia da flexibilização dos direitos sociais e de cidadania regulada. A correlação de forças é histórica e mutável segundo a organização, mobilização de recursos e as estratégias das classes ou suas funções em torno da luta por determinados interesses econômicos ou políticos.

As políticas sociais constituem um sistema político de mediações que visam articulação de múltiplas formas na reprodução das relações de exploração e dominação da força de trabalho, com as forças políticas. Na análise de Castel (1998, p. 563) as proteções organizadas pelo Estado, engendram a forma moderna de coesão social, sendo que “a invenção do social é que domesticou o mercado e humanizou o capitalismo”. A chamada para a interlocução do Estado e mediações pelo campo das políticas sociais públicas, dirige-se aos segmentos da população vitimados pela desigualdade nas suas múltiplas dimensões e, concorda-se com o autor: o caráter do “social” na sociedade capitalista assume uma dimensão articuladora e central das relações de produção.

A recessão do modelo econômico do mundo capitalista desenvolvido, foi decisiva na difusão e implementação da ideologia neoliberal nos países periféricos, inclusos países da América Latina, onde o neoliberalismo se expressa tardiamente⁷¹. Todavia, junto da reestruturação produtiva combinam o enfrentamento da crise. O *Consenso de Washington*⁷² revelou a tendencial subordinação da dimensão política à econômica, indicando que a *modernização* deveria se realizar através de reformas econômicas, em nome do equilíbrio fiscal e competitividade capitalista.

Nessa perspectiva Salvador (2012) destaca a disputa na sociedade capitalista, por recursos do fundo público, no âmbito do orçamento estatal. Para o autor, a partir década de

⁷¹ Remete-se ao estudo de Anderson (1995) quando refere que O Chile, sob a ditadura de Pinochet, foi pioneiro do ciclo neoliberal, a experiência-piloto para o neoliberalismo - junto com a Bolívia, até final dos anos 1980. Destaca o autor, que o neoliberalismo Chileno pressupunha a abolição da democracia e instalação de uma das mais cruéis ditaduras militares do pós-guerra.

⁷² Um receituário (ideológico) afirmado no Consenso de Washington: termo empregado pelo economista Inglês John Williamson durante uma Conferência Organizada pelo Institute For International Economics, de Washington (1989), onde o receituário desta travava as privatizações, a abertura da economia, a desregulamentação e o controle da inflação e o déficit público (PEREIRA, 2006).

1980 há um domínio hegemônico do capital financeiro e, com as políticas neoliberais se esgarça a liberalização financeira, com enfraquecimento do Estado e proteção social.

Sem a pretensão de aprofundamentos sobre o debate do fundo público⁷³ aqui, vale destacar que a disponibilidade de recursos é elemento indispensável para compreender a política social, suas imbricações à expansão e reprodução do Capital e as determinações imediatas para o financiamento da reprodução da força de trabalho e a flexibilização de direitos da classe trabalhadora. Nesse sentido, destaca Behring (2011, p. 169) que “as despesas de manutenção da regulação do mercado colocam também em crise a política social”, na medida em que a política social não é uma estratégia exclusivamente econômica, mas também política, no sentido de controle dos trabalhadores, tanto que a crise de legitimidade política articula-se a queda dos gastos na área social.

Alves (2007, p. 149-150) observa que “o Estado neoliberal é o Estado político do capital nas condições de sua crise estrutural” e “ao tornar-se máximo para o Capital, torna-se mínimo para os interesses da civilização do trabalho”. Nessa perspectiva, a revelação do neoliberalismo compreende, não apenas uma forma de governo, mas uma forma de Estado Político, que incorpora em si, elementos da crise e necessidade da reprodução do Capital, sendo que o “social” está submetido à regulação do mercado (ALVES, 2007).

Também nos anos 1990⁷⁴ revela-se uma tensão entre as conquistas democráticas, e a contra-reforma neoliberal (conservadora), que Behring (2003) caracteriza, em linhas gerais, pela orientação e condições que combinam a reestruturação produtiva que buscam rentabilidade do capital, por meio da adaptação, flexibilidade e competitividade. O ajuste neoliberal secundariza as ações públicas orientadas ao trato da *questão social* e configura-se um Estado “Máximo” para o capital e “Mínimo” para o social, o que substancia o

⁷³ Salvador, Behring, Boschetti e Granemann (2012) organizam uma obra, gestada pelo fio condutor de categorias da crítica da economia política e expõem análises sobre a financeirização, fundo público e política social. Destaca-se a observação do artigo de Salvador (2012, p.125): “No Brasil, o fundo público ganhou contornos restritivos, tanto pela ótica do financiamento como pela dos gastos sociais, muito aquém das já limitadas conquistas da socialdemocracia ocorrida nos países desenvolvidos. Até mesmo as “reformas” realizadas por dentro do capitalismo central não lograram o mesmo êxito em nossos país, uma vez que a estruturação das políticas sociais foi marcada por componentes conservadores, que obstaculizaram avanços mais expressivos nos direitos de cidadania” (SALVADOR, 2012, p. 125).

⁷⁴O rebatimento da Crise do capitalismo, na década de 1990 evidencia múltiplas expressões, desde a inflação e crise financeira do Estado com agravamento da questão social, o Brasil no circuito internacional, como receptor de recursos externos e abertura comercial; o movimento geral de globalização financeira e a implementação de reformas: administrativa; previdência social; abertura comercial e financeira; privatizações; desregulamentação das relações de trabalho; estabilização da moeda com Plano Real. Grandes alterações no mundo do trabalho com aprofundamento da crise social, devido a limitada capacidade de o Estado para proteção social, dada sua crise: fiscal-financeira, planejamento, gestão e regulação; Terceirização, informalidade, desemprego, segmentação e precarização das relações de trabalho (SILVA e YAZBEK, 2006).

aprofundamento da exclusão social. Embora, frente a este processo haja resistências manifestas sob diferentes expressões sociais, o grande desafio paira na compatibilização de desenvolvimento/crescimento econômico e democracia social.

O Estado enquanto gestor das medidas anticrise, implementa sistemas nacionais de seguridade, que configuram um conjunto de medidas econômico-políticas (BEHRING, 2011). Ao longo da década de 1990 se instaura a retração da ocupação de empregados no setor público – a administração pública passou por ampla modificação – diante da aprovação de reforma administrativa que facilitou a demissão de pessoal e a ampliação da terceirização de atividades, com impactos significativos para as diferentes profissões e ao conjunto de trabalhadores nesse setor.

A chamada Lei Camata, estimulou a subcontratação por meio de empresas terceirizadas; A adoção da meta fiscal, desde 1994, por conta da contenção de gasto público, sobretudo, nas áreas sociais, leva a um decréscimo do papel do Estado da gestão de mão de obra (POCHMANN, 2006). A conjuntura desse período é o aprofundamento da crise econômica, cuja inserção no projeto neoliberal enseja a defesa do “Estado Mínimo” acompanhado do desmonte dos sistemas de proteção social (SILVA, 2004).

[...] vem se assistindo a um verdadeiro desmonte do sistema brasileiro de proteção social que parecia apontar, a partir dos anos 80, em direção à universalização dos direitos sociais básicos, evidenciando retrocessos nas ofertas de serviços, mesmo nas áreas sociais básicas (SILVA, 2004, p.25)

Cabe salientar de que a seguridade social (art. 204 da CF/1988) foi expressamente represada pelo “desmonte neoliberal”, singular a sustentação de um “Estado Mínimo” para a área social. Destaca-se, no entanto, ainda na década de 1990 uma “[...] retomada da matriz da solidariedade⁷⁵, como sinônimo de voluntarismo e de passagem das responsabilidades dos programas sociais para a órbita da iniciativa privada” (COUTO, 2004. P. 150).

Nesse cenário, a reestruturação produtiva vem sendo conduzida combinada ao ajuste neoliberal, o que implica desregulamentação de direitos, corte de gastos sociais. O ajuste brasileiro inicia com o governo Collor e é implementado, no governo de FHC, na tentativa de tornar a economia mais competitiva no mercado. Para Behring (2003) o Plano Collor orientou-se pelos rumos da ortodoxia liberal e esse governo colocou em marcha as reformas

⁷⁵ Destaca-se o retorno de práticas assistencialistas no bojo da tentativa dos governos em gerir a crise e a instabilidade macroeconômica. Exemplo disso é o Programa de Ação Comunitária, comandado pela Secretaria Especial de Ação Comunitária (1987 -1990) e reedita-se em 1995 o Programa Comunidade Solidária sob medida provisória 813/95 no governo de Fernando Henrique Cardoso, perfazendo ações assistencialistas preconizadas na LBA, na era Vargas (PEREIRA, 2006. P. 172).

estruturais - início da contrarreforma neoliberal no país. E, o plano real, a partir de 1994, no governo Fernando Henrique Cardoso, buscando a estabilização econômica combinou com a reestruturação produtiva. Destacam-se dois aspectos: as privatizações que buscam atrair fluxos de capitais e as reformas dos sistemas de proteção social, voltadas para a desregulamentação de direitos sociais.

Tais políticas (neoliberais) enaltecem um *ethos* individualista, indissociável do liberalismo econômico e político (NETTO, 2001, HOBBSAWM, 1977)⁷⁶ que suscita a responsabilização individual e ordenamentos para que esses indivíduos se movimentem ao acesso de direitos, perversamente conduzidos pelo ideário neoliberal, que os define como restritos, focalizados e mínimos, levando os trabalhadores a reprodução da sua condição de miséria, desmoralização e dependência de recursos de sobrevivência (da burguesia e do Estado).

É paradoxal o projeto de modernidade da sociedade brasileira, à medida que desencadeia o processo de modernização econômica, social e institucional, e torna a cidadania *regulada* – definida nos termos da proteção do Estado, através dos direitos sociais e, como recompensa o dever do trabalho (TELLES, 1999). Todavia, o Estado instaura a referência na qual os indivíduos podem se reconhecer como cidadãos de direito, fundada na liberdade (para o trabalho) e necessidades (a satisfazer). O que há de singular, nessa relação, é que a necessidade de garantias de vida, se converte na alienação individual à legitimidade de gozo do(s) direito(s).

O trabalho será projetado por inteiro no espaço do poder, por referência ao qual o lugar de cada um será definido na sociedade: através do trabalho o indivíduo passava a ter existência civil e se transformava em cidadão a quem o Estado oferecia a proteção dos direitos sociais; através do trabalho o indivíduo ganha personalidade moral enquanto prova compromisso com a Nação; através do trabalho, finalmente, o indivíduo ganhava identidade social enquanto atributo de honestidade que neutralizava o estigma de pobreza (TELLES, 1999, p. 124).

A cidadania, portanto, significa ser sujeito de direitos, de onde desencadeia a luta de pertencimento como cidadão, perante o Estado. Logo, na dialética entre a institucionalização e conservadorismo, se dá a clivagem da lógica da desigualdade social (MARX, 2011; MARTINS, 1997; VIEIRA, 2004; CHAÚÍ, 1987) do direito e “anti-direito” (COUTO, 2004), da inclusão e da exclusão (CASTEL, 1998; MARTINS 2002), das discriminações e da

⁷⁶ A ordem social capitalista – injusta e desumana - introduziu um sistema individualista puramente utilitário de comportamento social, a selvagem anarquia da sociedade burguesa, teoricamente justificada por seu lema “cada um por si e Deus por todos”. A resistência burguesa levou a desmoralização dos pobres industrializados e urbanos, tendo como expressão da desmoralização, o alcoolismo, o suicídio, a prostituição, a violência crescente – que se relacionam ao cataclisma econômico e social (HOBBSAWM, 1977 p.222).

provisão de “mínimos” como direito (PEREIRA, 2006), da seletividade e focalização (BOSCHETTI, 2003) das políticas setoriais e emergenciais que processam o paralelismo e a fragmentação da atuação governamental na área social e que, na sua gênese, remete à matriz histórica de direitos definidos como privilégios de classe.

No Brasil, de um lado se expressa a transição democrática, de outro, a articulação conservadora orientada pelo receituário neoliberal, que não ocorrem sem conflitos e disputas de projetos heterogêneos de sociedade, e de interesses antagônicos. Interessa abstrair as determinações combinadas a essa ideologia que imbricam-se na política social brasileira e refletem na *desregulamentação* das garantias constitucionais, nem sempre se identificam com o primado da universalidade ou *cidadania* - no campo privado e público. O zelo ideológico ao liberalismo de livre mercado permanece na ofensiva ao projeto democrático.

Vieira (2004) argumenta que liberalismo e democracia uniram-se e a democracia está alicerçada no capitalismo, acompanhando as vicissitudes e seguindo o destino da economia de mercado. Para o mesmo autor, na democracia liberal há desigualdade no próprio exercício de liberdade, pois a ideia de igualdade está vinculada “à igualdade de oportunidades segundo a capacidade de cada indivíduo e não a igualdade real na sociedade”.

Para Netto (2001) os redimensionamentos do Estado, no estágio monopolista, em face da “questão social”, cortam e recuperam o ideário neoliberal. *Corta-o* porque passa a intervir através de políticas sociais e *recupera-o* porque debita suas sequelas aos indivíduos afetados. Neste “terreno movediço”, as políticas sociais são direcionadas à um patamar de reconhecimento de direitos da população e no enfrentamento das expressões da questão social e da *pobreza*, como demandas.

Com o fenômeno do neoliberalismo ocorreram mudanças no perfil de trabalhadores e condicionou, substancialmente a perda de força para organização e movimentos coletivos. A proposta neoliberal, nos seus vários matizes, tem legitimação via democrática – Com os ditames neoliberais e, com a perspectiva de um “Estado mínimo para o trabalho e máximo para o Capital”, a chamada *reforma* perde o sentido tradicional do conjunto de mudanças para ampliar direitos, pois o que vem sendo conduzido é um processo de *contra-reformas*, na perspectiva de redução de direitos e garantia sociais (NETTO e BRAZ, 2008).

Uma perspectiva de pensar é de que a Reforma do Estado é originária da própria crise do Estado, ao considerar que o Estado e mercado coordenam o sistema econômico. Sobre esse prisma, pressupõe-se o Estado social liberal, com a desregulamentação dos direitos sociais, mecanismos de controle social, privatizações, delimitações para atuação. Outra

perspectiva que vem sendo desenvolvida por Behring (2003, 2011), com referência na teoria de Mandel (e outros autores) é de que a expansão ou recuos das políticas sociais estão relacionadas às transformações no mundo do Capital, especialmente a partir dos anos 1970. Ou seja, originária das contradições do capitalismo, as despesas com a regulação do mercado, colocam em crise também a política social, que passam a ser caracterizadas por um discurso ideológico de cariz flexível e restritivo. Logo, a crise do Estado, nos anos 1990, tem origem no capital e a Reforma, serve aos interesses do Poder político.

A reestruturação produtiva vem sendo conduzida em combinação com o ajuste neoliberal, o qual implica a desregulamentação de direitos, o corte dos gastos sociais, deixar milhões de pessoas à sua própria sorte e “mérito” individuais – elemento que também desconstrói as identidades, jogando os indivíduos numa aleatória e violenta luta pela sobrevivência (BEHRING, 2011, p. 180).

No prefácio do livro de Behring (2003, p. 16) Francisco de Oliveira refere que “as mudanças constitucionais com o rótulo de “reformas” tem sido um sistemático desmonte da estrutura estatal, com objetivo mais grave e profundo de atingir e retroceder os direitos sociais”. Behring (2003) na sua exposição destaca que as transformações que atingem o conjunto do mundo do Capital impõem orientações para uma contrarreforma do Estado, na direção da flexibilidade, competitividade, adaptabilidade e atratividade.

Os ajustes orientam a operacionalidade da política social diretamente relacionada às restrições, sob argumentos da crise fiscal. Prevalece a fragmentação das políticas sociais enquanto garantias universais, através do trinômio articulado da privatização, focalização associada a seletividade e a descentralização, compreendida como o repasse das responsabilidades para entes da federação ou para instituições privadas que configuram o setor público não estatal – seja para o âmbito local, municipal (BEHRING, 2003).

Yazbek (1998) compartilha dessa perspectiva de análise e, sobre o reordenamento e subordinação das políticas sociais às políticas de estabilização econômica, compreende um fenômeno ideologizado, inegavelmente um processo com características de adequação às tendências expansivas do Capital. Para a autora, tem-se um Estado que reduz suas intervenções no âmbito social, que apela à solidariedade e se apresenta como “parceiro” da sociedade em suas responsabilidades sociais”

Ainda que as análises sejam heterogêneas e em constante processo, há um consenso de que, na década de 1990, ocorreram profundas mudanças na dinâmica da vida social. Consolida-se a intensificação da reestruturação produtiva sobre os ramos produtivos e serviços, é evocado o receituário de ajuste neoliberal (seguidas pelos governos de Collor e FHC) combinado ao processo de financeirização, na perspectiva de garantir a inserção do país

na dinâmica capitalista e legitimar a produção e reprodução das relações sociais, fundadas na ideologia dominante.

É importante salientar que, oriundos do receituário da *acumulação flexível* (Harvey, 2008) ocorre a flexibilidade⁷⁷ dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Entre os elementos que caracterizam esse cenário, se destaca: o controle sobre a força de trabalho, combinação de trabalho qualificado e desqualificação, contratos mais flexíveis e subcontratação, desregulamentação, terceirização da força de trabalho, a exploração da força de trabalho feminino, vulnerabilidade em condições de remuneração, novas técnicas e novas formas organizacionais de produção com repercussões adversas para a saúde desses trabalhadores e ainda, é solapado o trabalho organizado.

Portanto, as transformações recentes, exacerbaram as contradições na relação entre Capital e trabalho. As profundas mudanças na divisão social e técnica do trabalho tendem a expressar e/ou ocultar as particulares condições e relações de trabalho, na gênese dos processos de trabalho. O conflito, no fundo, um conflito de classe, tece a revolução desse modo de exploração da força de trabalho, no capitalismo, e das múltiplas e transitórias formas de intervenção do Estado, galgado nos ditames do Capital.

⁷⁷ Em termos conceituais, remete-se Harvey (2008); Castel (1998). Para Castel (1998, p. 517) a flexibilidade é uma maneira de nomear a necessidade de ajustamento do trabalhador moderno à sua tarefa, mas não se reduz a isso. Se exige a disponibilidade do trabalhador para adaptar-se às flutuações das demandas e para a qual os empregadores podem recorrer à subcontratação (flexibilidade externa) ou treinar seu pessoal para a flexibilidade e a polivalência, a fim de enfrentar a gama de novas situações (flexibilidade interna).

4. O SERVIÇO SOCIAL NA DIVISÃO SOCIAL E TÉCNICA DO TRABALHO E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL

A racionalidade do mundo do trabalho define a organização e gestão do processo de trabalho e, de acordo com seus valores e fluxos (relações de troca) expressam as determinações para a divisão social e técnica do trabalho e para a própria formação e regulação do mercado de trabalho – e profissões que nele se conformam. A sociabilidade pelo trabalho não pode ser simplificada, pois formam um núcleo complexo de interações internas e externas que formam o desenvolvimento dos indivíduos, não somente no ser em si, mas em seu modo de ser e agir em sociedade.

A divisão internacional do trabalho atribui às profissões a forma histórica de trabalho peculiar à ordem capitalista, que implica determinações relacionadas a universalização dos componentes da divisão social do trabalho - o trabalho é repartido e o indivíduo tem atividades impostas e as *forças produtivas* (poder social) passam a regular as atividades independente de suas expectativas no mercado de trabalho regulado.

As profissões originárias da modernidade tardia produzem sua identidade no próprio liame das crises e contradições que acompanham as transformações dos complexos heterogêneos de produção e reprodução das *forças produtivas*. De uma maneira geral, a reestruturação do mercado de trabalho impacta na natureza das profissões e refletem diretamente na estrutura ocupacional - enquanto várias ocupações desapareceram, outras vêm sofrendo uma reestruturação de suas funções, que leva à definição de novos perfis profissionais, enunciam redefinições, etc.

Diante do panorama societário, pretende-se, à guisa de revisão histórica, segundo a orientação teórico-metodológica explicitada, alguns elementos que situam a profissão do Serviço Social na dinâmica dos processos econômicos, políticos e sociais nas últimas décadas e no século XXI e vinculado a um certo momento do desenvolvimento das lutas de classes.

Desde uma perspectiva histórica, compreende-se a profissão como resultado de um processo sócio-histórico, e o desenvolvimento do pensamento do Serviço Social e *significado social* da profissão, situada na divisão social e técnica do trabalho e, sob a direção sociopolítica do projeto ético-político, no contexto capitalista.

4.1 O SIGNIFICADO HISTÓRICO SOCIAL DA PROFISSÃO NO BRASIL

De modo transversal ao debate sobre as transformações do *mundo do trabalho*, é notório o conjunto de reflexões sobre as *repercussões, contradições e redimensionamentos das profissões e/ou ocupações* contemporâneas que coincidem com flutuações estruturais-conjunturais, nas últimas décadas. A literatura especializada tem mostrado que a racionalidade do *mundo do trabalho*, organicamente, passa a definir a organização e gestão do processo de trabalho e, de acordo com seus valores e fluxos (relações de troca), expressa as determinações para a divisão social e técnica do trabalho, para a formação profissional e formação e regulação do mercado de trabalho – e profissões que nele se conformam.

Com efeito, a sociedade contemporânea expressa o contraste entre os avanços da modernidade e os atrasos e retrocessos nos padrões civilizatórios, que tem evidências mais gerais na divisão do trabalho acirrada na dinâmica do desenvolvimento capitalista e expressões da desigualdade social, simultânea a chamada *questão social*, matéria que se ocupa o Serviço Social contemporâneo.

Na sociedade em que vivemos – vale dizer, formações econômico-sociais fundadas na dominância do modo de produção capitalista – pobreza e desigualdade estão intimamente vinculadas: é constituinte insuprimível na dinâmica econômica do modo de produção capitalista a exploração, de que decorrem a desigualdade e a pobreza (NETTO, 2006, p. 08).

Como sustentou Hobsbawm (1995, p. 396) a partir da década de 1980 do século XX aumentam as expressões da desigualdade social e econômica pelo mundo ocidental que culmina com a depressão do mundo capitalista desenvolvido, na década de 1990. E, nesse sentido, as contradições da relação entre capital e trabalho é uma maneira de ilustrar as consequências que impactam e segregam a classe trabalhadora assalariada, que historicamente, tem uma formação heterogênea, como apontou Sergio Buarque de Holanda⁷⁸ nas raízes da formação econômica e constituição do capitalismo.

Neste contexto sócio histórico, esclarecer os componentes sociais que tornam desigual o particular fenômeno do desenvolvimento social do trabalho, não cessa em elucidar elementos das conformações macro determinantes, mas também desvendar as condições, causas e repercussões na constituição do caráter social do trabalho (e das ocupações) em âmbito local-global.

⁷⁸ “A simples ganancia, o amor às riquezas acumuladas à custa de outrem, principalmente de estranhos, pertence, em verdade, a todas as épocas e não caracteriza a mentalidade capitalista se desacompanhada de certas virtudes econômicas que tendam a contribuir decisivamente para a racionalização dos negócios” (HOLANDA, 1995, p. 135).

Antunes (2010, p. 13) chama a atenção para as transformações ocorridas no capitalismo recente no Brasil, consequência do “redesenho da divisão internacional do trabalho” e observa que as alterações requerem densas pesquisas concretas e reflexões analíticas, que por certo, comporta elementos tanto de descontinuidade, quanto de continuidade. A divisão internacional do trabalho atribui às profissões a forma histórica de trabalho peculiar à ordem capitalista, que implica determinações relacionadas a universalização dos componentes da divisão social do trabalho - o trabalho é repartido e o indivíduo tem atividades impostas e as forças produtivas (poder social) passam a regular as atividades independente de suas expectativas no mercado de trabalho regulado.

Todavia, com a intensificação da reestruturação produtiva do capital, em consonância com o ideário neoliberal, as profissões e trabalhadores de diferentes áreas se inserem em processos de trabalho permeados por mutações sócio técnicas produtivas e na reorganização do trabalho constantes, que, em contraponto a *tese do fim do trabalho*, Antunes (1996) denomina essas mudanças como um processo de subproletarização intensificada ou precarização de trabalhos decorrentes da flexibilização ou terceirização do trabalho. Na acepção de Alves (2007, p.192) as inovações técnico-organizacionais, nessas condições históricas, exigem manipulação social, como elemento estrutural da produção e reprodução social – campo em que se constitui uma “nova subjetividade do trabalho assalariado”.

Diante do panorama societário, pretende-se, à guisa de revisão histórica, segundo a orientação teórico-metodológica explicitada, alguns elementos que situam e explicitam a profissão do Serviço Social na dinâmica dos processos econômicos, políticos e sociais nas últimas duas décadas e nas perspectivas do século XXI. O esforço está em evidenciar alguns elementos que perfazem a historicização do pensamento do Serviço Social e *significado social* da profissão situada na divisão social e técnica do trabalho contemporâneo.

Considerando os fenômenos ligados ao trabalho, o sociólogo Ricardo Antunes, vem defendendo a tese de que um fenômeno global está a alterar a morfologia do trabalho e a influenciar a intervenção social dos trabalhadores. Em entrevista recente⁷⁹, considera que não houve o fim da classe trabalhadora e alerta que é tempo de lutas em escala global, porque o enigma do século XXI é que o trabalho, que estrutura o capital, desestrutura a humanidade e o

⁷⁹ Entrevista: “O trabalho precário está a tornar-se crescentemente a regra” In: Caderno Economia. Público, Lisboa, 23 de setembro de 2013. Para Antunes (2002, p. 112) “morfologia” deve ser compreendida a partir do (novo) caráter multifacetado do trabalho e a nova morfologia do trabalho compreende que a classe trabalhadora hoje, de modo ampliado, implica entender esse conjunto de seres sociais que vivem da venda de sua força de trabalho, que são assalariados e desprovidos dos meios de produção – sua conformação é mais fragmentada, mais heterogênea e mais complexificada do que aquela que predominou nos anos do apogeu do taylorismo e do fordismo.

trabalho que estrutura a humanidade desestrutura o capital. Portanto, é preciso entender *quem é o jornalista hoje, o bancário, o operador decall-center, o trabalhador de fast-food, quem são os imigrantes*, também porque o trabalho é vital para o trabalhador, para o mundo e para o capitalismo, pois é pelo trabalho que gera a riqueza, não é a máquina (ANTUNES, 2013).

Diante do imperativo da crise e das metamorfoses do mundo do trabalho (ANTUNES, 1996) o contexto atual requer refletir e ressignificar entendimentos sobre a profissão do Serviço Social e quem é o trabalhador (a) assistente social, assim como as influências das alterações para a (e na) intervenção profissional, considerando as heterogêneas condições de inserção desses trabalhadores nas ocupações no mundo do trabalho. A pretensão se restringe a criar diretrizes de análise, a partir das questões que, *a priori*, norteiam esse estudo, das quais (neste item) analisar o Serviço Social enquanto uma especialização do trabalho no mundo do trabalho contemporâneo. O Serviço Social, na acepção da análise marxiana,

Afirma-se como um tipo de especialização do trabalho coletivo, ao ser expressão de necessidades sociais derivadas da prática histórica das classes sociais do ato de produzir e reproduzir os meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada (IAMAMOTO e CARVALHO, 2003, p. 76)

Em se tratando de construção do conhecimento, nas particularidades de uma área específica do saber, o esforço de conhecer parte do já conhecido, das matrizes teóricas que o conformam, das diretrizes históricas que perfazem a identidade social da área nos diferentes contextos, mas também no intuito de aprofundamentos e ampliações, no fio condutor da análise das transformações do trabalho, nos ditames do processo de trabalho contemporâneo.

Nesse sentido podemos pensar a inserção do Serviço Social na história a partir da noção que se tenha, não apenas uma ligação a partir de seu surgimento com as outras ciências, mas que, em relação às mesmas, ele também se apropria de elementos que o caracterizam como histórico e crítico. Esta linha de análise encontra suporte na precursora e densa bibliografia especializada do Serviço Social, na interpretação de teoria e método dialético crítico, cunhada por Yamamoto e Carvalho na década de 1980 no Livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*, uma análise para compreender, do ponto de vista das relações sociais, a evolução do Serviço Social no Brasil – o Serviço Social como profissão no contexto de aprofundamento do capitalismo na sociedade brasileira (1930-1960)⁸⁰.

⁸⁰A obra reafirmou a recusa da concepção tradicional da profissão, reformulando uma nova rota, a partir da interpretação e construção de um pensamento dialético sobre o significado social e o caráter histórico da profissão.

“A apreensão do significado histórico da profissão só é desvendada em sua inserção na sociedade, pois ela se afirma como instituição peculiar na e a partir da divisão social do trabalho” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2003, p.16). O Serviço Social emana o rol de profissões da divisão moderno contemporânea no mundo do trabalho, portanto partícipe e sujeito aos elementos próprios da divisão social do trabalho – industrial, concorrência, contradição, assalariamento e produção de valor.

A historicidade que o identifica, transcende a compreensão desta profissão em si mesma, mas antes supõe conectar a profissão com o movimento das transformações societárias e flutuações que circundam sua emergência e institucionalização. No que concerne ao *surgimento* dessa instituição na sociedade capitalista – é visto na dinâmica da divisão de classes e correlação de forças entre estas: a ascensão da burguesia e a disseminação do proletariado, nas perspectivas estruturais e conjunturais explicitadas (nesse estudo).

Na análise de Iamamoto e Carvalho (2003) é expresso o reconhecimento da profissão na divisão social do trabalho, onde se desenvolve, tendo como pano de fundo o desenvolvimento e hegemonia do capital industrial e financeiro, a expansão urbana e a chamada “questão social”⁸¹, a qual se torna a base de justificação desse tipo de profissional especializado.

Os precursores da análise consideram a profissão sob dois ângulos não dissociáveis (considerando a categoria da reprodução): primeiro, como “realidade vivida e representada na e pela consciência de seus agentes profissionais expressa pelo discurso teórico-metodológico sobre o exercício profissional”, segundo, como uma atuação profissional “como atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que conferem uma direção social à prática profissional” (IAMAMOTO E CARVALHO, 2003, p.73).

O Serviço Social “surge como um mecanismo utilizado pela classe dominante como meio de exercício de seu poder na sociedade”; “aparece como uma das alternativas às soluções caritativas tradicionais, dispersas e sem solução de continuidade, a partir da busca de

⁸¹ “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão. O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através da legislação social e trabalhista específica, mas gerindo a organização e prestação de serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social. [...]O Estado busca enfrentar, também através de medidas previstas nessas políticas e concretizadas na aplicação da legislação e da implementação de serviços sociais, o processo de pauperização absoluta ou relativa do crescente contingente da classe trabalhadora urbana, engrossando com a expansão industrial, como elemento necessário à garantia dos níveis de produtividade do trabalho exigidos nesse estágio de expansão do capital” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2003, p. 77-78).

uma nova ‘racionalidade’ no enfrentamento da questão social” sendo que esta última se solidifica na vinculação ao crescimento do aparelho do Estado (IAMAMOTO, 2008, p.19).

No Brasil, o processo de *institucionalização* como profissão está vinculado ao crescimento das instituições de prestação de serviços sociais e assistenciais, geridas ou subsidiadas pelo Estado. Nesse sentido, a formação e expansão do mercado de trabalho para esta especialidade do trabalho (no setor de serviços) é viabilizada e incentivada como medida para o enfrentamento da chamada *questão social* - consolidada nas políticas sociais⁸², e regulada pelo Estado.

Destaca-se a vinculação com as organizações patronais, de caráter empresarial, dedicadas as atividades produtivas propriamente ditas e à prestação de *serviços sociais* aos segmentos populacionais da sociedade. Por conseguinte, a consolidação da profissão ocorre na relação entre Estado e Sociedade civil, integrante da esfera estatal (pública) e empresarial (privada), sob arbítrio da condição de *assalariamento*.

Não se pode pensar a profissão no processo de reprodução das relações sociais independente das organizações institucionais a que se vincula, como se a atividade profissional se encerrasse em si mesma e seus efeitos sociais derivassem, exclusivamente da atuação profissional (IAMAMOTO e CARVALHO, 2003, p.79).

Com base na mesma análise, embora regulamentado como *profissão liberal*⁸³, o Serviço Social não tem uma tradição de prática peculiar a profissões liberais, no Brasil. Portanto, *a inserção profissional no mercado de trabalho é subjugada por relações de mercado (de compra e venda da força de trabalho), dependência e subalternidade no que tange as condições materiais e técnicas, no processo de trabalho.*

Na divisão social do trabalho, a jornada de trabalho, as condições salariais e “demandas institucionais”, comumente são estabelecidas previamente e nas condicionalidades da oferta de vaga e requisições dessa especialidade de trabalho. Em *Serviço Social em tempo de capital fetiche*, Iamamoto (2008) aprofunda a análise do Serviço Social no processo de reprodução das relações sociais no movimento global do capital, com objetivo de entender o exercício profissional como uma especialização do trabalho social na sociedade sob a égide do capital financeiro.

[...] pensar o Serviço Social na reprodução das relações sociais significa afirmar que ele participa de um movimento que permite a continuidade da sociedade de classes e cria as possibilidades de sua transformação. Como a sociedade é atravessada por projetos sociais distintos – projetos de classes para a sociedade – cria o terreno sócio

⁸² Iamamoto e Carvalho (2003) explicitam as particularidades das requisições desses profissionais, na implementação das políticas no processo de industrialização.

⁸³ Lei de Regulamentação da Profissão. Lei nº 8662/9, de 07 de junho de 1993.

histórico para a construção de projetos profissionais também diversos, indissociáveis dos projetos mais amplos para a sociedade (IAMAMOTO, 2008 p. 25).

Indissociável ao legado da teoria social marxiana, elucidam-se, na perspectiva de análise da profissão, inserida nos diferentes processos de trabalho, as tensões provenientes das contradições fundantes da disposição ao trabalho concebida como a disposição para a venda da capacidade de trabalho em troca de salário - como uma mercadoria. Retoma-se a situação da profissão ser legalmente regulamentada (liberal) com *relativa autonomia*, na medida em que se dispõe no mercado de trabalho e auspícios da propriedade privada daqueles que o contratam, por determinado tempo e que pressupõe as conexões essenciais da *alienação do trabalho*, em diferentes níveis⁸⁴ com implicações para si (indivíduo) e relações sociais em âmbito público e privado da vida social.

A restrição da autonomia profissional, como lei da própria organização e gestão do trabalho, incide sobre valores e diretrizes da profissão e sobre a direção social do trabalho, no sentido *stricto* do termo marxiano, ou seja, ação (de trabalhadores) impulsionada a satisfazer necessidades emergentes no processo de trabalho e, tende para limitações substanciais que imbricam-se ao *produto final*, do que antes fora idealizado no plano valorativo e dimensão ética e política.

Portanto, as transformações e crises operam com flutuações também cíclicas no mundo do trabalho, provocando alterações no modo de produzir e impondo condições na relação entre capital e trabalho. Os redimensionamentos das ocupações consistem na própria imbricação fundante da divisão social do trabalho, na medida em que se modificam as formas de exploração da força de trabalho e exigências, diante dos novos conteúdos e substanciais exigências aos trabalhadores para a manipulação do instrumental (meios) também renovado e que requer dispêndio de tempo e participação ativa e em multifuncional no processo de trabalho.

O Serviço Social é uma profissão recente, se considerar o tempo histórico de sua legitimação no Brasil e registra a conquista do reconhecimento social de intervenção e a ampliação de espaços para inserção da profissão (mercado de trabalho) no campo do conhecimento científico e técnico.

O Serviço Social afirma-se como uma profissão, que vem respaldando seu exercício, sistematizações, saberes e a produção científica acumulada por seus pesquisadores no acervo intelectual e cultural herdado fundamentalmente do pensamento social da modernidade[...] (IAMAMOTO, 2008, P.27)

⁸⁴ Os níveis da Alienação descritos por Marx, em *O capital*, foram explicitados no capítulo anterior.

Na divisão social do trabalho, responde as necessidades da regulação, de modo que garante espaços e funções nas estratificações construídas historicamente e, neste contexto, os imperativos contemporâneos da organização do trabalho vem incidindo como desafios multifacetados por um novo paradigma que o dispõe na contradição dos valores que norteia a direção social do trabalho, tendo em vista as necessidades sociais (expressões da questão social) com as quais atua e o posicionamento que o consolidam como profissionais com aporte teórico-metodológico crítico, a base da formação para o trabalho, que difere da formação doutrinária⁸⁵ que assentou os princípios filosóficos de suas origens.

Desde a década de 1980 as conquistas permearam o amadurecimento da dimensão política da categoria, num processo que impulsiona repensar o perfil profissional para as demandas que se complexificam no processo de trabalho e imprimem condições que editam a nova cultura do trabalho, intrínseca à intensificação, flexibilização e redução de postos de emprego. Essas transformações, porém, implicam um problema teórico analítico central, que reside na compreensão do próprio significado das particularidades da profissão, conecta ao desafio de criar mediações para o desempenho fundamentalmente articulado entre as dimensões ética e política da gênese crítica, que ora passa a orientar-se, ainda que de forma heterogênea e num processo dialético entre alienação e crítica.

Através do debate para a revisão jurídico-formal que dinamiza-se a discussão da *ética profissional* para preservação das conquistas e um redimensionamento valorativo da profissão. O valor ético central que outrora estava para as classes trabalhadoras, sem eximilas, passa a auferir no pensamento moderno que centra no primado do valor: a liberdade e a democracia.

Neste sentido, a reflexão ética compreende a base filosófica e os valores que identificam, direcionam e determinam parâmetros constitutivos da identidade profissional e o Código de ética da profissão de 1993 explicita esta *direção social* que ostenta a defesa de valores democráticos e de emancipação humana. O rompimento com o conservadorismo demarca o redimensionamento do Serviço Social, em oposição à hegemonia do capitalismo e suas metamorfoses que impactam no trabalho e na vida social dos trabalhadores.

⁸⁵ A formação doutrinária requer normas, princípios, diretrizes. Para esta formação são necessárias aulas de Doutrina Católica e Moral. O Serviço Social era assumido como vocação. O Serviço Social é apenas uma parte da Ação Social desenvolvida na Europa. Numa primeira fase, o Serviço Social no Brasil, o que importa é a formação doutrinária e Moral.

Contudo, na racionalidade econômica e política das ocupações, a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO - MTE)⁸⁶ reconhece e caracteriza a ocupação de Assistente Social⁸⁷ no grupo de ocupações regulamentadas e de nível superior, para atuar nas áreas de atividades/especificações para o mercado:

Desenvolver capacidades e possibilidades individuais e coletivas; Planejar políticas sociais; Pesquisar a realidade social; Executar procedimentos técnicos; Avaliar ações; Promover eventos técnicos e sociais; Articular recursos disponíveis; Realizar a gestão de programas, projeto, Serviços, benefícios e equipamentos; Desempenhar tarefas administrativas; Demonstrar competências pessoais (CBO, 2002, s.n)

Estabelece as características gerais do exercício da ocupação, situando a área do Serviço Social como possibilidades de trabalho em instituições das esferas pública e privada, bem como em ONGs, empresas ou instituições do setor agropecuário, comercial, industrial e de serviços e destaca que “o foco de atuação é a família (ou indivíduo)”. Quanto as condições de inserção no mercado, são estatutários ou empregados com carteira assinada, trabalham em equipe, sob supervisão ocasional, em ambientes fechados e em horário diurno, podendo, o assistente social trabalhar em horários irregulares durante plantões e em casos emergenciais, e eventualmente, trabalham sob pressão, levando à situação de estresse⁸⁸ (CBO, 2002).

A atualização e modernização em 2002⁸⁹ se devem às profundas mudanças ocorridas no cenário cultural, econômico e social do País nos últimos anos, implicando alterações estruturais no mercado de trabalho (MTE, 2013). O próprio resultado da revisão da classificação mostra que as transformações das últimas décadas refletiram diretamente na

⁸⁶A estrutura básica da CBO foi elaborada em 1977, resultado do convênio firmado entre o Brasil e a Organização das Nações Unidas - ONU, por intermédio da Organização Internacional do Trabalho - OIT, no Projeto de Planejamento de Recursos Humanos (Projeto BRA/70/550), tendo como base a Classificação Internacional Uniforme de Ocupações - CIUO de 1968 (MTE, 2013).

⁸⁷Norma Regulamentadora: Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993 – que dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Segundo o MTE (2013) o título ocupacional, em uma classificação, surge da “agregação de empregos ou situações de trabalho similares quanto às atividades realizadas”, “são as atividades exercidas pelo cidadão em um emprego ou outro tipo de relação de trabalho (autônomo, por exemplo)” ou conjunto articulado de funções, tarefas e operações destinadas à obtenção de produtos ou serviços.

⁸⁸ Descrição dos elementos da ocupação: Prestam serviços sociais orientando indivíduos, famílias, comunidade e instituições sobre direitos e deveres (normas, códigos e legislação), serviços e recursos sociais e programas de educação; planejam, coordenam e avaliam planos, programas e projetos sociais em diferentes áreas de atuação profissional (seguridade, educação, trabalho, jurídica, habitação e outras), atuando nas esferas pública e privada; orientam e monitoram ações em desenvolvimento relacionados à economia doméstica, nas áreas de habitação, vestuário e têxteis, desenvolvimento humano, economia familiar, educação do consumidor, alimentação e saúde; desempenham tarefas administrativas e articulam recursos financeiros disponíveis (CBO, 2002).

⁸⁹ “Nova CBO”. Conforme Portaria MTE n.º 397 de 09 de outubro de 2002. Nesta edição utiliza uma nova metodologia de classificação e faz a revisão e atualização completas de seu conteúdo (desde a sua primeira edição, em 1982, a CBO sofreu alterações pontuais, sem modificações estruturais e metodológicas) A nova CBO tem uma dimensão estratégica importante, na medida em que, com a padronização de códigos e descrições, poderá ser utilizada pelos mais diversos atores sociais do mercado de trabalho. Terá relevância também para a integração das políticas públicas do Ministério do Trabalho e Emprego, sobretudo no que concerne aos programas de qualificação profissional e intermediação da mão-de-obra, bem como no controle de sua implementação (MTE, 2013).

estrutura ocupacional do mercado de trabalho brasileiro, seja no caráter restritivo de algumas ocupações já existentes, ou incorporação de novas ocupações e/ou caracterizações. Impactos sob o aspecto da contratação de profissionais, da condição de vinculação e permanência, assim como as funções pelas quais são requisitados os trabalhos da denominada ocupação, etc.

Neste sentido, a revisão da classificação das ocupações estabelece que essas estão sujeitas a ciclos de existência que não se desvinculam das transformações sócio históricas, as quais respondem organicamente. Esse processo está associado, às modificações tecnológicas (acumulação flexível) ocorridas na economia, que afetam a organização do trabalho nas organizações e empresas de natureza pública e privada.

O mercado de trabalho para o Serviço Social se funda na correlação dos fenômenos sociais e ao mutante movimento dos elementos que constituem alterações cíclicas de processos complexos em permanentes ressignificações no mundo do trabalho. A compreensão da dinâmica econômico social contemporânea evidencia elementos substanciais para apreender as particularidades da constituição do mercado de trabalho para as trabalhadoras/es assistentes sociais e o significado do trabalho.

As transformações societárias traduzem as faces que imprimem a organicidade do trabalho e os nexos que dão sentido à condição de trabalhador/a em determinado contexto sócio histórico, com particulares relações e singulares significações. A natureza da profissão, como uma especialização na divisão social e técnica do trabalho, sinaliza o estatuto de trabalhador assalariado que dita quais exercícios profissionais engendram nas relações de capital e trabalho.

O estatuto sócio ocupacional do Serviço Social se legitima entre as implicações do desenvolvimento capitalista e o aparecimento de uma nova configuração profissional, respaldada pela funcionalidade da divisão social (e técnica) do trabalho na sociedade burguesa (NETTO, 2001). As contradições que se desenvolvem na ordem social capitalista (no pós-guerra) faz emergir a necessidade de intervenção sobre a *questão social*. As expressões da desigualdade social que eclodem e ganham proporções se expressam como as próprias demandas que, ao serem institucionalizadas, contribuem para a estruturação de espaços sócio ocupacionais na divisão do trabalho, instaurando o mercado de trabalho.

A realização do trabalho depende intrinsecamente dos elementos do processo de trabalho, naturalmente, sendo o trabalho profissional elemento simples do mesmo processo. Na linha de tensão com o desenvolvimento do capitalismo, são aprovados os valores e princípios que ostentam o caráter teleológico das ações profissionais e suscitam os desafios

transversais aos núcleos teóricos fundamentais⁹⁰ que, organicamente, sustentam o conteúdo da profissão e norteiam as mediações no processo de trabalho.

Tudo o que é criado, é histórico. Não se pode colocar em crivo existencial o que é histórico. O que se torna importante, no âmbito do Serviço Social, é o crivo da crítica do processo pelo qual tem se desenvolvido como profissão, na sociedade capitalista contemporânea. As críticas possuem indissociável *dimensão política* uma vez que não se limitam apenas a um objeto, mas sempre à um contexto que depende exclusivamente do *modus vivendi* de um povo, ou seja, dos modos de produção, poder, educação, economia, desenvolvimento ou a falta dele, etc.

“Sendo a profissão um produto sócio histórico, adquire sentido e inteligibilidade na dinâmica societária da qual é parte e expressão” (IAMAMOTO, 2008, p.26). A literatura mostra que o Serviço Social, como profissão, se apoia a uma teoria histórico-crítica e incorpora categorias que permitem apreender a direção social a que se vincula o projeto profissional contemporâneo, traduzindo valores que o vinculam aos projetos societários

A consolidação da direção social crítica na década de 1990 do século XX – pelo Projeto ético-político e a força representante da categoria – apresentou os interesses e seus fins, como sendo o interesse comum da categoria – o projeto profissional lança as ideias na forma de universalidade, racionais e universalmente legítimas. A luta tem por finalidade, a negação mais decisiva das condições sociais anteriores, do conservadorismo. Porém as ideias dominantes do projeto não devem estar desligadas das ideias dos sujeitos que trabalham – indivíduos em condições concretas - que constituem a categoria e, principalmente as relações ambíguas e contraditórias, próprias do processo de trabalho.

4.2 A DIREÇÃO SOCIOPOLÍTICA DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

A emergência e desenvolvimento do Serviço Social na sociedade brasileira vincula-se, essencialmente, às transformações societárias, indissociáveis da modernização e expansão industrial e significativa reestruturação do *trabalho* nos processos de produção e serviços, que edifica o modo de produção capitalista. O projeto profissional constitui-se no liame da construção histórica da profissão, nos marcos das transformações do mundo do trabalho e redimensionamentos que são imanentes à emergência do Serviço Social como profissão e a sua função social, como força produtiva, na dinâmica da crise da sociedade burguesa, bem como sob os influxos dos ditames do projeto societário que se instala e se propaga.

⁹⁰ Sobre os Núcleos, ver ABESS, 1996.

Sob efeito da expansão do capitalismo, imprimem-se os desafios que movem o Serviço Social para sua organização política, renovação teórico-metodológica, ético-política e técnico operativa, com rigoroso aprofundamento acerca de seu *objeto* – que originariamente, se reconhece na questão social⁹¹ “a base de fundação histórico-social da profissão na realidade” (ABESS, 1996, p. 20).

Por tratar-se de uma profissão de caráter interventivo (NETTO, 2001) a preocupação com o *estatuto do trabalho* engendra as bases para a construção e consolidação do Projeto ético-político da profissão. O alicerce de sua constituição jurídico-formal articula a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93), o Código de Ética dos assistentes Sociais, ambos revisados e aprovados no ano de 1993 e as Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social, aprovada no ano de 1996, atualmente vigente sob resolução específica⁹².

4.2.1 Consolidações da Base do Projeto Profissional

Das premissas da história, é possível apreender de que a origem do Serviço Social como profissão, advém das próprias transformações e fenômenos que se expandem e requisitam a mobilização material ou imaterial para tratar de seus significados. Nesse sentido, a legitimidade da profissão é produto das lutas e movimentos sociais e, sua regulamentação e afirmação prática, está fundada na organização política, demarcada pelo interesse coletivo da

⁹¹ O documento básico para a revisão do Currículo do Serviço Social, denominado “Proposta básica para o projeto de formação profissional” reconheceu que a questão social é um eixo ordenador, desde o debate e aprovação do currículo de 1982 e que se afirma no novo currículo em pressupostos que devem perpassar o processo formativo articuladas pelo núcleo básico da questão social. “Disso faz parte colocar a questão social como centro como nossa materialidade – e a ideia de processo de trabalho como uma forma de dar visibilidade ao conjunto de ações que inscrevem a profissionalidade e a função social da profissão como força produtiva” (ABESS, 1996)

⁹²Na década de 1990, a propósito de aprofundamentos e avaliação da formação profissional na realidade brasileira, as estruturas organizativas da profissão (ABESS, CFESS, ENESSO e Unidades de Ensino) se mobilizam para a revisão do Currículo Mínimo – vigente desde 1982. Com base nos princípios e valores firmados no estatuto do trabalho – Lei de Regulamentação e Código de ética difunde-se o debate no interior da categoria, para a aprovação do documento “Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social”. Na XXIX Convenção Nacional da ABESS – Recife 1995 – aprovou-se a “Proposta básica para o projeto de formação profissional” que, nos seus desdobramentos, em 1996 origina-se a “Proposta básica para o projeto de formação profissional: novos subsídios para o debate”. Em Novembro de 1996 este documento é aprovado na ocasião da II Oficina Nacional de Formação Profissional e Assembléia Geral da ABESS, sendo que, com a promulgação da Lei de Diretrizes de Bases – LDB, em dezembro de 1996, o seu processo de normatização é facilitado (ABESS, 1996). Todavia, em três de abril de 2001 são aprovadas as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Serviço Social – Parecer CNE/CES 492/2001 – retificadas em 12 de dezembro do mesmo ano – Parecer CNE/CES 1363/2001 - em que se estabelecem as normas a serem observadas pelo sistema de ensino, formulando o projeto de Resolução específico para as referidas diretrizes e resolve que estas devem orientar a formulação do Projeto Pedagógico do curso em âmbito Nacional (ABESS, 1996).

categoria de assistentes sociais brasileiros, para legitimação e valoração de sua identidade⁹³ construída no processo histórico.

A regulamentação formal da profissão, que, no Brasil ocorre no ano de 1957, torna-se a base para nortear a *direção sociopolítica* da profissão. A dimensão política da categoria é reafirmada na década de 1980, no processo de renovação do Serviço Social e, em consonância com a aprovação dos documentos que consolidam o projeto profissional, neste período. Na década de noventa, consolida-se a defesa da direção social hegemônica da profissão, expressa na aprovação do código de ética de 1993 e os documentos que imprimem o compromisso com valores e princípios fundantes da vinculação a um processo de construção de uma nova ordem societária.

A autoimagem do Serviço Social se afirma em um projeto profissional de caráter coletivo que institui as bases para carrear os princípios e valores consonantes à formação e o trabalho profissional do(a) Assistente Social, assim como a interlocução com os projetos societários e a própria afirmação e legitimidade enquanto profissão na divisão social do trabalho.

Os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam as seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários dos seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (entre estas, também e destacadamente o Estado, ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais) (NETTO, 1999, p.95).

No rumo da profissionalização, a busca do conhecimento, inerente aos seus agentes, passa a informar a legitimidade de base teórica e científica seguida da institucionalização jurídica. O projeto profissional, caracteriza-se, no entanto, por uma construção de caráter heterogêneo e mutável, de acordo com as transformações da sociedade, pois, desenvolve-se conecto aos projetos coletivos societários, que metamorfoseiam-se na dinâmica estrutural e conjuntural de interesses antagônicos e contraditórios, que produzem e reproduzem relações sociais (individuais, de classes, partidos, facções, etc.) na sociedade.

O Serviço Social consubstancia a peculiar condição de um projeto coletivo profissional que se redimensiona e tenciona o revisionismo (interno) teórico e filosófico, inspirando mudanças e rearticulações de elementos que orientam a intencionalidade teleológica, a expressar-se tanto nos fundamentos de formação, quanto na dimensão deontológica (aspectos normativos). O projeto embasa,

⁹³ O trabalho de Martinelli (2007) elucida reflexões e análises sobre a identidade profissional do Serviço Social.

[...] requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas de sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (NETTO, 1999 p.95).

Portanto, é produto de uma construção histórica gestado, essencialmente no Movimento de reconceituação (década de 1960 do século XX) quando prevê as bases para a condução de uma trajetória de ruptura com o pensamento conservador e instiga o desafio coletivo de explicitar um novo *significado da profissão* na sociedade, a partir da mobilização para um processo de maturação acadêmico-profissional de referência na teoria social crítica, para desvendar os fenômenos e orientar a *prática*⁹⁴ interventiva.

O Projeto ético-político conquistou hegemonia no Serviço Social brasileiro no início da década de noventa (NETTO, 1999) sendo que a direção social e a definição de hegemonia decorrem do processual debate e embate de diferentes perspectivas e vertentes teórico-políticas e ideológicas presentes no interior da profissão, tendo em vista a indissociável articulação com os projetos societários e os desafios que dialeticamente impactam na profissão, pois, os valores que a consolidam são contraditórios aos interesses da ordem social capitalista.

Neste contexto, os projetos engendram nos espaços ocupacionais em que os profissionais se vinculam, pois estes, pela própria natureza dinâmica, precisam responder às demandas e contextos sócio institucionais em que se inserem os profissionais.

[...] também são estruturas dinâmicas, respondendo às alterações do sistema de necessidades sociais sobre o qual a profissão opera, às transformações econômicas, históricas e culturais, ao desenvolvimento teórico e prático da profissão e, ainda, às mudanças na composição social da categoria (NETTO, 1999 p. 95).

Compreendem projetos que orientam as profissões na sociedade, caracterizam um *ethos* de identidade vinculada aos projetos societários⁹⁵ de ordem macro e estão sujeitos a alterações, revisões e incorporação de novas orientações que visam a renovação e atualização frente às demandas que convergem para o enfrentamento das expressões dos fenômenos que ressignificam o movimento da sociedade e que fundam o objeto da profissão e o substrato de seus desafios.

⁹⁴ Há que referir que o exercício profissional do Serviço Social é tratado como “trabalho” a partir da Proposta Básica para o projeto de formação profissional de 1996, que vem ao encontro das premissas do Projeto ético-político consolidado na década de 1990 do século XX.

⁹⁵ Os projetos societários oferecem matrizes e valores, têm dimensões políticas, seja num sentido amplo ou restrito, envolve componentes que caracterizam uma imagem ideal da profissão, sua função social, objetivos, conhecimentos teóricos e requerem uma fundamentação ética (NETTO, 1999).

A modernidade traz a disputa dos projetos societários e a internacionalização dos direitos, e, na arena da sociedade movimentada pelo capital, a desigualdade desafia a liberdade. Indissociável deste processo, os projetos coletivos conjugam-se aos projetos societários, nem sempre em perfeita harmonia, pois, como afirma Netto (1999), é possível que o projeto societário hegemônico seja contestado por projetos profissionais que conquistem hegemonia.

4.2.2 O Projeto ético-político – desafios a partir da década de 1990 do século XX

No século XX o Serviço Social redimensiona a sua performance enquanto projeto profissional que sobressai de um projeto de matriz conservadora para o posicionamento de vanguarda na defesa de um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma *nova ordem societária*, o que o identifica na sensibilização pelo fortalecimento da soberania enquanto princípio democrático, que, na sociedade capitalista não conflui sem vícios, pela própria divisão social de classes, como se referiu nesse estudo, à luz da teoria marxiana.

A construção do projeto profissional traduz e representa a articulação da categoria com os movimentos sociais e lutas na defesa dos princípios democráticos e da classe trabalhadora, na sociedade brasileira. Como referiu Netto (1999)

[...]acompanha a curva ascendente do movimento democrático e popular que, progressiva e positivamente, tencionou a sociedade brasileira entre a derrota da ditadura e a promulgação da Constituição de 1988 – um movimento democrático e popular que [...] forçou uma rápida definição do projeto societário das classes possuidoras (NETTO, 1999 p. 106-107).

A indissociável articulação com os projetos societários, as mudanças conjunturais, na relação Estado e Sociedade na década de 1990 (no plano econômico, social e político) e os mecanismos de enfrentamento da questão social trazem repercussões para a profissão e impõem a necessidade de revisão crítica de suas dimensões sócio profissionais, diante dos desafios mais complexos do mundo do trabalho.

O projeto profissional, no entanto, condensa as dimensões da formação e do trabalho em Serviço Social. A base normativa o identifica como projeto profissional e, se materializa na Lei de regulamentação da profissão que estabelece as competências e atribuições, no Código de Ética, que dispõe dos direitos e deveres do profissional, segundo princípios e valores de natureza humana e nas Diretrizes Curriculares para a formação profissional. Esses documentos são revisados e reformulados, na década de 1990, sob a pauta das mudanças estruturais e conjunturais e desafios às diferentes dimensões da profissão.

Na racionalidade da proposta normativa do projeto profissional, estabelecem-se as diretrizes para a inserção profissional na divisão sócio técnica do trabalho para que, a partir da interação coletiva possa desvendar os “potenciais alternativos” (IAMAMOTO, 1993, p.103) para o exercício profissional, sob uma orientação que norteia as competências e atribuições, os direitos e responsabilidades, as relações e o zelo pela observâncias dos dispostos, assim como os princípios e valores que nuclearmente sustentam e difundem o significado da profissão na sociedade contemporânea.

Na década de 1990 que reafirma-se os valores fundantes da profissão ostentados na liberdade e justiça social, consubstancial à democracia como valor ético-político central. Neste âmbito de expressão, consolida-se a maturidade teórica e política, com o respaldo dos fundamentos éticos oriundos do pensamento político e filosófico contemporâneo e da reflexão ética marxista. Nesta perspectiva orienta-se para o enfrentamento da “ordem da desigualdade” fundada na propriedade privada no cunho da forma de organização produtiva da sociedade.

A ostentação histórica do Projeto Profissional do Serviço Social adensa e aprimora o sentido dos valores e princípios humanos que o constitui. O reconhecimento da liberdade como valor ético central, permeia a afirmação da autonomia e emancipação dos indivíduos sociais, reforçando princípios e práticas democráticas. Neste sentido,

Aquele reconhecimento desdobra-se na defesa intransigente dos direitos humanos, o que tem como contrapartida a recusa do arbítrio e de todos os tipos de autoritarismos. Envolve o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, afirmando-se o direito à participação dos grupos socialmente discriminados e o respeito às diferenças (NETTO, 1999, p.125)

Nesta perspectiva de abordagem, estende-se a importância do discurso das dimensões da “ética” e do “político”, que não se presume sinônimo, e que identifica o projeto enquanto tal a partir da década de noventa. Este parece ser o “núcleo duro” do projeto e o significado da profissão, que, por ser relativamente recente, a apropriação e produção científica configuram-se restritas, ainda que o debate venha se ampliando na produção acadêmica e eventos políticos e de socialização da produção científica da área⁹⁶.

É na maturidade teórica que o projeto assume uma direção, especialmente na matriz das vertentes críticas, inspirada em Marx. Uma vez que sancionada e reconhecida a profissão, os preceitos contratuais são compilados num ordenamento de caráter normativo⁹⁷, que zelam as premissas formais da dimensão ética e política da profissão na sociedade. Trata-se da

⁹⁶ Destacam-se as produções na Pós Graduação do Serviço Social e eventos como ENPESS, Congressos e Conferências -

⁹⁷ Normativo: caráter legal, obrigatório, sua legalidade implica o dever e a consciência moral em face de sua transgressão ou aceitação.

legitimidade do Código de Ética, imbuído das conquistas da categoria na sua trajetória histórica.

É a partir do pensamento de Marx que introduz-se a concepção *ontológica* do homem, necessária à reflexão ética, capaz de tratar da universalidade dos valores e do homem de forma crítica, histórica e em uma perspectiva de totalidade (BARROCO, 2004). Consonante ao debate crítico coletivo, embora heterogêneo, é no Código aprovado em 1993 que ratifica-se estes fundamentos, retificando a base filosófica tradicional conservadora, da ética da neutralidade e, assim, a profissão passa a contar com um documento que centra a questão ética e da ética profissional em uma perspectiva histórica e crítica. Nesse sentido, observa Barroco (2004. P35) é “a partir do Código de 1993 que o projeto profissional começa a ser tratado nacionalmente como “projeto ético-político” e o seu significado não reside em uma questão semântica” e, a dimensão da ética e do político são compreendidos na sua intrínseca articulação.

Netto (1999, p. 105) considera que a incorporação do acúmulo teórico e os elementos trazidos para o debate da ética (nos últimos vinte anos) perfazem o processo de construção do projeto ético-político⁹⁸. Nesse sentido, “o código de ética aprovado no ano de 1993, coroa o processo de construção do projeto ético-político profissional”.

O Código de 1993 é o primeiro Código de Ética do Serviço Social a explicitar o compromisso ético-político com os direitos humanos, sendo que é no final dos anos 90, início do século XXI que a questão dos Direitos Humanos passa a ser objeto de debate no movimento da categoria, sinalizada com a comemoração dos cinquenta anos da Declaração Universal (1998), e a peculiar maturação da reflexão da finalidade da profissão na sociedade. Pois, “a defesa dos direitos humanos coloca-se como mais uma frente de luta, em que o projeto profissional objetiva suas dimensões éticas e políticas”. Implícita neste âmbito a ética como liberdade e a política como a busca de defesa deste valor (BARROCO, 2004).

Todavia, decorrente do processual debate e embate de diferentes perspectivas e vertentes teórico-políticas e ideológicas presentes no interior da profissão, consolida-se a defesa da *direção social hegemônica* do Serviço Social, nas bases do denominado “Projeto

⁹⁸ Em artigo inaugural sobre o tema “Projeto ético-político do Serviço Social” Netto (1999) afirma que as discussões são de um debate que é cronologicamente recente sob os auspícios de continuidade, dado o contexto a que se insere. Esclarece que tais projetos são construídos por um sujeito coletivo, que no Serviço Social brasileiro organizam-se no sistema CFESS/CRESS, ABEPSS, ENESSO, sindicatos e demais associações dos Assistentes Sociais, constatando a conquista de hegemonia deste projeto na entrada dos anos noventa do século XX.

ético-político”⁹⁹, que se constituiu no projeto hegemônico da profissão (NETTO, 1999 e 2008; ABESS, 1996; IAMAMOTO, 2004; ABRAMIDES, 2006, 2007; Silva e Silva (2002) etc.

A inovação do projeto profissional do Serviço Social, na década de 1990, na sociedade brasileira, não reside apenas em uma mudança de nomenclatura, mas registra a revisão dos documentos fundamentais que instituem e dinamizam a formação e o trabalho da profissão no mundo do trabalho contemporâneo. A materialização do projeto conjuga-se em três documentos importantes: Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/1993), Código de ética Profissional do Assistente Social (CFESS nº 273/1993) e a proposta de Diretrizes para o Curso de Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Serviço Social (ABESS) que, substancialmente, redimensionam a direção social da profissão e tornam-se referência para o debate das particularidades da profissão nesse contexto histórico (ABESS, 1996; IAMAMOTO, 2004).

A realização deste projeto ocorre em *diferentes dimensões* do universo da profissão, sejam elas de caráter normativo, político e de interações com outras profissões, da formação profissional e no próprio trabalho que os profissionais realizam cotidianamente. Destaca-se a síntese de dimensões referidas na literatura especializada:

a) Nos instrumentos legais, que asseguram direitos e deveres dos Assistentes Sociais e representam uma defesa da autonomia profissional na condução de seu trabalho na luta por direitos [...]; *b) Nas expressões e manifestações coletivas da categoria*, por meio de suas entidades representativas, que afixam publicamente posições políticas frente ao Estado e à sociedade, às políticas públicas e às profissões; *c) Nas articulações com outras entidades de Serviço Social* – ao nível latino-americano e internacional – *e com outras categorias profissionais e movimentos sociais*

⁹⁹Evidencia-se na literatura especializada da área do Serviço Social que esta conjugação torna-se a referência para o debate teórico analítico do Serviço Social. Ganha relevo à discussão do significado da profissão sob a orientação de um projeto profissional, com ênfase, a partir do artigo de José Paulo Netto intitulado “A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea”, com publicação no material do Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais no ano de 1999. Neste, o autor considera que a incorporação do acúmulo teórico e os elementos trazidos para o debate da ética nos últimos vinte anos pela categoria perfazem o processo de construção do projeto ético-político que se consolida no código de ética de 1993: “O código de ética de 1993, neste sentido, coroa o processo de construção do Projeto ético-político profissional” (NETTO, 1999, p.105). O mesmo autor sustenta que a abertura da estrutura básica do Projeto ético-político é encontrada nas modificações impostas pela Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) e que nessa revisão, a categoria aproxima-se de elementos da teoria crítica marxiana, para análise conjuntural e inserção dos profissionais, que nuclearmente fundamentam a proposta de formação do Serviço Social e incorrem nas demais orientações da profissão.

Evidencia-se na literatura especializada da área do Serviço Social que esta conjugação torna-se a referência para o debate teórico analítico do Serviço Social. Ganha relevo à discussão do significado da profissão sob a orientação de um projeto profissional, com ênfase, a partir do artigo de José Paulo Netto intitulado “A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea”, com publicação no material do Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais no ano de 1999. Neste, o autor considera que a incorporação do acúmulo teórico e os elementos trazidos para o debate da ética nos últimos vinte anos pela categoria perfazem o processo de construção do projeto ético-político que se consolida no código de ética de 1993: “O código de ética de 1993, neste sentido, coroa o processo de construção do Projeto ético-político profissional” (NETTO, 1999, p.105).

organizados, integrando esforços e lutas comuns; d) No trabalho profissional desenvolvido nos diferentes espaços ocupacionais, de forma a preservar a qualidade dos serviços e fortalecer junto aos usuários a noção de direito social [...]; e) No ensino Universitário, responsável pela qualificação teórica de pesquisadores e de profissionais nos níveis de graduação e pós-graduação [...]. (IAMAMOTO, 2008, p.224-225).

Este conjunto de instrumentos normativos, de forma indissociável articulam-se e constituem a base da profissão. Expressam as dimensões ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas, adjunto à formação e o exercício profissional. A mesma autora expõe o desafio da postura investigativa dos profissionais, para que reconheçam o produto de seu trabalho e a capacitação crítico-analítica para as exigências que confluem para mediações cotidianas comprometidas com o projeto ético-político da profissão.

A consolidação da direção social crítica na década de 1990 do século XX – pelo Projeto ético-político e a força representante da categoria – apresentou os interesses e seus fins, como sendo o interesse comum da categoria – o projeto profissional lança as ideias na forma de universalidade, racionais e universalmente legítimas. Os desafios metamorfoseiam os diferentes processos de trabalho a que se inserem os profissionais na realidade, e, Iamamoto (2008, p.233) considera que “o maior deles é tornar esse projeto um guia efetivo para o exercício profissional e consolidá-lo por meio de uma implementação efetiva”.

A luta tem por finalidade, a negação mais decisiva das condições sociais anteriores, do conservadorismo. Porém as ideias dominantes do projeto não devem estar desligadas das ideias dos sujeitos que trabalham – indivíduos em condições concretas - que constituem a categoria e, principalmente as relações ambíguas e contraditórias, próprias do processo de trabalho.

A *dimensão política* acompanha as iniciativas de redimensionamento da profissão desde a reconceituação, especialmente na década de 1980, sob a denominação de “projeto político profissional” (IAMAMOTO, 2004). A *dimensão ética* augura fundamentos históricos e filosóficos que ressignificam a *direção social* da profissão, invocando princípios e valores para sua legitimação sob um novo projeto para o Serviço Social brasileiro. Ainda que a dimensão da “ética” e do “político” seja compreendido como uma unidade, não são sinônimos e seus componentes “tem naturezas ontologicamente distintas” (BARROCO, 2004, p.35).

Esse projeto profissional se vincula ao projeto societário emancipatório e é reconhecido como uma conquista coletiva histórica na ruptura e superação do conservadorismo. Sua caracterização ancora-se em instrumentos jurídicos, que expressam as referências que sustentam as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas do Serviço Social na contemporaneidade.

Considerando que o projeto profissional implica uma série de componentes distintos que devem ser articulados como “uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas práticas, etc” (NETTO, 1999, p. 97-8), o projeto ético-político sustenta-se na configuração de um novo *ethos* profissional¹⁰⁰, considerando o pluralismo no interior da categoria e os antagonismos e contradições de sua própria instituição, nos propósitos do processo de ruptura com o conservadorismo e os desafios postos à formação profissional e no cotidiano dos profissionais assistentes sociais que se inserem nos diferentes processos de trabalho.

A pesquisa de Silva (2010) mostra limitações e um relativo desconhecimento¹⁰¹ quando da abordagem do tema aos profissionais, o que não elimina a incorporação deste entre a categoria dos assistentes sociais e a presença no cotidiano em diversas situações profissionais. Também evidenciou, a partir da concepção dos assistentes sociais que a compreensão do Projeto ético-político torna-se um norte, como um “eixo norteador” para a condução das particularidades do trabalho profissional, que é amplo e complexo, em se tratando das especificidades da esfera pública estatal, *locus* privilegiado da referida investigação.

Como referiu Netto (1999) a hegemonia teórica e política é complexa e não se faz em curto espaço de tempo, pois exige recursos político-organizativo, debates, investigações teórico-práticas e elaborações. A amplitude deste vai sendo desvendada a partir dos significados atribuídos ao próprio projeto e as implicações no universo em que se desenvolve o trabalho profissional, onde parece residir a referida complexidade da profissão. Assim, supõe-se as contribuições teóricas¹⁰² de que o projeto ético-político realiza-se em diferentes dimensões do universo da profissão, tendo em vista a proposta que ostenta enquanto projeto coletivo.

¹⁰⁰ Sobre *Ethos* profissional se recorre a Barroco (2006): “[...]modo de ser construído a partir das necessidades sociais inscritas nas demandas postas historicamente à profissão e nas respostas ético-morais dada por ela nas várias dimensões que compõem a ética profissional” (BARROCO, 2006 p.68)

¹⁰¹ Alguns extratos de fala em que os participantes da pesquisa buscam sistematizar os seus entendimentos: Projeto ético-político? “[...]não existe um conceito, depende muito do profissional (P1); [...] depois que eu entrei na academia (como docente) que eu comecei me dar conta do que é o ético-político, porque enquanto tu é só profissional, tu está só na prática, tu fica alienada em relação à isso (P2); [...]de um tempo pra cá esse termo passou a fazer parte do cotidiano profissional, vamos dizer assim, e das reflexões (P3)” (SILVA, 2010).

¹⁰² Conforme contribuições dos autores que embasam a discussão do Projeto ético-político a partir da década de 1990, destacados nesta dissertação, entre eles: Netto (1999), Braz (2001), Iamamoto (2008), Braz e Teixeira (2009).

Considerando o pluralismo¹⁰³ profissional e disputas no interior da profissão, o projeto comporta um pacto entre os seus membros, ou seja, um acordo sobre os componentes que são imperativos e indicativos do projeto profissional. Os componentes imperativos são os componentes obrigatórios para todos que exercem a profissão, que em geral são objetos de regulamentação estatal. No Serviço Social situa-se a formação acadêmica sob os padrões curriculares e a inscrição nos Conselhos Regionais. Já, os indicativos, são aqueles aos quais não se tem consenso, que garanta o cumprimento rigoroso e idêntico por todos os membros da categoria (NETTO, 1999). Os componentes imperativos também expressam divergências, que não se tratam de violações dos códigos, mas a contestação de princípios que os mesmos consagram, conforme cita o autor:

Um exemplo eloquente diz respeito aos códigos de ética das profissões: mesmo sendo um componente imperativo do exercício profissional (inclusive, na maioria dos casos, com força legal) são comuns os debates e discrepâncias acerca de alguns de seus princípios e implicações – e isto constitui um outro índice das disputas e das tensões que se expressam no interior das categorias profissionais (NETTO, 1999, p.98).

Seguindo a direção teórica de Netto (1999), Braz (2001) sistematiza sobre os *componentes* que materializam o Projeto ético-político e que constituem-se de elementos que podem ser apresentados sob três dimensões: jurídico-política, política-organizativa e a produção de conhecimento no interior do Serviço Social.

O autor sinaliza que a materialidade do projeto pode se efetivar a partir desta tríplice articulação, considerando os significativos aspectos que veiculam suas particularidades, seja a dimensão investigativa da profissão sob as tendências teóricas do pensamento social da área, seja o aparato jurídico-político e institucional da profissão ou a dimensão organizativa que abrange o pluralismo intrínseco na categoria. Importante considerar que, para além do aparato jurídico estritamente profissional (Lei de Regulamentação, código de ética e diretrizes curriculares), atribui-se visibilidade para o aparato de caráter mais abrangente que consiste no conjunto de Leis advindas do capítulo da Ordem Social da Constituição Federal de 1988 que, embora não exclusivo da categoria, foi fruto de lutas que envolveram os Assistentes Sociais (BRAZ, 2009).

Nesta dimensão, envolvem-se as leis e resoluções, documentos e textos políticos da categoria, assim como os instrumentos de direitos que valem ao exercício do trabalho no âmbito das políticas públicas. Trata-se da tessitura dos compromissos e princípios que

¹⁰³ O Pluralismo é um elemento factual da vida social e da profissão mesma, cabendo o máximo de respeito à ele, que é um princípio democrático. Mas o respeito ao pluralismo que, não pode ser confundido com o ecletismo e com o liberalismo, não impede a luta de ideias – que supõe também o respeito às hegemonias legitimamente conquistadas (NETTO, 1999, p.97); Contribuições sobre hegemonia em Simionatto (2004, p – 38-51).

compõem a materialidade do Projeto ético-político que deve ser compreendido como uma construção coletiva sob uma determinada direção social¹⁰⁴.

Na perspectiva de Rodrigues (2008) é inegável que o enraizamento do Projeto Ético-Político torna-se dominante nos anos 1990 em pelo menos três dimensões: no plano da produção teórica do Serviço Social, na Concepção dos Estatutos Jurídicos Políticos que norteiam o Ensino e a intervenção profissional e no âmbito da organização política da categoria, embora seja de difícil mensuração do cotidiano do exercício profissional dos assistentes sociais.

O projeto profissional não é estático, mas produto de constantes mudanças da sociedade e diferentes projetos em disputas, inclusive no interior da categoria, o que remete ao desafio de decifrar este processo. Portanto, os elementos da teoria crítica marxiana nuclearmente fundamentam a proposta do projeto de formação do Serviço Social e incorrem nas demais orientações da profissão. Neste sentido, se a formação profissional faz o sujeito tornar-se um trabalhador Assistente Social, a idealização do Projeto ético-político, gesta-se neste movimento e desafia o desempenho das funções profissionais, ainda que seja para a afirmação ou negação deste mesmo projeto (considerando o pluralismo no interior da categoria).

Nesse sentido, sustenta Netto (1999) de que entre os *componentes* que caracterizam o Projeto ético-político articulam-se: a Lei de Regulamentação, o código de ética e a produção de conhecimento no âmbito da profissão, sob algumas observâncias:

a) A Lei de Regulamentação – Regulamenta o Serviço Social como profissão. Esta não dispõe de uma teoria própria e não é ciência, o que não impede a realização de pesquisas e investigações para a produção teórica, inserido no âmbito das ciências sociais e humanas;

b) O Código de ética – Considera-se a importância da fundamentação sobre os valores da natureza da ética, mas requer o entendimento de que estas disposições não esgotam-se nos códigos pois, “a valoração ética atravessa o projeto profissional como um todo, não constituindo um mero segmento particular dele” (NETTO, 1999, p.98). Há que considerar que os elementos éticos não se limitam as normatizações, mas envolvem as escolhas teóricas, ideológicas e política dos profissionais.

c) A produção de conhecimento – Se refere desde os princípios da produção teórica, na passagem dos anos setenta e oitenta à sua acumulação teórica com o surgimento dos cursos

¹⁰⁴ Direção social que envolve valores, compromissos sociais, princípios que estão em permanente discussão dado o movimento vivo e contraditório das classes na sociedade (BRAZ, 2009).

de pós-graduação. Expressa-se a relevância da massa crítica¹⁰⁵ que facilitou uma interlocução da profissão com as ciências sociais e a criação de intelectuais no âmbito do Serviço Social e outras áreas.

Logo, o desenvolvimento e consolidação desses componentes, historicamente, contribuíram para a superação do conservadorismo na profissão e para a construção do projeto ético-político do Serviço Social que, comumente não realiza-se sem tensões, devido o pluralismo de ideias existente no interior da categoria.

Importante considerar que, para além do aparato jurídico estritamente profissional (Lei de Regulamentação, código de ética e diretrizes curriculares), o aparato de caráter mais abrangente que consiste no conjunto de Leis advindas do capítulo da Ordem Social da Constituição Federal de 1988 que, embora não exclusivo da categoria, foi fruto de lutas que envolveram os Assistentes Sociais (BRAZ, 2009). Nesse sentido, envolvem-se as leis e resoluções, documentos e textos políticos da categoria, assim como os instrumentos de direitos que valem ao exercício do trabalho no âmbito das políticas públicas. Trata-se da tessitura dos compromissos e princípios que compõem a materialidade do Projeto ético-político que deve ser compreendido como uma construção coletiva sob uma determinada direção social¹⁰⁶.

Os redimensionamentos da discussão temática, na elaboração de Braz e Teixeira (2009) esses componentes, supra mencionados, são expressos como a *base para os elementos que materializam o Projeto ético-político*, ou seja, estes angariam os elementos que se objetivam na realidade social e de alguma forma se expressam por meio do trabalho do Assistente Social. Estes elementos são expressos na figura a seguir:

¹⁰⁵ Massa crítica: “o conjunto de conhecimentos produzidos e acumulados por uma determinada ciência, disciplina ou área do saber” (NETTO, 1999, p.102)

¹⁰⁶ Direção social que envolve valores, compromissos sociais, princípios que estão em permanente discussão dado o movimento vivo e contraditório das classes na sociedade (BRAZ, 2009).



Figura 2 - Elementos constitutivos do Projeto ético-político

O conjunto destes elementos incidem no *significado do trabalho* profissional na sociedade contemporânea. Portanto, para Braz e Teixeira (2009) os componentes (sob o influxo de outros fatores que incidem sobre o universo profissional) são os instrumentos que viabilizam o projeto profissional na realidade objetiva, considerando além das atividades profissionais isoladas, a projeção coletiva dos assistentes sociais.

Expõe o aprofundamento elementar da “crítica radical a ordem social”, ao encontro do que dispõe o Código ética: “Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária” (CRESS, 2009, p.27) já referido por Netto (1999, p.105) como as “escolhas que o fundam”. Os *elementos* exponenciam o compromisso firmado nos princípios e valores fundamentais que expressam as contradições que particularizam a profissão na sociedade atual e representam as “escolhas historicamente definidas pelo Serviço Social brasileiro, condicionadas por determinantes histórico-concretos mais abrangentes” que colidem com a ordem do capital (BRAZ e TEIXEIRA, 2009, p.193).

Sustenta Netto (1999) que os projetos profissionais, designados como projeto ético-político, revelam que uma indicação ética adquire efetividade histórico-concreta quando se combina com uma *direção político-profissional*. Logo, o debate acerca da materialização do Projeto ético-político imprime a qualificação dos elementos que o constituem e aprofundamento da dimensão política da categoria neste contexto.

Há que compreender que o projeto profissional do Serviço Social dispõe-se na contracorrente do projeto da sociedade capitalista. E, neste sentido, refere Netto (1999) que esse confronto de projetos profissionais com o projeto societário, tem limites que se

expressam nas condições institucionais do mercado de trabalho, pois, estes têm uma dimensão política que envolve relações de poder.

Na década de noventa rebatem sobre este projeto os influxos da crise social, marcadamente pelas inspirações da ofensiva neoliberal e reformas estatais, traduzindo condições adversas para a manutenção e aprofundamento do Projeto ético-político do Serviço Social, uma ameaça à sua hegemonia (NETTO, 1999). Nessa linha, Braz (2001) sustenta de que diante da ordem social, o projeto ético-político brasileiro está vinculado a um projeto de transformação da sociedade e esta vinculação ocorre pela exigência da dimensão política da intervenção profissional. Reitera que o sucesso do projeto depende de análises precisas das condições subjetivas e objetivas da realidade para sua realização bem como de ações políticas coerentes com seus compromissos e iluminadas pelas mesmas análises (BRAZ, 2001).

É recorrente, no entanto, o debate de projeto profissional e a vinculação aos projetos societários, entendidos como forças sociais, relações de poder, etc. Em tempo em que pelos próprios desafios postos, ampliaram-se as bases para a dimensão ética e as reflexões sobre a inserção profissional e o trabalho, a emergência de dilemas contemporâneos da intervenção e os desdobramentos das tensões nas relações e condições de trabalho, não findam nas escolhas, mas dependem do conjunto de forças sociais.

Para Montañó (2006) a programática neoliberal traz desafios aos trabalhadores e ao próprio projeto profissional, desafiando um enfrentamento com competência e compromisso no interior dessas forças contraditórias. E sobre o enfrentamento das tendências neoliberais sustenta: “Deve ser determinada a partir da construção/consolidação não apenas de ações individuais, mas de um projeto profissional hegemônico que integre e articule as dimensões ética e política” (MONTAÑO, 2006, p.144).

Neste sentido, o pluralismo não substitui ou elimina a hegemonia da maioria, e o fato do assistente social inserir-se no contexto dos conflitos entre classes, no papel de mediador, torna-o um ator político.

4.3 PROFISSÃO LIBERAL *VERSUS* CONDIÇÃO DE TRABALHO ASSALARIADO

Combinando os diferentes ofícios sobre o mesmo capital (MARX, 2011) os princípios da divisão social do trabalho assumem particularidades diferentes, tanto especializa seu trabalho, quanto pluraliza suas necessidades e, por isso mesmo, é condição para que exista a produção de mercadorias. O caráter útil do trabalho é abstraído do dispêndio de força humana

de trabalho e sob os desígnios produtivos, o dispêndio de força de trabalho humano gera o valor (da mercadoria) chamado de *trabalho abstrato*.

Sobre a atuação dos trabalhadores nos campos de atividades, assinala Marx (2010, p. 355): “um filósofo produz ideias, um poeta, poemas, um pastor, sermões, um professor, compêndios, etc.”. Incita a pergunta: e um/a assistente social, produz? É possível inferir que, a partir da difundida construção sócio histórica da constituição do Serviço Social como *trabalho*, o/a assistente social produz e seu trabalho possui uma forma socialmente útil, a medida em que o produto de seu trabalho satisfaz necessidades sociais imediatas ou emergentes e pode criar novas necessidades e novos modos de satisfação, assim como produz ideias e dispõe de sua força de trabalho como mercadorias.

Na acepção marxiana, os produtos passam a representar a força de trabalho humana gasta em sua produção, ou seja, o trabalho humano que nele se armazenou e, como configuração dessa substância social, são valores (valores mercadorias). Logo, na gênese da divisão social do trabalho, o Serviço Social se insere no circuito do *valor* por meio da mercantilização da sua força humana de trabalho e, dentro desse mesmo processo, tanto especializa seu trabalho quanto pluraliza suas necessidades e também gera direitos do trabalho. Nessa linha de pensamento, Iamamoto (2004, p. 24) sustenta que “o processo de compra e venda da força de trabalho especializada em troca de um salário faz com que o Serviço Social ingresse no universo da mercantilização, no universo do valor”.

Em *O Capital* Marx (2011) define a divisão social do trabalho¹⁰⁷ como a totalidade de formas heterogêneas de trabalho útil, que se classificam por ordem, gênero, espécie e variedade. Nessa perspectiva de análise, o assistente social situa-se no seio do processo de produção e torna-se componente da divisão de trabalho entre trabalhadores especializados, cujo resultado é o *produto social* do trabalho coletivo.

Na divisão do trabalho, cada trabalhador é um componente do trabalhador coletivo – soma das atividades especializadas. A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho e a produção é, naturalmente, uma atividade de objetivação do trabalho em produtos. Sendo assim, assistentes sociais, ao trabalharem, tornam-se força de trabalho em ação, portanto, *trabalhadores* que criam valores na dinâmica do processo de trabalho. Vale considerar que o

¹⁰⁷ Em *O Capital*, Marx (2011) analisa que há duas divisões de trabalho a serem consideradas: a primeira é a divisão *social* do trabalho que se dá na troca entre capitais individuais e independentes que se competem uns com os outros – existe em todos os tipos de sociedade e tem origem nas diferenças da fisiologia humana e a troca se dá entre unidades sociais, que impulsionam a especialização da produção e, uma divisão do trabalho; em segundo, portanto, a divisão do trabalho que se dá na produção, aquela entre os trabalhadores, onde é reservado a cada um a execução de uma operação parcial, de um conjunto de operações, e que, com a execução conjunta, tem-se como resultado, o produto social do trabalho coletivo (mercadorias).

trabalho para criar valor, tem de ser despendido em forma útil e, é pela força de trabalho que se materializa o valor.

Salienta a literatura especializada, no campo político ideológico da profissão, especialmente fundamentada na teoria social crítica que, o Serviço Social como trabalho, na divisão do trabalho possui uma objetividade social, se expressa sob a forma de *Serviços* e, como todo trabalho, resulta em produtos (IAMAMOTO e CARVALHO, 2003; IAMAMOTO, 2004, 2008, 2009, 2011; MARTINELLI, 2007; NETTO, 2001, 1996, 2008; MONTAÑO, 2007; SILVA, 2002; MOTA, 1998; SIMIONATTO, 2004; KARCH, 2011; CFESS/ABEPSS, 1999; CFESS/ABEPSS, 2009, etc.).

O acúmulo teórico sustenta a reprodução do Serviço Social como trabalho especializado na sociedade, sua legitimidade¹⁰⁸ e necessidade social e o trabalho dos trabalhadores assistentes sociais se inscrevem na dinâmica da produção e reprodução da vida social. Portanto, o trabalho do assistente social possui uma determinação útil e de trabalho abstrato.

O trabalho abstrato que realizam deposita um valor de uso e um valor e assim, meio de troca – o valor de uso satisfaz as necessidades do trabalhador que depois, busca realizar sua mercadoria como valor em outras mercadorias, no mercado.

O *trabalho concreto* e o trabalho abstrato consistem a mesma atividade, em seus aspectos diferentes. O trabalho concreto se materializa no caráter utilitário do trabalho, cujo produto é o valor de uso. Logo, o valor de uso encerra *valor* porque nele, se materializa o *trabalho humano abstrato* que se mede pela quantidade de trabalho nele contida, pois é pelo trabalho que se cria o valor.

A dimensão de trabalho concreto, compreende o seu valor de uso social, com atividade que persegue finalidades e orienta-se por conhecimentos e princípios éticos, requisitando suportes materiais e conhecimentos para sua efetivação (IAMAMOTO, 2008). Portanto, sendo socialmente útil, o trabalho do assistente social objetivado, é criador de valor na medida em que se materializa como um tipo específico de trabalho e dá origem a um valor de uso social.

A força de trabalho só pode aparecer como mercadoria enquanto for e por ser oferecida ou vendida como mercadoria pelo seu próprio possuidor, pela pessoa da qual ela é a força de trabalho (MARX, 2011, p.198). Na dinâmica das relações entre capital e trabalho, se

¹⁰⁸ Especialmente, conforme dispõe a Lei de Regulamentação da profissão – Lei n.º 8662/93.

realizam como trabalhador coletivo na compra e venda da força de trabalho, do número de trabalhadores necessários e a disposição de sua força de trabalho por partes destes.

Desde a década de 1980, elucidado por meio da análise de Iamamoto e Carvalho (2003, p. 85) “o trabalho do assistente social se insere numa relação de compra e venda de mercadorias em que sua força de trabalho é mercantilizada”; reiterado pela autora Iamamoto (2004)¹⁰⁹ da necessidade de entender a profissão como uma especialização do trabalho que não foge aos determinantes dos processos macroscópicos que atravessam todas as especializações do trabalho; e em Iamamoto (2008) sobre as particularidades do estatuto assalariado e projeto profissional, também difundido no acúmulo teórico e recentes produções, fruto de resultados de pesquisas científicas na área de conhecimento do Serviço Social.

Sendo o Serviço Social uma especialização do trabalho na sociedade, não foge a esses determinantes (novas formas de organização e gestão do trabalho, no interior das estruturas produtivas) exigindo apreender os processos macroscópicos que atravessam todas as especializações do trabalho, inclusive o Serviço Social (IAMAMOTO, 2004, p.22).

O assistente social participa da divisão organizada do trabalho proclamada como a organização que aumenta a força produtiva do capital, ao mesmo tempo que são confinados às operações parciais que tolhem e deformam suas possibilidades humanas, convenientemente ignoradas. A subordinação do trabalho aos meios de produção, que se concentram como propriedade privada daqueles que compram a força de trabalho.

Considera-se que, com base em um debate de forças teórico metodológicas e ético-políticas sobre os fundamentos do Serviço Social, no âmbito da teoria social crítica, se definiu o Serviço Social como trabalho especializado, que possui uma objetividade social e se expressa sob a forma de *Serviços*, e, como todo trabalho, resulta em produtos (IAMAMOTO, 2004).

Os “Serviços”, para Marx (2011, p. 226) “nada mais é do que o efeito útil de um valor de uso, mercadoria ou trabalho” (trata-se de valor de troca). O eixo teórico central recai sobre o trabalho, processo em que o ser humano faz mediações (ação) para transformações de elementos materiais, seu objeto e seus meios. É durante o processo de trabalho que o trabalho se transforma de ação em produto.

¹⁰⁹ Analisa Iamamoto (2004, p. 69) “o assistente social é um profissional que é parte de um trabalhador coletivo, fruto de uma combinação de trabalhos especializados na produção, de uma divisão técnica do trabalho”.

A profissão, portanto, participa da criação e prestação de serviços que atendem às necessidades sociais (da sociedade¹¹⁰) e, por outro lado, satisfaz as necessidades da reprodução de sua própria força de trabalho, na condição de trabalhadores que dispõem de seu trabalho, em troca de salários.

O trabalhador assistente social também é livre - primeiro porque personifica sua capacidade de trabalho como mercadoria e depois, é livre e são alheias as condições objetivas de realização de sua capacidade de trabalho. Ou seja, insere-se no universo do mercado de mercadorias (circulação), onde, como proprietários de sua força de trabalho, de modo livre, trocam por dinheiro e entram no processo social construído pelos proprietários privados da mercadoria.

A capacidade de trabalho aparece como *pobreza absoluta*, na medida em que o mundo inteiro da riqueza material, o valor de troca, a ela se opõe como mercadoria estranha e dinheiro estranho, mas o trabalhador mesmo, é a mera possibilidade de trabalhar, presente e encerrada em sua corporeidade viva, uma possibilidade que, entretanto, é absolutamente separada de todas as condições objetivas de sua realização, e que existe em oposição autônoma a elas, delas despojada (MARX, 2010, p. 52).

Sendo o assistente social um trabalhador assalariado, vende sua força de trabalho especializado aos empregadores, em troca de um equivalente expresso na forma monetária (IAMAMOTO, 2008).

A mercantilização da força de trabalho do assistente social, pressuposto do estatuto assalariado, subordina esse trabalho de qualidade particular aos ditames do trabalho abstrato e o impregna dos dilemas da alienação, impondo condicionantes socialmente objetivos à autonomia do assistente social na condução do trabalho e à integral implementação do projeto profissional (IAMAMOTO, 2008, p. 416).

É, portanto, no processo de trabalho que o trabalhador ao dispor de sua força de trabalho à venda, como qualquer outra mercadoria, realiza seu valor de troca e *aliena seu valor de uso*. Ao comprador pertence a utilização desse trabalho, durante uma jornada inteira e a reprodução no período contratual dos serviços. Ou seja, o comprador consome o valor de uso, que é o próprio produto.

Sendo a própria mercadoria unidade de valor de uso e valor, o processo de produzi-la tem de ser um processo de trabalho ou um processo de produzir valor de uso e, ao mesmo tempo um processo de produzir valor (MARX, 2011, p. 220)

Portanto, conduz-se ao reconhecimento da centralidade do *trabalho assalariado* dos assistentes sociais – são trabalhadores partícipes da *classe que vive do trabalho* e, nos termos

¹¹⁰ O Serviço Social reproduz como um trabalho especializado na sociedade por ser socialmente necessário; se inscreve na no campo da defesa e/ou realização de direitos sociais de cidadania, na gestão da coisa pública; pode contribuir para o partilhamento do poder e sua democratização, no processo de construção de uma contra hegemonia no bojo das relações entre as classes (IAMAMOTO, 2004, p. 24).

de Antunes (2006), sujeitos que agem e fazem mediações em processo de trabalho de naturezas diferentes, aplicando suas forças vitais em prol de projetos conscientes, com objetivos e fins. Os trabalhadores formam um sujeito coletivo heterogêneo – a categoria profissional – que elaboram e conduzem o projeto profissional na divisão do trabalho.

Ao sustentar que a profissão se insere em diferentes processos de trabalho, se faz contundente a compreensão de que o desenvolvimento do trabalho se organiza conforme as condicionalidades e variáveis dos próprios elementos que compõem o processo de trabalho. Não é fortuito considerar que, na condição de trabalhadores assalariados, os assistentes sociais se submetem ao poder e condições sociais concretas ofertadas pelas instituições empregadoras.

Vale considerar que, historicamente, o Estado tem sido o maior empregador de assistentes sociais, também salientado pela literatura especializada da área¹¹¹. “*Na orbita do Estado, a alienação enraizada na divisão do trabalho manifesta-se sob formas particulares, impregnando as atividades dos servidores públicos*” (IAMAMOTO, 2008, p. 430).

A disponibilidade dos meios e instrumental de trabalho torna-se condição para a realização das atividades dos profissionais que atuam sobre a *questão social*, o objeto de trabalho. Assinala Marx (2011) que o meio é uma coisa ou complexo de coisas que o trabalhador insere entre si e o objeto de trabalho e que lhe serve para dirigir sua atividade sobre o objeto e também indicam as condições sociais em que se realiza o trabalho.

Todavia, nas particularidades do trabalho do assistente social, compreendem recursos, materiais e humanos para efetivamente materializar trabalho, por meio do dispêndio de força de trabalho e vontade adequada aos fins determinados pelos empregadores, na intermediação entre demandas, sujeitos sociais específicos e competências e atribuições profissionais.

As diferenciadas condições e relações sociais que envolvem esse trabalho redimensionam socialmente o significado das projeções profissionais, cuja viabilização é determinada por condicionantes que ultrapassam os indivíduos singulares, ao materializarem interesses dos sujeitos sociais contratantes (IAMAMOTO, 2008, p. 338).

A realização do trabalho subordinado a um determinado fim (criação de valor de uso), utilizando-se do instrumental de trabalho a ele disponível, supõe a sua identidade profissional¹¹², na gênese do processo de trabalho. Nesse sentido, a natureza qualitativa desse

¹¹¹ Iamamoto (2008); Netto (2001, 2008); Montañó, 2007; Silva e Silva (2002); etc.

¹¹² A identidade profissional referida por Martinelli (2007, p. 17) como “elemento definidor de sua participação na divisão social do trabalho e na totalidade do processo social”, considerada “uma categoria política e sócio-histórica que se constrói na trama das relações sociais, no espaço social mais amplo da luta de classes e das contradições que a engendram e são por ela engendradas”.

trabalho não é realizado apenas através de sua qualidade (formação especializada) ou seja, numa dimensão teleológica, criativa e útil e, mas também se preserva nas várias inserções ocupacionais, pois, o significado social do seu processamento não é idêntico nas diferentes condições em que se realiza o trabalho.

Na medida em que se consome os meios, por meio do próprio trabalho, o trabalhador contribui para a reprodução capitalista e não a si mesmo, reduzindo a um trabalho simples, medido pelo tempo de duração e fixado num processo social de alienação do valor do trabalho, pela própria natureza de trabalhar para outro e, caracteriza a forma social do trabalho.

Tomar o trabalho na forma de trabalho assalariado – o produto do trabalho como mercadoria é característica da sociedade capitalista. Homens livres que trabalham com meios alheios e empegam sua força de trabalho social. Para o trabalhador, implica a *alienação da força de trabalho*, numa relação livre de adiantamento do valor de uso dessa, mediante contrato de compra e venda.

O contrato é a expressão jurídica das relações de propriedade e liberdade, onde se definem preço, salário, estabelecem-se prazos para pagamento. Em consequência, os trabalhadores realizam o trabalho sob controle e regulação dos empregadores e o produto pertence ao capital, não àquele que dispendeu forças humanas imediatas, no processo de produção.

Para decifrar o significado do trabalho concreto ou abstrato, *exige-se conhecer as condições e relações sociais, nos diferentes processos de trabalho em que se inscreve, pois estas condicionam, sob a ótica do valor*, as contribuições desse trabalhador ao processo de produção e reprodução das relações sociais, em seus vínculos com o processo de produção e distribuição da riqueza social.

O trabalho do assistente social ganha significados diferentes, condicionado às particulares relações a que se vincula e se envolve na condição de trabalhador especializado. Ainda que inscrito no universo do valor, não atua na produção direta de riquezas (mais valia) mas é parte de um trabalhador coletivo que combinam trabalhos especializados, na ótica de interesses capitalistas, na divisão técnica do trabalho (IAMAMOTO, 2004; 2008).

Nesse estudo, se considera que o Serviço Social teve reconhecimento como profissão liberal¹¹³ no Brasil, embora a legitimidade profissional esteve dependente da regulação contratual com Instituições empregadoras em regime de *assalariamento*, portanto, salienta

¹¹³ Promulgado na Portaria n.º 35, de 19.04.1949, do Ministério de Trabalho, Indústria e Comércio que enquadra os assistentes sociais no 16º grupo das profissões liberais (IAMAMOTO, 2011, p. 52).

Iamamoto e Carvalho (2003, 2011) entra em choque com sua prática efetiva. A sua identidade da profissão esteve atrelada às Instituições públicas e privadas, da intervenção do Estado e Sociedade Civil frente a questão social, sendo que seu produto não se faz independente da inserção dos espaços sócio ocupacionais onde se vinculam.

O caráter contraditório é reiterado por Iamamoto (2004)¹¹⁴, em um contexto em que a autora salienta que a profissão não tem essa tradição na sociedade brasileira, sendo que as relações de venda da capacidade de trabalho são, predominantemente de caráter patronal, empresarial ou estatal. Em nota, considera:

[...] O trabalho do assistente social tem como alvo privilegiado os segmentos mais pauperizados da população, excluídos dos direitos sociais ou com precário acesso efetivo aos mesmos. Em tais condições o que se requer como prioridade é a prestação de serviços públicos, não mercantilizados, para o atendimento de segmentos majoritários da população. Por outro lado, as múltiplas expressões da questão social nos campos da saúde, educação, assistência, previdência, saúde, etc., impõem programas amplos e articulados por políticas estatais e/ou empresariais que envolvem ações integradas entre diferentes especializações profissionais e volumosos recursos não passíveis de serem acionados por profissionais autônomos [...] (IAMAMOTO, 2004, P.96).

Portanto, na construção histórica do exercício profissional, o assistente social não tem sido autônomo, de modo a exercer de forma independente o trabalho, na acepção de *profissão liberal*¹¹⁵. Apesar das experiências restritas, face ao panorama do mercado de trabalho especializado, a definição jurídica abre possibilidades de exercício independente, caracterizada por alguns traços: existência de uma relação singular no contato direto com os usuários – “os clientes” – o que reforça um certo espaço para a atuação técnica, abrindo a possibilidade de se reorientar a forma de intervenção, conforme a maneira de se interpretar o papel profissional. A isso se acresce outro traço peculiar ao Serviço Social: a indefinição ou fluidez do “que é” ou do “que faz” o Serviço Social, abrindo ao Assistente social a possibilidade de apresentar propostas de trabalho que ultrapassem meramente a demanda institucional (IAMAMOTO e CARVALHO, 2003).

¹¹⁴ No livro “O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional”.

¹¹⁵ Não existe uma única definição geralmente aceita para profissão liberal. Acompanhando a crescente complexidade da divisão do trabalho (sociedade pós-industrial) as profissões reivindicam *status* de liberais, desejando assegurar monopólios jurídicos de títulos, exercício e criar controles de colegas sobre a admissão e treinamento. Após a Segunda GM se sustentou que, como só os profissionais liberais entendiam plenamente as implicações de sua prática, também era natural que lhes fosse atribuído um papel predominante no controle de seu exercício e os recompensas generosamente em termos materiais e status por assim procederem (OUTHWAITE e BOTTOMORE, 1996).

Na definição Bottomore (2001) uma das características das profissões liberais é o reconhecimento de superioridade de saber, que torna o cliente vulnerável e explorável e suporte dos códigos de ética e formas de autoridade corporativas. O que tem se revisado, é de que os autores de Serviço Social, da vertente crítica, abordados neste estudo, fazem menção à condição de liberal do Assistente social, mas com a ressalva de que seu exercício profissional não se concretiza como liberal, em função da sua condição de *trabalhador assalariado*.

Uma característica ressaltada por Iamamoto e Carvalho (2003) é de que, embora o profissional trabalhe a partir de uma situação de vida o trabalhador, não é por ele solicitado, atua a partir de uma demanda - e demandas dos serviços profissionais tem um caráter de classe, oficializada pelo Estado. Para a busca de serviços sociais, o usuário precisa passar pelo assistente social, enquanto agente que participa da implementação de tais serviços.

Assim como a maioria das profissões contemporâneas, originariamente, a profissão assalariada emerge em decorrência da expansão do aparelho estatal e das empresas do setor produtivo privado e o profissional em relação assalariada a serviço das mesmas, na implementação de políticas sociais. A profissão emerge e se consolida voltada para a intervenção na realidade e prestação de serviços sociais à população, utilizando-se de conhecimentos epistemológicos produzidos por outras ciências¹¹⁶.

Diniz (1998) sinaliza ainda a existência de ocupações com um menor “status” devido à ausência de uma consistente base cognitiva. A autora pontua que a maioria das situações em que ocorre “racionalização do trabalho mental” está relacionada a profissionais assalariados que ocupam posições subordinadas e que não ingressaram nas organizações pelo seu conhecimento técnico/especializado. Nessa perspectiva, Iamamoto e Carvalho (2003) sustentam que a profissão não surge da tecnificação da filantropia, ao contrário, as bases históricas da profissão são criadas da progressiva ação do Estado na regulação da vida social, para gerir o conflito entre capital e trabalho e as demandas motivadas pelas funções políticas, de cunho “educativo”, “moralizador” e “disciplinador. Logo, *o que vem ocorrendo no mundo do trabalho e na esfera estatal incide sobre os rumos do desenvolvimento da profissão na sociedade*.

Montaño (2007) segue o fio condutor da análise de Netto (2001) atribuindo o caráter de subordinação e subalternidade do Serviço Social ao seu processo de constituição como

¹¹⁶“A consideração do assistente social como um intelectual subalterno situa, necessariamente a reflexão de seu papel profissional numa dimensão eminentemente política, estando em jogo o sentido social desse agente” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2003).

profissão, quando o assistente social aparece como “executor terminal das políticas sociais”. Retoma a questão de gênero como um dos determinantes da subalternidade do Serviço Social e acrescenta outros à questão do gênero: o empobrecimento do estudante profissional, a condição de funcionário público, a conceituação do Serviço Social como tecnologia e a sua relação com as ciências sociais, já explicitados acima.

PRATES (2012) embora compactue com as análises de Montaño, no que concerne ao processo de subordinação em razão do lugar que sempre ocupou a política de assistência social no cenário brasileiro e de sua relação orgânica com a profissão, o foco no atendimento à pobreza e ainda a predominância feminina no coletivo profissional, discorda de que o lugar ocupado por esse profissional como “executor terminal de políticas” seja um dos elementos que corrobora para este processo. Justifica que o processo de alienação e captura da subjetividade do trabalhador ocorre em todas as dimensões onde se realiza o trabalho, seja no âmbito da gestão e do planejamento ou na execução direta dos serviços sociais.

Entende a autora que este espaço de realização do trabalho é de suma importância, embora não seja o único, em razão da possibilidade de que sejam desenvolvidos processos sociais emancipatórios com o conjunto da população. A execução de políticas, se não limitada aos proceduralismos por elas requisitados, se constitui num espaço por excelência para acesso ao cotidiano dos sujeitos, onde se pode instigar processos educativos e organizativos, portanto, um lugar potencialmente revolucionário. Destaca, para tanto, que há de se retomar na formação o acento para a articulação entre história-teoria e método subsidiando a politização dessas intervenções e os processos de desvendamento das contradições para que os profissionais ali inseridos não sejam cooptados de modo ingênuo a limitar-se a reproduzir o já produzido, trata-se do modo de ocupar o espaço e não do espaço em si, segundo a autora.

Originariamente, a profissão não se caracteriza com superioridade de saber. O seu desenvolvimento, legitimidade e regulação se adensa, enquanto trabalho e produção de conhecimentos (pesquisas e publicações) no veio do processo histórico, no qual elabora e acumula saberes. Segundo estudos realizados por Diniz (1998), dentre as profissões regulamentadas, restariam como profissionais tipicamente liberais – aqueles que além de terem autonomia técnica também trabalham predominantemente como autônomos – somente os médicos, os advogados, os dentistas e os arquitetos, que ao longo do tempo também foram se tornando assalariados.

Portanto, não seria adequado afirmar que o exercício profissional do Assistente social não se concretiza como liberal, mas sim que não se concretiza na qualidade de autônomo, posto que o Serviço Social surge e se desenvolve como uma profissão assalariada. Embora o

Assistente social trabalhe majoritariamente como assalariado tem sido crescente a inserção destes profissionais no mercado de trabalho como autônomos.

Não há impedimentos legais para que o Assistente social trabalhe como autônomo, haja vista a sua condição de profissional liberal. No entanto, algumas práticas podem ser questionadas do ponto de vista ético, sendo que uma delas diz respeito ao Serviço Social Clínico¹¹⁷. Assim como Iamamoto (2008; 2009), Raichelis (2011), salientam que a condição de trabalhador assalariado do Assistente social, em instituições públicas ou privadas, e em qualquer um dos espaços ocupacionais, faz com que ele não tenha controle sobre todas as suas condições e meios de trabalho, sendo que as instituições empregadoras definem até mesmo o objeto de intervenção do Assistente social, isto é, os recortes da questão social em que o profissional irá atuar. Os demais meios de trabalho, que são o conhecimento e habilidades profissionais, pertencem ao Assistente social, mas existe um conjunto de determinações que condicionam as possibilidades de desenvolvimento pleno deste saber especializado do profissional. Tais determinações se referem ao recorte de classe, gênero, raça, etnia que se aliam aos traços de subalternidade da profissão e a herança cultural católica, entre outros.

Contudo, nas últimas décadas o Serviço Social vem se destacando em termos de produção de conhecimentos, ainda é recente sua aprovação como área de conhecimentos junto à CAPES, o que data de 2005. O desenvolvimento científico contribui para enfrentar os desafios do trabalho diante da expansão capitalista e transformações do mercado de trabalho, e alterações dos processos e condições de trabalho nos quais os assistentes sociais ingressam enquanto profissionais assalariados.

O desenvolvimento da Pós-Graduação em Serviço Social e a importância à elaboração teórica também sustenta o objeto de intervenção como área específica do conhecimento, o que ocorre a partir da década de 1980. A ampliação da pesquisa, reconhecida nos Cursos de mestrado e doutorado no país, originariamente foi fomentada pelas necessidades da dimensão técnico-operativa e ético-política da profissão e pelos requerimentos da sistematização da intervenção, seja ela técnica, política ou institucional.

Conforme Prates, Couto, Closs, Carraro e Zacarias (2012) além da investigação ser parte do instrumental de trabalho para desocultar as mudanças do mundo do trabalho, no

¹¹⁷ Sobre o Serviço Social Clínico, a Resolução n.º 569/2010, dispõe sobre a VEDAÇÃO da realização de Terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistente social, considerando, entre outros elementos, os artigos 4º e 5º da Lei 8.662/93, que definem as competências e as atribuições privativas do assistente social. Esse debate também é difundido por Iamamoto (2002) em “Atribuições privativas do(a) Assistente Social - Em Questão” e documento do CFESS (2010) “Serviço Social e Reflexões Críticas sobre Práticas Terapêuticas”.

Estado, nas políticas públicas, no contexto social, para a qualificação do próprio trabalho profissional, ela é importante ferramenta que viabiliza a elaboração de planos, diagnósticos, permitindo sínteses e propostas mais consistentes e coerentes para o trato das expressões da questão social.

As autoras mostram o crescimento dos Programas de Pós-Graduação a partir da década de 1990, no qual destaca-se a produção de teses e dissertações cadastradas na CAPES, até 2010. Em primeiro, as “políticas públicas” com 1327 dissertações e 417 teses e, em segundo, os temas “trabalho e Serviço Social” com 929 dissertações e 238 teses e “trabalho do Assistente Social” com 187 dissertações e 33 teses. Evidencia-se, portanto que a pesquisa sobre o trabalho do assistente social ainda é restrita e carece de investigações, recurso indispensável à apreensão crítica dos processos de trabalho e desocultar as condicionalidades a que se submetem os profissionais nas novas configurações do mundo do trabalho, de modo a também desvendar as ressignificações da profissão, assim como análises dos desafios ao ensino e formação de novas gerações de profissionais assistentes sociais.

Portanto, o acúmulo teórico situa o Serviço Social no processo das relações sociais, indissociável das particularidades assumidas pela formação e desenvolvimento da sociedade, se recriando no âmbito das relações entre o Estado e a sociedade, resultado de determinantes macro-societários que estabelecem limites e possibilidades ao trabalho dos profissionais do Serviço Social, inscrito na divisão social e técnica do trabalho. Todavia, a importância de pesquisar as alterações nos processos e condições em que se realiza o trabalho, articuladas ao conjunto de mediações que interferem no processamento das ações e resultados projetados nos processos de trabalho.

5. O CENÁRIO REGIONAL E CONFIGURAÇÕES DO TRABALHO DAS/OS ASSISTENTES SOCIAIS: repercussões de transformações dinâmicas nos processos de trabalho

O propósito deste capítulo é estabelecer uma interlocução crítica com os resultados e a comprovação empírica do problema de pesquisa e questões que norteiam a tese, desde o início. No desenvolvimento, pretende-se dar visibilidade às respostas atribuídas pelos sujeitos pesquisados, interlocutores assistentes sociais - *força de trabalho especializada*, inscrita na organização do trabalho coletivo, que contribuem com subsídios para essa interpretação sobre o trabalho das/os assistentes sociais.

Conforme descrito na introdução desse estudo, a pesquisa considerou o universo geográfico da Região Noroeste do Rio Grande do Sul e estabeleceu como objetivo, analisar as transformações do mundo do trabalho que se materializam e repercutem no trabalho realizado por profissionais do Serviço Social, com a finalidade de buscar subsídios para contribuir com a qualificação e o fortalecimento da categoria, frente às demandas e adversidades contemporâneas na divisão social e técnica do trabalho, resultantes da reestruturação produtiva.

A apreensão do impacto dessas mudanças é investigada segundo o aporte de conteúdos colhidos na pesquisa por meio de *questionários*, considerando os seguintes aspectos: primeiro a identificação das principais características profissionais e elementos que indicam as tendências da natureza, condições e relações de trabalho nas instituições empregadoras, não sendo perspectiva desse estudo, a classificação dos profissionais e/ou instituições. Todavia, as posições, ilustram a condição que estão situados no período da pesquisa e que, no conjunto, contribuem para a compreensão das relações e conexões que perfazem a totalidade, e, permitem conhecer o objeto e significados que se expressam na realidade.

Na sequência, os sentidos foram buscados na pesquisa, através dos seguintes conteúdos: repercussões da reestruturação produtiva no cotidiano de trabalho, considerando aspectos como o sobretrabalho, a instabilidade, a exigência de polivalência, desemprego, redução da possibilidade de ampliar vencimentos e direitos dos trabalhadores.

O instrumento também solicitou avaliação (aspectos positivos e negativos) do impacto das novas tecnologias no local de trabalho; as principais demandas que se apresentam para o trabalho da/o assistente social; as competências que são requisitadas para atuação nessa área; os conhecimentos tidos como necessários no cotidiano do trabalho; satisfação sobre as condições objetivas e/ou subjetivas do trabalho; exigências de formação continuada, que se trata como permanentes e, observações e sugestões relativas às conformações do trabalho na

região. Ressalta-se que o instrumento de coleta dos dados foi estruturado com perguntas objetivas (fechadas) e abertas, que permitiram respostas descritivas e justificativas das escolhas assinaladas.

Nessas considerações, a direção analítica aqui proposta - a análise das transformações do trabalho e repercussões para o trabalho dos profissionais do Serviço Social - supõe considerar as particularidades da realidade local, vinculada às determinações mais amplas à profissão e as contradições originárias da tensão entre reconfigurações do mundo do trabalho, projeto ético-político e condição predominantemente assalariada, das/os pesquisadss/os. O exame dessas questões exige considerar os movimentos do capitalismo (mundial) e seus efeitos sobre o mundo do trabalho e influxos na realidade brasileira, em âmbito local-regional e, com profundas mudanças, ao longo das últimas décadas.

Transitar da análise da profissão, considerando sua natureza e suas dimensões históricas, teórico-metodológicas e ético-política, para as situações concretas de sua realização, mediada na condição assalariada nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, agrega um conjunto de informações sobre a perspectiva dos profissionais, de como vivenciam e enfrentam as adversidades da reestruturação produtiva, sintonizados com as organizações nas quais se vinculam e se expressam no coletivo.

Nos segmentos deste capítulo, apresenta-se o cenário da pesquisa, características dos sujeitos participantes, evidências, reflexões e tendências, relacionadas às configurações do trabalho do Serviço Social, nesse contexto sócio-histórico.

5.1 O UNIVERSO DA PESQUISA – ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DA REGIÃO NOROESTE DO RS

Considerando os critérios metodológicos descritos na introdução do presente estudo, destaca-se a definição geográfica territorial para a realização da pesquisa, que demarca a Região¹¹⁸ Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e, o período, entre os anos de 2012 e 2013¹¹⁹.

¹¹⁸ A palavra “região” vem do latim *regione*. Com o surgimento do Estado Moderno é destacada, como na sua origem clássica: a relação entre a centralização, a uniformização administrativa e a diversidade espacial, diversidade física, cultural, econômica e política, sobre a qual esse poder centralizado deve ser exercido (GOMES, 1995). Nesse estudo, a divisão regional é o meio pelo qual se exerce frequentemente a hierarquia e o controle da Administração do Estado. No RS, a partir da Constituição Federal de 1988 configurou um conjunto de ações que relativizou o modelo de desenvolvimento regional, caracterizado pela centralização do planejamento em nível nacional e, enfatizou maior participação da sociedade na definição de políticas de desenvolvimento no Estado. Desde os anos 1990 os fóruns constituídos e órgãos legalmente instituídos para discutir estratégias e propor políticas regionais são os COREDES. Em 1994, foram criados 22 Conselhos

Não se tem a pretensão de testar hipóteses ou avançar em análise da formação social e dinâmicas de desenvolvimento regional, mas, a propósito da pesquisa, explicitar e descrever alguns elementos que contribuem para a caracterização de processos sociais da Região onde a pesquisa foi realizada. Gomes (1995) refere que a região pode ser entendida como uma “especificidade de uma totalidade” (espaço), totalidade da qual faz parte através de uma articulação que é, ao mesmo tempo, funcional e espacial. É a realização de um processo geral, universal, em um quadro territorial menor, onde se combinam o geral – as determinações já efetivadas - e o particular – os elementos de diferenciação. No próximo item, tratar-se-á de determinações relevantes para a pesquisa sobre o trabalho do Serviço Social, na região.

5.1.1. O Serviço Social e relevâncias para a pesquisa do *trabalho* na região

Na sociedade regional, os processos de organização das relações produtivas expressam heterogêneas e contraditórias experiências, de onde se originam as expressões da *questão social*, intrínsecas às transformações que não se dissociam das relações entre sociedade e Estado, na ordem macro-societária do Capital. Pensar o trabalho do Serviço Social na região requer o envolvimento de diversas dimensões das relações sociais na realidade local, da organização produtiva, tendências das transformações do trabalho e as repercussões nos processos de trabalho, pois, as relações de trabalho com o Estado, por meio das políticas sociais, assumem um caráter particular.

A experiência de docência em Instituições de Ensino Superior (IES) locais tornou notório o propósito de pesquisar sobre o trabalho dos profissionais assistentes sociais na região, onde o Serviço Social já acumulou experiências, adensa práticas e contribuiu para a consolidação de um corpo profissional, que hoje, enfrenta desafios históricos e sociais, mas que não destoam dos desafios nacionais e globais da profissão. Como observou Netto (2006) as mudanças na ordem social capitalista tende a subverter o conjunto de trabalhadores e suas representações organizativas e o desafio profissional central é a própria ordem social contemporânea.

A problemática de *como as transformações do mundo do trabalho se materializam e repercutem no trabalho realizado pelos assistentes sociais da Região Noroeste do RS* foi

abrangendo todo o Estado nessa nova regionalização político-administrativa (WITTMANN e RAMOS, 2010, p. 136).

¹¹⁹ Na verdade, a pesquisa surge, desde a elaboração do Projeto de Pesquisa, no ano de 2010. A aplicação dos instrumentos demarca o período de 2012-2013, de acordo com os processos descritos na introdução.

posta no instrumento da pesquisa (questionário), de modo a estabelecer a relação entre pesquisadora e pesquisados, em que, pela própria natureza da pesquisa, se exprime em termos de interpretações da realidade, das experiências, condições e expectativas nas relações concretas e sobre o objeto de investigação.

O problema emergente à investigação também faz parte do universo dos profissionais, que, conceberam relevância e significação da pesquisa a partir desafios que se apresentam às suas experiências locais e comuns à *categoria* na região e que, na acepção da pesquisadora, foram determinantes para a viabilidade da coleta de dados, por meio de livre adesão.

A *questão social e as múltiplas determinações da vida social*, matéria prima¹²⁰ do trabalho do Serviço Social, adquirem características específicas de acordo com a realidade regional e influencias nacionais e globais. Nesse sentido, requer compreensão para além dos conflitos sociais presentes na sociedade capitalista, a partir do acirramento das condições de pobreza, mas, considerar questões que refletem as contradições da formação da sociedade, engendradas na produção e reprodução das desigualdades sociais, econômicas, políticas, culturais, na busca por “desenvolvimento” e com intermediação do Estado.

Como refere Brum (2001) o regional pode ser entendido como o local, em níveis de comunidade, município, de um conjunto de municípios e, esse local constitui suporte e condições para relações globais, pois é nele que a globalização se expressa concretamente e assume especificidades, se torna espaço de articulações entre o moderno e o tradicional na construção de alternativas que incluam as regiões no novo contexto econômico que o mundo vive no século XXI.

Nessa perspectiva de inserção da região no contexto globalizado capitalista, a região se movimenta nas últimas décadas. Como assinala Rotta (1998) a literatura sobre a nova fase de desenvolvimento ¹²¹ na região é ainda fragmentada e dispersa. A Região é heterogênea e

¹²⁰ Sobre a matéria prima do Serviço Social, destaca-se o art. 5º da Lei de Regulamentação da Profissão nº. 8.662/1993, subsídio para a intensificação do debate e reflexões sobre atribuições privativas do Assistente Social realizada nos Encontros Nacionais CFESS--CRESS de 2000 e 2001, resultando em publicação, posteriormente reeditado no 40º Encontro Nacional CFESS-CRESS, em 2012. “[...] é necessário considerar a matéria do Serviço Social, consubstanciada na questão social em suas múltiplas expressões concretas, como condição de enraizar o projeto nas condições reais de sua implementação. Elas estão apontando novos espaços, exigindo novas competências, requisitando outras atribuições, porque esses elementos podem ficar congelados no texto da lei, porquanto históricos e transitórios (CFESS/CRESS, 2012, p. 47).

¹²¹ O desenvolvimento é um processo que busca a melhoria da eficiência na alocação dos recursos públicos, o fomento à equidade na distribuição da riqueza e do emprego e a satisfação das necessidades presentes e futuras da população, tendo em cona um adequado uso dos recursos naturais e do meio ambiente. O desenvolvimento não é sinônimo de crescimento (BRUM, 1998). Para Frantz (2005 p. 06-11) o desenvolvimento é um quadro construído e reconstruído e, nesse quadro os fatos se relacionam. “Desenvolver-se não significa seguir um rumo previamente inscrito na vida social, mas exige a construção das próprias condições dessa vida social”; “o desenvolvimento deve ser um processo de humanização e este se constrói pelas relações sociais, no campo da cultura, da política, da economia etc.”.

apresenta uma profunda desigualdade socioeconômica interna, implicada a diversos fatores que a caracteriza, o que justifica apresentar alguns elementos dessa realidade, onde os profissionais do Serviço Social trabalham, a partir da inserção em diversos setores, sejam eles na esfera pública ou privada.

A articulação para o estabelecimento de um novo padrão de acumulação (flexível ou pós-fordista) exigiu a reestruturação na economia e na gestão do trabalho que atingem as regiões e a classe trabalhadora, de forma diferenciada, portanto, com impactos também para o conjunto de trabalhadores da área do Serviço Social. Pois, circunscritas às mudanças assumidas pelos espaços públicos constituídos no interior do Estado, a exigência de recursos humanos para a construção do interesse público, comumente, mercado para diferentes ocupações, entre elas, o histórico mercado de trabalho para assistentes sociais.

5.1.2. A emergência da reestruturação produtiva a partir dos anos 1990 – a busca pelo desenvolvimento regional e o impacto nas políticas sociais

Os fatores que sustentaram o desenvolvimento da região se alteraram e exigiram reestruturação da gestão e organização do trabalho. No âmbito político, vincula-se uma multiplicidade de fatores, dentre eles, a exigência de esforços e pactuações entre as iniciativas públicas e privadas, estabelecendo redes de cooperação entre os governos, empresas, Universidades, entidades sociais, órgãos de representação e mecanismos de participação da sociedade. Inclui, evidentemente, não apenas as relações de poder entre a esfera municipal, estadual e federal, mas também as mediações na relação entre Estado e Sociedade, desde as tradicionais às mediações emergentes, por meio da descentralização administrativa e ampliação das *políticas sociais*. Assim, as contradições, inerentes aos processos sociais na região, representadas no recorte na Região de referência, se mostram evidentes em alguns aspectos quanti-qualitativos.

Quanto a densidade demográfica, a Região Funcional 7 reúne 7,10% da população do Estado (IBGE - Censo Demográfico 2010) e participa com cerca de 5,81% do PIB estadual (FEE. PIB 2009). Do total da população, aproximadamente 69% vivem nas áreas urbanas e 31% no meio rural. O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) da RF 7, em 2009, é de 0,758 (médio desenvolvimento), abaixo da média do Estado, que é de 0,776. Deve-se ressaltar que, entre os COREDEs que compõem a Região, somente o COREDE Noroeste Colonial supera a média do Estado, com 0,778 de IDESE. O COREDE

Celeiro apresenta o índice mais baixo da RF7 com 0,708, seguido do COREDE Missões, com 0,762 e Fronteira Noroeste, com 0,768 (SEPLAG, 2014).

Alguns municípios concentram população urbana e alguns dos principais empreendimentos econômicos e tecnológicos. Nestes, a dinâmica empresarial, tecnológica e mercadológica assume níveis de competitividade internacional. Agrega-se um razoável equilíbrio e diversidade nas atividades produtivas e de geração de emprego e renda, considerando agricultura, indústria, serviços e organizações governamentais e não governamentais.

Contrastando com esta realidade estão os demais municípios da região, que se comparam ao contexto prevalecente às regiões circunvizinhas (Celeiro e Missões). Nestes, a excessiva dependência à produção agrícola e a limitada agregação de valor aos produtos produzidos e comercializados, geram um contexto socioeconômico com baixos níveis de renda, elevados problemas sociais, diluídos nas áreas urbanas e rurais e uma significativa dependência aos programas e recursos públicos. A localização da região, comparada com o restante do Estado e do país, é considerada geograficamente periférica e economicamente deprimida. Muitos dos municípios são também fronteiriços e com características de desenvolvimento tardio.

Destaca-se, no entanto, a elevada participação agrícola, seguida da participação da indústria e serviços, na Região Noroeste do Rio Grande do Sul. Observa Rotta (1998) que a formação social da sociedade regional é produto da inter-relação entre os atores sociais que a construíram, a partir das suas condições concretas de existência, e está relacionada com um contexto mais amplo da sociedade global, a qual se articula e sofre influências. A região faz parte da área mais recentemente ocupada no Estado, por colonizadores, descendentes de colonos de origem europeia.

Os imigrantes dedicaram-se primeiramente à agricultura de subsistência, baseados na pequena propriedade, mantidos pela mão de obra familiar. A produção agrícola, representada pela cultura da soja, modificou gradativamente as relações sociais produtivas, que mudam, especialmente com a estrutura industrial e de exportação, na década de 1950, que também proporcionou o progresso econômico e serviços públicos na região. A produtividade estagnou a partir da década de 1980 e a região passa por um processo de redefinição do modelo de desenvolvimento e a incorporar as *inovações tecnológicas*.

A atuação conjunta entre Estado e Sociedade acompanha as características que emergem fortemente na década de 1990. As determinações estruturais não são tomadas como dados irredutíveis, mas, tendem a se converter em premissas e clivagens que atravessam o

direcionamento estratégico das ações em políticas públicas na promoção do desenvolvimento regional¹²².

A economia da região é composta por atividades que atendem as demandas externas e que fornecem bens e serviços locais. Quando considerada a divisão do trabalho, nas regiões, em conjunto, o emprego no setor agrícola é predominante, com destaque para as culturas de soja, trigo e milho, seguidas das ocupações na indústria e serviços, as quais constituem seus processos de trabalho. Dados da FEE referem que nos anos 2000, a atividade agrícola estava responsável por 65,5% do emprego de mão-de-obra, e é predominante na geração direta do PIB (29,1% em 2002), sendo a indústria, responsável por 9,8% e os serviços por 24,7%.

O processo de modernização implementado no Brasil, repercutiu em impactos e rupturas na sociedade regional, determinando a necessidade de reestruturação das formas de produzir e a incorporação de novas técnicas de trabalho.

[...] o processo de modernização dos instrumentos e das formas de produzir; as posturas das individuais e coletivas em torno do trabalho e da organização social, a necessidade de ampliar o processo de industrialização dos produtos gerados pela agricultura e pela pecuária e a criação de uma indústria de máquinas e equipamentos de suporte, permitiram um reposicionamento da região em relação ao mercado estadual e nacional, uma integração ao mercado internacional, bem como a disputa por espaços nesses mercados (BÜTTENBENDER, ROTTA, HOFER, 2010, p.21).

A integração da região na economia nacional implica em redefinições da base técnica, dos processos de trabalho, profissionalização da gestão e gestão da força de trabalho¹²³. Considerando transformações provocadas pelo processo de modernização e o acentuado êxodo rural, pelo redimensionamento do mercado de trabalho e das relações contratuais entre empregadores e empregados, faz-se notar que a região também criou condições para o *mercado de trabalho para o Serviço Social*, especialmente a partir da década de 1980.

Segundo Rotta (1998) o maior crescimento de mão de obra, no período de 1970 a 1980 ocorre no setor de prestação de serviços (142%), seguido das atividades industriais (119%), comércio de mercadorias (95%), atividades sociais (80%) e administração pública (25%), com sensível redução dos índices de ocupação de mão de obra na agropecuária, pesca e atividades extrativas (63%). Com base em dados da FEE, no período entre 1980-1990, ocorre uma estabilização no emprego de mão de obra na indústria.

¹²² O Plano estratégico da Região Noroeste de 1996, destaca os principais problemas da agropecuária, na década de 1990: esgotamento do solo, fim do ciclo da matriz produtiva, falta de terra para muitos dos produtores, descapitalização dos produtores, falta de alternativas viáveis de diversificação, principalmente, devido a descapitalização, falta de cultura associativa (SCPRS, 1996).

¹²³ Considera-se o estudo de Rotta (1998) intitulado A construção do Desenvolvimento na grande Santa Rosa: um “modelo” de interação entre regional e o global em que, no decorrer da exposição, apresenta elementos sobre as alternativas de transição à crise socioeconômica.

Neste cenário, destacam-se alguns aspectos que caracterizam as regiões dos Coredes, que, no conjunto, compõem a região noroeste. Na região do *COREDE Missões*, a atividade agrícola prevalece. Sobre aspectos sócio-demográficos, a região conta com 25 municípios, sendo a maioria de pequeno porte e de perfil predominantemente rural, com baixas taxas de urbanização¹²⁴. Do total de 253.407 habitantes (FEE, 2008) 68,37% vivem nas áreas urbanas. De 2005 a 2008 a população total anual manteve-se estável, sendo que em 2008 a população urbana teve um leve crescimento e uma diminuição da população rural (COREDE MISSÕES, 2009).

Portanto, a região integra o território mais dependente da agricultura para a geração direta do emprego, sendo 73,3% em 2002. A indústria participa com 7,1%, e os serviços, com 19,6%. O subsetor mais importante na geração de emprego é a administração pública. Destaca-se o desempenho dos setores agropecuário, industrial e serviços, sendo este último relativamente superior, em algumas cidades, especialmente as maiores, onde os órgãos públicos são geradores importantes de renda, por meio do assalariamento dos trabalhadores¹²⁵. Os segmentos industriais que se destacam estão na ordem de produtos alimentares, vestuário, calçados e madeira, metalurgia e minerais não metálicos.

Segundo dados da RAIS, cerca de 55% dos trabalhadores industriais estão vinculados a um estabelecimento considerado de pequeno porte. 17% da mão-de-obra estão ligadas a uma empresa de médio porte (entre 50 e 249 trabalhadores), os estabelecimentos de grande porte (250 trabalhadores ou mais) empregam 28% do total. Importante considerar que essas empresas estão mais concentradas em quatro municípios da região: Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga, Cerro Largo e Guarani das Missões.

O *COREDE Celeiro* desmembrou-se do COREDE Noroeste Colonial no ano de 2008, e mantém forte vínculo com seu núcleo de origem. Com 21 municípios, vem demarcando decréscimo de sua população na última década, pois, a população passou de 149,6 mil habitantes em 2000 para 141,5 mil em 2010. Segundo dados do COREDE Celeiro (2012), a população rural chega a 42,38%, sendo que nos últimos anos, houve redução dessa

¹²⁴ O município de Santo Ângelo teve a densidade demográfica mais elevada perante os outros municípios, concentrada 29,55% da população da região. Nos cinco municípios entre 10 e 50 mil habitantes estão 34,9%, enquanto 35,55% ocupam os pequenos municípios com menos de 10.000 habitantes.

¹²⁵ Na sua formação sociocultural, demarcam características históricas, fundadas no modelo das estâncias e no modelo extrativo, que contribuiu para a predominância das médias e grandes propriedades, que exploraram a pecuária de corte, o cultivo do arroz e atualmente o da soja (características da base econômica, são atividades pouco dinâmicas e de pequeno potencial para a criação de empregos diretos e indiretos, como é o caso da pecuária extensiva). Os dados mostram que, na estrutura fundiária predominam as pequenas propriedades, que abrangem 25% da área da região, as propriedades entre 50 e 500 hectares representam 13,8% do número de estabelecimentos (42,84% da área) e as propriedades com mais de 500 hectares, representam 1,36%, utilizando 32,13% da área utilizada pela agropecuária na região.

população (cerca de 13.240 pessoas) e aumento da população urbana, mas não em igual proporção, o que evidencia migração para o meio urbano, mas também deslocamento dessa região. Destaca-se que 5% da população total se autodeclaram indígenas.

Em aspectos econômicos¹²⁶, apresenta maior participação do setor de Serviços com 55,7%, da Agropecuária com 31,8%, indústria contribui somente com 12,5% e a agropecuária atingindo 2,9% em 2010. No setor de serviços, vale mencionar as atividades de Administração Pública e Comércio, que representam 34,9% e 19,6% do total do COREDE. Com um Produto Interno Bruto (PIB) de 1,7 bilhões de reais em 2008, apresenta o quinto menor PIB regional do Estado (SEPLAG/DEPLAN, 2012).

A região encontra-se numa posição de fragilidade em termos de indicadores socioeconômicos, pois, existe significativa desigualdade e pobreza entre segmentos populacionais de todos os municípios, entre eles uma significativa comunidade indígena (em quatro municípios) estando entre as mais pobres do Rio Grande do Sul.

A região *Noroeste Colonial* abrange onze municípios, com uma população total de 165.786 habitantes (dados de 2008). Os sistemas produtivos apresentam tradição no cooperativismo agropecuário, produção agrícola de grãos, aliada à produção de leite. Conta com uma breve iniciativa industrial, a partir da industrialização de equipamentos de colheita e pós-colheita que favorece o crescimento populacional e a prestação de serviços, com destaque para área de saúde e educação.

Neste cenário, as regiões *Fronteira Noroeste e Noroeste Colonial*, consideradas como polo de atração de indústrias, o quadro econômico baseia-se na agricultura e destaca-se a atividade agroindustrial (metalomecânica). Essas duas são regiões que se caracterizam pelo predomínio da produção primária, com destaque para a especialização na produção de máquinas e implementos agrícolas¹²⁷.

¹²⁶ Considerando a estrutura produtiva interna do COREDE Celeiro, agropecuária representa 31,8% da economia e é desenvolvida, predominantemente, em pequenas unidades produtivas, tendo em vista que a Região apresenta mais de 90% das propriedades rurais com menos de 50 hectares. Na pecuária, a produção de leite e derivados, bovinos, suínos e carne verde de suínos, representa 46,6% do total produzido pelo segmento. Já na Agricultura a soja, trigo, milho e mandioca representam juntos 40,8% da produção regional. Na maior parte dos municípios da Região predomina a produção de soja, sendo que em 14 dos 21 municípios essa produção representa mais de 20% do total do município. No setor industrial, destaca os segmentos da Transformação com 48,3% e da Construção Civil com 35,3% do total da região; no segmento da transformação os produtos alimentícios representam 75% da produção, sendo que mais da metade deste valor está no segmento do abate e fabricação de produtos de carne (59%) e laticínios (8%). (SEPLAG/DEPLAN, 2012).

¹²⁷ A Região Fronteira Noroeste está voltado para a produção automotiva (tratores e colheitadeiras), através da John Deer, em Horizontina, e da AGCO (Massey Fergunsson), em Santa Rosa (também em Canoas). Liderada pelo Município de Panambi, a Região Noroeste Colonial está voltado para a produção de máquinas e implementos para a pós-colheita - descarregadores, transportadores, máquinas de limpeza, secadores, com eletrônica associada (sensores, controladores) e silos. Destaca-se, também, como o melhor produtor do Brasil de

A atividade mais dependente do suprimento externo ao Rio Grande do Sul é a própria indústria de máquinas e equipamentos agrícolas, representando 48,43% das suas vendas, sendo 27,2% em outros estados da Federação e 21,1% no exterior (predominando as importações da indústria automotiva agrícola) (FEE, 2000). A atividade industrial e consequente ampliação das atividades de comércio e serviços tornam-se atrativos para a uma parcela da população que buscam, nos centros urbanos, a busca de emprego e renda, a par das escassas de opções que os pequenos municípios oferecem à população mais jovem. Como sustentam Iamamoto e Carvalho (2003, p. 16) “a divisão do trabalho na sociedade determina a vinculação de indivíduos em orbitas profissionais específicas, tão logo, o trabalho assume um caráter social, executado na sociedade”.

No setor de serviços, os dados do estudo da FEE (2000) revelam uma certa especialização em ensino superior e profissional, considerando a relação à infraestrutura de formação de recursos humanos da indústria, especialmente nas regiões Fronteira Noroeste e Noroeste Colonial. Os dados também apontam que, dentre os subsectores, a administração pública é o mais importante na geração de emprego (6,7%), seguida pelo comércio varejista (5,6%), pela indústria metal mecânica (4,3%) e pelas indústrias intensivas em recursos naturais (2,4%) sendo que a indústria vem crescendo a um ritmo muito veloz, tendo passado de 20,7% para 26,3% do PIB regional entre 1985 e 2002.

Este processo de urbanização não significa apenas uma grande concentração de pessoas num relativo espaço geográfico, mas também o alastramento de um modo e de um tipo de vida urbano industrial, onde predominam relações de trabalho assalariadas e uma maior especialização das diferentes atividades através da divisão do trabalho, relações típicas de uma sociedade capitalista (ROTTA, 1998, p. 122).

Ou seja, a urbanização, que acompanha o desenvolvimento da indústria, contribui para os processos de alteração da organização da sociedade, promove e determina as requisições para o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, princípio da acumulação capitalista, na qual também se gestam as expressões da *questão social*.

pivôs centrais para irrigação e como sendo o maior pólo sul-americano de galvanização. Possui importantes empresas, benchmarking nacional, como a Focking, a Kepler Weber, a Metalsur e, dentre outras, a Brunning Tecnometal. Ao contrário da indústria no Fronteira Noroeste, a do Noroeste Colonial é liderada por empresas nacionais, e o grande surto de desenvolvimento da região deu-se com a instalação do Distrito Industrial, em 1992, e com o trabalho cooperado de vários agentes. Dentre estes, destacam-se o Colégio Evangélico Panambi, o embrião do centro de formação técnica, a escola do Senai, a Faculdade de Engenharia Mecânica da Unijuí e uma extensão da Universidade do Estado do Rio Grande do Sul, que garante vagas regulares no Curso de engenharia mecânica. Várias empresas locais (nacionais) têm convênios de capacitação técnica com a Fundação Frauhoffen da Alemanha, e algumas participam de feiras no exterior, como em Hannover .

Todavia, o processo de modernização impacta, forjando a criação de condições para a participação da região na produção e reprodução do Capital na sociedade de classes. Na acepção de Rotta (1998), a partir da década de 1960, consolida-se a hegemonia do grupo dominante - empresariado comercial e industrial - como alternativas à crise do modelo de desenvolvimento baseado na agricultura familiar tradicional.

O moderno é identificado com o novo projeto e, portanto, merecedor de elogios e com possibilidades de ascensão social. O tradicional é identificado com o antigo projeto, causador da crise e da estagnação, portanto merecedor de reprovação e fadado à exclusão social (ROTTA, 1998, p. 129).

Com o processo de modernização do modo de produção regional, evoca-se por consequência, profundas transformações das instituições sociais, políticas e culturais, assim como dos comportamentos individuais e coletivos. Imanente ao novo modelo “hegemônico” denominado por Rotta (1998) e indissociável do aprofundamento das contradições e interesses de uma classe (dominante) sobre a outra (trabalhadora), acentua-se o conjunto das expressões das desigualdades sociais, engendradas na sociedade de ordem social capitalista, alterando também as relações e intermediações de Estado¹²⁸ e sociedade e impacta nas políticas e estratégias de enfrentamento à *questão social* na região.

Difundem-se os desafios para o acesso ao trabalho, considerando a nova fase baseada na ciência aliada à técnica. Instalam-se os processos seletivos aos aptos e inaptos para o *novo mercado de trabalho*, de onde a migração populacional para as cidades, como alternativas em busca de emprego e/ou formação profissional, enquanto uma parcela significativa permanece no meio rural, com recursos limitados e dificuldades de integração ao mercado para a comercialização de seus produtos e acesso restrito às condições modernas do novo modelo de sociabilidade. Como referiu Harvey (2008) a reestruturação econômica e formas de reajustamento social e político, com estratégias globalizantes, afetam os processos de organização da produção, surgem novos mercados, reduz o poder dos trabalhadores e tende a reacentuar as vulnerabilidades de grupos desprivilegiados.

Na análise de Büttendener, Rotta e Hofler (2010) as desigualdades sociais e o processo de exclusão passaram a ser justificados pela diferença de desempenho individual e, as relações de solidariedade e ajuda mútua, perderam espaços para relações de competição

¹²⁸ A região Noroeste do RS não deixou de estar inserida na modernização conservadora que ocorreu em nível de Brasil - processo que previa a modernização da agricultura, sem mexer na estrutura da posse da terra. Para viabilizar esse processo, foi decisiva a intervenção do Estado, por meio da pesquisa, assistência técnica, sistema de créditos e programas voltados à agricultura. No espaço urbano, se estruturou um sistema de prestação de serviços na área educacional, de saúde, transportes, repartições públicas federais, estaduais e municipais e a consolidação de um novo espaço de trabalho (ROTTA, 1998).

guiadas pelos critérios de eficiência e produtividade. Para os autores, aí a sociedade regional, assumiu, definitivamente, feições tipicamente capitalistas.

A emergência de um novo cenário macro societário e a eclosão da crise repercutiu na região a partir da segunda metade da década de 1980. Com ênfase, eclodem as expressões da *questão social*, com destaque para negligências nas garantias de direitos fundamentais, como educação, trabalho, saúde, previdência, habitação. Essa última, com o fenômeno do êxodo rural, se acentua, na medida em que a população migrante não encontra lugar para residir nas cidades.

O esgotamento do modelo de modernização da agropecuária e da agroindústria faz com que os agentes produtivos locais, sejam lançados à economia de mercado. As flutuações do mercado, as exigências do novo padrão tecnológico trouxeram consequências para o processo produtivo, como o endividamento, a descapitalização e restrições para novos investimentos (ROTTA, 1998).

Na década de 1990, nota-se na literatura, que se gesta o debate para a qualidade política no processo de organização regional. Destaca-se o esforço de elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, realizado em conjunto com quatro Conselhos de Desenvolvimento: Alto do Jacuí, Fronteira Noroeste, Médio Alto Uruguai, Missões e Noroeste Colonial, com apoio do governo do Estado e de Instituições de Ensino da região (UNICRUZ, UNIJUÍ, URI, FEMA e SETREM). O Plano estabelece como princípio, soma os esforços da região à ação governamental, para a necessidade de uma política emergencial de ações específicas e dirigidas, que venham ao encontro de trabalhadores, agricultores e empresários. Com base no objetivo de:

[...] promoção do desenvolvimento regional, harmônico e sustentável, através da integração dos recursos e das ações do governo na região, visando a melhoria da qualidade de vida da população, à distribuição equitativa da riqueza produzida, ao estímulo à permanência do homem em sua região e à preservação e recuperação do meio ambiente (CRDS-NOROESTE, 1996, p. 11).

O Plano demarca o fio condutor para o processo de *reestruturação produtiva* na agricultura, na indústria e serviços. Apresentou diretrizes gerais para o desenvolvimento regional, entre outras, a organização social da região em torno de “prioridades estratégicas, através da articulação de produção, gestão e conhecimentos tecnológicos” sob apresentação de Programas distintos, que contemplam linhas gerais, subprogramas e projetos para o desenvolvimento social, industrial, agropecuário, científico e tecnológico, infraestrutura

regional. Evidenciou-se, naquele período, a necessidade de estudos sobre as perspectivas de sociabilidade regional e avanço nas relações políticas.

Conforme Brum (1998) o centro do problema está na reestruturação dos sistemas produtivos, de forma a ajustá-los às novas condições tecnológicas, comerciais e institucionais, e, a região Noroeste do RS não escapa disso, muitas cidades precisam fazer frente ao inevitável declínio, enquanto outras encontram novas possibilidades nos mercados, e inovações tecnológicas e organizacionalmente dinâmicas.

Para o mesmo autor, o desenvolvimento regional, associado aos processos de globalização, requer a promoção da criação de empresas locais, contribuindo para a melhoria dos recursos humanos, exige cooperação entre empresas e instituições e também incita o fomento para a pesquisa e desenvolvimento tecnológico aplicado às atividades produtivas locais. Outro elemento importante é a da necessidade de criação de um conjunto de novas instituições para fortalecer a administração das cidades e desenvolvimento das regiões.

A literatura especializada no desenvolvimento regional destaca os avanços na implementação de políticas sociais, como assistência social, saúde, educação, habitação, assistência social, a partir da descentralização administrativa de recursos e desafios teórico-práticos para a implementação das estratégias políticas de enfrentamento das expressões da *questão social*.

A região avançou muito na implantação de políticas sociais. As políticas sociais qualificam as pessoas para enfrentar os desafios na medida em que ampliam sua capacidade de manusear informações, ler e interpretar o mundo, produzir conhecimentos, desenvolver habilidades produtivas, exercer a criatividade e inovação (BÜTTENBENDER, ROTTA, HOFER, 2010, p. 148).

As estratégias de desenvolvimento regional, a partir da década de 1990, estão baseadas em uma *abordagem territorial*¹²⁹, o que requer identificar as características históricas, tecnológicas, institucionais e de recursos por meio de um processo de valorização da força de trabalho local, visando à inserção do local no contexto nacional e mundial, de onde o influxo de orientações para as mudanças estruturais da economia regional em uma integração com fluxos de investimentos que alia crescimento econômico e enfrentamento da questão social.

A partir da década de 1990 a questão regional passou a ser tratada considerando um número maior de variáveis, devido as próprias transformações em processo e as difundidas

¹²⁹ Tem se utilizado o termo, na literatura especializada que trata do desenvolvimento regional, referindo-se ao território como uma fração do espaço historicamente construído através das inter-relações dos atores sociais, econômicos e institucionais que atuam nesse âmbito, apropriada a partir de relações de poder sustentadas em motivações políticas, sociais, ambientais, de grupos ou cooperativos, instituições ou indivíduos. Para Corrêa (1994) território é uma palavra que deriva do latim *terri-toriu*, significando terra pertencente a alguém e que se vincula à sua apropriação. Para Corrêa (1994) território é uma palavra que deriva do latim *terri-toriu*, significando terra pertencente a alguém e que se vincula à sua apropriação e uso.

ideias do *projeto neoliberal*. As novas conformações da natureza, das capacidades tecnológicas, as potencialidades econômicas, sócio demográficas, com relativo esvaziamento das regiões localizadas a oeste e noroeste associada aos movimentos migratórios, desafiam as novas prioridades.

A política de desenvolvimento regional configura-se como sendo o modo pelo qual os governos locais definem a aplicação da política de desenvolvimento e intervém ativamente nos processos de reestruturação produtiva (BRUM, 1998, p. 61). Estas regiões firmaram um propósito de cooperação e atuam conjuntamente para fazer frente às dificuldades socioeconômicas que essa região enfrenta e, desde o surgimento, conta com apoio junto ao governo do Estado e apoio técnico nas Instituições de Ensino da Região: UNICRUZ, UNIJUÍ, URI, FEMA e SETREM e solidariedade nos órgãos de comunicação e organização política, econômicas e culturais existentes nos municípios.

Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento emergem com objetivo da promoção do desenvolvimento regional, harmônico e sustentável, através da integração dos recursos e das ações do governo na região, visando a melhoria da qualidade de vida da população, a distribuição equitativa da riqueza produzida, ao estímulo a permanência do homem em sua região e a preservação e recuperação do meio ambiente - definidos na Lei 10263 de 17/10/1994.

Ganhou relevo nas últimas décadas o modelo alternativo, baseado na qualificação de recursos humanos, na cooperação de instituições locais e ações de governo, em que se pode destacar a expansão do ensino superior, que inicia em meados da década de 1950 e nos anos 1960, acompanhando as perspectivas desenvolvimentistas do período, transformações econômicas e sociais no país (SILVA, 1995).

A educação assumiu um papel impulsionador da ideologia desenvolvimentista – as Instituições de Ensino Superior (IES) foram importantes no processo de modernização e da atualização cultural da população da região, seja na preparação de professores como na preparação de professores para os setores de serviços e de administração da produção.

Considerando o mercado de trabalho que se gestava com a modernização produtiva, principalmente do comércio, a formação superior contribuiu para a formação de recursos humanos para atuar no desenvolvimento regional – especialmente voltado às licenciaturas e profissionais liberais, como Direito, Administração de empresas, ciências contábeis, etc.

Muitos grupos sociais na região Noroeste do Estado perceberam essa dinâmica econômica e cultural e iniciaram um processo de criação de instituições de ensino de 3º grau, visando formar recursos humanos para o novo processo produtivo. O surgimento das IES

nessa região deveu-se a interesses variados e, muitas vezes, contraditórios, nesse período histórico (SILVA, 1995).

Os agentes criadores das IES queriam que o ensino superior promovesse o desenvolvimento regional e salvaguardasse a espiritualidade religiosa das comunidades – marcadas pela povoação de colonos imigrantes. Os poderes públicos e locais não se comprometeram com esse nível de ensino na região. Alguns projetos se aproximaram mais da população trabalhadora, que, no processo econômico desenvolvimentista, precisavam se integrar ou criar alternativas de sobrevivência, outros afirmavam mais com os interesses dos setores econômicos da região (comerciais, agroindustriais, de serviços), outros ainda queriam aprofundar a hegemonia cultural cristã e se aproximar mais da população.

A formação em Serviço Social surge da preocupação com a intervenção científica no “mundo social”, nos anos 2000. Embora já estivesse nos debates, desde a década de 1980 e, especialmente, desde o surgimento da Universidade Regional do Noroeste do RS (UNIJUÍ) na década de 1950, somente em 2002 o Curso foi aprovado nessa IES, com a primeira oferta no município de Santa Rosa (pertencente ao Corede Fronteira Noroeste) e em 2005 na cidade de Ijuí, na mesma IES (Corede Noroeste Colonial) com significativa influencia na formação de profissionais, nessa região. No ano de 2005 também data criação e oferta do Curso na IES Fundação Educacional Machado de Assis (FEMA) pertencente à região Fronteira Noroeste.

Os projetos dos Cursos de Graduação Bacharelado em Serviço Social iniciaram estabelecendo o objetivo da formação de agentes com capacidade teórico-metodológica e ético-política para atuar na formulação e operação de políticas sociais, comprometido com a inclusão social e comprometimento com o desenvolvimento de uma sociedade emancipada, em que se combinam políticas de geração de trabalho e renda (ROTTA, 2003).

Todavia, o sistema educacional tem parcela importante no desenvolvimento da região, especialmente na referida cooperação aos Coredes, no Planejamento de políticas de desenvolvimento regional, sob os desafios do enfrentamento da *questão social* e, diante da descentralização administrativa e regionalização de recursos públicos.

Diante das determinações globais se visualiza a construção dos cenários locais – o espaço local. A postura propositiva e o protagonismo da sociedade têm pautado o papel do Estado no processo de desenvolvimento econômico e social na região, na perspectiva de elaborar estratégias de desenvolvimento e construção de poder local, indispensável aos princípios de democracia. Todavia, cabe considerar que, na contracorrente das garantias constitucionais, o esforço de implantação da *política social* veicula a fragmentação e segmentação, constitutiva do ideário neoliberal que se propaga nesse período.

5.2. CARACTERÍSTICAS DOS SUJEITOS PARTICIPANTES – PREDOMINÂNCIA DE SERVIDORAS/ES PÚBLICOS

Considerando o cenário da pesquisa, apresenta-se a caracterização sócio demográfica das/os participantes da pesquisa, segundo a identificação pessoal¹³⁰, profissional e institucional a qual se vinculam no mercado de trabalho. Tratam-se de trabalhadoras/es que exercem a ocupação de assistentes sociais em Instituições e organizações na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, no ano de 2013, período em que se realiza a pesquisa.

A pesquisa identifica a caracterização etária dos participantes e, como mostra a representação abaixo, a maioria (80%) corresponde a faixa etária de 20 aos 40 anos, indicando um segmento de trabalhadores assistentes sociais jovens¹³¹ que exercem a profissão. A representação do intervalo de 40 aos 50 anos é reduzida ao percentual de 4%.

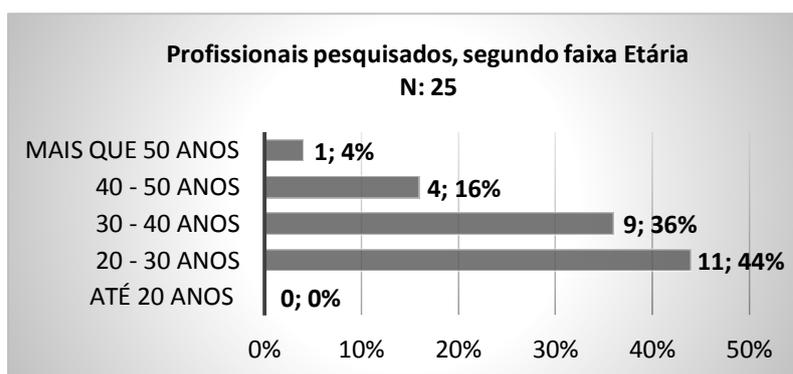


Gráfico 1 - Idade dos Sujeitos Pesquisados (Faixa Etária)
Fonte: Elaborado pela autora

Importante examinar e refletir que os atores locais vinculados a implementação das políticas sociais acompanha a tendência de características demográficas de âmbito nacional. A pesquisa do CFESS (2005) revelara nos indicadores de caracterização da categoria profissional em nível nacional, que prevalecem as idades entre 25 a 44 anos (68%). Ou seja, a composição etária das/os trabalhadores do Serviço Social mostra um elevado contingente de profissionais em idade ativa entre os 20 e 45 anos e um potencial demográfico marcante da categoria para uma proporção de jovens que ingressam no mundo do trabalho e vem se somando ao contingente predominantemente feminino da força de trabalho do Serviço Social.

¹³⁰ Conforme Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) os dados de identificação pessoal das/os participantes não interessam ser expostos. Os instrumentos de coleta foram recebidos pela pesquisadora e os dados deles obtidos serão utilizados para fins científicos, vinculados ao presente projeto de pesquisa.

¹³¹ A Lei n.º 12. 852/2013 que institui o Estatuto da Juventude, dispõe que são considerados jovens, as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.

No total, são vinte e cinco (25) respondentes. Dentre esses, vinte e dois (22) são do sexo feminino e três (3) do sexo masculino. O indicador de predominância do sexo feminino (88%) das/os participantes no estudo, em nível local-regional, acompanha a curva de índices nacionais, apresentados na pesquisa¹³² do perfil dos profissionais realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) no ano de 2004 e publicada no ano de 2005, com apenas 3% do sexo masculino, fenômeno cujas repercussões vêm sendo evidenciadas desde a instituição da profissão na sociedade brasileira.

A profissão, no decorrer da história metamorfoseou-se, como esse mesmo estudo mostra, contudo, mantém maior contingente feminino na categoria. A constituição predominantemente feminina da força de trabalho do Serviço Social se consolida na mesma perspectiva em que a profissão se insere na divisão social e técnica do trabalho. Com efeito, essa participação também se altera com a reestruturação produtiva, com emergente reflexo de desigualdades herdadas da desvalorização da força de trabalho feminina, utilizada nas estratégias de acumulação no ciclo produtivo do capital, como referido em Hobsbawm (1995) e Harvey (2008).

A inserção da mulher e a divisão sexual no mundo do trabalho, no entanto, expressa significados ambivalentes: tem sido evidente que a inserção das mulheres vem se consolidando nos diferentes espaços de trabalho e substancia importante papel na produção e reprodução da sociedade capitalista, a partir da participação em campos tradicionais e conquistas de novos espaços de atuação, e também, como parte integrante do conjunto da classe trabalhadora, busca valorização profissional e condições técnicas e normativas de trabalho, que se articulam à dimensão estrutural do mercado de trabalho e condições de flexibilização e vulnerabilidades.

Pesquisa do IPEA (2012) destaca que a participação da população feminina no mundo do trabalho deverá afetar de maneira decisiva o perfil da mão de obra brasileira nos próximos anos, devido ao aumento de suas taxas de participação no mercado de trabalho e a ampliação de seu nível de escolaridade acima da média masculina. A participação das mulheres em

¹³² A pesquisa intitulada “Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional” teve coordenação geral do CFESS e foi resultado de convênio entre o CFESS e Universidade Federal de Alagoas (UFAL) que por meio do grupo de pesquisa Serviço Social, Trabalho e Direitos Sociais desenvolveu este trabalho contando com a colaboração de todos os 24 Conselhos Regionais na coleta de dados. A coleta de dados da pesquisa foi feita através da aplicação de um questionário, respondidos pelos sujeitos da pesquisa – assistentes sociais, participantes dos eventos comemorativos ao dia da(o) assistente social, no mês de maio de 2004, inscritos no CRESS e com registro ativo. O questionário incluiu questões fechadas – com opções definidas – e questões abertas, nas quais o informante poderia acrescentar mais alternativas, além das previamente oferecidas. A partir da sistematização dos dados coletados através da amostra, a equipe de profissionais elaborou um relatório com os resultados e as análises das tendências apresentadas pela pesquisa a respeito do perfil profissional da(o) assistente social (CFESS, 2005, p.14).

diversos setores das sociedades desenvolvidas tem se intensificado desde a década de 1970 e com mudanças no papel desempenhado pelas mulheres. O trabalho em ocupações terciárias, profissões assistenciais, em serviços e, sobretudo funções nos serviços públicos e sociais se expandiram e foi uma das tendências no século XX (HOBSBAWM, 1995). As transformações seguem pelas próprias expectativas das mulheres sobre seu espaço na sociedade, suas funções e participação no mundo do trabalho e, simultaneamente, à exploração da força de trabalho feminina.

Neste cenário, analisar a força de trabalho de assistentes sociais, segundo as caracterizações de idade e gênero também revela diferenças consideráveis entre homens e mulheres. A divisão sexual do trabalho assume formas conjunturais e históricas, ora conservando tradições que ordenam tarefas masculinas e tarefas femininas na indústria, ora criando modalidades da divisão das tarefas. Tem sido uma importante categoria para a compreensão da constituição do trabalho social, pois, não é somente consequência da distribuição do trabalho por áreas ou setores de atividades, mas também princípio organizador da desigualdade social no mundo do trabalho.

Pela dimensão que tem tomado a discussão da inserção da mulher no mundo do trabalho, nas diversas ocupações, essas mudanças afetam diretamente a disponibilidade de força de trabalho na área do Serviço Social, sob a perspectiva do mercado de trabalho e produz efeitos sobre o perfil sócio demográfico do contingente de profissionais que se inserem nos espaços sócio ocupacionais e atuam em matéria do Serviço Social.

No bojo da reestruturação do mercado de trabalho, nos anos 1970, viu-se um quadro de mudanças para a ascensão da ocupação da força de trabalho feminina. Harvey (2008) analisa que em consequência do excedente de mão de obra, o mercado de trabalho impôs regimes e contratos de trabalho flexíveis, redução do emprego regular de homens (melhor remunerados) para o crescente uso do trabalho feminino em tempo parcial, temporário ou subcontratado e em condições de remuneração extremamente baixa.

Nesta perspectiva, na contramão do fenômeno do aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, os estudos indicam que a inserção feminina é convergente aos sistemas de organização de produção (industrial) capitalista que imprime condições de vulnerabilidade aos grupos menos privilegiados, no qual se incluem as mulheres.

Além do aumento da participação das mulheres em pleno contexto da estrutura ocupacional, ganha destaque a entrada da população feminina nas universidades brasileiras na década de 1970, embora não tivesse viés de gênero. Na esteira da expansão do ensino universitário no Brasil, verifica-se a sólida entrada de mulheres jovens, que acabaram de

concluir o segundo grau, em maior percentual que os homens e que não parou de crescer, como aponta o Censo do IBGE do ano de 2000.

A pesquisa de Guedes (2008) com base nos dados dos Censos Demográficos dos anos 1970 a 2000 do IBGE, evidenciou a distribuição do contingente dos formados por sexo, em cada área (Cursos). Identifica a forte tendência de permanência das mulheres nos diferentes segmentos e a expansão da participação feminina em todas as carreiras de formação superior, no período. Na área acadêmica do Serviço Social, é majoritária a concentração feminina, desde a década de 1970, que apresenta o percentual de 90% de mulheres formadas e 10% homens, e, em 2000, o percentual feminino aumenta para 98% e o masculino decresce para apenas 2%. A autora destaca que a pesquisa mostra a tendência que reflete o processo de intensa entrada feminina nas universidades no período recente, a busca por carreiras de maior prestígio social e distribuição de mulheres se tornando cada vez mais heterogênea e concentrada nos cursos concorridos.

Tabela 1 - Distribuição do contingente de formados por sexo em cada curso universitário (Brasil - 1970 e 2000)

Cursos universitários*	1970	1970	2000	2000
	Mulheres (%)	Homens (%)	Mulheres (%)	Homens (%)
Engenharia mecânica	2	98	3	97
Engenharia elétrica	2	98	7	93
Engenharia civil	2	98	15	85
Agronomia	3	97	12	88
Veterinária	4	96	30	70
Física	39	61	30	70
Economia	9	91	32	68
Medicina	11	89	36	64
Administração	15	85	39	61
Direito	13	87	40	60
Química	39	61	44	66
Estatística	17	83	47	53
Odontologia	18	82	51	49
Arquitetura	17	83	54	46
Educação física	55	45	54	46
Filosofia	66	34	55	45
Matemática	39	61	60	40
Farmácia	32	68	65	35
Geografia	69	31	72	28
História	66	34	74	26
Belas artes	71	29	75	25
Ciências sociais	72	28	78	22
Letras	73	27	87	13
Psicologia	70	30	89	11
Enfermagem	93	7	91	9
Pedagogia	84	16	93	7
Serviço social	90	10	98	2

* Listados em ordem crescente, segundo a proporção da presença feminina no Censo 2000.
Fonte: Censos Demográficos de 1970 e 2000 do IBGE. Elaboração própria.

Fonte: GUEDES (2008, p. 126)

Como se pode observar a partir dos dados apresentados por Guedes (2008), cuja tabela relativa a procura por cursos universitários foi apresentada anteriormente, o Serviço Social nos anos 1970 era a segunda profissão *menos* procurada por homens, atrás apenas do Curso de Enfermagem, com 7%. Nos anos 2000, a procura diminuiu ainda mais, apenas 2%, seguido da

pedagogia e enfermagem, que, somadas não chegam a representar 20% da busca masculina por essas profissões no período pesquisado.

Destaca-se a maior formação masculina no ano 2000 por cursos, na ordem decrescente, engenharia mecânica, engenharia elétrica, agronomia, engenharia civil, veterinária, economia, química, medicina, administração, direito e outros. O Serviço Social é o Curso de maior percentual de mulheres formadas em 2000 (97%) seguido, na ordem decrescente, dos cursos de pedagogia, psicologia, enfermagem, letras, ciências sociais, arquitetura, farmácia, geografia, matemática e outros.

O menor percentual de mulheres nos Cursos em que predominam os homens, evidencia a tradicional construção dos fundamentos da desigualdade de gênero, como fruto do determinismo construído socialmente, que supõem a natureza feminina frágil e maternal, carregada pela própria condição biológica e valorizadas as habilidades voltadas para o cuidado e educação, uma predisposição para a inserção nas áreas sociais e saúde, que tende a se efetivar na reprodução das relações sociais, no mundo público e na relação Estado e Sociedade.

A desigualdade de gênero é determinada pela localização das mulheres e dos homens no sistema de produção e reprodução de sociedades determinadas e, está ligada às transformações ocorridas nas relações humanas, desde as primeiras sociedades. A divisão sexual do trabalho se realiza na divisão social e técnica do trabalho, no bojo das mudanças organizacionais do processo de trabalho onde recria uma subordinação que existem nas demais esferas sociais, com evidentes repercussões para a vida privada e pública. A divisão sexual do trabalho, como base material na relação de gênero concretiza e dá legitimidade às ideologias, representações e imagens de gênero, que, por sua vez, perfaz um movimento que segrega mulheres nas esferas produtivas e reprodutivas, num processo de mediação constante para a manutenção das desigualdades.

Quanto aos *aspectos sócio ocupacionais*, a pesquisa buscou conhecer as condições de trabalho em que os profissionais assistentes sociais, devidamente habilitados¹³³ estão exercendo a profissão, o tipo de vínculo e a natureza das organizações e/ou instituições às quais estão inseridos. Na totalidade, os respondentes vinculam-se, no período, em condições formais de trabalho, sendo que um pesquisado acumula vínculo com atividade autônoma de trabalho. Um aspecto importante demonstrado sobre o tipo de vínculo (principal) na tabela 02

¹³³ Aos profissionais habilitados compreende a observância às condições estabelecidas na Lei 8.662/1993, que dispõe da profissão de assistente social., conforme art. 2º § I, II, III e parágrafo único: o exercício da profissão de assistente social requer prévio registro nos conselhos Regionais que tenham jurisdição sobre a área de atuação do interessado nos termos desta lei.

é a concentração majoritária de 22 profissionais concursados (88%) e, menor incidência da vinculação pela CLT, terceirização e autônomo, somando 03 profissionais (12%). A tabela representa as variáveis dispostas como opção no instrumento de pesquisa.

Tabela 2- Tipo de Vínculo com a Instituição onde Trabalha

Tipo de Vínculo	Participantes	Percentual
CLT	1	4%
Concursado	22	88%
Terceirizado	1	4%
Contrato Emergencial	0	0%
Comissionado	0	0%
Autônomo	1	4%
TOTAL	25	100%

Fonte: Sistematizado pela autora, 2013.

Na identificação da natureza das Instituições, destaca-se a maior absorção dos profissionais (88%) em Instituições de natureza Pública em âmbito Municipal (Prefeituras) e Federal. No setor privado correspondem 16% e dois no terceiro setor (8%), que confere a representação da tabela 3.

Tabela 3 - Natureza da Instituição

Intervalo da Natureza	Participantes	Percentual
<i>Pública Federal</i>	2	8%
<i>Pública Estadual</i>	3	12%
<i>Pública Municipal</i>	17	68%
<i>Privada</i>	4	16%
<i>Terceiro Setor</i>	2	8%

Fonte: Elaborada pela autora.

Importante discernir que *na esfera privada e terceiro setor concentram-se a representação do acúmulo de vínculos* daqueles que possuem postos regulares de trabalho. A tendência daqueles/as profissionais inseridos/as no *setor privado persegue instituição do terceiro setor* e, no vínculo na *esfera pública estatal, a tendência para atividades concomitantes de docência em IES da região* (em cursos na modalidade Presencial e à Distância). Destaca-se que três (12%) são profissionais que mantêm “outro trabalho”, além do vínculo principal. A vinculação acumulada é descrita (no instrumento da pesquisa) como desempenho de *atividade de docência no ensino superior ou contratos de serviço emergencial/temporário*. Ressurge a premissa de que a/o assistente social não tem sido autônomo, de modo a exercer o trabalho independente de caráter *liberal* e, se consolida atrelado/a às relações contratuais em Instituições públicas e privadas e da sociedade civil.

Os dados permitem retomar que as circunstâncias político-institucionais que historicamente se estabelecem na região influenciam significativamente para a formação do mercado de trabalho regional, especialmente os serviços públicos. Nesse sentido, o perfil geral da vinculação das/os trabalhadoras assistentes sociais evidencia a *inserção predominante na esfera pública estatal* e com *maior inserção nos espaços sócio ocupacionais de Instituições de natureza Pública Municipal*, em que as Prefeituras lideram a absorção desses profissionais. Afirma a tendência histórica da profissão, às particulares relações de assalariamento a que se vinculam, na condição de trabalhador especializado e a na esfera pública estatal na realidade brasileira.

Como mostrou o estudo do CFESS (2005) a inserção no âmbito estatal lidera com 78,16% a performance dos postos de trabalho em âmbito nacional. Mostrou que predominantemente, os profissionais estão inseridos na esfera pública municipal (40, 97%) e pública estadual (24%). As instituições privadas assemelham-se as estimativas de ocupação nas instituições públicas federais (13, 19%), sendo que as variáveis regionais do centro-oeste e sul ganham maior expressão de ocupações e instituições privadas.

As reconfigurações do mercado de trabalho tendem para heterogêneas formas de vinculação desses profissionais, na dinâmica das ocupações e instituições empregadoras. A vinculação na esfera pública estatal não significa consolidação estatutária efetiva. Este tipo de vínculo, expressa prevalência variável nas diferentes regiões do país, sendo que as formas celetistas, prestação de serviços e contratos temporários expressam condições de precarização das relações de trabalho na esfera pública estatal.

A questão do tempo de atuação como assistente social, centra-se em intervalos para diferenciais da experiência acumulada e significações do trabalho nos processos de trabalho, que requisitam essa especialização. Como mostra-se a seguir, o maior contingente de profissionais perfaz o intervalo de tempo entre 1 a 9 anos (68%), seguido do intervalo de 9 a 12 anos ou mais (32%) de experiência nesta ocupação.

Essa disposição quantitativa contribui para uma dupla compreensão: a primeira se assenta na inserção recente dos profissionais que concluíram o curso de Graduação e a segunda, que circunscreve o percentual de trabalhadores com maior tempo de vinculação e experiência pela via de concurso público e que sugere maior “estabilidade” no trabalho e permanência no mesmo espaço sócio ocupacional, articulando os dados de que 88% declaram a condição de concursados, refletida, especialmente na esfera pública municipal, 68%.

Tabela 4 -Intervalo de Tempo de Atuação como Assistente Social

Intervalo de Tempo de Atuação como AS	Participantes	Percentual
1 – 3 anos	12	48%
3 – 6 anos	4	16%
6 - 9 anos	1	4%
9 - 12 anos	5	20%
Mais de 12 anos	3	12%
TOTAL	25	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

As respostas expressam que a maioria (64%) contam com um tempo de trabalho de 01 a 06 anos ou mais na Instituição¹³⁴. Vale observar, como indica o intervalo, que a região vem acolhendo trabalhadoras/es da área do Serviço Social nos últimos anos, porém, os espaços são limitados à oferta de concurso pela esfera estatal, portanto, uma indica clivagens de um “desemprego oculto”, como citam os participantes: “[...] *acumulo de funções, devido à falta de liberação de vagas para concurso público*” (P12 e P19).

Segundo a pesquisa do CFESS (2005) alguns indicadores expressam as tendências contemporâneas: ainda que sob baixo percentual, o desemprego é vigente na categoria (11, 74%) sob a agravante tendência da denominação do cargo a partir das funções e competências assumidas na instituição e prevalece a carga horária de 40 horas de trabalho semanal e apresenta-se o acumulo de vínculos e o deslocamento para outras cidades para o trabalho.

Na pesquisa local-regional, os dados simples mostram que prevalece a jornada semanal de trabalho entre 30 a 40 horas para a maioria (64%) das/os trabalhadores assistentes sociais. Corresponde, no entanto, aos resultados da pesquisa do CFESS (2005) e confirma a estimativa revelada pelo IPEA (2012) sobre a performance desta ocupação no mercado de trabalho, com jornada semanal de 38,88 horas/semanais. A representação gráfica mostra a estimativa da jornada semanal de trabalho:

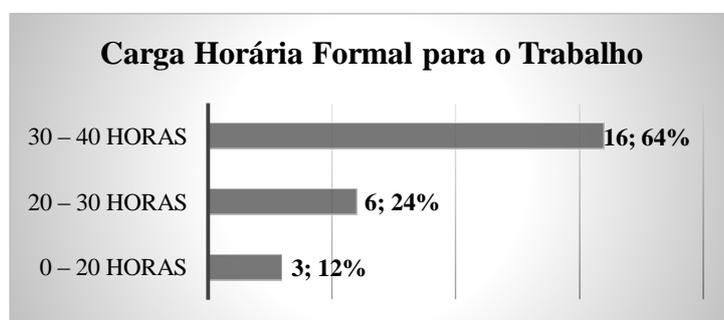


Gráfico 2 -Carga Horária Formal disponibilizada para o trabalho (horas semanais)

Fonte: Elaborada pela autora.

¹³⁴ Dados válidos para o período da pesquisa de campo.

O gráfico ilustra a situação vivenciada pelo maior contingente de profissionais que não possuem a garantia de tempo de trabalho máximo regulado em até 30 horas, como regulamenta a Lei n.º 12.317 de 26 de agosto de 2012 que acrescenta o artigo 5º na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei n.º 8.662/1993): “Art. 5º - A. A duração do trabalho do Assistente Social é de 30 (trinta) horas semanais; e “aos profissionais com contrato de trabalho em vigor na data de publicação desta Lei é garantida a adequação da jornada de trabalho, vedada a redução do salário (art. 2º).

Considerando a jornada de trabalho semanal regulamentada, a pesquisa buscou desvendar o tempo (horas semanais) dispendido para além da carga horária disponibilizada formalmente e que se utiliza para a preparação ou realização de atividades vinculadas ao trabalho. A questão aberta, possibilitou os respondentes descreverem e citarem os tipos de atividades, sistematizadas na representação a seguir.

A maioria dos participantes (80%) dedicam até dez horas semanais para a realização de tarefas “*extras*” à sua jornada de trabalho regular, desenvolvidas em ambiente doméstico, denominado o “trabalho que se leva para casa”. Caracterizam atividades relacionadas à dimensão técnico-operativa, planejamento e organização do trabalho institucional, especialmente envolvendo documentos técnicos e fluxos de informações, mediada pela incorporação das tecnologias de informações e Comunicação (TICs) e redes de contatos, seja pela internet ou telefone, cujos elementos exigem vinculação constante com as demandas institucionais.

Entre as atividades, destacam-se a verificação de e-mails, planejamento para intervenções (reuniões, eventos, palestras, audiências), estudos e sistematizações sobre as demandas e dimensões normativas, seguidos da elaboração de documentos oficiais (projetos, relatórios, estudos sociais e laudos, etc.) e a participação em espaços de representação institucional.

Intervalo de Horas	Participantes	(%)	Atividades Desenvolvidas
0 – 10 horas	20	80%	<ul style="list-style-type: none"> – Verificação de e-mail, Leituras e Internet ; – Atividades de planejamento; – Leitura e estudo sobre alguma demanda; legislação nova; etc; relatórios e Estudo Social; Revisão de Laudos. – Cursos online; Aulas sobre Trabalho, Cidadania e Políticas Públicas – Eventos, Projetos e Capacitações (preparação e participação); Reuniões de Conselhos; – Audiências no Juizado e no Ministério Público
10 – 20 horas	3	12%	<ul style="list-style-type: none"> – Digitação de Estudo Social, Parecer, Relatórios – Preparação e estudo de assuntos para palestras, e eventos
Mais que 20 horas	2	8%	<ul style="list-style-type: none"> – Leitura de artigos, legislações, regulamentos, pareceres, – Elaboração de projetos,

			Participação em comissões e reuniões.
--	--	--	---------------------------------------

Quadro - 1-Horas (semanais) utilizadas fora do horário de trabalho para a preparação ou realização de atividades vinculadas ao trabalho.

Fonte: Elaborado pela autora.

Nesse contexto, os pesquisados também responderam, com abordagem descritiva, sobre o que consideram *incentivos institucionais* a si, como profissional do Serviço Social. A maioria (84%) confirmam que recebem incentivos na sua vinculação. A maior expressão se refere ao incentivo a *participação em capacitações e cursos*, seguido da garantia do *benefício de Plano de Saúde* (38%) para cobertura de assistência em atendimento em saúde.

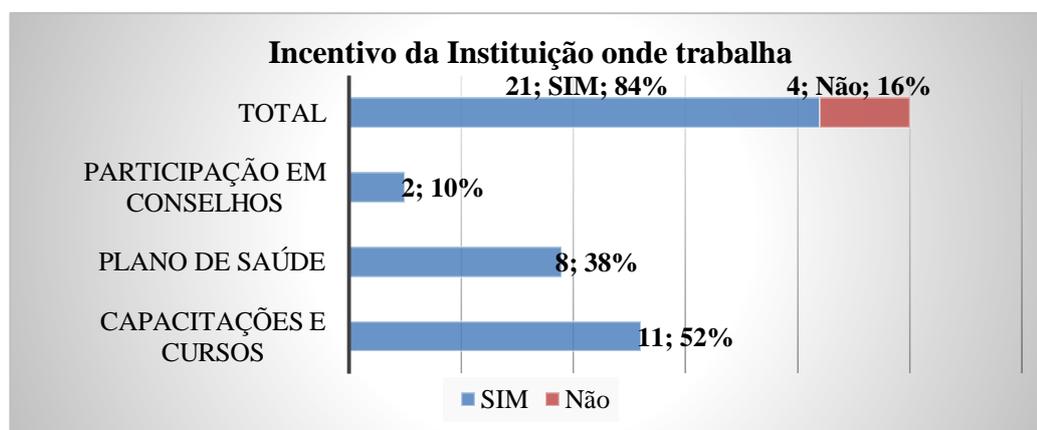


Gráfico 3 - Incentivo da Instituição onde trabalha

Fonte: Elaborado pela autora.

Os dados apresentados no gráfico 3 suscitam questões qualitativas importantes a salvaguardar, considerando que as capacitações e cursos articulam-se organicamente ao processo de trabalho das instituições, portanto configuram *meios de trabalho*. Importante compreender que as transformações que se processam na dinâmica social e que complexificam as demandas assumidas pelas instituições - que tornam-se matéria para a intervenção da força de trabalho do Serviço Social - aumenta a necessidade da disposição de condições para as mediações profissionais sobre o que o trabalho requer. No bojo das expressões da questão social, requer reestruturação organizacional e atualização de recursos (humanos e materiais) para o processo de operacionalização. Retomando a referência de Engels (1999) os meios de trabalho o trabalhador coloca entre si mesmo e o objeto de trabalho e que lhe serve como condutor de sua atividade e que indicam as condições exigidas para que o processo se realize.

Quanto aos benefícios de Plano de Saúde dos/as trabalhadores/as, vale considerar a premissa que, no Brasil, a Saúde é direito de todos dever do Estado, conforme disposto na Constituição Federal de 1988. Contudo, os Planos e seguros privados de assistência à saúde

são regulamentados pela lei nº 9656/1998 e representam a articulação com a iniciativa privada para a prestação de serviços, de forma facultada de acesso e atendimentos por profissionais ou serviços de saúde, livremente escolhidos. Embora não justifiquem, os respondentes consideram como “incentivos profissionais”.

Desvelam-se elementos sobre os vencimentos salariais mensais, que caracterizam perfil geral das *condições socioeconômicas* das/os pesquisados. Indica que a média dos vencimentos salariais se apresenta entre 3 a 5 salários e os valores variam num intervalo de R\$ 2.034,00 a R\$ 3.390,00 para a maior concentração dos participantes da pesquisa (44%). Na sequência, o indicador de 1 a 3 salários que perfaz valores que variam entre R\$ 678,00 e R\$ 2.034,00, para 32%. Por fim, para um menor percentual (20%) a variação de vencimentos soma entre 5 e 10 salários.

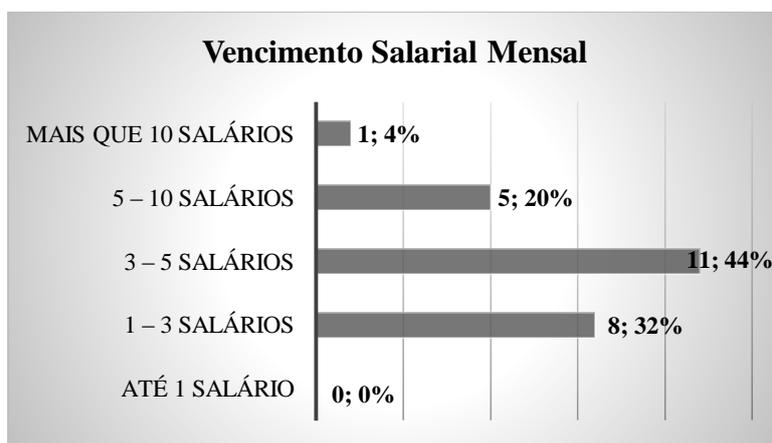


Gráfico 4 - Vencimento Salarial Mensal provinda da função de Assistente Social
Fonte: Elaborado pela autora.

O comportamento de salários na pesquisa local-regional converge para as tendências e conformações de variações salariais da profissão no mercado de trabalho. Uma pesquisa cuja base de dados foi extraída do Cadastro Geral de Empregados (CAGED) do Ministério de Trabalho e Emprego (MTE) por família ocupacional brasileira da CBO/2002 mostrou os ganhos salariais de 48 ocupações de nível superior (período janeiro de 2009 a dezembro de 2012) e perspectivas salariais decorrentes do cenário sócio econômico mais moderado após a crise internacional de 2008.

Com base no Censo Demográfico do IBGE, do ano de 2010, que disponibilizou equações de salário, a ocupação do Serviço Social, no ranking multivariado de carreiras universitárias e mercado de trabalho, revela dados simples com salário mensal de R\$ 3.061,08 (34º posição) e jornada de 38,88 (horas/semanais) - (rank 16) – com taxa de ocupação de

92,82% (rank 26) considerando as chances de conseguir trabalho - quanto a proteção trabalhista: a cobertura previdenciária perfaz taxa de 91,06% (rank 24) (IPEA, 2012).

O estudo do IPEA (2012) também mostrou as 22 ocupações de nível superior com maiores ganhos salariais entre 2009 e 2012. Nestas destacam-se as carreiras de medicina, seguida da odontologia e engenharias (de transportes e civil) com salários entre R\$ 8mil e R\$ 5, 5 mil, respectivamente e, em contraponto as profissões de nível superior ligadas a religião, ética e filosofia e educação física e esportes são as que oferecem as piores condições no mercado de trabalho, com baixos salários que variam de R\$ 2,1 mil a R\$ 2,7 mil.

O Serviço Social, porém, não é apresentado nas ocupações com qualquer valor de ganhos no período, tampouco no rank de ocupações com perdas salariais. Neste cenário, a performance desta ocupação está “invisível” na variação salarial. Já, a profissão é apresentada na variação entre admitidos e desligados no mercado de trabalho, identificando parâmetro para a variação salarial no mercado de trabalho para admitidos e desligado. Para os admitidos o salário médio de 2012 fica em R\$ 2.652,03, para os desligados, o salário médio de 2012 é de R\$ 2.914,34.

Evidencia-se que os salários da categoria têm como base salarial, aquela das ocupações técnicas no mercado de trabalho. O cruzamento de dados salariais da performance de profissionais admitidos em outras *ocupações técnicas* se aproxima aos salários de *admitidos na ocupação de assistentes sociais*. Por exemplo: Técnicos em mineralogia e geologia R\$ 2.455,46; Técnicos em navegação aérea, marítima e fluvial R\$ 2.543,29; Atletas, desportistas e afins R\$ 2.790,18 (IPEA, 2012).

Quanto a formação profissional:

Busca-se apresentar aspectos que caracterizam a formação profissional dos profissionais. Da totalidade dos pesquisados, a maioria (80%) conta com um tempo de formação no Curso de graduação Bacharelado em Serviço Social entre 1 e 9 anos, com maior concentração (44%) para o intervalo de tempo de 3 a 6 anos, representados na tabela 5.

Tabela 5- Intervalo de Tempo de Formação (graduação)

Intervalo de Tempo de Formação	Participantes	Percentual
1 – 3 anos	7	28%
3 – 6 anos	11	44%
6 - 9 anos	2	8%
9 - 12 anos	3	12%
Mais de 12 anos	2	8%
TOTAL	25	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

A pesquisa revela que a maior concentração de profissionais (entre os respondentes) iniciaram o exercício profissional em período recente e perfazem um contingente jovem e majoritariamente feminino no mercado de trabalho local-regional. Os profissionais declarados do sexo masculino, que representam 8% do total de respondentes, passaram a atuar como assistentes sociais no período correspondente ao intervalo de 1 a 3 anos, e apenas 01 conta com formação no período entre 3 a 6 anos, o que leva a considerar a recente inserção do homem nos postos de trabalho da área na região, que também acompanha os indicadores do perfil geral dos profissionais inseridos no mercado de trabalho, apontados pela pesquisa nacional do CFESS (2005) com apenas 3% de homens.

Na totalidade (100%) dos assistentes sociais respondentes, a formação foi obtida em Curso oferecido por Unidade de Ensino Superior de natureza privada e/ou comunitária, na modalidade presencial. A região não conta com Curso de Serviço Social em IES de natureza pública, sendo os cursos de Serviço Social ofertados por IES de natureza Privada ou Comunitárias nas modalidades de ensino presencial e, mais recentemente, na última década emergiram Cursos na Modalidade a distância em IES privadas.

Evidencia-se que o menor percentual de formação corresponde aos profissionais apenas graduados (16%) evidenciando que a pós-graduação *latu sensu* tornou-se mais acessível para a categoria¹³⁵ na região.

Categorias de Formação	Inscritos por Formação	%	Especificações (Quais?)
Especialização <i>Latu Sensu</i>	14	56%	<ul style="list-style-type: none"> – Saúde Coletiva – Saúde pública e saúde da família – Política de Atenção à Criança e Adolescente – Educação Especial e Inclusão – Gestão em Serviços Sociais e Políticas Públicas – Gestão de Pessoas e Desenvolvimento de Projetos Sociais – MBA em Gestão de Recursos Humanos – Gestão Ambiental
Mestrado <i>Stricto Sensu</i>	4	16%	<ul style="list-style-type: none"> – Mestrado em Gerontologia – Mestrado em Serviço Social – Mestrado em Educação – Mestrado em Desenvolvimento
Doutorado <i>Stricto Sensu</i>	1	4%	<ul style="list-style-type: none"> – Doutorado em Serviço Social
Cursos em Andamento	4	16%	<ul style="list-style-type: none"> – Especialização em dependência química e comunidade terapêutica

¹³⁵No que se refere aos níveis de formação, a pesquisa em âmbito nacional do CFESS (2005) mostrou que o maior percentual corresponde aos profissionais apenas graduados (55,34%), seguido dos especialistas (36,28%), os mestres e doutores com percentuais inferiores, evidenciando que a pós-graduação *latu-sensu* tornou-se mais acessível para pouco mais de 1/3 da categoria.

			<ul style="list-style-type: none"> – Especialização Multiprofissional em saúde da família – Especialização em Administração Pública Municipal UFMS; e especialização em saúde da família UFSC. – Mestrado em fase final e pós graduação em fase final.
Não realizou cursos após a graduação	4	16%	
Outros	6	24%	<ul style="list-style-type: none"> – Capacitações sobre questões do trabalho: ética, questão social, SUAS – Cursos EAD, Seminários, Conferências, Simpósios, entre outros – Terapia de Família e casal – Relacionados à Política de Assistência Social, relacionados à Rede de Atendimento e Proteção da Criança e do Adolescente e ao Comdica – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. – Previdência Social, sobre a Questão Social. – Graduação em Pedagogia (4 semestres).

Quadro - 2- Cursos Realizados além da Graduação no Curso de Serviço Social
 Fonte: Sistematizado pela autora

A conclusão de cursos de Pós Graduação *Latu Sensu* é um marco na análise do perfil dos sujeitos pesquisados. Um contingente significativo de profissionais (56%) concluiu um curso de especialização, com ênfase para as áreas de Saúde, Educação e Gestão. 16% dos participantes mantém cursos em andamento, com maior ênfase para a área da Saúde.

Considerando as exigências, de modo geral, requisitadas no mundo do trabalho, buscou-se apreender sobre a importância de investir em formação continuada, as alternativas existentes e os principais temas de interesse. Evidencia-se a tendência para a busca de formação continuada¹³⁶ imediatamente após a graduação e que a escolha da especialização está diretamente relacionada à especificidade da atividade/área a que se vincula após a graduação, para o exercício da profissão nas respectivas Instituições.

A inserção e conclusão de Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* restringem-se a cinco participantes (20%). Considerando que a região não oferece Cursos *Stricto Sensu* na área específica, os mestrados e doutorado em Serviço Social mencionados se referem ao Programa de Pós-Graduação da PUCRS, que se torna a referência para os profissionais graduados na região que pretendem continuar a formação na área, ainda que seja geograficamente distante da capital, sede dos cursos.

Destaca-se que o participante que possui Doutorado é o profissional que possui mais tempo de atuação como assistente social. Cabe salientar que Cursos de Pós-Graduação na área

¹³⁶ A formação continuada posta no instrumento da pesquisa, compreende a formação profissional como um processo permanente de qualificação e atualização e, se refere às estratégias escolhidas para a qualificação continuada, após a graduação, seja em Cursos de capacitação, especialização, aperfeiçoamento e/ou extensão. Entende-se, conforme refere o CFESS (2012) que a educação continuada está relacionada ao prosseguimento da formação inicial, objetivando o aperfeiçoamento profissional e que nem sempre esse aperfeiçoamento atende as necessidades da organização do trabalho.

de Educação e Desenvolvimento Social (*Stricto Sensu*) em Universidade da região, tendem a absorver os profissionais da área¹³⁷.

Neste contexto, muitos são os desafios para a formação do Serviço Social, frente a dinâmica do sistema capitalista de produção e as metamorfoseadas formas de integrar o trabalhador no mundo do trabalho. Os desafios transitam entre a formação profissional, que não se encerra na graduação generalista, mas dinamiza-se nos processos investigativos teórico e empíricos do próprio trabalho nas diferentes áreas de intervenção, numa dialética entre o conhecimento crítico dos processos sociais e suas particularidades, para mediações estratégicas, na direção social crítica do projeto ético-político da profissão.

Evidenciam-se desafios para a construção de alternativas regionais para oportunizar escolhas na formação continuada dos profissionais do Serviço Social. Ainda mais profundo são os desafios para a construção de formação na perspectiva de uma Política de Educação Permanente e inserção dos debates sobre o arcabouço conceitual e operativo da profissão como vem propondo o CFESS (2012) devido as recentes determinações de extinção dos cursos de graduação da modalidade presencial na região.

Articuladas às demandas da formação profissional, significativas ações foram realizadas, na última década, em conjunto IES e Núcleos regionais, que congregam encontros, seminários, simpósios, semanas acadêmicas, atividades alusivas ao dia do/a assistente social, capacitações para supervisores de estágio, socialização de experiências afirmando a defesa da formação de qualidade, direção social e fortalecimento do projeto ético-político do Serviço Social.

Contudo, as transformações que vêm influenciando na formação profissional nessa região, especialmente com a extinção de Cursos presenciais e a expansão de oferta de Cursos na modalidade não-presencial, vêm restringindo esses impactos, na medida que se extinguem o acompanhamento sistemático de estagiários nas Instituições concedentes de estágio e, por consequência, alterações do perfil profissional. Considera-se como perspectivas de formação para servir aos interesses do mercado, em detrimento da direção social estratégica da profissão, construída no seu desenvolvimento histórico e que vem se expandindo na região nessa última década, instaurando disputas de demandas, paralelamente a criação e manutenção de Cursos presenciais.

¹³⁷ A Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul possui Programas de Pós Graduação (mestrado e Doutorado) de características interdisciplinares, autorizados pela CAPES. Estes programas constituem um espaço reconhecido e já consolidado de formação de profissionais da educação de alto nível na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

5.3 A REALIDADE EM FOCO: A PRODUÇÃO DAS DEMANDAS PARA O SERVIÇO SOCIAL - FRAGMENTAÇÃO E REQUISICÃO TÉCNICA “FLEXÍVEL”

Alicerçado no percurso teórico-metodológico do estudo, o propósito desse item é transitar para os dados empíricos e atribuir visibilidade aos elementos emergentes em face da realidade, que agregam expressões e um conjunto de mediações e determinações sobre a materialidade da inserção dos profissionais assistentes sociais na divisão social e técnica do trabalho, na dinâmica da produção e reprodução das relações sociais na sociedade capitalista - *na condição de trabalhador assalariado* - com ênfase para o universo pesquisado.

Entre as perguntas abertas do instrumento de pesquisa, buscou-se abordagens sobre as *demandas*¹³⁸ e *competências* que permeiam o trabalho concreto, por meio dos seguintes questionamentos: *quais as principais demandas que se apresentam para o trabalho do assistente social na instituição que atua? destaque as competências que lhe são requisitadas para atuação no local; que conhecimentos julga necessário para o desenvolvimento do trabalho?*

Parte-se da concepção do trabalho concreto, que satisfaz necessidades sociais na troca por trabalho útil e busca-se abstrair, na teoria e na prática, as particularidades que assumem as/os assistentes sociais no dispêndio *livre* de suas *forças de trabalho* nos espaços em que se inscrevem. E, ao considerar a particularidade da inserção no *circuito do valor*, busca-se apreender os reflexos e determinações imbricados no trabalho abstrato – trabalho social médio – categoria supracitada.

Tal perspectiva de abordagem buscou, por meio de dados empíricos, representações construídas pelos assistentes sociais sobre as suas experiências, gestadas na sua condição de trabalhador e formas reais de construção das *mediações*, alicerçadas nas condicionalidades dos processos particulares que atravessam e se interpõem no *processo de trabalho*.

Desde a pré-análise e exploração do material, considerando o caráter descritivo dessa parte do instrumento, identificam-se respostas pontuais e relativamente restritas em conteúdo, o que, para a autora, também limita o conteúdo de análise. No decorrer da exposição é possível identificar as citações que aparecem por pontos e frases curtas dos participantes. As

¹³⁸ A abordagem das *demandas*, com base na teoria marxiana, leva em consideração o processo de reprodução e acumulação do capital, que é gênese do capitalismo. Nesse sentido, supõe-se os trabalhadores assistentes sociais partícipes no circuito do valor com sua *força de trabalho* disposta como mercadorias e sujeita às metamorfoses que a processam no universo da circulação. Elabora Marx (2010): quando um homem necessita de *demanda*, recomenda-lhe que pague alguém para lhe tomar suas mercadorias.

aproximações da matéria investigada nutrem-se de expectativas às dimensões e revelações empíricas, entre as quais:

a) Destaca-se a materialização das *demandas* para o trabalho do assistente social, gestadas nas particularidades da natureza da Instituição (institucionalização do trabalho) e com desdobramentos que refletem a incorporação das particularidades das políticas sociais e a proteção social, com as múltiplas segmentações e especificidades a que se inscrevem;

b) Reconhecimento e identificação de expressões da *questão social* que balizam a intervenção do Serviço Social institucionalizado, no esforço de viabilização do acesso à direitos sociais e cidadania dos diversos segmentos populacionais em situação de vulnerabilidade e risco social, assim como atividades de cunho preventivo.

c) Reconhecimento de requisições de *competência técnico-operativa (instrumentalizada)* e apreensão de demandas administrativas da Instituição e gestão e organização do trabalho coletivo, que perfazem os processos de trabalho;

5.3.1. Expressões da produção das *demandas*: refrações da *questão social* que se reproduzem na agenda socioprofissional

Inicialmente, interessa desvendar a *materialidades das demandas e competências*, tal como se apresentam no cotidiano, sintetizada pelos sujeitos. Notam-se expressões que caracterizam as *demandas* em fatores ou ações vinculadas aos segmentos da população e/ou indivíduos ou grupos, decorrente da vinculação a determinada política social, programa, serviços ou projeto que prioriza “problemáticas específicas” identificadas nas emergenciais situações de vulnerabilidade social e violação de direitos sociais e direitos humanos. Assim apreendem as demandas:

[...] diversos fatores: gravidez na adolescência, falta de acessibilidade (real) para os deficientes, distorção idade-série, drogas, trabalho infanto-juvenil, por negligência e abandono intelectual por parte dos pais, etc. (P5);

Abordagem Social especialmente nos grupos de maior vulnerabilidade como jovens dependentes químicos e etilistas, Plantão Social das Pessoas em Situação de Rua; (P06);

Atendimento às famílias de apenados...(P3); Atendimento a pessoas privadas de liberdade (P4); Reinserção social dos sujeitos privados de liberdade (P7);

Meninas em vulnerabilidade social onde as famílias estão sem regras e autoridade, totalmente desestruturadas (P10, P15); grupo de famílias, atendimentos individuais, visitas domiciliares (P1); Casos de abandono/negligência com idosos e pessoas com deficiências (P13)

[...] situação de violência especialmente contra crianças e deficientes; negligências de todo tipo, como abandono de incapaz, intelectual, de saúde, alimentos etc.(P6) Questões de vulnerabilidade social de renda, situações de negligência e/ou violência contra idosos, pessoas com deficiência, crianças e adolescentes (P9; P15; P12);,

Alcoolismo, Violência intrafamiliar (P18); Mulheres em situação de violência doméstica (P21); A pobreza (P25).

Pode-se constatar que a abordagem das demandas é facilitada pelo reconhecimento das expressões relativamente cotidianas que se *manifestam e definem a agenda sócio profissional* das/os assistentes sociais, por *extratos parciais e fragmentados* dos problemas multifacetados que os diversos segmentos da classe trabalhadora (indivíduos, famílias ou coletivo) enfrentam na luta pelas condições materiais de sobrevivência, reprodução e manifestação da vida.

Identifica-se que procedem heterogêneas situações que, comumente, entende-se como a matéria do trabalho dos assistentes sociais e expressões de seu objeto de trabalho – a *questão social*. Notadamente, expressões peculiares suscitam conexões com a totalidade e seu movimento mais amplo, que ancora o método dialético da pesquisa.

Também observa-se que as demandas assumem importância na descentralização da implantação e implementação das políticas sociais, no tripé da Seguridade Social¹³⁹, em contexto de reestruturação e requalificação da esfera pública, sendo que os servidores são alocados, de acordo com as diretrizes e níveis de proteção social. Nesse sentido, refere a respondente que atua na Política de Assistência Social – Proteção Social Básica:

Tendo em vista que a Proteção Social Básica atuo principalmente na prevenção de situações de risco, as **principais demandas** apresentadas no cotidiano do Assistente Social do CRAS em que atuo referem-se aos Benefícios Eventuais e assistenciais, informações e orientações, BPC, carteiras do idoso e passe livre além de serviços, programas e projetos para convivência e fortalecimento de vínculos para crianças, adolescentes, famílias, idosos e indivíduos em situações de vulnerabilidade social (P12).

Na afirmação de Netto (2001) a política social na sociedade capitalista constitui-se em *políticas sociais*, onde as sequelas da “questão social” são recortadas como problemáticas particulares. Nesse sentido, na prática, se manifestam na busca por acesso aos direitos sociais prescritos na regulação das políticas de saúde, educação, assistência social, habitação, como sintetizam os extratos que citam: “*demandas do desemprego, da busca por acesso às políticas de Saúde (médicos especialistas, exames especiais, atendimento psicológico); (falta de vagas nas escolas, creches, crianças em idade escolar fora da escola, infrequência escolar)*” (P11); “*falta de alimentos, vestuário, condições habitacionais (residências com a estrutura comprometida, sem banheiro, sem instalação elétrica e hidráulica)*” (P11, P15).

¹³⁹ LOS – Lei Orgânica da Saúde, regulamentada em 1990; LOPs – Lei Orgânica da Previdência Social, regulamentada em 1991; e LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social, regulamentada tardiamente em 1993

Articular possibilidades, fornecer subsídios aos usuários quanto ao acesso e uso do que a LOAS, SUAS, SUS disponibiliza (P8).

[...] participar da elaboração, coordenação e execução de campanhas educativas no campo da saúde pública, higiene, saneamento, educação; organizar atividades ocupacionais para crianças e adolescentes, idosos e desamparados (P12); Orientações na área da saúde/previdência/assistência social (P24).

Atribui-se visibilidade para algumas expressões que exponenciam necessidades originárias da experiência de pobreza, vulnerabilidades, exclusão da “classe subalterna”, no termo de Iazbek (2003) e Barroco (2006) e que são recorrentes no cotidiano dos assistentes sociais pesquisados, como identificam: *família, criança e adolescente em situação de risco, trabalho infanto-juvenil, abandono de crianças, inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência, idosos, juventude, mulheres, situações de violência, drogadição, negligência social, sujeitos privados de liberdade (encarceramento)*¹⁴⁰, *desemprego, adoecimento, etc..*

A “questão social” se expressa em suas refrações (NETTO, 2001) se constitui da precariedade do capitalismo (ALVES, 2007) e é a esfera da reprodução social que os indivíduos (sujeitos históricos) se organizam para produzir, numa dinâmica que gesta múltiplas relações nos processos sociais - que se articulam e são inseparáveis da dimensão política, econômica, cultural e perfazem a totalidade concreta.

Todavia, essas manifestações não limitam-se à região pesquisada, pois tratam-se de um conjunto crescente de expressões das desigualdades sociais, engendradas na sociedade de ordem social capitalista no cenário mundial e que fundamentam a *questão social* no bojo das transformações societárias. Nos termos de Iamamoto (2004, p. 28) “questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem”.

Nessa perspectiva de análise, entende-se que a apreensão estratificada, pelas refrações particulares da *questão social*¹⁴¹ sugere tendências que expressam as *determinações regulações* que incidem sobre o *cotidiano*¹⁴² desses profissionais, carregadas da

¹⁴⁰ As expressões convergem para os tradicionais recortes que se apresentam ao trabalho do Serviço Social, apresentados na análise de Iamamoto e Carvalho (2003) em que referem: acrescenta o trabalho do assistente social com pessoas com deficiência, idosos, pessoas privadas de liberdade, expressões de drogadição, violência intrafamiliar, violação de direitos humanos, etc.

¹⁴¹ Observa Netto (2001, p. 32) “há um processo particular: a intervenção estatal sobre a “questão social” se realiza, com as características que já anotamos, fragmentando-a e parcializando-a. E não pode ser de outro modo: tomar a questão social como problemática configuradora de uma totalidade processual específica é remetê-la concretamente à relação capital/trabalho – o que significa colocar em xeque a ordem burguesa”.

¹⁴² Marx e Engels (2000) incitam, na crítica à filosofia, a Tese à Feuerbach: “não basta interpretar o mundo de diferentes maneiras, é preciso transformá-lo”. Nesse sentido, a apreensão conceitual em Lefebvre (1991, p. 34) que observa que o conceito de cotidianidade provém da filosofia que o supera e “a crítica da vida cotidiana implica em concepções e apreciações em escala de conjunto social e não pode deixar de ligar-se a variáveis estratégicas: as estratégias de conhecimento e ação” e ao caracterizar a sociedade em que vivemos, gera a

multiplicidade de causas que operam para tais manifestações, também heterogêneas e complexas, como mostram estudos na área em Iamamoto e Carvalho (2003) mas que se revelam abrangentes na literatura especializada.

A fragmentação e individualização das demandas consiste em expressão peculiar da ordem social capitalista. Na abordagem de Barroco (2006, p. 86) “o Estado estabelece uma mediação ético-moral ente os indivíduos e a sociedade” e através de um discurso universalizante fragmenta as necessidades das classes trabalhadoras, transformando os seus direitos em benefícios, subordinando os indivíduos a várias formas de discriminação, despolitizando suas lutas e contribuindo para a reprodução de uma moralidade subalternizada e alienada. Nesse sentido, a individualização funciona como um vínculo social entre indivíduos e as instituições e a sociabilidade (dependência) e a alienação perpassa as várias esferas da vida social contribuindo para que a totalidade social seja fragmentada.

Comumente, essas determinações tornam-se a *força motriz* que desencadeia o movimento do *trabalho*, no sentido *lato* do termo e nos sentidos que o compõem na especialização do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho. No âmbito das políticas sociais tornam-se responsáveis pelo reconhecimento das demandas e, pelas condições institucionais, acionar suas capacidade ética e técnica para acolher e encaminhar soluções. Como refere Lefebvre (1991) a instancia da vida cotidiana, julga a sabedoria, o conhecimento e o poder – portanto, a esfera em que os profissionais se movimentam.

A cotidianidade é o campo privilegiado de reprodução da alienação (BARROCO, 2006), mas também espaços de objetivação, onde se adensam as tensões e antagonismos - limites e possibilidades da *autonomia*¹⁴³ - e a afirmação das alternativas, que supõem desvendar a realidade, articular a bagagem teórica, opção ética e a dimensão política das atividades que constituem o trabalho cotidiano.

A efetivação da autonomia é dependente da correlação de forças econômica, política, e cultural em nível societário e se expressa, de forma particular, nos distintos espaços ocupacionais, que envolvem relações com sujeitos sociais determinados: a instituição estatal (Poder executivo e Ministério Público, judiciário e legislativo); as empresas capitalistas; as organizações político-sindicais; as organizações privadas não lucrativas e as instancias públicas de controle democrático (Conselhos de Políticas e de Direitos, conferencias, fóruns e ouvidorias) que sofrem profundas transformações em tempo de capital fetiche (IAMAMOTO, 2008, p. 220).

cotidianidade (e a modernidade) que podemos tomar como fio condutor para conhecer a sociedade, situando no cotidiano global: o Estado, a técnica e a tecnicidade, a cultura (ou a decomposição da cultura) etc.

¹⁴³ Sobre a autonomia, além da conceituação de Marx (2011) incorpora-se as discussões de Iamamoto (2004; 2008). Para Iamamoto (2004) o assistente social dispõe de relativa autonomia que decorre da natureza desse tipo de especialização do trabalho e

Nesse contexto, Barroco (2006, p. 49) refere que “a atividade política implica projetos vinculados a ideias e valores de uma classe, estrato social ou de um grupo donde a vinculação com a ideologia como instrumento de luta política”. Iamamoto (2004, p. 99) sustenta que é preciso apropriar-se da dimensão criadora do trabalho, pois, “a dimensão política abre a possibilidade de neutralizar a alienação da atividade para o sujeito que realiza, embora não elimine a existência de processos de alienação que envolvem o trabalho assalariado”.

Reitera-se que as determinações históricas sustentam que o/a assistente social é chamado para atuar sobre áreas específicas de necessidades sociais que se segmentam a partir de critérios que se estabelecem, conforme o recorte de uma política social. A inserção profissional é fundante dos desafios para o enfrentamento da *questão social* no plano institucional, abrindo campos ou programas específicos e com segmentos específicos da população. Prefaciando o livro de Behring (2003), Francisco de Oliveira refere que sem os assistentes sociais a criação e invenção de direitos sociais no Brasil não teria conhecido os avanços que registra. Isso devido a intensa participação da categoria nos conselhos de defesa e promoção de direitos sociais.

Portanto é neste terreno de reprodução de riqueza e pobreza que se exponencia a *desigualdade social* e a regulamentação restritiva de acesso aos direitos sociais. Está posto um desafio legítimo ao Serviço Social no plano teórico e prático, ou seja, “o compromisso com a igualdade social” (NETTO, 2006). Os desafios profissionais exigem “compreensão do significado social da sua intervenção, e este significado só é inteligível se elucidarem as condições em que as relações sociais se processam” (NETTO, 2006 p.31).

Ter clareza das transformações societárias é pressuposto básico para incorporar, na teoria e na prática, o compromisso com a defesa de implementação de direitos, seja qual for sua designação. Para o projeto profissional do Serviço Social os desafios se tornam latentes na contemporaneidade. Um grande desafio ao projeto profissional do Serviço Social na luta pela garantia de direitos sociais está na própria *contradição da funcionalidade do Estado* contemporâneo, na medida em que a questão social está imbricada na ordem político-econômica vigente.

5.3.2. O *nexo* entre demandas e competências requeridas: centralidade na Lei de Regulamentação da profissão

Nesse sentido, organicamente à operacionalidade no campo prático, os profissionais apresentam *competências profissionais regularmente requeridas* – sejam encaminhamento de

providências, orientação social e atendimentos, planejamento coordenação - como as próprias demandas do trabalho cotidiano.

Tendo em vista que a Proteção Social Básica atua principalmente na prevenção de situações de risco, as principais *demandas* apresentadas no cotidiano do Assistente Social do CRAS em que atuo, referem-se aos Benefícios Eventuais e assistenciais, informações e orientações, BPC, carteiras do idoso e passe livre além de serviços, programas e projetos para convivência e fortalecimento de vínculos para crianças, adolescentes, famílias, idosos e indivíduos em situações de vulnerabilidade social (P12); [...] acompanhamento familiar do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF; assessoramento das demais ações relacionadas à política de assistência social (P9);

É resultante dessa perspectiva de apreensão da produção das *demandas*, o que se define historicamente, como *competências profissionais* - dispostas na Lei de Regulamentação – que supõe o sistema de *mediações* necessários para interlocuções com indivíduos ou grupos como possibilidade de traçar um direcionamento das ações escolhidas a partir da recepção das informações e situações concretas – algumas expressas em populações e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social¹⁴⁴.

Atendimentos individualizados voltados à orientação, informação, esclarecimentos e encaminhamentos; planejamento, coordenação e execução de atividades grupais tipificadas pelo Sistema Único de Assistência Social – SUAS; [...] acompanhamento familiar do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF; assessoramento das demais ações relacionadas à política de assistência social (P9); atendimento à população usuária: elaborar, coordenar e executar programas de capacitação de mão-de-obra e sua integração no mercado de trabalho; realizar entrevistas e avaliação social do público para fins de concessão de auxílios (P12); Trabalho direto com grupos sociais diversos: idosos, crianças, adolescentes, mulheres, gestantes, jovens. Encaminhamentos de BPC, Passe Livre, orientações, estudos sociais (P16); Orientação social a indivíduos e a grupos (P17);

Os dados possibilitam evidenciar o predomínio da necessidade de habilidades para realizar atendimentos e abordagens individuais, coordenação e planejamento e execução de atividades coletivas com os diversos segmentos (grupos sociais diversos: idosos, criança e adolescente, mulheres, gestantes, jovens), trabalho em equipes e redes, capacidade de comunicação oral e escrita, postura ética.

Encaminhamentos a Rede; programas de capacitação de mão-de-obra e sua integração no mercado de trabalho (P6);

¹⁴⁴ A vulnerabilidade e Risco Social reconhecida na visão de proteção social, está disposta na LOAS (Lei 8742/1993) e *risco pessoal* (introduzida na Lei 12435/2011 – que a altera) como indicadores para a prestação de serviços, execução de programas ou projetos e concessão de benefícios de prestação social básica ou especial dirigidos a famílias ou indivíduos. Nesse sentido, as entidades devem apresentar em seus programas e serviços sócioassistenciais a prevenção e intervenção sobre territórios de situações de vulnerabilidades e risco social e pessoal e, assim devem ser entendidas a partir das particularidades de contextos historio-sociais e diferentes áreas de atuação – incorpora-se aqui a atenção para a caracterização da região em que se pesquisa e a correlação com a inserção dos assistentes sociais na esfera pública municipal, que os desafia a inserção das políticas sociais.

Orientar o comportamento de grupos específicos de pessoas em face de problemas de habitação, saúde, higiene, educação, planejamento familiar e outros; promover, por meio de técnicas próprias e através de entrevistas, palestras, visitas em domicílios e outros meios, a prevenção ou solução de problemas sociais identificados entre grupos específicos de pessoas. Participar da elaboração, coordenação e execução de campanhas educativas no campo da saúde pública, higiene, saneamento, educação; organizar atividades ocupacionais para crianças e adolescentes, idosos e desamparados (P12)

Atuação na rede sócio assistencial, como profissional orientador e facilitador da garantia dos direitos dos sujeitos (P15);

Nessa perspectiva, a *caracterização das demandas* não dissocia da conexão com as *competências* requeridas aos profissionais para intervenções que levem respostas aos “problemas” que se apresentam na cotidianidade – nesse sentido, destaca-se os “atendimentos” como uma opção técnica imediata.

As bases da organização do trabalho do assistente social passam a ser essas expressões, introduzidas pelas *políticas sociais* segmentadas e que com diretrizes para atender “mínimos sociais” dos segmentos vulnerabilizados, assumindo respostas isoladas e emergenciais e/ou o movimento para atividades de cariz educativo e prevenção com indivíduos ou grupos em situação de riscos, o que não desfaz o caráter isolado das atividades desenvolvidas – que *impacta na imagem sócio ocupacional e no produto social* desse trabalho.

Inquiridos sobre as competências requisitadas, as respostas associam, de imediato, as disposições na Lei n.º 8.662/1993 - da regulamentação da profissão de assistente social – o que afirma que a lei não se limita a representação formal, mas assume centralidade na direção e respaldo para a intervenção, a partir da incorporação de suas disposições nas relações cotidianas.

De modo geral, desvendam-se elementos, como: *realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades; planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social para subsidiar ações profissionais - que dispõe o artigo 4º da lei.*

Possuem relevância as abordagens sobre o “*planejamento, elaboração e execução de projetos, programas e serviços*” (P16; P18) que, na disposição jurídica da profissão, constituem competência (art. 4º § II) e atribuições privativas (art. 5º § I; II). Identifica-se a centralidade de expressões que constituem-se nas definições das *atribuições privativas* (art. 5º da mesma lei), especialmente no que compreendem as *perícias técnicas, estudo social, elaboração de laudos, informações e pareceres* sobre a matéria de Serviço Social.

De modo mais específico no momento dedica-se a elaborar estudos/laudos sociais que integram os processos de avaliações (critério subjetivo) dos apenados com fins de obtenção de benefícios (progressão de regime, livramento condicional) durante o cumprimento da pena (P4); Elaboração de estudos, laudos, avaliações sociais para o Ministério Público, muitas vezes sem as condições, meios e instrumentos de trabalho adequados, dentro do nosso horário de trabalho e principalmente sem incentivo financeiro (P5);

Realização de Estudos e Perícias Sociais solicitadas pela Promotoria da Infância e Juventude, Judiciário da Infância e Juventude e Promotoria Regional da Educação (P6); [...] principais demandas são avaliações, a entrevista para avaliação social e a elaboração de laudos (P1, P07); Estudos sociais para a promotoria de justiça especializada, com prazo determinado (P13);

Estudos sociais, organização, planejamento e execução de projetos sociais e laudos técnicos (P16); Realização de laudos e pareceres sociais (P17); Estudo Social, parecer de concessão de benefícios eventuais, encaminhamento de BPC, elaboração e execução de projetos, programas e serviços (P18); Os instrumentos utilizados para dar conta do objetivo do atendimento social são: acolhimento, entrevista, observação, visita domiciliar, estudo social, parecer social, relatórios, encaminhamentos, dentre outros (P21).

Tais elementos refletem a utilização do instrumental técnico, pelo qual se processam as atividades e, em essência, conduzem a materialidade dos conhecimentos, apoiados na abstração do real, que espelham intencionalidade e condições de trabalho – ou seja, o instrumental depende substancialmente das condições objetivas e subjetivas para ser desenvolvido.

Convergem, no entanto, para a *instrumentalidade* do trabalho (GUERRA, 2000) no processo de atividades que possui dimensões de instrumental (PRATES, 2003; GUERRA, 2000) e para o campo das mediações que supõem a dialética entre o universal e o singular, desvendando os complexos sociais (PONTES, 2008, MARTINELLI, 1993) para a definição metodológica da intervenção no processo de trabalho em que se movimentam as/os assistentes sociais e precisam gerar respostas estratégicas de enfrentamento à *matéria* que o desafia.

Os dados contribuem para elucidar, com ênfase, as requisições de um perfil de profissionais com capacidade de mobilizar habilidades (saber fazer) e com atitudes (ser, comportamento) na perspectiva de desenvolvimento de rotinas de trabalho ou enfrentamento de problemas emergentes veiculadas e apresentadas pelos “usuários” ou “beneficiários” das políticas sociais, que incidem na entidade/instituição e que se transferem para a atenção do/a assistente social e o desafiam para a ação.

Martinelli (1993) afirma que as *mediações* são categorias instrumentais pelas quais se processa a operacionalização da ação profissional e que se expressam pelo conjunto de instrumentos, recursos, técnicas e estratégias pelas quais a ação profissional se concretiza

numa passagem de teoria para a prática e destaca que, na perspectiva materialista, alguns princípios são fundamentais na perspectiva de objetivar a prática:

Princípios do reconhecimento do ser social: o homem é um ser contraditório e complexo, parte de uma totalidade social;

Princípio da atividade: a prática social do homem, retrata seu mundo interior, expressa a unidade de sua consciência, onde se unem os fins, aspirações, conhecimentos do homem com o mundo material e ideal;

Princípio da sistematização: fenômenos devem ser encarado como um dado real, existente, concreto, devendo ser compreendido e revelado em sua condicionalidade material;

Princípio da totalidade: todo fenômeno é multidimensional e se estrutura em uma realidade complexa e é preciso penetrar neste complexo que expressa a realidade, para apreende-la enquanto totalidade composta por determinantes político, sociais, econômicos, culturais e históricos” (MARTINELLI 1993, p.139).

A esse respeito, tem sentido a reflexão sobre a configuração dos *processos de trabalho* e as condições humanas e técnicas para a impressão da profissionalidade do Serviço Social e a transformação de suas “matérias” em produtos - já dito por Iamamoto (2004) que tem sido por via dos serviços que atendem necessidades sociais e participação na reprodução da força de trabalho, como parte de um trabalho coletivo – e também tem uma objetividade que não é material, mas é social¹⁴⁵.

5.3.3. “Vazio no ser e no fazer da profissão” – captura para a racionalidade técnica quantitativa dos processos de trabalho

Diversas expressões dos pesquisados reiteram a ênfase aos aspectos da *dimensão técnico-operativa*, que consistem no uso de técnicas e instrumentos principiantes às demandas ao trabalho, conforme as particularidades dos espaços sócio-ocupacionais e que, naturalmente, se constituem numa totalidade de elementos econômicos, políticos e sociais, expressos na formalidade de planos, programas projetos, que sustentam a própria necessidade do trabalho para implementá-los.

Destacam-se as necessidades circunscritas à elaboração de estudos sociais, laudos, relatórios, o manejo e uso de técnicas de entrevista, avaliações e socialização de informações, visitas domiciliares, depoimentos e participação em audiências, etc. Os extratos descritos pelos participantes evidenciam os elementos sistematizados:

¹⁴⁵ “Como todo trabalho resulta em um produto, qual é o produto do trabalho do assistente social? Não dá para dizer que não tem ou “não se sabe” pois se assim fosse esse trabalho especializado não teria demanda” (IAMAMOTO, 2004, p. 66). Ou seja, a análise clássica do produto do trabalho do assistente social tem por base a teoria clássica, na tradição marxista, da criação dos produtos – inscrito na criação de valor.

Elaboração de estudo social, relatórios, parecer social, participação em audiências (P1);
 Muitas visitas domiciliares: realizar visitas domiciliares para averiguar quanto a Denúncias [...]e responder ao Departamento dos Recursos Humanos; Visitas Domiciliares conjuntamente com o Conselho Tutelar; Acompanhamento das condicionalidades do PETI (P6);
 [...] audiências para assistir aos encaminhamentos, inclusive intimação como testemunha de acusação; solicitação de Estudo Social e Parecer pelo MP e JIJ (P6; P9).
 Estudos sociais para a promotoria de justiça especializada, com prazo determinado (P13);
 Avaliação social para o reconhecimento do direito ao Benefício de Prestação Continuada à Pessoa com Deficiência; socialização das informações previdenciárias e assistenciais (P17).

É possível abstrair que as expressões dos pesquisados indicam elementos e componentes constitutivos das *políticas sociais* e das demandas operativas que salvaguardam demandas para essa especialidade na divisão social e técnica do trabalho. Ou seja, está para o assistente social um conjunto de atividades que perfazem suas particularidades de atuação enquanto profissão, respaldada na regulamentação profissional específica e, por meio do reconhecimento no grupo brasileiro de ocupações regulamentadas e de nível superior, para atuar nas áreas de atividades racionalizadas para o mercado. Nesse sentido a CBO (2002) estabelece as características para o exercício dessa ocupação e, resguarda a atenção para as transformações ocorridas na ordem social, que implicam alterações estruturais no mercado de trabalho, redefinindo diretamente a vinculação e funções pelas quais são requisitadas as ocupações.

Vê-se, no entanto, com base na concepção subscrita nos capítulos anteriores sobre a incorporação da *política social* para a responsabilidade estatal (NETTO, 2001; VIEIRA, 1992; TELLES, 2006) que metamorfoseiam-se as *demandas* de forma indissociável das mudanças que ocorrem no cotidiano do trabalho e que se desenvolvem na correlação de forças entre a realidade objetiva que expressa suas mazelas e as condicionalidades impostas para sobre ela intervir. Assim, a tendência imanente, fortalece a *racionalidade instrumental* que também racionaliza as necessidades sociais, burocratizadas no aparato jurídico estatal, que tende a determinar as condicionalidades para a participação das classes subalternas no acesso a bens e serviços.

Nesse liame, que veicula tensão e contradição, se movimentam os assistentes sociais. O relato explicita a inquietação desse profissional com os aspectos quantitativos e valores do trabalho no cotidiano profissional:

[...] percebo que o trabalho que exerço acaba por contribuir, em parte, para a **afirmação do neoliberalismo**, pois não transforma e nem proporciona reflexão nem reintegração social. Neste sentido, nosso trabalho (avaliações sociais e laudos) é

vista basicamente pela **quantidade**, proporcionando assim a **sensação de um “vazio” no ser e fazer de nossa profissão** (P7).

As percepções permitem salientar a dimensão reprodutiva dos valores conservadores da ordem social capitalista, abstraída da cotidianidade. O “fazer” e o “ser” são absorvidos pela lógica reprodutiva do capital e nivelados aos objetivos que a sustentam, por meio das interlocuções nas instancias reprodutivas dessa ordem e, desse modo, alienam os trabalhadores de seus resultados e produtos – assim, a percepção do “vazio”. Considerando a organização do trabalho capitalista e os laços entre produção e instancias de reprodução social, Alves (2007) sustenta a “captura” da subjetividade do trabalhador nas condições sócio-técnicas do toyotismo, na sociabilidade neoliberal.

Em face das metamorfoses das *demandas* articulam-se as definições das necessidades dessa *força de trabalho* nos espaços da esfera estatal, privada ou da sociedade civil - um terreno ambíguo, já apresentado anteriormente – que tende a identificar a *imagem social* da profissão, a partir da caracterização da política, programa ou serviço onde se insere e de onde manifesta, nem sempre convergente com a imagem instituída nos valores e princípios ético-político de natureza crítica e transformadora.

As expressões dos pesquisados situam a tendencial “demanda de mercado” burocratizada para um profissional operativo e técnico-normativo nos processos de trabalho, onde imbricam as questões de seu compromisso ético-político e qualidade dos serviços¹⁴⁶. Iamamoto (2009) aponta a burocracia como um dos elementos que incidem sobre o trabalho realizado no âmbito do aparelho do Estado. Para a autora, a burocracia é guardada pela hierarquia, pelo caráter fechado e o culto à autoridade, que constitui a mentalidade burocrática, em contradição com o sistema de saber.

Sobretudo, na medida em que ampliam-se exigências sobre o exercício e ações cotidianas, faz-se eminente alicerçar a finalidade do trabalho a partir do acúmulo teórico e prático da profissão.

¹⁴⁶ Em complementação aos conceitos já apresentados, busca-se a contribuição de Iamamoto e Carvalho (2003, p. 91-92) em que conceituam os Serviços sociais como expressão de direitos sociais e garantias conquistadas – “Os serviços sociais são uma expressão concreta dos direitos sociais do cidadão, embora sejam efetivamente dirigidos aqueles que participam do produto social, por intermédio da cessão de seu trabalho”. “Os diversos serviços sociais previstos em políticas sociais específicas são a expressão da conquista da classe trabalhadora em sua luta por melhores condições de trabalho e de vida, que são consubstanciadas e ratificadas através da legislação social e trabalhista”. Tais reivindicações, ao serem absorvidas pelo Estado e pela classe patronal, através de suas organizações privadas, passam a ser devolvidas aos trabalhadores sob formas de benefícios indiretos, organizados e centralizados em instituições assistenciais e, agora outorgado mediante estrutura burocratizada, sob controle do Estado.

Apesar de reconhecermos o Serviço Social como uma disciplina interventiva e, conseqüentemente, ser impossível negar a importância de um conjunto de estratégias que deem conta deste processo de intervenção, é preciso demarcar que na perspectiva dialético-crítica a centralidade é atribuída à finalidade e não ao instrumental em si (PRATES 2003, p. 01).

O conjunto de mecanismos de quantificação instituídos e colocados enquanto meios de afirmação do trabalho e de si mesmo pelo trabalho, faz parte da racionalidade (produtivista) hegemônica dos processos de trabalho, nas clivagens da reprodução capitalista. A organização do trabalho pela modernização do Estado - evocado pelo receituário de ajuste neoliberal - reflete a instabilidade econômica e restrição das conquistas democráticas (POCHMANN, 2010) bem como acentua o cariz das relações flexíveis, vulnerabilização das condições do trabalho coletivo, restrição de direitos e objetificação do pensamento – características que adequadas às tendências expansivas do Capital.

Não obstante, a organização do trabalho, marcada pela *reestruturação produtiva*, passa a exercer domínio sobre os trabalhadores das diversas ocupações, abstraindo suas subjetividades, e que não é diferente para os assistentes sociais, caracterizando as condições adversas que impactam sobre a vida social dos indivíduos. Alves (2011) vem utilizando a expressão “captura” da subjetividade do trabalhador para caracterizar um novo e intenso nexo psicofísico da produção capitalista que se torna mais intensa a unidade entre ação e pensamento na produção capitalista.

5.3.4. A Direção social das demandas e a direção social estratégica da profissão: limites à materialização do projeto ético-político

O posicionamento político-crítico dos assistentes sociais tem um campo definido no Código de ética profissional que, desde a década de 1990, passa a ser uma referência dos encaminhamentos práticos, em face das políticas neoliberais e as condicionalidades para que o conjunto de trabalhadores acessem seus direitos. Na contracorrente da conjuntura e no cenário que se inscrevem, o processo de materialização do *projeto profissional* não ocorre sem contradições, tensões e antagonismos, desde a fundamentação teórico-metodológica à dimensão técnico-operativa, como assinala a própria trajetória de institucionalização da profissão.

A consolidação do projeto ético-político profissional que vem sendo construído requer remar na contracorrente, andar no contravento, aliando forças que impulsionem mudanças na rota dos ventos e das marés na vida em sociedade (IAMAMOTO, 2004, p. 141).

Importante salientar que o projeto profissional se vincula a projetos societários em transformação e que realiza-se nessa dinâmica em que se processam as contradições e disputas, com efeitos à produção e reprodução no universo do trabalho. No tensionamento das relações na esfera da produção social – sociedade civil e Estado - impõem-se exigências e requisições que demandam *mediações* com os setores mais vulneráveis, subalternos e sujeitos vítimas da desigualdade social. Reeditam-se, cotidianamente, dilemas éticos e técnicos presentes nas contradições historicamente enraizadas na constituição da profissão e nas estratégias de respostas às expressões da questão social, concernentes à intervenção mediadora no campo das políticas sociais e ação estatal reguladora na vida social.

Impõe-se desafios de preservar conquistas históricas e materializá-las no cotidiano de trabalho. As expressões, oriundas de experiências de profissionais na realidade concreta, vem mostrando que se exige consolidar um amplo campo de *mediações* e determinações entre as bases históricas, teórico-metodológicas, da ética crítica (acumulada nos códigos de ética profissionais de 1986 e 1993), das dimensões políticas e técnico-operativas e o processamento do trabalho nas condições postas no mercado de trabalho. As exigências emergentes (e historicizadas) no período recente, tendem a sedimentar o *significado social do trabalho* do Serviço Social e a revelar a profissão também sedimentada e burocratizada.

O projeto ético-político reconhece a liberdade como calor ético central, o que implica nortear o trabalho para a abstração das demandas políticas a ela inerentes, como a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais. Afirma a defesa intransigente dos direitos humanos, do aprofundamento da democracia nas várias dimensões da vida em sociedade e aprofundamentos de princípios democráticos, o que implica o posicionamento profissional em favor destes, bem como a articulação com outros movimentos de outras categorias que partilhem desses princípios. Nesse sentido, coloca-se a perspectiva ética e política de defesa do acesso da população aos direitos sociais instituídos e a ampliação, por meio do reconhecimento de necessidades sociais, a partir do modo de vida dos indivíduos¹⁴⁷.

Como refere um dos participantes, considerando o contexto em que se encontra o processo de implementação das políticas sociais (cita a política de assistência social) “*a atuação do profissional assistente social acaba por se tornar o grande eixo estruturador*

¹⁴⁷ “Colocar os direitos sociais como foco do trabalho profissional é defendê-los tanto em sua normatividade legal, quanto traduzi-los praticamente, viabilizando a sua efetivação social. Essa é uma das frentes de luta que move os assistentes sociais nas microatuações cotidianas que compõem o seu trabalho. Os princípios constantes no código de ética são focos que vão iluminando os caminhos a serem trilhados, a partir de alguns compromissos fundamentais acordados e assumidos coletivamente pela categoria” (IAMAMOTO, 2004, p. 78).

desta política pública; todas as ações estão voltadas ao trabalho do assistente social, e conseqüentemente as responsabilidades também (P9).

Reafirma-se que o assistente social é um agente protagonista nas intermediações de implementação das políticas sociais, pois, centraliza conhecimentos, informações e a dinâmica processual para o reconhecimento, abstração heurística e “encaminhamentos” das demandas em nível institucional – onde reside sua autonomia relativa¹⁴⁸ no trabalho.

Logo, em potencial, contribui para a melhoria da qualidade dos serviços, também princípio ético da profissão. Faz-se contundente articular com os dados da pesquisa de Yamamoto (2008, p.262) em que observa: “na ótica da demanda, situam o assistente social como o agente profissional de “linha de frente” nas relações entre os organismos institucionais e a população que demanda os serviços.

Todavia, o desafio das *mediações* supõe que reconheçam os vínculos na relação de totalidade e particularidade, com vistas a intervenções conseqüentes aos usuários e na *direção social* da profissão. Requer análises para desvendar a realidade, criatividade para vislumbrar alternativas de trabalho e renovação constante das habilidades para utilizar diferentes recursos e técnicas em suas mediações. Para Prates (2003) a simples distribuição do recurso não caracteriza uma intervenção profissional, existem situações em que é necessária a utilização de diversos recursos, e não dispensa o profissional de estabelecer vínculos, provocar reflexões, realizar mediações ou o apoio social.

No cenário em que ordem democrática envolve a representação do interesse coletivo na esfera pública¹⁴⁹, o assistente social protagoniza a veiculação dos interesses da classe trabalhadora e dos direitos humanos no compromisso firmado/motivado nos princípios que fundam o seu projeto profissional. Nesse sentido, o profissional faz-se sujeito ativo nos espaços de decisão política, onde se estabelecem as mediações sociopolíticas dos interesses distintos. Instaura-se o desafio do posicionamento ético para a condução dos interesses dos usuários, reconhecendo-os como sujeitos de valores, de interesses legítimos e na perspectiva de preservar e ampliar os direitos sociais coletivamente já conquistados.

A representação de interesses coletivos, supõe que, inerente ao trabalho das/dos assistentes sociais, articulam-se exigências crescentes para a apresentação das demandas e a defesa dos interesses do conjunto de trabalhadores. Para Raichelis (2011, p. 432) representar

¹⁴⁸ Sobre autonomia relativa, refere-se a formulação de Yamamoto (2004; 2008).

¹⁴⁹ A concepção de esfera pública é incorporada a análise no contexto da exposição de Raichelis (2011, p. 27-28) “a concepção de esfera pública baseia-se na ideia de que sua constituição é parte integrante do processo de democratização, pela via do fortalecimento do Estado e da sociedade civil, expresso fundamentalmente pela inscrição dos interesses da maioria nos processos de decisão política.

interesses coletivos “implica a constituição de sujeitos sociais ativos, que se apresentam na cena política a partir da qualificação de demandas coletivas, em relação às quais exercem papel de mediadores”.

Cabe considerar que a ação e posicionamento de mediar as demandas coletivas, não suprime as preferências teóricas, éticas e ideológicas concernentes à heterogeneidade presente no conjunto da categoria e que, salvaguarda o *pluralismo* como elemento constitutivo da profissão¹⁵⁰.

Todavia, as contradições que se originam nas relações sociais de produção e reprodução social, tornam o trabalho do Serviço Social substancial, numa perspectiva histórica que o colocam entre as demandas da população (caracterizadas em metamorfoseadas expressões de necessidade sociais e humanas) e o caráter regulador, seletivo, no crivo de critérios de políticas sociais institucionais.

Isso não significa, porém, que o Serviço Social se dedique exclusivamente à parcela mais miserável da sociedade. Significa, outrossim, que o Serviço Social se dedica prioritariamente à parcela mais carente e problemática da população que tem acesso ao equipamento social e assistencial, entendido este em sua diversidade e características próprias (CARVALHO e IAMAMOTO 2003 p. 311)

Considerando os princípios ideológicos do projeto ético-político que norteiam a formação e trabalho do Serviço Social, as demandas emergentes nas manifestações da desigualdade social, configuram direitos instituídos, que, entre outras, requisitam apoio institucional, condições materiais e técnicas de trabalho, profissionais e equipes multiprofissionais fortalecidas para intervir na defesa e universalização dos direitos sociais, consolidação da cidadania e acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais.

Cabe considerar que, a expansão dos serviços é indissociável da expansão das políticas sociais na ordem social capitalista – e sua utilidade não termina em si mesmo - são demandatárias de *força de trabalho* para a constituição de um corpo profissional de diversos atores sociais.

O *processo de trabalho* inscreve a profissionalidade e a função social de cada ocupação como força produtiva e atribui visibilidade ao conjunto das ações realizadas. O profissional do Serviço Social se coloca na mediação necessária, por meio das políticas sociais e padrões de proteção social para o enfrentamento das configurações da questão social, contudo, essas

¹⁵⁰ Sobre o pluralismo, refere-se a abordagem de Netto (1999, p.96) a categoria é um campo de tensões e lutas e, a afirmação, dentro dela, de um projeto profissional não suprime as divergências e contradições.

estratégias não esgotam o *significado social da profissão*, embora sejam componentes essenciais que abrem espaços de trabalho na perspectiva de intervenção do Estado.

As comunicações da pesquisa mostram que, no âmbito da *gestão e organização do trabalho*, nos serviços e/ou setores em que se inserem os assistentes sociais, o Serviço Social desenvolve um constante movimento no conjunto do trabalho coletivo, na medida em que acompanha e participa dos *processos internos* e interage substancialmente com *elementos externos* (sociedade), os quais se articulam aos processos, de acordo com seus interesses.

As *demandas*, nesse âmbito, são concernentes ao desafio da organização de processos administrativos burocráticos, organização e gestão do próprio trabalho coletivo, nos quais participam diferentes agentes sociais e que se destacam a implementação das políticas sociais, programas e serviços e a operacionalização técnica, mediatizada entre organizações públicas, privadas e sociedade civil.

Nesse contexto, é importante salientar que, como resultado das medidas de ajuste estrutural, como resposta à crise da economia, adensadas pela privatização e reformas, muitos serviços públicos foram transferidos para os grupos privados e sociedade civil (MONTAÑO, 2002; RAICHELIS, 2011) e se estabelecem entre a defesa dos direitos sociais universais, a mercantilização e refilantropização do atendimento às necessidades sociais (IAMAMOTO, 2009). Logo, na espécie de mercado de trabalho, ganham sentidos as propostas de *flexibilização e desregulamentação do Estado*, com tendências de aprofundamento das diferentes formas de *precarização do trabalho*, crescimento do desemprego e ampliação do mercado informal, visto como uma perspectiva de solução da crise – veio do projeto neoliberal.

Para fins da abstração do trabalho da/o assistente social (nessa investigação) não se considera a diferença da natureza institucional a qual pertencem, seja pública, privada ou da sociedade civil, mas tão somente os conteúdos expressos que caracterizam, em geral, particularidades do trabalho que vem sendo realizado e repercussões das transformações que a incidem.

Importante apreender que a combinação entre políticas sociais e interesses privados se expandiram, representando mudanças circunscritas na interação Estado e o mercado que atravessam a intersecção entre público e privado e, por consequência, repercutem nas intermediações dos profissionais adscritos a esses processos de trabalho, de forma influente e dinâmica, embora nem sempre com interesses convergentes.

No crescimento e complexidade em que a sociedade se desenvolve, organiza serviços para emitir respostas institucionais às demandas da população que imbricam interesses e

definições operacionais de forma que articula a esfera pública às organizações da sociedade. As transformações no plano da esfera privada vêm exigindo engajamento e ações sociais, ao difundir a ideia de participação pela “responsabilidade social” – que consiste em associar os seus produtos ou a empresa a um conjunto de valores favoráveis à *cidadania* – relativizando os antagonismos entre interesses privados e compromissos públicos.

Também, a tendência do crescimento do “terceiro setor”, particularmente nas Organizações não-governamentais (ONGs), que reforçam a ampliação da participação da sociedade civil, com um conjunto de políticas e instituições que assumem o compromisso com serviços e ações para enfrentamento de *expressões da questão social*, com recursos financiados pelo Estado¹⁵¹ - Faz parte da modernização estatal, conforme discussões citadas nesse estudo, a partir de Behring (2003; 2011).

No crivo dos processos de trabalho - que combinam planejamento estratégico de organização e gestão para atender as necessidades sociais – a/o assistente social subordina-se ao movimento de organização interna do processo produtivo¹⁵², de modo que suas atribuições variam conforme as necessidades desse processo e as prioridades estabelecidas pelos interesses políticos mais imediatos nos espaços locais¹⁵³. Nesse sentido, Iamamoto (2009) destaca que os projetos partidários e político-institucionais convivem em disputas no seu interior - e que tendem a interferir nas conquistas históricas do Serviço Social. Nesse sentido, Silva (2010) identifica essas disputas repercutem em limitações diretas e indiretas para a materialização dos princípios do projeto ético-político, à medida que as divergências, expressas na subordinação, interferem nas conquistas históricas do trabalho e não convergem aos valores da *direção social* estratégica da profissão.

¹⁵¹ Interessa referir que o processamento das políticas sociais tende a articular e combinar estratégias de intervenção entre esfera pública estatal e sociedade civil. Não se pretende análises e aprofundamentos sobre a questão do terceiro setor, tendo em vista a caracterização dos participantes da pesquisa, predominantemente, se inserirem na esfera estatal pública. Contudo, vale considerar estudos de Montañó (2002) que se refere ao Terceiro Setor e Questão Social, e efeitos para o trabalho do Serviço Social nesses espaços.

¹⁵² Importante a observação de Iamamoto e Carvalho (2003, p.86): “Embora a profissão não se dedique, preferencialmente, ao desempenho de funções diretamente produtivas, podendo ser, em geral, caracterizada como um trabalho improdutivo, figurando entre os falsos custos de produção, participa, ao lado de outras profissões, da tarefa de implementação de condições necessárias ao processo de reprodução no seu conjunto, integrada como está à divisão social e técnica do trabalho. A produção e reprodução capitalista inclui, também, uma gama de atividades que, não sendo diretamente produtivas, são indispensáveis ou facilitadoras do movimento do capital”.

¹⁵³ Reflexões da Dissertação de Mestrado mostraram que “os interesses político-partidários presentes nos espaços públicos estatais de âmbito municipal (resultados da pesquisa de campo) indicam que as estruturas institucionais estão permeadas de interesse, que são constitutivos de projetos distintos que se movimentam nesses espaços e, não significa harmonia em seus valores e teleologia” – e cito um participante daquela pesquisa: “Aqui como é uma Instituição pública, ela tem essa questão do paternalismo ainda muito enraizada na sua estrutura. [...] a estrutura como um todo da instituição está viciada no sentido da reprodução de modelos para manutenção de interesses políticos partidários, o que compromete seriamente a mudança” (P8) (SILVA, 2010, p. 103-104).

Como refere a participante: “*é preciso capacidade de análise crítica e propositiva dos processos e relações sociais e discernimento entre as demandas a serem atendidas*” (P8). Exige-se a aplicação de critérios de seletividade de demandas para os serviços, donde o assistente social é o receptor primário: “*discernimento entre demandas a serem atendidas das necessidades básicas*” (P8). As percepções implicam o confronto dos princípios profissionais e valores da modernização (conservadora) do Estado, na perspectiva da *racionalidade técnica e restritiva*, como estratégia governamental de intervenção nas relações sociais que perpassam as orientações para operacionalizar.

A divisão social do trabalho transfere funções importantes na dinâmica interna e externa, diretas ou indiretas à/os assistentes sociais - que correspondem aos anseios da *reestruturação produtiva* - que incidem sobre as políticas sociais, especialmente, a partir da década de 1990.

Minha maior demanda é com a relação ao efetivo acompanhamento que devo ter quanto a legislação e organização do trabalho [...] que muda constantemente (P2); Atualização de legislações e procedimentos multiprofissionais (P14); Parte burocrática, documentação legal do CRAS (P16);

Na *dinâmica interna*, lhes é atribuída coordenações e/ou atividades em funções administrativas. Os requisitos exigem *habilidades* diversas: pro-atividade (iniciativa, dinamismo, agilidade), capacidade de liderança e visão (motivação, empatia, criatividade, ética, compromisso, resolução de conflitos), conhecimentos em informática, habilidade para trabalho em equipes e grupos - que abarcam necessidade de coordenar reuniões regulares, sejam departamentais (para promover funções de gestão) ou gerais, para promover linhas de operacionalização, planejamento e organização de atividades e projetos, programas, serviços e/ou estratégias de intervenção - capacidade de comunicação com boa oratória para proferir palestras.

Evidencia-se, o entanto, determinações convergentes à etapa do *toyotismo*, na medida em que as expressões assumem características das mudanças nos processos de trabalho, relativas às estratégias organicamente articuladas à reprodução dos interesses de exploração do trabalho. Recorre-se a Alves (2011, p.49) para apreender tais manifestações como captura da subjetividade, peculiar ao espírito do toyotismo, que instaura o “engajamento estimulado” do trabalho, principalmente do trabalhador central, o assalariado estável. Embora o autor trata de peculiares relações no processo de produção, faz-se análogas aos dados que referem a necessidade de fluidez e flexibilidade nos processos de trabalho das/os assistentes sociais¹⁵⁴.

¹⁵⁴ “O espírito do toyotismo está inscrito, por exemplo, no discurso da nova pedagogia que traduz em seu léxico elementos do novo nexos psicofísico (saber-fazer, saber usar e saber comunicar). Exige-se, deste modo, um novo nexos psicofísico do trabalho pelo qual o indivíduo é educado para atuar competitivamente” (ALVES, 2011, p. 114).

Na *dinâmica externa*, atribuem visibilidade para demandas que exigem participação constante (intensas) em atividades externas (reuniões, palestras, conferências, plenárias) de conselhos e Programas - eventos e representação de interesses institucionais em órgãos/entidades públicos ou da sociedade civil que funcionam como mecanismos para a implementação de políticas sociais, serviços ou programas, respectivos a responsabilidade pública de cada um. Nesse contexto, reitera-se a peculiar condição de intensificação do trabalho e a reprodução do engajamento aos segmentos distintos que compõem os processos de trabalho.

Os pesquisados ilustram necessidades que se fazem necessárias no universo dos processos de trabalho: “*representações que hoje, se fazem necessárias: conselhos, comitês, grupos gestores, etc. (P2); Assessoramento e atuação junto aos conselhos de direitos (Assistência Social, da Criança e do Adolescente, da Habitação) (P9)*”. As expressões ilustram a sistematização apresentada:

Reuniões com a rede de proteção, participação em *conselhos de direitos*, elaboração de plano familiar e individual de atendimento, acolhimento e encaminhamentos (P1);

Outra questão são as representações que hoje, se fazem necessárias: conselhos, comitês, grupos gestores, etc.(P2)

Agilidade, determinação, responsabilidade, sigilo, ética, empatia (P3);

Compete-me participar efetivamente da equipe técnica da Secretaria; participar de todas as atividades (reuniões, palestras, conferências, plenárias) dos *Conselhos de Direitos* e Programas Municipais que represento a Secretaria (P05);

Criatividade, dinamismo, capacidade reflexiva, crítica e analítica, agilidade, ser propositiva, ter organização e acima de tudo, ter comprometimento com a garantia de acesso aos direitos dos usuários (P9);

Trabalhar em equipe. Apoiar a equipe ESF (P14); Iniciativa, dinamismo, boa capacidade de argumentação, bom atendimento ao público, conhecimento técnico e teórico, etc.(P23).

A *gestão do trabalho*¹⁵⁵ tem centralidade na consolidação e implementação das *políticas sociais* e desdobramentos para o enfrentamento das especificidades emergentes em cada área ou serviço. Cabe ressaltar a emergência da atribuição para a participação em Conselhos de Direitos (em âmbito municipal) que, mesmo não sendo exclusivos da área, configuram espaços de debate e participação política destacada para as/os assistentes sociais, no que tange a análise, emissão de propostas e qualificação das políticas sociais.

¹⁵⁵ Segundo o CFESS (2009) na gestão do trabalho situam-se as competências e atribuições que contemplam três dimensões: as atividades exercidas pelos trabalhadores, as condições materiais, institucionais, físicas e financeiras e os meios e instrumentos necessários ao exercício.

Pode-se refletir que estes configuram espaços oportunos para materializar a defesa dos direitos sociais e ampliação desses, respondendo à competência crítica que sugere o projeto ético-político. No âmbito das políticas sociais de proteção social, a criação dos Conselhos é uma conquista para o aprofundamento do processo democrático e conta com a participação do Serviço Social, desde sua gênese. Contudo, Raichelis (2011, p. 132) observa que essa construção (dos conselhos) ainda tem como desafio, “o debate acerca de seu significado e das potencialidades para fazer avançar a gestão democrática no campo das políticas públicas”.

Nessa investigação, ganham relevâncias as tendências que impõem aos profissionais atribuições que exigem *competências e habilidades* para assumir responsabilidades em desdobramentos da iniciativa, participação, decisão, ação e avaliação em diferentes frentes de trabalho. Das estratégias administrativas de financiamentos, escamoteiam constante demandas que requerem *desenvolvimento de pesquisas, boa capacidade de argumentação, avaliações e relatórios, conhecimento técnico e teórico, etc.* (P23).

A pesquisa mostra a *importância da pesquisa* como subsídios para elaboração de propostas de trabalho: Evidencia-se o requisito de capacidade investigativa, de análise da realidade, de leitura do contexto histórico-social, articulando universalidade, particularidade e singularidade¹⁵⁶, reconhecimento da unidade teoria-prática e posicionamento ético-político acerca da compreensão de situações, relações e significados desvendados nos processos sociais e fenômenos.

Levantamento e análise de dados de pesquisas (P1; P19);
 Conhecimentos em informática, principalmente o uso de planilhas e análise de dados estatísticos, análises socioeconômicas, parecer social e resolução de conflitos (P19);
 Coordenar levantamento de dados para identificar problemas sociais de grupos específicos de pessoas, como crianças e adolescentes, migrantes, estudantes da rede escolar municipal portadores de deficiência, idosos, entre outros; realizar entrevistas e avaliação social do público para fins de concessão de auxílios (P12);

Emana a responsabilidade ética, da qual e sobre os seus fundamentos derivam originariamente, a *direção social* implicitamente compreendida e erigida no movimento de mediações, decisões e operacionalização de técnicas de abordagem singulares e/ou coletivas, na gênese de processos sociais, que revelam interesses contraditórios e antagônicos, em relações ambíguas, entre a subalternidade e discursos emancipatórios.

A necessidade de elaboração de projetos sociais é constante e consiste em uma requisição nos diferentes espaços:

¹⁵⁶ O homem percebe os objetos no horizonte de um determinado todo, nem sempre expresso e percebido explicitamente. “Cada objeto percebido, observado ou elaborado pelo homem é parte de um todo, e precisamente este todo não percebido explicitamente é a luz que ilumina e revela o objeto singular, observado em sua singularidade e no seu significado” (KOSIK 2002, p. 31).

[...] elaboração de projetos sociais para captação de recursos (P8); pesquisas e acesso a editais para inscrição de projetos (elaboração, discussão de critérios e documentação exigida) (P19); [...]elaboração de relatórios para os órgãos competentes, participação e representação em órgãos de atuação social (P23).

As reflexões possibilitam compreender que o domínio da cultura da Instituição e/ou organização/entidade é substancial para estabelecer a organização do próprio trabalho e contribuir com a gestão e organização do trabalho coletivo, dos diferentes agentes partícipes do mesmo processo de trabalho. Os mecanismos da organização administrativa, da gestão da informação e gestão de serviços e programas implicam em contar com recursos humanos com capacidade intelectual e instrumentalização das técnicas com iniciativa, capacidade resolutive, de articulação, engajamento coletivo, discursos altruístas, sintonia com as mudanças e formação/qualificação continuada sobre os conteúdos do trabalho.

Pode-se inferir que, na lógica da reestruturação produtiva, os mecanismos administrativos e de “mercado” vigentes tendem a criar desafios contínuos para que profissionais sintam-se motivados e proativos, com maior participação nos processos de gestão, tomadas de decisões e problemas relacionados a recursos financeiros.

Entre outros aspectos, requer motivação, domínio de conhecimentos multidisciplinares, de conteúdos administrativos e organizacionais, e, por consequência, qualificação e atualização permanente, independente da organização a que se vinculam. Evidencia-se um contexto favorável para que os assistentes sociais assumam rotinas administrativas, muitas vezes vistos como “assistentes administrativos” em seus espaços de trabalho, o que corrobora com a desqualificação da profissionalidade e princípios ético-políticos originários do seu projeto profissional.

A reestruturação produtiva imprime a cultura corporativa e participativa na organização do trabalho. Empreende-se a promoção de um *ethos* do trabalho que requer a execução de atividades com empenho individual, desde os métodos de gestão a operacionalização no cotidiano miúdo do trabalho e tende ao nivelamento de profissionais, para que a rotatividade não implique em perdas ou interrupção de planos e ações. Como diz Alves (2011, p.113) “a constituição de equipes de trabalho e a empresa em rede são manifestações concretas deste novo trabalhador coletivo como força produtiva do capital”.

A participação no circuito do *valor*, ampliam-se os *aspectos quantitativos* do trabalho e torna-se necessário que essa força de trabalho tenha capacidade de expressar e realizar valores de uso, que se incorporam aos *produtos do trabalho* e se voltam para o atendimento de necessidades humanas – *trabalho abstrato* que se materializa na constituição do trabalho como mercadoria - mas que não altera o padrão de valorização dessa força de trabalho. Na

teoria de Marx (2010, p.409) sobre o mais-valor relativo do produto – pelo qual o capital se reproduz – assinala que “a maior parte representa o sobretrabalho e a menor, trabalho necessário”.

A condicionalidade material é indispensável para adentrar no complexo que expressa a realidade. Os “sensos e consensos de crise” vem sendo utilizados para justificar, no coletivo do trabalho, a redução de custos, precariedade das condições de trabalho (baixos salários, restrição de quadro de profissionais, falta de disponibilidade de equipamentos) de modo que, por adesão voluntária, os profissionais incluam seus esforços individuais e coletivos, continuamente – fundamentos do sobretrabalho em Marx (2010). Na acepção de captura da subjetividade (ALVES, 2011), pode-se traduzir como mecanismos de coerção, consentimento e manipulação que ocorre no local de trabalho e instancias socio-reprodutivas.

A *direção social do mercado* de trabalho incita a eficiência técnica para responder as demandas em função de seus interesses – exigências da modernização - desdobrando-se em exigências e requisições tecnicistas, pragmáticas e voluntaristas – que capturam a subjetividade dos trabalhadores e é potencial para restringir as possibilidades de imprimir na prática, uma dimensão teórico-metodológica e ético-política da profissão.

É relevante afirmar que as *demandas* relacionam-se, organicamente, aos influxos das transformações da sociedade e reorganização do mundo do trabalho. Também deve-se às profundas mudanças no reconhecimento das necessidades sociais, mecanismos públicos e privados de enfrentamento das expressões da questão social, por meio de estratégias que se particularizam na *correlação de forças* das classes sociais.

O trabalho responde a necessidades sócio históricas e, é nele que residem as possibilidades de *mediações*, que também são conquistadas no próprio processo de desenvolvimento e construção nas interações, por meio do trabalho – especialmente em se tratando da profissionalidade do Serviço Social na via das políticas sociais, que instauram o mercado de trabalho¹⁵⁷.

Na formulação de Iamamoto e Carvalho (2003, p.83-84) observam as necessárias considerações sobre a constituição do Estado na reprodução das relações sociais, para a compreensão do *caráter das demandas* contemporâneas ao trabalho do assistente social. Para os autores, a/o assistente social é agente institucional que participa da implementação dos serviços e a ampliação das instituições de prestação de políticas socioassistenciais geridas e

¹⁵⁷ “A emergência profissional do Serviço Social é, em termos histórico-universais, uma variável da idade do monopólio – ela cria e funda a profissionalidade do Serviço Social”; A profissionalização do Serviço Social alude continuidades e rupturas e, com as políticas sociais introduz-se lhes um sentido específico de dinamizar os mecanismos da ordem monopólica para preservação e controle da força de trabalho (NETTO, 2001, p. 74-75).

subsidiadas pelo Estado, que *aliam as alterações relativas a administração e gerência das relações industriais ao processamento dos serviços*.

Sobretudo, a inserção como agente institucional que participa na implementação dos serviços, afirma o caráter contraditório da luta de classe, na aceção de veicular os interesses de usuários e/ou segmentos da população que buscam a instituição e passam, imediatamente, por esse profissional.

Vale destacar que a *direção social* do projeto ético-político, vincula-se com as alterações que se processam nas últimas duas décadas e, nessa perspectiva, as atribuições e competências¹⁵⁸ profissionais voltam-se para o enfrentamento das expressões que se dinamizam com as alterações no mundo do trabalho.

As reflexões permitem abstrair duas perspectivas também antagônicas e contraditórias: a *direção social da profissão* – consolidada no projeto ético-político – e a *direção social das demandas do mercado* – consolidadas nas transformações do mundo do trabalho – que agudizam-se na década de 1990, determinados pelo projeto neoliberal, cujas bases legitimam a funcionalidade permeada por tensões – correlação de forças – entre necessidades das classes subalternas e necessidades da reprodução do capital.

Sendo assim, a profissionalidade no horizonte da *transformação social*, requer que as ações sejam sensivelmente pautadas em reflexões sobre as determinações estruturais e particularidades dos espaços sócio-ocupacionais. Assim, fortalecer as competências que permitam articulações com os mecanismos de efetivação de direitos – de caráter democrático e descentralizado – presume-se que a incorporação crítica do trabalho do Serviço Social, principiante à *direção social* hegemônica da profissão, sob inscrição do projeto profissional. Nesse sentido, diz Iamamoto (2008):

Alargar as possibilidades de condução do trabalho no horizonte daquele projeto exige estratégias político-profissionais que ampliem bases de apoio no interior do espaço ocupacional e somem forças com segmentos organizados da sociedade civil, que se movem pelos mesmos princípios éticos e políticos (IAMAMOTO, 2008, p.424).

Evidencia-se que estas diretivas que conduzem o exercício profissional na dimensão de princípios progressistas no âmbito do trabalho, prescindem de lutas para a conquista de espaços propícios a este movimento e compromisso ético-político na condução do trabalho. Esse processo também é permeado por interesses, controle e determinações contraditórias,

¹⁵⁸ Na medida em que se processam as mudanças na gestão e organização do trabalho, os organismos da categoria salvaguardam as atribuições privativas do assistente social – artigo 5º da lei de regulamentação da profissão e competências (art. 4º).

que devem ser apreendidos, para abstração das possibilidades que imbricam-se nesses próprios elementos – ainda que sejam microtransformações, numa perspectiva de universalidade.

Imersos na dinâmica contraditória da totalidade social, que se articula com as particularidades do trabalho e materialidade da flexibilidade do trabalho, advém a contundência aos fundamentos da formação permanente, proposta pelo CFESS (2012) em contraponto a direção das demandas de interesses mercadológicos e defesa da direção social estratégica, com base no projeto ético-político.

5.4. CONFIGURAÇÕES E EXPRESSÕES DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: AS REPERCUSSÕES A PARTIR DAS PERCEPÇÕES DAS/OS ASSISTENTES SOCIAIS

O mundo real é “um mundo em que as coisas, as relações e os significados são considerados como produtos do homem social, e o próprio homem se revela como sujeito real do mundo social” (KOSIK 2002, p. 23). Nesse sentido, vale salientar a importância da aproximação - através da orientação metodológica da pesquisa - para apreensão das relações e significados revelados pelos assistentes sociais, sobre as repercussões das transformações societárias em seu trabalho, enquanto experiências singulares e percepções que se articulam, a partir da *visão do mundo social* que possuem.

Na perspectiva da *dialética materialista*, considera-se o movimento contraditório que fundamenta as contextualizações, de maneira que articulam-se elementos de objetividade e subjetividade, determinações universais e particulares, indissociáveis de elementos da razão e significados ideológicos. Põe-se em relevo o nexo entre as condições concretas em que se movimentam os assistentes sociais e as representações elaboradas, que traduzem as percepções, as ideias (pensamento real ou teleológico) das relações e atividades, de suas interações e produtos do trabalho¹⁵⁹. Pois, incorpora-se na análise a orientação de Marx (2010) que o trabalho efetivo é exercício de um ramo de trabalho particular e, se corporifica na mercadoria como um tipo particular de atividade.

¹⁵⁹ Essa perspectiva incorpora a abordagem de Marx e Engels (2005, p. 51)) sobre a elaboração e ideias e representações materiais e espirituais da consciência: “A produção de ideias, de representações e da consciência está, no princípio, diretamente vinculada à atividade material e o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real”. “O mesmo ocorre com a produção espiritual, tal como aparece na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, etc.” – As representações que os indivíduos elaboram referem-se à sua relação com a natureza, ou sobre suas relações entre si, ou ainda a respeito de sua própria natureza”.

O material de análise é originário de informações e conteúdo de cariz qualitativo, advindos da questão abrangente, apresentada no instrumento pela seguinte pergunta: *considerando aspectos como o sobre trabalho, o trabalho invisível não remunerado, a precarização do trabalho, a instabilidade, a exigência de polivalência, o desemprego estrutural que amplia a competição, a redução de possibilidades de ampliar vencimentos e direitos dos trabalhadores, entre outros aspectos que caracterizam a reestruturação produtiva, como você percebe as repercussões dessa conjuntura no seu local e no cotidiano de trabalho?*

Da totalidade dos participantes (25) foram reunidas vinte e três (23) respostas válidas, considerando três abstenções. As respostas comunicam múltiplas percepções, significados e elaborações correlatas às noções que captam dessa realidade, na qual se inserem. Nessa análise, interessa abstrair elementos que se fazem imanentes ao cotidiano de trabalho, representados como influxos do *toyotismo*, como momento da reestruturação produtiva e reordenamentos para a organização do trabalho.

Incorpora-se, nesse sentido, a abordagem de Iamamoto (2008) em que afirma o pressuposto que a identificação da particularidade dessa atividade na divisão social e técnica do trabalho não se esgota na indicação de valor de uso dos serviços prestados, mas participa da produção e distribuição da mais valia socialmente produzida e na luta entre as forças sociais.

Circunscritas e indissociáveis nas clivagens das caracterizações apresentadas até aqui, destaca-se a abstração de algumas categorias emergentes do real, visto o problema em questão, que são de considerável interesse nessa análise: inserção profissional, tecnologias da informação, o sobretrabalho, salário e jornada de trabalho, satisfação com o trabalho, adoecimento.

5.4.1. Inserção sócio-ocupacional na região e a *jornada de trabalho* – legitimidade, afirmação e negação de direitos

Retoma-se a definição clássica do profissional assistente social na inserção profissional na divisão social e técnica do trabalho:

É um trabalhador especializado, que vende a sua capacidade de trabalho para algumas entidades empregadoras, predominantemente de caráter patronal, empresarial ou estatal, que demandam esta força de trabalho qualificada e a contratam. Esse processo de compra e venda da força de trabalho especializada em troca de um salário faz com que o Serviço Social ingresse no universo da mercantilização, no universo do valor (IAMAMOTO 2004, p.24).

Nesse sentido, considera-se a definição metodológica, de onde provém a fonte dos dados, para rumar aos objetivos de análise e comprovação empírica das questões que norteiam o estudo. Faz-se importante retomar alguns elementos da caracterização *sócio econômica* dos assistentes sociais na conformação do mercado sócio-ocupacional na região noroeste do RS. É possível abstrair duas particularidades da inserção profissional, neste contexto:

- *Inserção de carreira estável* – que representa a concentração majoritária dos respondentes (88%), claramente identificada pelo *vínculo de concurso público* – em instituições de natureza pública municipal, estadual e federal (tabela 03);

- *Inserção instável e/ou irregular* – que representa menor percentual (12%) caracterizado pela soma dos vínculos pela CLT (4%), terceirizado (4%) e autônomo (4%) (tabela 02) – Tipo de inserção constituída por meio *do acúmulo de vínculos dos assistentes sociais inseridos em postos regulares de trabalho*, tanto provindos da esfera pública estatal, quanto da esfera privada e do terceiro setor.

Apreende-se duas tendências: a) vinculação institucional na *esfera pública estatal e a tendência para atividades concomitante de docência em IES da região* (em cursos na modalidade Presencial e à Distância); b) daqueles/as profissionais inseridos/as no *setor privado perseguem vinculações e acúmulo complementares em instituição do terceiro setor e caracteriza uma inserção mais precária no mercado de trabalho*.

Tem-se o indicador de que os assistentes sociais em questão, são majoritariamente servidores públicos, que exercem a profissão, predominantemente, no âmbito das políticas sociais municipais e estaduais na região. O segundo maior empregador é o setor privado, com 16%, seguido do terceiro setor, com 8%, dito que a maioria refere a condição de trabalho formal, por meio de concurso.

Diante da legitimidade social da inserção profissional, dada a importância dessa ocupação, a questão da jornada de trabalho evidencia tensões que se instalam com a negação do direito à regulamentação da jornada de trabalho de 30 horas semanais. A descrição da assistente social participante, ilustra a situação da jornada e reflexos à subjetivação do trabalho:

Como profissional assistente social **sinto uma profunda tristeza em relação ao cumprimento de Leis que foram instituídas como direito** e que não são cumpridas pelos empregadores, com alegações absurdas. Ex.: Lei Federal 12.317/2010, que assegura a carga horária de 30 horas/semanais para o assistente social, sem prejuízo no salário já estabelecido (P16).

As expressões voltam-se, especialmente, para a *desregulamentação da jornada de trabalho dos/as assistentes sociais*, em face da vigência da Lei n.º 12.317/2010 que garante adequação para o tempo máximo de 30 horas – compreendida como resultado de luta da classe trabalhadora, porque contribui para a garantia de melhores condições de trabalho, à medida que se insere na luta pelo direito ao trabalho com qualidade para todos/as. As expressões dos pesquisados ilustram a materialização das tensões e implicações cotidianas:

[...]no espaço de trabalho em que me insiro um aspecto que ainda deixa a desejar é a afirmação e efetivação da carga horária de trinta horas um direito conquistado pela nossa categoria (P4);

[...] negação da jornada de trabalho de 30h semanais, uma vez que temos a obrigatoriedade de cumprir 40h semanais, conforme edital do concurso público e legislação estadual; Reflete também na diminuição dos concursos públicos, a carga horária não respeita a legislação e permanece em 40 horas. Além disso, o profissional **Assistente Social torna-se mediador da trama contraditória**, ora a serviço do capital ora a serviço da classe trabalhadora. Ao mesmo tempo que visa a **garantia de direitos, reproduzimos a lógica capitalista** (P12)

Os dados simples da pesquisa mostram a prevalência da jornada semanal de trabalho entre 30 a 40 horas para o maior contingente (64%) das/os assistentes sociais participantes. O cruzamento dos dados possibilitam reconhecer que o ajuste ao tempo máximo de trabalho, diante das mutações organizacionais e tecnológicas no interior dos processos de trabalho, *repercutem como a negação* do direito à regulamentação instituída e legítima, desde 2010. Os dados possibilitam apreender qualificações aos impactos na dinâmica das *duas perspectivas*, a partir da caracterização dos sujeitos:

- Vinculações estáveis – identificada pela *vinculação por concurso* público e que representam maior intervalo de tempo de trabalho na mesma vinculação. Nesse âmbito, identificam-se repercussões que se materializam: *múltiplas funções, sobretrabalho, intensidade em seus ritmos, jornada de trabalho estendida para atividades realizadas em tempos que excedem o período regulamentado em seus contratos*.

- Vinculações instáveis e/ou irregular – identificada pela vinculação à jornadas parciais e/ou jornadas em diferentes vínculos: desempenho em processos de trabalho diferentes, que o coloca em dupla condição da venda da força de trabalho, sujeito às determinações decorrentes de cada uma - *na malha do receituário da flexibilização*. Contudo, ambas caracterizam e tendem a acentuar a *precariedade das condições de trabalho*.

Essas premissas afirmam o mercado regulador das relações e condições salariais de trabalho e preservação da força de trabalho dos/as assistentes sociais, de acordo com seus princípios. Transfere aos indivíduos que vivem do trabalho, a satisfação de necessidades de

subsistência e/ou aquisição de bens e serviços, com restrições que *repercutem* na remuneração, na luta salarial e organização dos trabalhadores. Como refere Marx (1975) o trabalhador não tem apenas de lutar pelos meios físicos de subsistência, deve ainda lutar para alcançar trabalho, isto é, pela possibilidade e meios de realizar a sua atividade.

Para Marx (1975 p.103) “no trabalho, todas as diferenças naturais, culturais e sociais da atividade individual aparecem e são remuneradas de modo diverso, enquanto o capital inerte, mantém um rendimento invariável e é indiferente à atividade *real*”; as categorias de salário de diferentes tipos de trabalhadores variam muito mais que os lucros nos diversos ramos em que o capital é empregue; quanto aos preços do trabalho, assinala: são mais estáveis que os preços dos meios de subsistência, por vezes, com variações inversas.

Tais repercussões, de violação de direitos garantidos, exponenciam frustrações cotidianas, que tendem a assumir caráter político para melhores condições de trabalho, com a finalidade de impactar positivamente na melhoria dos serviços profissionais, cujos princípios se alicerçam no projeto ético-político da profissão.

Pode-se apreender que as condições objetivas do trabalho, imbricadas aos processos sociais do contexto histórico, contribuem para sujeições profissionais, moralmente *desmotivadoras* - *Os profissionais tornam-se desmotivados, o que pode prejudicar o andamento do trabalho (P11)* - de modo que coloca em voga, não só o produto do trabalho, mas o processo de trabalho, onde ocorrem as *mediações profissionais*, sob condições e determinações geradas nas correlações de forças contraditórias – inelimináveis do *ser social*, com efeito de alienação dos trabalhadores.

Percebo que a própria categoria, não é unida o suficiente para as conquistas. Há desentendimentos e empecilhos [...] o que nos *desmotiva* para a luta e a persistência diária das ações da categoria (P18).

As *mediações* compreendem o próprio trabalho, indissociável das categorias instrumentais que o constituem, pelas quais se processa a ação profissional na relação totalidade-particularidade. Ao referir sobre elas, Martinelli (1993, p.136) situa que “expressam-se pelo conjunto dos instrumentos, recursos, técnicas e estratégias e pelas quais a ação profissional ganha operacionalidade e concretude”.

Marx (1975) detalha a desmotivação como infelicidade, que é princípio da alienação do trabalho – no trabalho o homem se aliena, porque o trabalho é exterior ao trabalhador e, nessa condição de estranhamento, não se sente feliz, pelas dificuldades e limitações de

desenvolver livremente as suas competências e habilidades, também imanente à concepção do trabalho meramente como *meio* de satisfazer outras necessidades (MARX, 1975)¹⁶⁰.

Nessas aproximações, sem reduzir as múltiplas relações em totalizações homogêneas, pode-se referir as determinações nefastas, cujas inter-relações são abrangentes no sentido extensivo e intensivo na organização do trabalho e que incidem em desvantagens e limites para os trabalhadores, tais como os salários estáveis e/ou tendência a baixos salários e sujeição às regulamentações impostas pelos empregadores.

A *competitividade* é referida como imanente às relações de trabalho que se estabelecem, sob duas perspectivas: uma entre os profissionais inseridos na condição de concurso e aqueles terceirizados, contratados para períodos parciais, outra, mais atenuada, tende a reproduzir-se entre os próprios concursados (inseridos nas diferentes esferas públicas) com diferenças salariais e relativização da autonomia “[...] no vínculo empregatício concursado, a instabilidade se dá em proporções menores, mas a competição mesmo que oculta, acontece (P7).

Importante referir que o movimento pela implementação da jornada de 30 horas para assistentes sociais, sem redução salarial, vem sendo reconhecido historicamente e é questão em pauta pelas organizações da categoria, em âmbito nacional - conjunto CFESS/CRESS - de modo que se articulam as situações regionais, por meio dos Núcleos Regionais de assistentes sociais, orientados para a mobilização e empenho da categoria em fazer valer a conquista¹⁶¹.

5.4.2. Tecnologias de Informação (TI): percepções e avaliações sobre os impactos no trabalho – os dilemas da “incorporação”

Considerando as mudanças nos processos de trabalho e o desenvolvimento de um *ethos* organizacional de individualização das funções e flexibilização da *força de trabalho*,

¹⁶⁰ “A alienação não se revela apenas no resultado, mas também no processo da produção, no interior da própria atividade produtiva. Na alienação do objeto do trabalho, resume-se apenas a alienação na própria atividade do trabalho”. “O trabalho externo, o trabalho em que o homem se aliena, é um trabalho de sacrifício de si mesmo, de mortificação” (MARX, 1975, p. 162-163).

¹⁶¹ Conforme esclarecimento do CFESS (2013): “Ações em nível nacional vêm sendo realizadas pelo CFESS, a exemplo de reuniões com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e envio de ofícios aos diversos ministérios, colegiados de gestores, conselhos e fóruns de políticas públicas. Além dessas ações, os CRESS também estão promovendo diversas ações em seus estados, a exemplo de audiências públicas nas assembleias legislativas e com diversos órgãos estaduais e municipais. Todas essas ações fazem parte de um conjunto de estratégias definidas coletivamente no Encontro Nacional CFESS/CRESS, realizado em setembro de 2010, que reuniu conselheiras/os e assistentes sociais de base representando o CFESS e todos os CRESS e Seccionais de base estadual”. No site do CFESS foi criado o Observatório das 30 horas, no qual são divulgadas, sistematicamente, informações importantes sobre as ações efetivadas pelo Conjunto CFESS/CRESS em defesa da lei. No entendimento do CFESS (2013), a lei abrange todos os/as assistentes sociais, posto que altera a Lei de Regulamentação Profissional (Lei 8.662/1993), incluindo determinação relativa à jornada de trabalho.

impressa pelos princípios do *toyotismo*, o uso da tecnologia e informação emergem como mudanças sucessivas e indissociáveis das diferentes ocupações na divisão social do trabalho. Nesse sentido, a pesquisa buscou identificar expressões a partir da avaliação dos assistentes sociais, com a pergunta: *A partir das novas tecnologias (informatização, internet, sistemas on-line) avalie o impacto no seu cotidiano de trabalho. Com a possibilidade de cada respondente anotar tanto aspectos positivos e/ou aspectos negativos.*

Aspectos negativos: o uso das ferramentas resulta flexibilidade, limites e desafios

Para os *aspectos negativos*, obteve-se dezessete (17) respostas, correspondente a 68% do total de pesquisados (25). Destes, cinco não responderam e três não identificam aspectos negativos no uso das novas tecnologias, como elucidam os extratos: “*acredito que as novas tecnologias trazem somente benefícios (P10); Não visualizo aspectos negativos (P13); não identificamos pontos negativos (P21).*”

→ *Dependência da tecnologia e dispersão* – as percepções avaliam que o uso das ferramentas de informática promove dependência da tecnologia, dispersão no trabalho devido a facilidade de acesso a dados diversos; distração e uso para fins que não dizem respeito ao trabalho da instituição e que restringem a atenção às normas institucionais para o atendimento aos usuários;

[...] há colegas que se distraem e **usam a internet para outros fins** (P1)

Ficamos **dependentes** destas tecnologias (P3)

Dispersão, dificuldade na concentração, fazer diversas coisas ao mesmo tempo (P8)

Quando utilizado para fins que não dizem respeito ao trabalho da instituição, **atrapalhando o andamento do trabalho** (P11)

[...] por ter muitas vezes o acesso fácil a vários dados acredito que isso acaba **dispersando** um pouco o foco (P19)

Não gosto, pois não acrescenta. **Retira normas do atendimento** (P14)

As percepções, implicadas no confronto de interesses distintos, tendem a representar uma forma de legitimar conservadorismos que se estabelecem nas relações do trabalho e, que reflete, não apenas a legitimação da reprodução de princípios capitalistas e neoliberais, mas a ideia de moralidade na qual se sustentam. Esses elementos tendem a ocorrer no campo da reprodução social, por meio do controle do trabalho, que difundem os princípios da ordem da exploração do trabalho.

→ *Promove desumanização no trabalho* – a desumanização é demarcada nas percepções pela redução do contato pessoal do profissional com o usuário, restrição dos contatos presenciais com profissionais da equipe multiprofissional de trabalho, impactando na

qualidade das análises de situações concretas (da totalidade) e limites ao planejamento em conjunto.

Menor contato presencial entre os profissionais de diversas áreas, a perda de análises minuciosas da realidade dos usuários e até mesmo de planejamentos em conjunto (P9)

Reduz muito o contato pessoal, que já é pouco devido ao excesso de tarefas (P7)

Distanciamento do contato pessoal, profissional/usuário (P23)

→ *Limites e desafios* – a informatização dos processos é recente e vem acompanhada de restrições dos equipamentos e ferramentas disponíveis, limitações dos conhecimentos e habilidades de operacionalização, por parte dos profissionais e o sobretabalho - com o aumento de tempo a ser disponibilizado para, além da intervenção, informar dados em relatórios e editar na performance de planilhas e recursos estatísticos. Destaca-se aspectos relevantes das restrições destacadas e contraprovas:

- “Falta de programas e de sistema interligado” para compartilhamento de recursos disponíveis, que possibilitem acompanhamento das intervenções da rede de Proteção Social e desatualização e incompletude de dados disponíveis na rede.

Falta programa para a informatização do setor de Serviço Social (P25)

Desatualização ou incompletude dos dados; (P7)

A falta de um sistema interligado de compartilhamento de recursos, principalmente de informações sobre cadastramentos atendimentos das famílias, dificulta o acompanhamento das intervenções realizadas pelos demais setores da Secretaria de Desenvolvimento Social (P12)

- “Falta de equipamentos de informática e acesso à internet”:

Como é uma instituição pública, não temos acesso à *internet*, o que dificulta pesquisas e atualizações de informações pertinentes a nossa profissão (P07);

Falta de condições objetivas relacionadas aos equipamentos *de informática* (P13; P15; P18)

Apesar da precariedade na estrutura física, *falta de equipamentos e equipamentos precários que precisam melhorar*; a estrutura física e os equipamentos precisam melhorar (P11); Equipamentos inadequados (P18);

- “Falta de domínio” das ferramentas, por parte dos assistentes sociais;

O não domínio por parte de trabalhadores (P18)

Dificuldade quanto ao domínio dessas ferramentas por parte dos trabalhadores (P17)

A falta de capacitação na área de informática dificulta a eficiência do serviço (P12)

[...] recebi recentemente um notebook e tudo é com utilização destes recursos, tem que conhecer” (P14)

- E, “falta de tempo” devido ao excesso de demandas e dinâmica do trabalho cotidiano.

Necessita de tempo para tantas demandas e ainda informar tudo em relatórios (P6).

Burocratização, dificuldade de acompanhamento dos sistemas pela dinâmica do trabalho (P15)

Diante do desafio de incorporar equipamentos informatizados e processos organizacionais pouco conhecidos e em permanente atualização que tem objetivo de dar velocidade ao movimento do processo de trabalho, as instituições empregadoras incorporam as novas condições de relacionamentos. Nesse sentido, as tecnologias vão sendo introduzidas junto dos novos métodos de organização do trabalho e exigem conhecimentos, integração e adesão dos trabalhadores, inclusive com a disposição para uma *territorialização flexível* do trabalho, ou seja, as atividades remotas – o trabalho doméstico, que se leva para casa (como referido nesse estudo) - de forma a tornar objetiva a flexibilização do trabalho e o uso de recursos particulares.

Aspectos positivos: o uso da Internet como recurso cotidiano de informação e comunicação

Para os *aspectos positivos*, obteve-se vinte e duas (22) respostas, correspondente a 88% do total de pesquisados (25). Destes, na totalidade, afirmam estar fazendo uso das novas tecnologias e descrevem as caracterizações destes, a partir de suas percepções e vivências.

→ A *internet* como recurso de pesquisas de informações disponíveis no cotidiano de trabalho tende a *facilitar o acesso rápido a informações* disponíveis, promove e *qualifica a comunicação profissional e pessoal (com colegas de trabalho)*, seja no espaço de trabalho ou fora dele, que convergem para qualificação do trabalho, em geral.

Facilita o acesso a informação; agiliza o trabalho (P1; P4; P13; P22)

A internet faz parte do cotidiano; Fonte de informações (P13)

Melhor comunicação entre colegas e rede; informações rápidas (P7)

Maior comunicação, menor incidência de erros; pesquisas na internet e contato imediato com outros profissionais; acredito que os sistemas on-line tornam os processos/rotinas administrativas menos burocráticas (p19)

Facilidade em desenvolver o trabalho (P3)

Facilita o acesso a informação, facilita esclarecimentos/acesso a direitos aos usuários, através de e-mail facilita os contatos com a rede (P1);

Acesso rápido a informação, troca de informação (P15)

Informatização, internet, sala individual, facilita o trabalho (P2)

→ Facilita a *qualidade dos atendimentos* – informações e esclarecimentos aos usuários – melhorada pelo acesso a matérias e informações atualizadas;

Apropriação de técnicas e recursos diferenciados que nos permite dar visibilidade aos usuários de outras realidades, possibilidade de comunicação fora do local e do horário de trabalho (P9)

A utilização de recursos digitais contribui para a qualificação dos trabalhos com os usuários atendidos pelo Cras, pois disponibiliza recursos que facilitam o desenvolvimento e planejamento das ações (P12)

Recebi recentemente notebook e tudo é com utilização destes recursos[...] (P14)

→ Promove *agilidade e rapidez* no processamento qualitativo e quantitativo do trabalho – especialmente por facilitar o contato com as organizações/instituições que constituem a rede de proteção social ou instituições as quais se articulam os serviços e/ou atividades de intervenção - destaca-se o deslocamento local de informações;

Agilização do atendimento (P17)
 Agilidade nos serviços (p18)
 Agilidade nas informações/mobilidade (P20)
 Maior agilidade na resolução de problemas (P19)
 Maior agilidade na busca de informações e processamento de dados (P23)
 Agiliza a comunicação, rapidez (P5; P13)
 Agilidade na comunicação e acesso a matérias, informações atualizadas (P8)
 [...] excelente, pois agiliza os contatos diretos com a Rede de proteção, facilitando o agir profissional (P6)
 Rapidez (P16)
 Agilidade de comunicação, diminuição de custos (considerando o tempo e material investidos) (P9)
 Maior interesse, agilidade nos trabalhos e nas intervenções (P10)
 Muitas vezes auxilia para agilizar o trabalho (P11)
 Maior agilidade na resolução de problemas (P19)

Torna-se explícito o primado da “agilidade” e “rapidez” e, paralelo a esses aspectos, relaciona-se as implicações ao distanciamento das possibilidades do trabalho dialogado, em conjunto com os colegas e demais profissionais que integram as equipes de trabalho. Pressupostos do *toyotismo* (momento predominante da reestruturação produtiva), que pretende um padrão mais alto de cooperação dos trabalhadores, desqualificar o trabalho através da padronização, destruir o trabalho coletivo e seus coletivos e reduzir a participação desse nos movimentos e lutas sociais.

Todavia, contata-se que a *tecnologia* – em particular a informática e a internet – afirmam-se como recursos que vem sendo incorporados nos processos de trabalho aos quais se inserem os assistentes sociais, e, emergem como demandas e *necessidades de apropriação e incorporação na dimensão técnico-operativa do trabalho* do Serviço Social. Nessa perspectiva, é possível apreender elementos quali-quantitativos das necessidades cotidianas:

❖ Necessidade de conhecimentos em informática – para a viabilização de pesquisas de dados, consultas de documentos e legislações disponíveis; destaca-se, prioritariamente, a mobilização de informações e documentos via correio eletrônico, por meio de *e-mails*.

❖ Necessidade de manejo de ferramentas para processamento de análise de informações que ajudam a controlar e exibir dados, criar inteligência de *mediações*, através dos processadores:

- *Microsoft word* – para processamento de textos – elaborar e editar documentos, relatórios, projetos, estudos sociais;

- *Microsoft Office Excel*: exige interação para elaborar e editar planilhas e análises de dados estatísticos – que representam análises de minigráficos, gráficos e tabelas;

Levantamento de dados pesquisas, atendimento ao público, encaminhamentos e estudos sociais para as diversas situações da administração e outros setores públicos (P15);

Conhecimentos em informática, principalmente o uso de planilhas e análise de dados estatísticos, escrita de documentos oficiais, projetos e regulamentos, conhecimento de legislação (P19);

Faz-se eminente observar uma *recente e precária incorporação do uso de tecnologias* de informação no trabalho do assistente social entre os pesquisados. Considera-se a premissa de que a existência de equipamentos e dispositivos de informática instalados nos ambientes, significa, tão somente as condições básicas da existência da tecnologia e informação disponíveis como possíveis instrumentos de trabalho, e não define a efetiva incorporação da tecnologia para uso no cotidiano.

Não obstante, evidencia-se indicadores de indisponibilidade e/ou precários equipamentos e “meios” de trabalho (computadores, acesso à rede de internet, softwares específicos, etc.) – indivisível da *precarização das condições objetivas* para o trabalho, que dificulta o acesso e sinaliza o caráter mecanicista e instrumentalista vigente, marcada pela presença de um conjunto de ferramentas e a rede de internet. Conforme Veloso (2011) a existência de computadores não é sinônimo de apropriação da TI, se trata apenas de um dos diversos requisitos necessários a uma efetiva incorporação deste recurso”.

E, sobre a concepção de incorporação tecnicista e instrumentalista, alerta veloso (2011, p89):

Se, num primeiro momento, essa informatização tecnicista pode gerar um certo sentimento de maior eficiência, eficácia, polivalência, etc., qualidades comumente associadas aos recursos tecnológicos, em pouco tempo os(as) profissionais podem ser atingidos(as) por um sentimento de “desencantamento”, ao perceberem que as tarefas sobre as quais, anteriormente detinham controle e geriam com certa autonomia, do ponto de vista estritamente técnico, agora se encontram controladas por outros sujeitos que, com a mediação da tecnologia, imprimem ao trabalho desses (as) profissionais um outro significado: esvaziam-no do seu sentido original sem promover inflexões ou mudanças qualitativas que fortaleçam, por exemplo, as possibilidades de maior acesso as políticas sociais e sem agregar novas possibilidades aos processos de trabalho (VELOSO, 2011, p.89).

Não dissociável da precariedade das condições materiais, tornam-se explícitas as limitações de habilidades técnicas e domínio de conteúdo, por parte dos profissionais, para o manejo das ferramentas informatizadas, repercutindo no não acesso às tecnologias disponíveis ou uso para consumo. Associa-se, a este, o grupo que privilegia o “trabalho dinâmico” (junto

da população usuária e equipe multiprofissional) fazendo prevalecer o trabalho manual e que perfaz resistência à utilização das tecnologias¹⁶².

Faz-se refletir que a ampliação da importância da Internet e recursos digitais pode influir sobre o coletivo profissional, inclusive incitando a concorrência entre aqueles que dominam as tecnologias e aqueles que não acessam e não vinculam seus processos e resultados. Segundo a CEPAL (2013) há algumas décadas atrás, contar ou não com acesso à Internet definia a brecha digital e gerava coletivos incluídos e excluídos da sociedade da informação. Atualmente, essa “brecha digital” se manifesta como um fenômeno mais complexo do que o mero acesso à Internet e exigem mudanças das categorias: uma se refere ao acesso aos computadores e à conexão da Internet, outra, se relaciona com os usos, tanto em intensidade como na variedade de usos, e está determinada pelas capacidades e habilidades geradas pelos indivíduos para utilizar os equipamentos e recursos do novo paradigma tecnológico. Ainda vale salientar que em vários países, o quesito de acesso à internet, as mulheres se igualam aos homens, porém, em posição de desvantagem por fazerem uso mais restringido e realizar atividades que requerem menor destreza tecnológica (CEPAL, 2013).

Expressam-se, no entanto, ambivalências e fronteiras de práticas definidas pelo costume e a vigilância do “saber-fazer”, por agentes que assim esperam enfrentar a *nova precariedade do trabalho*¹⁶³. Na contracorrente, as mudanças organizacionais da reestruturação produtiva, aparecem na perspectiva da inovação, da capacidade de mobilizar-se para a produtividade competente, consoante às necessidades de reprodução social e introduzem novos processos e conteúdos que exigem incorporação e desenvolvimento.

Com a corroboração de Veloso (2011) a realização de atividades, utilizando o computador, também não significa uma efetiva incorporação da TI e de seu potencial estratégico. Embora o processamento de textos seja uma importante tarefa, não significa a constituição de mudança qualitativa no trabalho realizado, e sim, uma mudança de instrumento (a máquina de escrever pelo computador).

Com efeitos positivos, o acesso à *internet* – conhecida como rede de alcance global das novas tecnologias da informação – foi enunciada, predominantemente, como recurso e fonte de pesquisa para busca de informações e conhecimentos de interesse do trabalho e

¹⁶² Veloso (2011, p. 103) chama atenção para o fenômeno denominado de “exclusão digital”, considerado genericamente como o não acesso às novas tecnologias disponíveis, sobretudo a internet e que se faz presente no Serviço Social. - Cabe considerar que tais elementos fez-se observar nas dificuldades de devolução do questionários da pesquisa por meio digital.

¹⁶³ O termo *nova precariedade* é incorporado, nesse estudo, a partir das abordagens de Alves (2007, p. 257). O autor considera “a nova precariedade, decorrente, em maior parte do processo de precarização que atingiu a totalidade viva do trabalho, por conta da ofensiva do capital em suas múltiplas dimensões, objetivas e subjetivas”.

atendimentos/esclarecimentos aos usuários e facilitar a comunicação (rápida) interinstitucional e entre profissionais, o que contribui para a qualificação do planejamento e realização do trabalho. Sobre a incorporação:

Acredita-se que a internet pode ser considerada um possível fator de potencialização do exercício profissional, seja por meio da aquisição de informações e conhecimentos importantes para o trabalho, seja por meio da divulgação e socialização de experiências já realizadas pelo Serviço Social, difundindo novas abordagens, reflexões, metodologias, técnicas, enfim, oxigenando o debate profissional voltado tanto aos aspectos acadêmicos quanto interventivos (VELOSO, 2011, p. 94)

Ao apreender as implicações na forma como os assistentes sociais identificam seus próprios interesses, vinculados aos desafios das mudanças recentes, há considerável potencial para a emergência de uma consciência comum da importância do uso da tecnologia e informação na relação entre demandas e processamento do trabalho do Serviço Social. E as *forças contrárias*, menos frequentes, que defendem suas práticas de trabalho herdadas das formas tradicionais, passam a se tornar difícil resistir aos impactos da tecnologia e informação¹⁶⁴.

Mesmo nos grupos ocupacionais que defenderam suas práticas de trabalho herdadas mais fortemente contra os assaltos do último quartel de século XX, tornou-se impossível resistir inteiramente ao impacto das tecnologias da informação e da comunicação (HUWS, 2009 p. 48).

As exigências de conferir *os e-mails* (em tempos regulares e/ou imediatos), os apazamentos reduzidos para edição/emissão de relatórios, a ampliação de cadastro e registros virtuais, conferem os mecanismos de controle, que repercutem em tensão sobre os profissionais (e incorporada e reproduzida por eles) tendo em vista as demandas expressivas e diversas que se colocam para a agenda cotidiana dos profissionais;

Nesse contexto, próprio da natureza da “nova morfologia do trabalho” (ANTUNES, 2005; 2013), do “Ciberespaço” (ALVES, 2007) é possível constatar a observação de Mészáros (1995) de que a tecnologização da ciência não levou a eliminação do trabalho vivo, mas traz novas formas de interação no trabalho.

As alterações tendem a um processo dialético de *ruptura e continuidade* na incorporação e interação do trabalho com as tecnologias informacionais e o uso na operacionalização das atividades. Evidenciam-se elementos que permitem refletir sobre

¹⁶⁴ As variáveis não permitem aprofundar sobre o êxito do uso das tecnologias que vem sendo, de fato, utilizadas por parte dos assistentes sociais, pois sugere pesquisas e estudos específicos para aprofundar – aqui interessa a apreensão sobre a percepção dos sujeitos sobre o impacto das tecnologias no cotidiano.

expressões simultâneas do tradicional e novos padrões que engendram no processo de trabalho e as/os trabalhadoras/es investidos de agentes da formulação, implementação e informação (pelos aspectos quantitativos - tipificações, numerações) das políticas sociais. Segundo Hobsbawm (1995) desde a revolução industrial tem-se um acelerado progresso técnico contínuo e crescente “globalização” que gera uma divisão mundial cada vez mais elaborada e complexa de trabalho, que liga todas as partes da economia mundial ao sistema global.

A reestruturação produtiva – na lógica dos princípios do *toyotismo* - propõe-se, fundamentalmente a *flexibilização*, por meio da precarização e, com o consentimento e propagação por parte dos sujeitos – os trabalhadores são instigados a se engajar, se responsabilizar e participar da construção dos espaços, incorporar mecanismos de controle e vigilância de si e dos colegas (ainda que configure a própria precarização), e, nesse liame, os trabalhadores interagem na lógica e estratégias do trabalho deflagrada pelo Estado e das determinações do *neoliberalismo*. Para Netto (2001, p. 77) “a intervenção profissional reproduz, na sua consecução, as dimensões da resposta integradora pertinentes à essência das políticas sociais” – para Antunes (2002) configura uma integração passiva.

Na acepção de Alves (2007),

O desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e o surgimento de novas tecnologias telemáticas e de informação em rede, constitui um novo espaço de sociabilidade virtual: o ciberespaço, isto é, um campo de integração difusa e flexível dos fluxos e informações e comunicação entre máquinas computadorizadas, um complexo mediador entre os homens baseado totalmente em dispositivos técnicos, um novo espaço de interação (e de controle) Sócio-humano criado pelas novas máquinas e seus protocolos e que tende a ser a extensão virtual dos espaços sociais propriamente ditos (ALVES, 2007, p. 62).

Todavia, identifica-se a ampliação das necessidades de interação e mediações pelo espaço virtual e sedentarismo do trabalho dos assistentes sociais, que, historicamente, se identificam no trabalho dinâmico e de interações “em campo”, com intervenções diretas com a comunidade e população de usuários. Nesse sentido, Raichelis (2011) observa que, devido as mudanças, a dinâmica institucional vai transformando insidiosamente a própria natureza da profissão do Serviço Social, sua *episteme* de profissão relacional, fragilizando o contato direto com segmentos populares.

É importante salientar que, à medida que os trabalhadores/as engendram nesse “campo de integração difusa e flexível dos fluxos e informações e comunicação” referido por Alves (2007, p.62) ampliam-se também as possibilidades da precarização do trabalho, especialmente

situando o restrito contingente de recursos humanos e a ampliação da extensão das atividades institucionais para o trabalho doméstico (de casa).

Também, HUWS (2009) ao discutir o amplo uso das tecnologias da informação e comunicação na atual onda de mudança tecnológica, definidas como sendo tanto de produção como de consumo, chama atenção para as ocupações que podem se submeter a um processo de modificação da própria natureza do trabalho e, entre elas, exemplifica os trabalhadores sociais:

Trabalhadores sociais, por exemplo, podem ver-se preenchendo formulários padrões uma tela de computador em vez de redigi-los no papel ou de entregar relatórios mais nuançados e profissionalmente qualificados para seus clientes (HUWS, 2009, p.49).

A autora alerta que as transformações são disfarçadas por uma mudança na divisão do trabalho, mas que, pela força da rotinização (ou total mercadorização) os profissionais podem se submeter a *tal* processo de mutação.

Contudo, as referências situadas nos aspectos negativos como falta de domínio das ferramentas (hardwares e softwares), não podem ser confundidas com as requisições e competências que legitimam o Serviço Social no “mundo do trabalho”, ainda que estejam no rol de habilidade para o trabalho diante da reestruturação dos processos de trabalho. E, como diz Huws (2009, p. 48) “as habilidades requeridas para operar um computador e seus numerosos acessórios de comunicação não podem ser, obviamente, confundidos com a totalidade dos requisitos de um dado emprego”.

Com poucas exceções, a revisão de literatura especializada, faz supor a restrita produção teórica sobre o assunto e relação com o trabalho do Serviço Social, que carece de reflexões e aprofundamento sobre o tema, difuso pela mitificação da dimensão da técnica e *direção social* do trabalho dos assistentes sociais.

Uma investigação ampla e aprofundada encontra-se em Veloso (2011, p.18) em que dedica apresentar que é necessário um sólido processo de apropriação dos recursos de TI, marcado pela valorização da competência crítica, e não apenas tecnológica. “Para ser estratégica, a incorporação da TI aos processos de trabalho em que se insere o Serviço Social deve contribuir para viabilizar um avanço na luta pela defesa de direitos, pela ampliação e consolidação da cidadania, e pelo aprofundamento da democracia”.

Prefaciando o livro de Veloso (2011, p. 16) Iamamoto observa o mérito de tratar da TI sem se deixar aprisionar nas teias do tecnicismo:

[o livro] poderá estimular os assistentes sociais de campo a se apropriarem da Tecnologia da Informação de forma a possibilitar o seu emprego criativo para

responder as particulares exigências do cotidiano de seu trabalho na perspectiva de contribuir na efetivação dos direitos sociais e humanos de todos os(as) brasileiros(as) (IAMAMOTO, apud VELOSO, 2011, p. 16).

Os efeitos combinados entre a segregação de instituições/organizações que se expressam na convergência de setores, incluindo públicos, privados e terceiro setor, criam inter-relações, originárias de necessidades de troca de informação de dados, processos e resultados. Acrescenta-se ainda o impacto das terceirizações de serviços para empresas e/ou profissionais externos, em que demandam “base” de informações e dossiês de fluxos e classificações de população, de relatórios com caracterizações, produtos e resultados. Ao passo que alguns são tayloristas e requerem menos qualificações e outros tornam-se mais complexos e requerem múltiplas qualificações, enquanto alguns grupos são excluídos, outros, veem novas oportunidades sendo abertas.

A preservação e atualização de dados/informações nos processos e arquivos das Instituições facilitam a rotatividade de profissionais, “sem prejuízos” à sequência de implementação de projetos, programas, etc.

Cada trabalhador tornou-se mais facilmente dispensável, mais facilmente substituível, portanto as novas oportunidades constituem também novas ameaças. A combinação dessa nova mobilidade ocupacional com a grande expansão do *pool* de trabalho potencial, também fez com que fosse mais difícil construir grupos de identidades estáveis, baseados em habilidades compartilhadas (HUWS, 2009, p.49)

O impacto central da tecnologia nos processos de trabalho conduz para a criação de redes de fluxos e intercâmbios que interligam os processos e resultados ao sistema organizacional mais amplo. Todavia, o acesso aos recursos tecnológicos e a incorporação dos conteúdos, noções, ferramentas da informação e comunicação (no novo modelo de organização do trabalho) distinguem o perfil profissional, a partir das habilidades e competências para operá-las e influenciam na inserção diferenciada no mundo do trabalho.

Não obstante, torna-se comum definir os trabalhadores pelas tarefas que realizam nos processos de trabalho. Nesse sentido pode-se sugerir que o predominante contingente feminino que caracteriza os respondentes e o impacto das tecnologias da informação sobre a presença de gênero, pela qual vem sendo inserida no Serviço Social e confere importante determinação da identidade de classe, reacentua a “vulnerabilidade dos grupos desprivilegiados no mercado de trabalho” (HARVEY, 2008, p.145) e o impacto de determinações históricas de *desigualdades* nas condições das ocupações das mulheres.

Na abordagem de Hirata (2002) trata-se da divisão sexual do trabalho¹⁶⁵, que permite ir bem além da simples constatação de desigualdades. Mostra que essas desigualdades são sistemáticas e que se articulam a processos, mediante os quais a sociedade utiliza essa diferenciação para hierarquizar as atividades, e, portanto os sexos para criar um sistema de gênero.

Identifica-se expressões do acesso precário e resistências às novas tecnologias, mediadas por um segmento majoritariamente feminino e sob condições determinadas pelos empregadores. Ilustrado pelo estudo de Hirata (2002) a divisão sexual do trabalho molda as formas do trabalho e do emprego e, reciprocamente, a flexibilização pode reforçar as formas mais estereotipadas das relações sociais de sexo. Sinaliza uma relação diferenciada dos homens e mulheres com a técnica e que a tecnologia vem trazendo impactos sobre a ocupação e qualificação das mulheres, ressaltando que essa divisão impõe condicionantes à incorporação no mundo do trabalho.

Veloso (2011, p. 87) constata a existência de maior valorização e envolvimento do sexo masculino com a TI, na pesquisa com assistentes sociais, estudantes e docentes de Serviço Social. Destaca que “a pouca incidência de uma efetiva incorporação da TI ao Serviço Social, gerida e controlada por profissionais e a consequente ausência de impactos expressivos sobre o trabalho profissional” não os deixa imunes aos efeitos e consequências gerados pela incorporação da TI a processos de trabalho mais gerais que ele esteja inserido.

Mediando com a análise de Hirata (2002) de que há uma segregação tecnológica dos homens e das mulheres que vem se reproduzindo na organização, nos postos e na qualificação de trabalho – *onde se destaca o predomínio de uma modalidade de máquina que demanda das mulheres uma grande quantidade de trabalho manual e sem maiores necessidades de qualificação, enquanto aos homens são atribuídas atividades mais valorizadas e qualificadas, com predomínio e uso de tecnologias mais avançadas* - é preciso levar em conta as consequências das inovações técnicas para o mercado de trabalho, predominantemente, no âmbito do Estado, com desqualificadas condições materiais nos postos de trabalho.

¹⁶⁵ A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado. Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie (HIRATA, 2002).

Não se pode minimizar tais repercussões das inovações tecnológicas e organizacionais, fortemente interpeladas pelas contradições e tensões para com o trabalho dos/as assistentes sociais e as dificuldades enfrentadas – pois, também indicam lacunas específicas nas habilidades técnico-instrumental e sugerem reflexões para os processos de formação e capacitação técnica profissional.

Ganha relevo a particular caracterização feminina nessa ocupação, que, historicamente vem mantendo os traços de segregação¹⁶⁶ da categoria e partícipe das correlações de forças que também perfilam o trabalho feminino no mundo do trabalho contemporâneo.

Vale inferir de que as condições e relações de trabalho que os profissionais enfrentam no cotidiano – excesso de demandas, intensificação, sobretrabalho, etc. – geram dificuldades para uma incorporação dos recursos tecnológicos e a superação das desigualdades no processo de mudança estrutural. Aspectos que sugerem discussão e pesquisas sobre a igualdade de gênero na dinâmica das transformações da organização do trabalho e políticas de trabalho (econômicas, tecnológicas, sociais) por ela geradas, mas, que aqui não se pretende aprofundar.

A apresentação desses aspectos gerais propiciam apreender que a incorporação das novas tecnologias também é recente nos espaços de trabalho. Para a maioria o acesso é indivisível do cotidiano e visto como potencialidade instrumental para a difusão e concretização de ações com maior “agilidade” e comunicação facilitada entre indivíduos e/ou coletivos envolvidos no trabalho.

Todavia, a incorporação vem sendo implementadas, progressivamente, e, com participação ativa dos profissionais quanto a visibilidade para as necessidades de melhorias nas condições de trabalho, sobretudo, acesso às tecnologias de informação. Logo, importante considerar que junto das mudanças estruturais dos processos de trabalho, os assistentes sociais se situam em pleno desafio de incorporá-las e superar a brecha da timidez diante das tecnologias de informação e comunicação, de modo a ressignificar a destreza para esses conteúdos e recursos, articulando o uso na perspectiva dos princípios fundantes da *direção social* da profissão.

Quanto ao futuro, parafraseando HUWS (2009, p.50) “a única coisa que pode ser prevista com segurança, é de que haverá mais mudanças, é difícil fazer generalizações amplas

¹⁶⁶ “A segregação de trabalho das mulheres se manifesta em duas dimensões: a segregação horizontal e a segregação vertical. A segregação horizontal supõe que as mulheres se concentrem em certos setores de atividade e em determinadas ocupações, enquanto a segregação vertical implica uma desigual repartição de homens e mulheres na escala hierárquica e, portanto, mostra como as mulheres têm dificuldades para progredir em sua profissão e ter acesso a postos mais qualificados e mais bem remunerados” (CEPAL, 2013, p.13)

sobre as tendências de repercussões da tecnologia e informação”. Logo, no trabalho do assistente social, requer, por certo, pesquisas e análises aprofundadas sobre o assunto.

5.4.3. O sobretrabalho

A ideia inicial de *sobretrabalho* remete para o trabalho que incide sobre aquele já existente na agenda profissional do/a assistente social. Nessa exposição, pretende-se desocultar as condições que determinam a emergência do *efeito extra* sobre o tempo de trabalho requerido para a reprodução do trabalho assalariado (jornada regulamentada).

Importante retomar a tendência adscrita à caracterização da *média de tempo* (em horas semanais) utilizadas, para além do horário de trabalho, para a realização de atividades vinculadas ao trabalho institucionalizado. Constatou-se que para 80% dos participantes, são utilizadas pelo menos 10 horas semanais de trabalho além da jornada regular requerida e remunerada; seguida de 12% que referem utilizar entre 10 a 20 horas semanais e 08% o uso de 20 horas semanais ou mais.

Considerando a centralidade da ampliação das *demandas*, fundamentalmente, situadas nas reconfigurações da *questão social*, indissociável das condições estruturais de enfrentá-las pela via das políticas sociais, identifica-se o constante do aumento de oferta de trabalho, estratificadas em horas de trabalho remunerado e horas *extras* não remuneradas. Assim ilustra a expressão do participante:

Os setores possuem uma demanda crescente de trabalho. Para aqueles [assistentes sociais] que tem interesse de elevar sua remuneração há **diversas oportunidades de funções fora do expediente regular de trabalho**, que muitas vezes aumentam a carga horária semanal do servidor por um período prolongado, **não sendo remunerado as atividades de planejamento, elaboradas no período de descanso** (P19).

Implícito à expressão, é possível desocultar elementos das condições e relações de trabalho. De um lado, a personificação do trabalho ou contrato temporário/parcial por competências, para aqueles que já estão vinculados e com domínio dos conteúdos e particularidades das demandas de determinado serviço, programa ou projeto e que, comumente, tendem a ser absorvidas pelos profissionais na expectativa de elevação da renda (dada a precarização salarial que perpassa suas vinculações); de outro, o tempo de trabalho não remunerado, integrado nas atividades correlatas ao desenvolvimento do trabalho do vínculo sobreposto (temporário). Assim, imprime-se o *acumulo de vínculo personificada ao profissional* e o tempo *extra*, que não se esgota nas requisições do vínculo acumulado, mas soma-se também àquelas do vínculo principal – evidencia dimensão dupla da precarização.

O que o trabalhador vende é a força de trabalho, de modo que a *aliena de si*. O empregador, faz sempre a força de trabalho funcionar por mais tempo que o necessário para a reprodução de seu próprio valor – o que Marx denomina de mais valia – sobrevalor que se produz na jornada institucionalizada do trabalho. Trata-se de um trabalho (assalariado) não pago, que aparece como trabalho pago, onde a relação de dinheiro oculta o trabalho gratuito do assalariado, de modo que a origem do capital se fundamenta na apropriação privada do *trabalho excedente*.

Sob a percepção dos/as assistentes sociais, as mudanças não ocorrem sem tensões, uma vez que produzem efeitos intermitentes nas relações cotidianas daqueles/as que estão inseridos/as no mercado de trabalho e lutam pela manutenção do emprego como meio de vida e, por meio das *mediações* do trabalho, a sua finalidade. Cabe considerar que alguns estudos vêm mostrando a realidade da face do “desemprego” de assistentes sociais, em algumas regiões do país¹⁶⁷ também justificadas pela precarização do trabalho.

Coadjuvante ao aumento das demandas, resultante da expansão das instituições (diversidade de programas e serviços) alteram-se também o movimento dos trabalhadores nas instituições da região pesquisada. Convive-se com o redimensionamento das atribuições e relações de poder, que parece inevitável e natural na gênese das relações de assalariamento, e que repercutem ao conjunto dos trabalhadores sob algumas exigências, a destacar:

- a) *Polivalência de habilidades* profissionais;
- b) Individualização para *atualização/qualificação sobre os conteúdos do trabalho e maior responsabilização* por parte do profissional;
- c) *O acúmulo de funções e a pressão no trabalho* – com ajustes pouco significativos no salário - que exigem e também limitam ou impossibilitam a efetivação das ações – intensificação.

[...] tem-se aumento das demandas e atribuições do cargo, exigindo a **polivalência** de habilidades profissionais; **diminuição dos concursos públicos** devido o **sobretabalho dos estáveis** (P12);
Os poucos profissionais que existem no campo ficam sobrecarregados e sob pressão (P2; P16);

¹⁶⁷ A tese de Rodrigues (2006) mostra, a partir do cancelamento dos registros de profissionais no CRESS 9ª Região/SP, a face que a autora conclui representar as dificuldades na inserção e/ou permanência no mercado de trabalho, com intensa mobilidade. “O movimento inscreve-cancela-reinscreve-cancela demonstra que uma parcela significativa da categoria profissional vivencia a luta pela inserção no mercado de trabalho, com incertezas fragilidades, tendências à uma inserção precarizada, com baixos salários e mesmo a convivência com o desemprego. Pela necessidade de sobrevivência, alguns passam a atuar em outras áreas ou a buscar o aprimoramento/realização de outros cursos que lhes tornem mais competitivos na luta por esta inserção. As baixas condições salariais são desmotivadoras ao exercício profissional e muitos dos que informaram não atuar na área enfatizaram ser este um forte motivo para buscar inserção em outras áreas, consideradas mais vantajosas em termos financeiros” (RODRIGUES, 2006, p. 162).

Nesse trabalho nos exige que a cada dia busquemos nos atualizar mais, **assumir mais responsabilidades**, mas não incentivam/valorizam [...] (P13);
 [...] **acumulo de funções** - devido à *falta de liberação de vagas para concurso público*, os ajustes pouco significativos do salário base e a expansão da instituição e diversidade de programas (P19; P12).

Com a reestruturação produtiva, ocorrem redimensionamentos na esfera das relações interinstitucionais entre Estado e Sociedade que perpassam as políticas sociais e novas estratégias de enfrentamento da *questão social*. A expansão de serviços prestados pelas instituições tende a requerer *novas modalidades de contratos*, um *profissional qualificado, disponível e polivalente* junto dos processos de trabalho. Como refere Marx (2010, p.408) “por meio do cupidez dos capitalistas, *tendência constante* a estender o *número de horas trabalhadas* e, assim, com o aumento da oferta de trabalho, a diminuir sua remuneração.

Exige-se atualização e qualificação para desenvolver competências, diante dos novos conteúdos do trabalho. Contudo, a passagem das funções especializadas para a realização de múltiplas tarefas repercute na desqualificação profissional - *Leva a ocorrer a utilização de trabalhadores qualificados em ocupações com menor grau de exigência devido ao estímulo da oferta (existência de mão de obra qualificada)*.

O mercado prima pelo maior grau de escolaridade, ainda que não seja determinante para maiores índices de salários. O indicativo é de que o fenômeno inverte-se para a concorrência dos próprios trabalhadores no mercado de trabalho e a conseqüente marginalização de trabalhadores com baixa qualificação, ainda que “diplomados”. Logo, em decorrência da oferta de mão de obra disponível tem-se a utilização de trabalhadores qualificados em ocupações com menor grau de exigência e com remunerações que os desqualificam.

A restrição de recursos humanos da *força de trabalho especializada* da área (assistentes sociais), nos postos de trabalho, emerge como um indicador fortemente articulado com o acumulo de funções, sobretrabalho que afetam as condições objetivas e subjetivas nos diversos processos de trabalho. Aos pesquisados, desperta percepções da insuficiência e ambivalências entre o que dispõe as normativas legais da Gestão do Trabalho – aqui referida, especialmente, na implantação/implementação das políticas sociais.

Emerge o exemplo da PNAS/2004 e do sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a composição das equipes de trabalho, indivisível das condições de trabalho para o desenvolvimento das *mediações* na sua implementação.

Percebo que a própria **legislação aponta um número de profissionais insuficiente para a demanda**, por exemplo a NOB/RH traz que 2 Assistentes Sociais na Assistência Plena podem atender cerca de 80 usuários, se considerarmos que demanda é essa crescente (Abuso Sexual, Violência Doméstica, Medida

socioeducativa...), isso faz com que o profissional já se **insira no espaço sob pressão** [...] (P1);
 [...] há muita **resistência dos governantes e gestores com relação à adequação dos Recursos Humanos conforme estabelece a NOB-RH/SUAS**, bem como com relação à estruturação do prédio, materiais e equipamentos para construir condições adequadas de trabalho (P6);

A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social¹⁶⁸ – SUAS centraliza a *Gestão do Trabalho* e surge como eixo imprescindível à qualidade da prestação de serviços da rede socioassistencial, fazendo-se necessária a existência de servidores públicos responsáveis por sua execução.

De acordo com as atribuições dos diferentes níveis de gestão do SUAS, definidas na NOB/SUAS, compete a cada uma delas contratar e manter o quadro de pessoal qualificado academicamente e por profissões regulamentadas por Lei, por meio de concurso público e na quantidade necessária à execução da gestão e dos serviços socioassistenciais, conforme a necessidade da população e as condições de gestão de cada ente (NOB-RH/SUAS, 2006, p. 12)

A composição da equipe de referência¹⁶⁹ dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, para a prestação de serviços e execução das ações no âmbito da Proteção Social Básica nos municípios, subdivide e constitui-se de forma proporcional, entre o tamanho do “porte” e ao número de famílias e indivíduos referenciados, o tipo de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários:

Pequeno Porte I - com até 2500 famílias referenciadas: 2 técnicos de nível superior, sendo *um profissional assistente social* e outro preferencialmente psicólogo; e dois técnicos de nível médio;

Pequeno Porte II – com até 3.500 famílias referenciadas: 3 técnicos de nível superior, sendo *dois profissionais assistentes sociais* e preferencialmente um psicólogo; e 3 técnicos de nível médio;

Médio, Grande, Metrópole e DF - A cada 5.000 famílias referenciadas: 4 técnicos de nível superior, *sendo dois profissionais assistentes sociais*, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS; e 4 técnicos de nível médio.

¹⁶⁸ A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – SUAS consolida a construção e regulação da Política de Assistência Social, promulgada na Constituição Federal de 1988 e disposta na Lei Orgânica de Assistência Social de 1993 – LOAS.

¹⁶⁹ Equipes de referência são aquelas constituídas por servidores efetivos responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial, levando-se em consideração o número de famílias e indivíduos referenciados, o tipo de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários (NOB-RH/SUAS, 2006, p. 14)

Ainda importante considerar que as equipes de referência, para a prestação de serviços e execução das ações no âmbito da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, que ocorre por intermédio dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social – CREAS, contam com um (01) assistente social nos Municípios de Gestão Inicial e Básica (capacidade de atendimento de 50 pessoas/indivíduos) e dois (02) assistentes sociais em Municípios com Gestão Plena (capacidade de atendimento de 80 pessoas/indivíduos).

Pode-se referir duas perspectivas: a *insuficiência de profissionais* da área do Serviço Social, em relação às demandas e a ambivalência do que dispõe as normativas para constituição das equipes e as *resistências para a efetivação do preenchimento dos cargos*, como prevê a NOB-RH (que devem ser criados por lei) para suprir as necessidades dos serviços e deve ocorrer por meio de nomeação de aprovados em concursos públicos, conforme as atribuições e competências de cada esfera de governo.

Pode-se apreender algumas dimensões:

- a) Que a insuficiência técnica de recursos humanos, não restringe-se à área do Serviço Social, mas abrange o conjunto estruturante das equipes multiprofissionais nos serviços das entidades e organizações socioassistenciais;
- b) Tem-se uma expansão das demandas (heterogêneas e complexas) que acompanham a ampliação e abrangência das instituições e/ou entidades;
- c) Equívocos na distribuição de trabalho (por serviços) em áreas distintas, nem sempre de domínio do assistente social – que contribui para a precarização da intervenção;
- d) E a falta de recursos humanos tende a absorver os profissionais para atividades que não são de suas atribuições e/ou conhecimentos.

Esses elementos são apreendidos pelos profissionais como *repercussões negativas* para o desempenho cotidiano do trabalho, na medida em que as restrições impactam na vulnerabilidade do trabalho, na perspectiva do desenvolvimento das ações e resultados consequentes na prestação de serviços com qualidade aos usuários/as.

[...] **trabalho precário e a redução de mão de obra especializada** para atendimento da demanda posta pelo município, tenho dificuldade de compreensão das diversas áreas de atuação que abrange toda a instituição [...] (P14);
Em minha instituição **desempenho muitas funções que não seriam de minha atribuição**, isto ocorre devido a **falta de recursos humanos**, porém há estabilidade e um bom salário (P3);

Por conseguinte, as diretrizes estabelecem que a gestão do trabalho no âmbito do SUAS devem garantir a “desprecarização” dos vínculos dos trabalhadores do SUAS e o fim da terceirização, garantir a educação permanente dos trabalhadores, realizar planejamento estratégico, garantir a gestão participativa com controle social; integrar e alimentar o sistema de informação.

A terceirização de serviços vem sendo uma modalidade de contratação imediata, por tempo determinado, para execução de projetos, programas e serviços nos municípios, como refere a expressão do respondente: “*A terceirização – na flexibilização dos estatutos do trabalho: extinção dos contratos pela CLT para terceirização*” (P8). Elucida, no entanto, a adoção da flexibilização dos contratos de trabalho no serviço público e, por consequência, a remuneração flexível por “produtos” entregues em períodos determinados.

Indissociável do trabalho assalariado (consequência necessária da alienação), a *distribuição quantitativa e qualitativa* do trabalho se estabelece em relações subjugadas a um poder alheio – condição e pressuposto da produção capitalista - o mesmo que concentra a propriedade dos *meios* de trabalho, indispensáveis às mediações na divisão social do trabalho¹⁷⁰.

Pode-se, então, distinguir dois aspectos que identificam a distribuição do trabalho, como *repercussões* para os assistentes sociais: *a fragmentação e/ou individualização de funções ou a polivalência*, que supõe a responsabilização pelo desempenho de múltiplas atividades – quantificação e exigências de qualificação e novas competências – com fundamentos orgânicos da reestruturação produtiva.

Reconhece-se a segmentação e dualismo do trabalho, expressos nas conformações que resguardam, de um lado empregos estáveis – com salários relativos aos nacionais e, com plano de carreira (para um contingente minoritário) - de outro, um mercado de trabalho que exacerba as metamorfoses da *precarização das condições e relações de trabalho*.

Nesse contexto, as repercussões incidem com certas particularidades para o contingente com vinculação regular e irregular. Para o primeiro, criam-se as condições de polivalência e multifuncionalidade a aplicação de conhecimentos dotados de intelectualidade, para o segundo, as adversas condições de acúmulo de vínculos, contratos temporários para atividades em tempo parcial, sujeição à desregulamentação do tempo de trabalho,

¹⁷⁰ “Se há concentração dos meios de produção nas mãos de relativamente poucos – comparados com a massa da multidão trabalhadora – então essa concentração, também é, no entanto, condição tecnológica para desenvolver o modo de produção capitalista e, com ele, a força produtiva social. Por meio da concentração, desenvolve-se o trabalho em comum – associação, divisão do trabalho, emprego de instrumentos, ciência e forças naturais” (MARX, 2010, p. 415).

desemprego, assim como vulnerabilidades subjetivas dos profissionais e restrições à qualidade de vida.

A lógica mercadológica que engendra os processos e serviços sociais, junto com as políticas sociais, passa a constituir a própria racionalidade que orienta o trabalho e passa a configurar concepções da gestão do trabalho, com base nos princípios de eficácia, eficiência, produtividade e competência de acordo comum com a *ordem social* burguesa para acumulação e valorização do capital. Dinamiza-se, no entanto, a tensão radical do estatuto assalariado, que, na acepção de Iamamoto (2008) estabelece-se uma tensão entre trabalho controlado e submetido ao poder do empregador.

Vê-se a constituição de uma nova conformação *do emprego* do assistente social e gestão dessa *força de trabalho*. Ou, nos termos de Antunes (2002; 2005; 2013) faz refletir sobre a constituição de uma *nova morfologia* do trabalho, aqui referindo-se às particularidades do Serviço Social.

A contribuição para a reprodução do capital, supõe a assertiva de Marx (2011) que a transformação em capital requer por um lado troca com capacidade de trabalho e, por outro, troca com as condições materiais que a objetivação da capacidade de trabalho pressupõe. Nessa troca, interessa a capacidade de trabalho aos interesses da reprodução capitalista, logo, a passagem de funções especializadas para múltiplas tarefas que acompanham a direção da alteração dos conteúdos do trabalho consistem em atividades que perfazem as demandas - formação social em que a subversão é determinada para a totalidade da classe trabalhadora.

Para Iamamoto (2009, p. 352) a força de trabalho do assistente social só se transforma em atividade quando aliada aos meios necessários à sua realização, grande parte dos quais estão monopolizados pelos empregadores: recursos humanos, materiais e financeiros necessários a realização desse trabalho concreto, que supõe programas, projetos e atendimentos diretos previstos pelas políticas institucionais.

Parece legítimo que o regime de *acumulação flexível* (HARVEY, 2008; ANTUNES, 2003) reestrutura também o mercado para o trabalhador do Serviço Social, em quaisquer das esferas da sociedade, à medida que modifica os conteúdos do trabalho constitutivos dos processos de trabalho. Na dimensão técnico-operativa dos serviços sociais é incorporada a lógica produtivista, procedimentalista, contributos para as alterações nas condições e relações de trabalho e formas de sociabilidade dos trabalhadores da área.

Destaca-se o primado do desempenho quantitativo dos serviços que requer agilidade, combinada à multifuncionalidade e redução do contingente de trabalhadores nas intervenções e a resolução de demandas em tempos abruptos, como ilustra a respondente em relação aos

atendimentos: “*Primazia do quantitativo de atendimentos em detrimento do qualitativo e assédio, incorporação de atividades administrativas, generalistas que não são competências do assistente social*” (P17).

Antunes (2009) assinala que as novas formas de intensificação do trabalho, no padrão de acumulação flexível, requerem o “envolvimento participativo” dos trabalhadores, que preserva, na essência, as condições de trabalho alienado e estranhado. Os novos conteúdos e a exigência de mediações até então estranhas aos profissionais, passa a constituir a racionalidade que orienta o trabalho de acordo com o *ethos* burguês para acumulação/valorização do capital, na relação estatal com a sociedade.

Nessas relações, a atuação do assistente social é destacada para o compromisso de implementação da política de assistência social nos municípios.

Principalmente no âmbito da política municipal de assistência social, onde os entes federados ainda não possuem a estrutura necessária à sua adequada implementação, **a atuação do profissional assistente social acaba por se tornar o grande eixo estruturador desta política pública.** Todas as ações estão voltadas ao trabalho do assistente social, e conseqüentemente as responsabilidades também; esta é uma realidade bastante presente no meu local de trabalho (P9);

A partir da análise Sennet, Alves (2013, p.168) infere que no Brasil, temos a particularidade da ampliação dos contratos de trabalho por tempo indeterminado no mercado formal, embora tenha ocorrido crescimento relativo das contratações atípicas e dos trabalhos precários que disfarçam relações de vínculo empregatício.

5.4.4. O Salário – desvalorização “crítica, séria e desanimadora”

“Precisamos de mais oportunidades e melhores salários” (extrato P2).

Reconhecido no campo teórico que a relação salarial pode assumir diferentes configurações numa mesma formação social a partir de determinações cada vez mais complexas, no âmbito público e privado da vida social (totalidade), com implicações singulares aos indivíduos, o ponto de partida está, primeiro, na concepção da profissão que se realiza no nexos causal do fenômeno do *assalariamento*. Desse modo, salienta-se a elaboração crítica apresentada, com foco privilegiado no trabalho e sociabilidade na *ordem social* capitalista, como subsídio para analisar alguns aspectos sobre as condições concretas de desenvolvimento do trabalho e de relações que estabelecem os/as assistentes sociais nos processos de trabalho.

Captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo nele se esconde; “Para atingir a concreticidade, o pensamento é ao mesmo tempo um processo no curso do qual sob o mundo da aparência se desvenda o mundo real; por trás da aparência externa do fenômeno se desvenda a lei do fenômeno; por trás do movimento visível, o movimento real interno; por trás do fenômeno, a essência” (KOSIK, 2002 p. 16; 20).

Inscrito nos fundamentos histórico-sociais sobre o próprio trabalho, os profissionais do Serviço Social se veem no desafio de exercer de forma “livre” o seu ofício em processos em que se constroem as relações de sociabilidade-indivíduo e, diretamente relacionado ao desenvolvimento da divisão do trabalho e à universalização de relações de dependência que se estabelecem entre os sujeitos singulares, dadas as particulares correlações de forças do *contrato social*, supracitado em Rousseau (2011).

Tratou-se, nesse estudo, que as oportunidades empregatícias estão na *malha do mercado* (valor de troca) que pressupõe a produção das *necessidades sociais* (fragmentadas) dessa ocupação na divisão social e técnica do trabalho, imbricadas em relações de produção e reprodução capitalistas, cuja objetivação da ocupação sobre sua *matéria e seu produto* - que lhe serve de meio de troca - recebe equivalência do valor de uso de sua *força de trabalho* qualificada expresso no *salário*.

Nesse sentido, vale retomar e articular à reflexão aspectos que caracterizam o perfil geral dos vencimentos salariais que a maior concentração (44%) dos participantes indicam faixa salarial entre 3 a 5 salários, seguido do percentual de 32% que indica percepção de 1 a 3 salários, variações entre R\$ 678,00 e R\$ 2.034,00, sendo que esses valores convergem para as tendências e conformações de variações salariais da profissão no mercado de trabalho nacional, como mostra o Censo do IBGE em 2010.

A pesquisa não identifica a relação de respondente e respectiva faixa salarial, no entanto, entre os sujeitos, a *questão salarial* e a percepção da complexidade do trabalho, veiculada pelas *demandas*, ganham centralidade nas descrições. Destaca-se a questão da “desvalorização salarial” que repercute em restrições para suprir interesses individuais (da vida privada) e profissional, relacionados a investimentos para a qualificação profissional. Os assistentes sociais consideram aspectos elementares sobre o salário:

Crítica, séria e desanimadora, é a questão da **desvalorização salarial**, que gera, além do desânimo, a inviabilidade financeira de um crescimento e qualificação profissional. É urgente movimento da categoria em prol de um piso salarial (P5);
A questão da baixa remuneração para as demandas posta ao trabalho e a complexidade deste trabalho (P15).
Falta do piso de salário nacional do trabalhador assistente social (P23).

Constata-se que a questão do salário emerge relacionada às características particulares que marcam a atual condição de remuneração dessa força de trabalho. Também assinalam a ausência do piso salarial da categoria, em âmbito nacional e certas particularidades que se relacionam às determinações subjetivas do trabalho, seja a insatisfação¹⁷¹ ou pouca satisfação com a ocupação de assistente social.

É possível apreender que o cariz de utilidade do trabalho do Serviço Social, sob os desígnios das relações capitalistas, materializadas nas instituições que o empregam no mercado de trabalho, lhe dispõe no circuito do valor e da mercantilização, a mercê de formas heterogêneas de *valorização* de sua força de trabalho e *qualificação* de suas potencialidades para os interesses estimados na reprodução capitalista. E, nessas relações, “o salário é determinado pela luta amarga entre o capitalista e o trabalhador”, como já referiu Marx (1975, p. 101).

O *salário* refere-se ao tempo de trabalho necessário para a produção da *força de trabalho* e é determinado pelos mesmos princípios que determinam o preço das mercadorias na sociedade capitalista. Sendo assim, o salário pode situar-se abaixo do valor da força de trabalho, que consiste na capacidade, que lhe é exclusiva, de criar um valor de grandeza superior à sua própria (MARX, 2011).

De forma elementar, conduz-se em relações estreitas com o processo de *flexibilização* do trabalho, na medida em que reduz-se os vencimentos. Não obstante, na esteira da subordinação das diferenças unilaterais impostas, desqualificação e baixos salários, imbricações da correlação de forças e desigualdade no mundo do trabalho, considera-se também o que foi elucidado pelo IPEA (2012) com base nos dados do Censo Demográfico, a posição desigual e invisível do Serviço Social no mercado de trabalho (IBGE, 2010).

5.4.5. A (in)satisfação com o trabalho

Apreender as conexões essenciais da satisfação ou insatisfação com o trabalho, remete à relação imediata do trabalhador com os *produtos* e os *objetos* de sua produção. A satisfação é, ao mesmo tempo componente do *valor* do trabalho e se origina no processo de trabalho, com a objetivação das ações, supondo a *práxis*¹⁷² produtiva.

Na perspectiva de Marx, a *práxis* supõe uma íntima conjugação entre fatores teóricos e práticos. Os fatores teóricos embasados em uma base teórica que sustente a capacidade

¹⁷¹ Sobre a satisfação com o trabalho, desenvolve-se no item a seguir.

¹⁷² Sobre a práxis, considera-se leituras de Marx (1993; 2005) e Vásquez (2011).

criativa e transformadora (ainda que idealistas) e os fatores práticos representados pelo trabalho e atividade político-social, que ponha a prova, o valor e o alcance da própria teoria (VÁSQUEZ, 2011).

Assim, o valor é constitutivo da *práxis* que transforma algo que, ao retornar, deve responder necessidades sociais dos indivíduos e, assim, abre-se o crivo da mensuração da capacidade de satisfação dessas necessidades sócio-históricas – porque são complexas e são criadas a partir de múltiplas determinações na esfera da vida social. Na ordem social capitalista, o caráter do valor do trabalho constitui um meio de satisfazer necessidades.

Cabe considerar que, na dinâmica da criação de valores, eles se desdobram em múltiplos significados e correspondem a necessidades distintas, também criadas nas relações e determinações da sociabilidade em determinado contexto. Nesse sentido, é importante considerar que as expressões humanas sobre seus níveis de satisfação ou insatisfação no processo de objetivação pelo trabalho, requer considerar a singularidade das/os trabalhadores – onde habitam os significados e expectativas da própria sociabilidade e emprego de sua capacidade produtiva, em tempo do fetichismo do capital – assim como as suas relações com os seus produtos e com o mundo, que o determina ser social.

Nesse sentido, o instrumento da pesquisa (*questionário*) contou com uma parte para identificar, de maneira empírica, a “satisfação com o trabalho”, buscando identificar cinco dimensões da satisfação e, uma avaliação das dimensões de forma articulada: a) quanto as condições físicas para o exercício do trabalho (salas adequadas, disponibilidade de equipamentos, localização, etc.); b) quanto ao resguardo da saúde do trabalhador pelo local de trabalho (ambiente adequado, iluminado, ventilado, existência de pausas durante a jornada, etc.); c) condições de acessibilidade ao local de trabalho; d) salários e benefícios oferecidos ao trabalhador (plano de carreira e oportunidades de crescimento profissional); e) Definição (avaliação) geral com o trabalho que vem realizando (as cinco dimensões articuladas).

Para a identificação dos “níveis de satisfação”, considerou-se as opções objetivas a responder respectivas a cada uma das dimensões: a) muito satisfeito (MS); b) satisfeito (S); c) pouco satisfeito (PS); d) insatisfeito (INS). Contou com campo para a possibilidade de justificativa descritiva, correspondente a cada dimensão.

Portanto, nesse grupo de perguntas, distintas, mas que se relacionam intrinsecamente no que concerne as condicionalidades e relações que atravessam e determinam as interlocuções profissionais, seja com o meio e com outros trabalhadores e empregadores, incitou que as/os assistentes sociais pudessem confrontar-se e expressar as percepções, especialmente, em duas perspectivas: de um lado, sobre a satisfação às necessidades físicas e

materiais no *local de trabalho* – enquanto espaços, nos quais se obtivam suas atividades cotidianas e interlocuções com os usuários e seus produtos fins; de outro, a percepção sobre a satisfação com suas próprias condições enquanto trabalhadores/as assalariados/as, que dependem das oferta e controle das condições e meios, por parte dos empregadores, para o desenvolvimento de suas capacidades criativas, diante das demandas e área de atuação e, nesse sentido satisfazer suas necessidades prospectadas na condição de ser social¹⁷³.

É igualmente indispensável a relação com a valorização dessa *força de trabalho* nos espaços sócio-ocupacionais no que compreende estímulos à sua *práxis* produtiva e atenção às condições saudáveis para desenvolver seu trabalho, na condição de respeito e direito humano, pois, no capitalismo, pelos próprios valores que a legitimam, esses vínculos tendem para princípios individualistas e consequências desumanas.

Considerando que a organização da categoria, em âmbito nacional, vem identificando adversidades das condições de trabalho, foi instituída, em 2006 a Resolução CFESS n. 493, que dispõe das condições éticas e técnicas do exercício profissional e define parâmetros normativos, claros e objetivos, garantindo que o exercício profissional do/a assistente social possa ser executado de forma qualificada ética e tecnicamente. Define no art. 01: “é condição essencial, portanto obrigatória, para a realização e execução de qualquer atendimento ao usuário do Serviço Social a existência de espaço físico, nas condições que esta resolução estabelecer”¹⁷⁴.

A representação abaixo (gráfico 05) ilustra os dados emergentes das respostas das/os participantes. Buscou-se organizar as respostas, de modo simples, em elementos quantitativos para facilitar a visualização e complementar à análise qualitativa dos dados. Considerando o conjunto das respostas que avaliam a satisfação com o trabalho, a maioria (64%) manifestam-se como “satisfeitos” com o trabalho a partir das peculiaridades representadas no gráfico 5.

¹⁷³ Como afirma Yamamoto (2004) o Serviço Social é um trabalho especializado, expresso sob a forma de serviços, que tem produtos e, estes dependem das características particulares dos processos de trabalho que se inscrevem.

¹⁷⁴ Art. 2º. O local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente, para abordagens individuais ou coletivas, conforme as características dos serviços prestados, e deve possuir e garantir as seguintes características físicas: a- iluminação adequada ao trabalho diurno e noturno, conforme a organização institucional; b- recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional; c- ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas d- espaço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado.

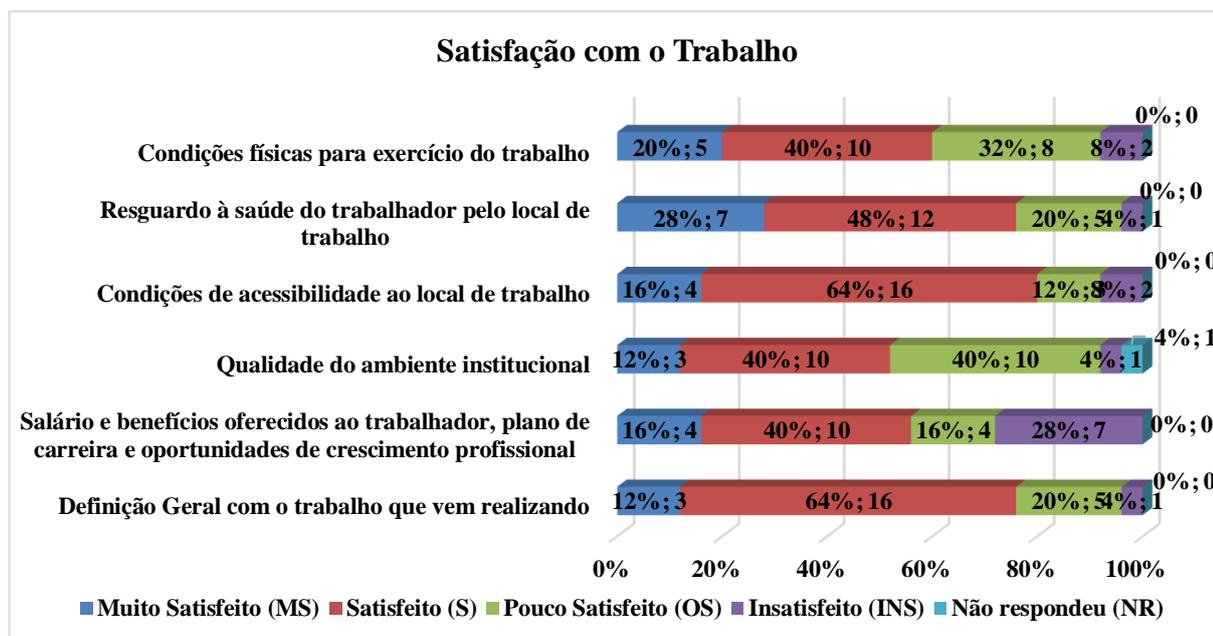


Gráfico 5- Satisfação com o trabalho que os assistentes sociais realizam
Fonte: Elaborado pela autora.

As próximas seções buscam apontar como cada um daqueles aspectos, respectivos às cinco dimensões de abordagem na pesquisa, tem repercutido no *cotidiano do trabalho* e os indicadores de *tendências*, considerando as *justificativas descritas* que manifestam as percepções e experiências no trabalho.

Quanto as condições físicas para o exercício do trabalho – os respondentes *satisfeitos e muito satisfeitos*, que somam o percentual de 60%, apontam para as recentes adequações das condições físicas, equipamentos e recursos para uso específico da área do Serviço Social no espaço em que atuam.

Pelo tempo de atuação, pelas mudanças já conquistadas ao longo do tempo (P16)
A maioria de minhas solicitações são devidamente alcançadas (P02)
Atualmente o espaço físico está sendo adequado, bem como os equipamentos (P06)

A satisfação, no entanto, está relacionada com mudanças e adequações estruturais recentes nos respectivos espaços e “conquistas” de recursos e materiais *identificados a partir da inserção e mediações dos/as assistentes sociais nesses locais de trabalho*. Identifica-se que o reconhecimento, visibilidade e requisição das condições e adequações para o trabalho consistem em desafios cotidianos na agenda dos profissionais, restringindo o tempo para o desenvolvimento de suas capacidades criativas para com a área em que atuam ou para contatos diretos com a população.

Nesse mesmo grupo, destacam-se elementos importantes, embora contraditórios às manifestações quanto a satisfação: de um lado o reconhecimento das deficiências,

inadequações históricas e distantes das “ideais” condições físicas, materiais, de equipamentos e mobilidade – também relacionadas à precariedade em prefeituras e/ou “outras instituições” (que empregam assistentes sociais) de outro, as expectativas e conteúdo com as conquistas obtidas a partir das respectivas participações no processo de inquiri-las.

Há a **deficiência de alguns materiais e também de recursos humanos**, mas comparando com outras Instituições/locais estamos muito bem (P03).

[...] não posso esquecer que sou assistente social de Prefeitura, onde **depois de anos conto com uma sala própria, uma linha de telefone e uma impressora** que divido com mais colegas e não ficam na minha sala, disponho de carro para fazer visitas nos intervalos do transporte escolar e com agendamento prévio” (P05).

Ainda **não é o espaço ideal** para a realização do trabalho, mas apresenta as condições para desenvolver (P09);

Salas multiprofissionais ao invés de uma (alguns ESF)” (P14);

Em percentual menor (40%) os que se declaram pouco satisfeitos e insatisfeitos sinalizam alguns aspectos que caracterizam as condições físicas e materiais, como mostra a tabela abaixo:

Tabela 6 - Justificativas sobre a pouca satisfação e insatisfação com o espaço físico para o trabalho

Pouco satisfeitos (PS) 32%	Insatisfeitos (INS) 08%
Salas com acústica inadequada	Salas com acústica inadequada
Falta de espaço para organizar/guardar materiais	Inexistência de janelas – sem ventilação
Estrutura física precária	
Falta de equipamentos de informática e outros	
Falta condições de acessibilidade aos usuários	
burocratização do trabalho, o desconhecimento (por parte dos empregadores das especificidades da atuação [do/a assistente social]	

Fonte: Elaborado pela autora.

As restrições que determinam a “pouca satisfação” emergem relacionadas aos condicionantes ilustrados na tabela 6 e ao *tempo despendido para reivindicações por condições mínimas para as Unidades de Serviço Social a fins de zelar pelo compromisso ético com a qualidade dos serviços prestados à população*. Reiteradamente, emerge o compromisso ético com o sigilo profissional, que também preconiza o código de ética dos assistentes sociais.

[...]está se organizando a mudança para um novo espaço que atenderá as necessidades (de acessibilidade) (P01);

[...]existe uma obra em andamento que vai contribuir para a melhoria dos aspectos físicos do trabalho (P12).

Nessa dimensão, reitera-se o indicativo, já evidenciado no agrupamento daqueles que se manifestam satisfeitos, sobre a “incorporação”, por parte do profissional, para com a responsabilidade das condições materiais e físicas para garantir o “atendimento de qualidade

aos usuários” e que atendam os direitos da inviolabilidade do local de trabalho e sigilo profissional – tomam como atribuição, a identificação, avaliação, requisição de zelo condições adequadas de ambiente de trabalho - seja para acesso aos atendimentos, quanto à acessibilidade e mobilidades pelas estruturas sócio-institucionais.

Nessas clivagens, torna-se importante refletir que, a reestruturação do Estado – que se salvaguarda o emprego dos profissionais – inclui suas debilitação estrutural, ou as múltiplas formas de *precarização* como condição de trabalho aos agentes de implementação das políticas sociais, em decorrência dos princípios que o informam na lógica do projeto neoliberal.

Considerando o exposto, nesse estudo, sobre a articulação do Estado com a reprodução do Capital, cabe retomar a abordagem de Alves (2007) ao referir que o toyotismo incorpora uma significação de “captura” e manipulação da subjetividade do trabalho e, sua captura pelos dispositivos ideológicos-organizacionais do Capital – que aqui se considera as clivagens políticas para o enfrentamento da *questão social*, pelo aparelho ideológico do Estado.

Voltando aos dados, em menor percentual (20%) os pesquisados insatisfeitos ou pouco satisfeitos atribuem às dificuldades de deslocamento e transporte (intermunicipal) até os locais de trabalho. Constata-se, por meio das justificativas, a sujeição às condições pela “garantia do emprego” e acumular experiências, na perspectiva de qualificar-se para o mercado de trabalho ou concursos públicos – estes relacionam-se aos assistentes sociais em condições “instáveis” no mercado de trabalho.

Quanto ao resguardo da saúde do trabalhador pelo local de trabalho – identifica-se a maior concentração (48%) que indicam satisfação quanto às condições que garantam o resguardo à saúde, enquanto trabalhadoras/es em seus respectivos espaços. Para estes, essas condições caracterizam-se em *aspectos físicos e estruturais*: boas condições físicas do ambiente de trabalho, climatização e ventilação dos respectivos ambientes em que atuam (salas);

Neste aspecto, mesmo aqueles que se dizem satisfeitos com as condições para a saúde, explicitam que há carências nas condições físicas dos ambientes de trabalho e que o *próprio profissional precisa ser vigilante e dar visibilidade para a necessidade de adequações*.

Diante dos dados, evidencia-se a tendência de que as requisições pautadas por parte dos profissionais, sejam atendidas a partir de medidas de fiscalização ou precauções à possibilidade de fiscalização dos espaços de trabalho, frequentemente, relacionadas às necessidades criadas pela inserção de estagiários de cursos de Serviço Social da modalidade presencial, existentes na região.

[a sala] está adequada por que tivemos fiscalização e temos estagiárias (P18);
 [...] o ambiente ainda não é adequado para a execução das atividades (P12);
 As salas são climatizadas e ventiladas (P1);
 Apenas falta ventilação (P6).

No percentual de insatisfeitos (4%) também se relaciona aos aspectos estruturais adscritos: “*trata-se de um local readaptado que apresenta bastante umidade*” (P9); “*no verão algumas salas são abafadas e a iluminação precisa melhorar*” (P11); “*sala sem ventilação, inexistência de janela*” (P24); e quanto a jornada e ritmo intenso de trabalho, como mostram as descrições:

[...] estaria muito satisfeita se trabalhasse 30 horas conforme Lei 12.317/2010 (P01; P19); Existe o direito às pausas durante a jornada, cada profissional deve gerenciar o seu intervalo; o que acontece é que muitas vezes temos tanto trabalho que acabamos não realizando a pausa (P09);
 Não tenho pausas adequadas, nem sempre consigo parar pra almoçar ou para lancha (P20);

As adequações recentes de melhores condições físicas e de equipamentos dos ambientes de trabalho (disponibilidade de sala e computadores, linha de internet) também foram condicionantes para a avaliação daqueles que manifestaram muito satisfeitos, em menor percentual (28%) - apontam conquistas para a área do Serviço Social e o desenvolvimento do trabalho e atendimento aos usuários:

Temos inclusive uma cozinha para que nos intervalos possamos fazer lanche, tomar café, conversar, confraternizar (P07);
 Tenho sala ampla, equipada com disponibilidade de flexibilidade de horário[...] (P10);
 Minha sala é adequada com ar, janela (P13);
 [...]é bom e consigo fazer pausas durante a jornada de trabalho (P21);

Quanto as condições de acessibilidade ao local de trabalho – a maioria (64%) manifestam-se satisfeitos, pois o local de trabalho é de fácil acesso e deslocamento. Referem a utilização de transporte coletivo ou veículo particular e, para a menor concentração (16%) possuem seus postos de trabalho próximo à residência. Em relação a esses aspectos, é importante considerar que a maioria é concursado (que denominou-se de “estáveis”) trabalha mais de 30 horas semanais, o que leva a exigir fixação de residência, próxima aos postos de trabalho. Logo, para o menor contingente de “instáveis” as dificuldades somam-se a desterritorialização, ou seja, precisam mobilizar-se para outros territórios cotidianamente e, por tempos parciais e temporários.

As consequências na satisfação do trabalho, tem sido apontadas como de suma importância devido suas implicações sobre a qualidade das relações de trabalho, níveis de absenteísmo, comprometimento e ou possíveis impactos sobre a saúde e bem-estar dos trabalhadores. Segundo Spector (2005) alguns estudos correlacionais demonstram que a

satisfação no trabalho tem relações com variáveis da saúde. Aponta que os servidores insatisfeitos apresentam mais sintomas físicos, como insônia e dores de estomago e a correlação entre insatisfações e emoções no trabalho, como ansiedade e depressão. Sobre a saúde, tratar-se-á no próximo item que expressa o “adoecimento” como uma das consequências da precarização das condições de trabalho (5.4.6).

Quanto a qualidade do ambiente institucional - de um lado identifica-se que a maior concentração de satisfação (40%) está especialmente relacionada a valorização salarial e oportunidades de dispensas (durante a jornada de trabalho regular) para formação continuada e para participação de cursos de qualificação, seminários, congressos e/ou especializações, vinculados à área de atuação e/ou interesse institucional.

Sempre que surgem cursos/especializações na área somos informados e temos a oportunidade de participar. Nos últimos meses houve uma valorização maior do técnico (aumento de salário.) (P03);
Há bastante oportunidades para qualificação profissional e não há restrições quanto a participação em seminários, congressos vinculados a área de formação ou de interesse da instituição (P19)

De outro lado, e intrínseco, o mesmo grupo, expressa elementos que limitam as condições e relações de trabalho. Primeiro, relacionadas às dificuldades nas relações interpessoais, sobrecarga de trabalho que se impõe para os profissionais:

Penso que seria bastante enriquecedor se houvessem mais oportunidades de diálogos reflexivos com os demais colegas de trabalho (P04);
[...]algumas **relações profissionais e interpessoais são prejudicadas em virtude do perfil diferenciado** das pessoas que trabalham juntas, e também pela **sobrecarga de trabalho** que afeta, não só o Serviço Social, mas diversas áreas públicas (P09);

Segundo, a necessidades de valorização e reconhecimento, por parte da gestão pública, pelo trabalho que realizam, evidenciando o relativo desconhecimento de gestores e empregadores sobre a profissão, o que demanda tempo e interlocuções para tal, que é interrompida a cada mudança de gestão.

Poderia ser **melhor valorizado** o conhecimento que os trabalhadores possuem (P02); Falta estímulo e valorização profissional (P11);
O trabalho do profissional **Assistente Social ainda é pouco valorizado** na instituição se comparado aos de profissionais do mesmo nível (P12);
desvalorização, não reconhecimento do social (P17);
[...] quanto mais nos dedicamos menos somos valorizados [...] (P20);
Como muda de gestor ha cada 4 anos, muda toda a caminhada profissional, bem como a valorização, pois entenderem a importância e significado do profissional passam mais 2 anos que se perdem (P18).

Destacam o código ética dos/as assistentes sociais como uma estratégia prática de afirmação da legitimidade da profissão: “[...] a necessidade que temos de reafirmar

constantemente o nosso Código de Ética profissional e que temos enquanto assistentes sociais que estar de acordo e respeito para com a profissão, muito pouco conhecida [...]” (P06);

Àquelas/es que se manifestam insatisfeitos ou pouco satisfeitos (44%) à qualidade do ambiente, emergem três aspectos importantes: primeiro, a *desvalorização do trabalho* realizado pelo Serviço Social, caracterizada pela indiferença à presença do profissional assistente social nas equipes; segundo, reitera-se as expressões de desconhecimento da profissão ou não reconhecimento do significado do trabalho realizado na área “social”; terceiro, as *restrições para a liberação para cursos* de capacitação e qualificação profissional, sob a condicionalidade de compensação de horas de trabalho que estendem a jornada de trabalho.

Não se tem valorização ou algum tipo de benefício (P15);
 Não há estímulos para a qualificação dos profissionais pois para estudar e fazer cursos é preciso compensar as horas (P01);
 Nos é exigido atender/resolver; no entanto, o município não investe na atualização e capacitação (P13).

Nessa dimensão, os aspectos enunciados indicam a ausência de política interna que vise a qualificação ou formação continuada.

Quanto aos salários e benefícios oferecidos ao trabalhador (plano de carreira e oportunidades de crescimento pessoal) – identifica-se que a maioria (56%) se manifesta na condição de satisfeitos com os salários. É possível articular tais aspectos com as condições de servidores concursados e com plano de carreira.

[...] Município com o salário do profissional de Serviço Social mais baixo em relação a salários em outras regiões do Estado (P06); [...] o que me fez ficar [nesse trabalho] foi o plano de carreira e o incentivo à qualificação profissional com aumento de remuneração (P19); A falta do piso nacional do trabalhador assistente social é negativo e desmotivava” (P23).

De maneira antagônica, algumas expressões que compõem o mesmo grupo abordam a questão da inexistência do piso salarial para o trabalhador assistente social e limitadas oportunidades de crescimento profissional nas instituições. Vale considerar que as respostas das perguntas fechadas de múltipla escolha sobre a satisfação com o trabalho divergem dos aspectos qualitativos que caracterizam os níveis de satisfação com o trabalho.

As expressões de insatisfação com a remuneração caracterizam e afirmam o antagonismo para com a opção de satisfação à condição de assalariamento. A modalidade do contrato formal não torna os profissionais imunes da dinâmica de complexidade e fragmentação das condições laborais, elementos que emergem nessa investigação.

Segundo Alves (2013, p 162-163) os empregados que possuem vínculos “estáveis” se encontram cercados por um contingente de trabalhadores precários e que “a qualidade do

emprego não pode ser aferida somente pela natureza do vínculo contratual, mas deve-se observar, principalmente, a dinâmica do vínculo sócio metabólico proporcionado pelo trabalho”.

Conforme mostra a representação no gráfico 5, sobre os aspectos da insatisfação com a remuneração, evidencia-se uma concentração de 44% entre poucos satisfeitos ou insatisfeitos em relação ao conjunto dos itens questionados no estudo. Os aspectos qualitativos que contribuem para a insatisfação dos profissionais, aglutinam, além dos baixos salários na região, a desvalorização da área do Serviço Social nos Planos de Carreira e subsídios para capacitações e/ou formação continuada.

Penso que os profissionais deveriam ser mais valorizados na questão de salário, benefícios e oferta de capacitações. “O plano de carreira precisa ser repensando” (P11); “Pelo tempo que atuo nesta instituição e por muitas lutas com poucos resultados positivos me considero insatisfeita e desvalorizada”. (P16); “não tem valorização, nem mesmo interesse em plano de carreira” (P18); “Salário muito baixo” (P25);

Existe plano de carreira, no qual a categoria foi muito prejudicada, pois criaram padrões do quadro técnico científico, no qual os Assistentes Sociais ficaram no nível mais baixo (P05). “Não existe plano de carreira próprio da Assistência Social conforme exige a legislação” (P12); O salário para a Região é bom e temos Plano de Carreira (P21); [...] quanto a oportunidades de crescimento profissional ainda são limitadas” (P01);

Considerando a caracterização quanto a remuneração da área, em âmbito nacional, exposta nesse trabalho, com base no estudo do IPEA (2012) os salários médios indicam remuneração de R\$ 2.652,03 e, os níveis da região estudada se equipara a essa média, entre 1 e 5 salários (R\$ 2034,00 a R\$ 3390¹⁷⁵).

Os dados permitem constatar espectros de incertezas e insegurança como um traço estrutural da dinâmica laboral (ALVES, 2013). Os assistentes sociais servidores públicos, mantém uma remuneração mais equitativa em relação à média nacional, contudo, os profissionais que margeiam a inserção parcial e instável caracterizam salários flexíveis em valor e período da remuneração – na lógica do salário por produto – que caracteriza a reestruturação da organização do trabalho. Nesse sentido, as condições salariais tendem a dinamizar-se, bastante heterogêneas, no mercado de trabalho¹⁷⁶.

¹⁷⁵ Valores calculados com base no salário mínimo nacional no ano de 2013, de R\$ 678,00.

¹⁷⁶ O Serviço Social, que tem em média R\$ 2652,03 de salário para admitidos, se comparados seus vencimentos com as profissões melhores remuneradas, segundo o IPEA (2012) ainda os valores salariais representam aproximadamente 30% das ocupações com maiores ganhos salariais. Se comparados com o salário mínimo para a Cesta Básica Nacional, a média de salários dos profissionais da área do Serviço Social permeia a **média de salário mínimo necessário** para a Cesta básica, segundo informações do DIEESE (2013).

Por fim, *quanto a definição geral da satisfação com o trabalho, considerando os aspectos articulados* – Identifica-se que a maioria (64%) manifesta estar satisfeito e, em menor percentual (12%) muito satisfeitos. Para esse grupo, os aspectos que justificam correspondem, especialmente, a identificação com os princípios de relações interpessoais: *identificação com princípios solidários (P14), vontade de trabalhar e exercer a profissão (P16), dedicação e recompensa pela satisfação dos usuários (P21), “gosto pelo trabalho, do local e equipe” (P3), “reconhecimento por parte do usuário e da comunidade” (P5), “bom relacionamento com a equipe de trabalho, diversidade nas atividades” (P19), “realização pessoal e gostar da profissão (P6), “resultados com o trabalho para com as pessoas com que trabalha” (P8), local adequado (P22) e salários e benefícios (P03).*

Outras expressões com as quais ponderam a satisfação:

[...] seria melhor se tivessem apoio para qualificação, estudo, pesquisas e mais profissionais para atender a grande demanda (P01);
 [...] ainda há a falta de mais técnicos da área para que possamos ter tempo de planejar nossas ações ou formular projetos que possam melhorar a vida do apenado e contribuir para a reinserção do mesmo na sociedade (P03);
 Sonho com o dia que o município reconheça meu trabalho, principalmente no aspecto financeiro. O meu reconhecimento profissional está sendo feito pela comunidade e pelos usuários atendidos (P5);
 [...] quando lembro a valorização profissional e das condições que trabalhamos sinto uma grande tristeza [...]
 Apesar de não existir ambientes adequados, bem como, a falta de profissionais, tem se conseguido realizar um trabalho de acordo com as exigências da tipificação do CRAS. (P12)
 Dificuldades, mas avanços na construção do espaço e fazer profissional (P17).
 [...] por falta de pessoal acabamos nos limitando (P23).

Contudo, entre insatisfeitos e pouco satisfeitos (24%) reiteram-se elementos das condições estruturais inadequadas, desvalorização profissional, falta de autonomia no processo de trabalho e salarial sobrecarga de trabalho, restrição de recursos humanos e rotatividade de profissionais, como mostram as ilustrações:

Apesar da **precariedade na estrutura física**, falta de equipamentos, falta de veículo para realizar as visitas domiciliares, demora para os encaminhamentos se efetivarem, muitas vezes falta de autonomia, procuro realizar meu trabalho com responsabilidade e dedicação procurando garantir e defender os direitos dos usuários (P11);
 Deslocamento diário até outro município, desvalorização profissional e salarial, sobrecarga de trabalho (P13);
 Falta reconhecimento da política, e funções dos cargos público assim como o desenvolvimento das situações profissionais na área do serviço social (P15);
 [...] a não regularização de leis municipais de acordo com as novas leis federais que atendem a política de assistência social (P18);
 A falta de profissionais no departamento, sobrecarregando os que estão atuando, a falta de espaço físico adequado, os cargos políticos que ocupam espaços de chefia sem capacitação, a troca frequente de profissionais (P20).

A pesquisa apresentou limitações que restringem a generalização dos dados para outros contextos, uma vez que foram coletados junto a uma amostra de pequena escala, representativa do contexto em que os profissionais participantes da pesquisa estão inseridos.

Os resultados da pesquisa ressaltam a importância da atenção para as práticas e políticas organizacionais referente a gestão do trabalho, pois são determinantes para a satisfação no trabalho dos servidores e, conseqüentemente para um melhor desempenho no seu trabalho.

Considerando os resultados, contribuições e limitações do estudo sob este prisma da “satisfação para o trabalho” pode-se sugerir debates e novas pesquisas que aprofundem a identificação dos níveis de satisfação dos profissionais frente as diferentes dimensões de seu trabalho, utilização de técnicas e procedimentos estatísticos mais sofisticados para garantir maior fidedignidade de resultados e com maior abrangência.

Evidenciam-se alguns aspectos que se reproduzem ao longo das expressões e que sustentam os aspectos satisfação no trabalho: destacadamente, as condições estruturais, relacionada às salas em que se estabelecem. Ganha relevo a satisfação quando as salas (e ambientes de trabalho) são individuais, climatizadas e ventiladas; a satisfação com os salários, valorização do trabalho, promoções/planos de carreira, com benefícios e oportunidades de formação continuada e qualificação profissional.

Já, para a determinação da pouca satisfação ou insatisfação, reproduzem caracterizações ao reverso, mas também de destacam a desregulamentação do ajuste da jornada de trabalho para trinta horas, a desvalorização e a sobrecarga de trabalho, a falta de equipamentos, as restrições na autonomia, e as relações interpessoais e profissionais tensas.

Ainda não há acordo em relação aos conceitos e teorias ou modelos teóricos de satisfação no trabalho e essa variedade de conceitos e definições sobre tal assunto tem gerado dificuldades, inclusive metodológicas em estudos sobre o tema. A partir dos anos 1990 do século XX as pesquisas passam a considerar conceitos afetivos, tais como afetos positivos e negativos, estado de ânimo e emoções conseqüentes de experiências emocionais no contexto do trabalho e que se tornaram importante para compreensão de fenômenos como estresse, sofrimentos e saúde mental dos trabalhadores.

Considera Alves (2011) que a produção do capital é também produção (e negação) das subjetividades humanas. Analisa o mesmo autor que “o sociometabolismo do capital ocorre por meio do tráfico de valores-fetiche, expectativas e utopias de mercado que incidem sobre as instancias intrapsíquicas” (ALVES, 2011 p. 129). Nesse sentido, torna-se importante considerar aspectos avaliativos, significados, expectativas, pois veiculam o produto da própria práxis.

5.4.6. O adoecimento como repercussão da precariedade do trabalho

[...] muitos **profissionais acabam adoecendo** com frequência (Participante P1 e P2)

[...] os poucos profissionais que existem no campo ficam **sobrecarregados** (P2)

Alguns aspectos da realidade concreta denotam importante síntese das transformações do mundo do trabalho e repercussões à vida dos trabalhadores/as. As descrições identificam, claramente, que as mudanças na forma de gestão e organização dos processos de trabalho das Instituições e organizações vem repercutindo, verazmente, sobre as condições de Saúde dos/as assistentes sociais. Com maior relevância, suscitam alguns aspectos:

a) Percepções de sintomas de *adoecimento*: o “desanimo” (P15; P5); “Tristeza” (P6; P1), “desmotivação e estresse” (P5; P11; P18); as respostas justificam tais sintomas como efeito do excesso de trabalho e restrito contingente de recursos humanos disponíveis nas equipes, da desvalorização salarial, da violação do direito da redução da jornada de trabalho, da insatisfação com as diferenças na organização da categoria, etc.

b) Frequente afastamento de profissionais da ocupação do Serviço Social e da equipe multiprofissional para cuidados de saúde e, por consequência, impactos restritivos sobre a distribuição dos serviços nos setores e funções, entre os profissionais;

Os impactos à Saúde dos assistentes sociais são considerados, predominantemente, como sintomas das deficitárias condições objetivas de trabalho, na medida em que tal déficit resulta como um problema para o atendimento da demanda. Todavia, a classificação das diferentes propensões aos desequilíbrios da saúde dos trabalhadores/as, com o efeito do *adoecimento*, de modo geral, concerne à própria classificação das condições e relações de trabalho estabelecidas, nesse contexto histórico.

Um conjunto de elementos que caracterizam as reconfigurações dos processos de trabalho, sob o cariz do *toyotismo*, em tempo de reestruturação produtiva, contribuem para a vulnerabilidade das condições de Saúde – com ênfase para a desestabilização psíquica e emocional, referida pelos respondentes.

[...] o processo da “captura” da subjetividade do trabalho como inovação sócio-metabólica tende a dilacerar (e estressar) não apenas a dimensão física da corporalidade viva da força de trabalho, mas sua dimensão psíquica e espiritual (que se manifesta por sintomas psicossomáticos). O toyotismo é a administração *by stress*, pois busca realizar o impossível: a unidade orgânica entre o “núcleo humano”, matriz da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalho coo atividade significativa, e a “relação-capital” que preserva a dimensão do trabalho estranhado e os mecanismos de controle do trabalho vivo (ALVES, 2011, p.114).

Diante desses aspectos, faz-se apreender a materialização de critérios exigidos pelo padrão de organização flexível do trabalho, que incidem diretamente nas diretrizes da gestão do trabalho nas instituições socioassistenciais e, se aplicam ao coletivo dos trabalhadores. Desvela-se o caráter do “enxugamento” do contingente de profissionais, que se consolida na

redução de recursos humanos (força de trabalho) disponíveis e a geração de impactos para o coletivo do trabalho.

Nesse sentido, o afastamento de trabalhadores para cuidados com a saúde, não gera substituição imediata e tende para os desdobramentos do aumento da jornada de trabalho e/ou sobretrabalho para os remanescentes nos serviços. O trabalho passa a ser reorganizado entre os próprios profissionais da Instituição, repercutindo nas condições objetivas e subjetivas em que desenvolvem as mediações, caracterizadas pela soma de tarefas, pressão, multifuncionalização e estresse. Assim ilustram os extratos descritos:

Percebo **pressão do trabalho** que exige muito jogo de cintura para conseguir dar conta do próprio trabalho, o que algumas vezes não sai a contento ou não acontece (P16);

[...] outro problema é que muitos profissionais acabam adoecendo com frequência e ai sobrecarrega ainda mais quem fica trabalhando (P1);

Penso que **afeta a qualidade de vida** dos servidores, devido uma crescente necessidade/demanda de acúmulo de funções e aumento da carga horária semanal, há uma redução do tempo destinado ao lazer e ao convívio familiar (P19).

O ímpeto da redistribuição do trabalho, sinaliza a perda de controle sobre os saberes específicos no exercício das atividades, de modo que facilite a rotatividade de tarefas e funções entre os sujeitos, nem sempre condizentes com suas habilidades e competências – alguns autores chamam de desespecialização ou desqualificação do trabalho. Sobre a desespecialização (ou polivalência do trabalho), Alves (2007) esclarece que, não significa que os trabalhadores tenham se convertido em qualificados, mas representam “o extremo da desqualificação”, citando Aglietta. E, desse modo, essa uniformização representa a organização que o toyotimo realiza, para organização do trabalho.

O *adoecimento* frequente de trabalhadores (não restrito aos assistentes sociais), com efeito de encadeamento na geração de novos adoecidos, permite-se referir como “ciclo do adoecimento do trabalho”, que leva, em sua gênese, substanciais consequências da *precarização das condições e relações de trabalho*.

O trabalhador ativo, que produz, contrai certas relações com outros homens, no âmbito das quais seu trabalho não deixa de ter consequências vitais para sua existência (MARX, 1993). Cabe reiterar e manter presente a crítica sobre a predominância das mulheres na pesquisa, que reproduz o traço histórico marcante da condição feminina como “selo da identidade desse profissional” e indissociável de estereótipos socialmente construídos sobre a visão mais tradicional e conservadora de sua inserção na sociedade (IAMAMOTO, 2004, p.104).

Nessa perspectiva, cabe ressaltar a representação feminina nos serviços públicos e o estereótipo na “divisão sexual do trabalho” Hirata (2002) presente não só na relação de produção e reprodução, como também na relação de gênero e configuração histórico-social de atuação nas estruturas parciais, mediadoras de totalidade. Na abordagem de Nogueira (2004; 2010) movimentam-se na intersecção com a reprodução na conformação capitalista e em condições de crescente desvalorização desse trabalho que caracteriza a divisão sexual do trabalho.

Marx (2006) notara sobre a desigualdade de gênero e pressão da mulher na sociedade capitalista - no artigo de Marx (2006) “sobre o suicídio” aponta que o índice de suicídios menos incidente para as mulheres (França -1824) foi observado pela sua condição de resistência: “elas suportam mais corajosamente as necessidades da vida, rendem-se menos a elas e têm mais sentimentos religiosos, que lhes dão forças”.

Assim, está na natureza da sociedade de *ordem social capitalista*, a geração de restrições à Saúde, tomada no conceito da Organização Mundial como “estado de completo bem-estar físico, mental e social” e, dialeticamente, a criação *das necessidades de Saúde* no mundo do trabalho, ênfase a que se refere.

Marx (1999; 1975; 2011) na medida em que apresenta as categorias da direção da socialidade, coloca as bases do desenvolvimento do ser social e nessa linha de pensamento, as forças contraditórias são inelimináveis, com efeito de alienação. O sofrimento, as frustrações e repressões, acessos de desânimo, desgostos da rotina e sentimentos de impotência, insegurança, medos, aviltamento dos salários, a concorrência, subordinação, solapo da organização da categoria e, por consequência, o *adoecimento no trabalho*, não dissocia do aprisionamento do caráter particular das determinações objetivas à constituição singular de cada sujeito, em tempo do “fetichismo do Capital” – caráter social do trabalho (MARX, 2011, p.94).

Na abordagem de Alves (2007, p.127) o “medo” “é o maior combustível da indústria dos novos consentimentos espúrios da vida social – constitui a precarização da subjetividade submissa” ou seja, produz a subjetividade-fetiche do sóciometabolismo do capitalismo flexível.

O sofrimento (psíquico) torna-se difundido em estudos da psicopatologia do trabalho e aqueles relacionados ao estresse laboral no desenvolvimento das forças produtivas que impactam sobre o processo saúde-doença da classe trabalhadora. Embora não se pretende aprofundamentos para essa via de análise, destaca-se que o sofrimento psíquico se gesta e intensifica nos padrões da reestruturação produtiva, associada à política neoliberal do Estado,

e, efeitos que derivam da exploração da força de trabalho e adaptabilidade de habilidades para propósitos institucionais, e de fácil dispersão da especialidade.

Sobre o processo saúde-doença, incorpora-se a definição do estudo de Freire (1998).

[...] um modo específico de trabalhar e desgastar-se de exploração e resistência, que, por sua vez, determinam padrões específicos de reprodução. A combinação especial entre os processos de desgaste e de reprodução origina o nexos biopsíquico humano, historicamente específico. Nessa concepção, não há uma separação entre o social e o biopsíquico, que logo se unem por um vínculo de mediação externo, pois o processo de trabalho é, ao mesmo tempo social e biopsíquico (LAURELL E NORIEGA, 1989, apud FREIRE, 1998, p. 170).

A transformação do sofrimento em adoecimento ocorre nas *mediações*, e sob o influxo do poder de *disciplinamento*, aplicado como novas técnicas dos processos de gestão do trabalho e que, nesse contexto de reestruturação produtiva e neoliberalismo, a necessidade de controle emerge como medidas disciplinares dos sujeitos a si mesmo e vigilância permanente na dinâmica das relações de trabalho que estabelece. O conjunto de mecanismos de quantificação instituídos e colocados enquanto meios de afirmação do trabalho e de si mesmo pelo trabalho, faz parte da racionalidade (produtivista) hegemônica dos processos de trabalho, na ordem burguesa. A organização do trabalho passa a exercer domínio sobre os trabalhadores, abstraindo suas subjetividades.

Cabe citar a inserção do campo “Saúde do Trabalhador”, incorporado como um dos eixos de atuação do SUS. De acordo com a Lei 8.080 de 19 de novembro de 1990, no parágrafo 3º do art. 6º, o termo “Saúde do Trabalhador” é compreendido da seguinte forma:

Entende-se por saúde do trabalhador, para fins desta lei, um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho [...]. (BRASIL, 1990).

Concebe-se como a saúde do trabalhador, campo de atuação multidisciplinar, que vem sendo amplamente desenvolvida e com renovada discussão, nas últimas décadas, tendo em vista as mudanças das tipologias de impactos, também moldadas pelas reconfigurações dos processos de trabalho. Freire (1998, p. 168) refere que “a saúde do trabalhador manifesta-se no seu estado biopsíquico, que se relaciona com as condições materiais e sócio-políticas presentes no processo e condições de trabalho e de vida do trabalhador”.

Dejours (1992) reconhece a alienação do trabalhador na organização do trabalho e afirma que essa afeta o psiquismo e, nessa perturbação, o sujeito cria mecanismos de defesa que leva a uma adaptação ao sofrimento, ou a uma descompensação, que seria desequilíbrio,

neurose, psicose ou uma psicossomatização, levando a uma doença física a partir de um desequilíbrio emocional decorrente do ambiente de trabalho.

[...]o trabalho repetitivo cria a insatisfação, cujas consequências não se limitam a um desgosto particular. Ela é de certa forma uma porta de entrada para a doença, e uma encruzilhada que se abre para as descompensações mentais ou doenças somáticas[...] (DEJOURS, 1992:133-4).

Portanto, gesta-se no próprio ambiente de trabalho, representado como o “campo minado” para as representações de tensões, na experiência e na percepção dos sujeitos e as singulares formas de interiorizar e exteriorizar os sofrimentos. Vale salientar a expressão de Alves (2011) sobre a “captura” da subjetividade do trabalhador para caracterizar um novo e intenso nexos psicofísico da produção capitalista que se torna mais intensa a unidade organiza entre ação e pensamento na produção capitalista.

Na abordagem do autor, referindo-se aos nexos que caracterizam o cariz *toyotista* do trabalho, reitera a “captura” da subjetividade do trabalho vivo, num processo que articula mecanismos de coerção/consentimento e manipulação e que não ocorre só no local de trabalho, mas nas instâncias sócio reprodutivas e que não se desenvolvem sem resistências e lutas cotidianas (ALVES, 2013).

Faz-se refletir sobre a distribuição *desigual da propriedade* com a qual os trabalhadores se movimentam no mundo do trabalho e na gênese dos interesses da condição de assalariamento - isto é, da livre disposição sobre o trabalho de outrem. Aí, se instala a contradição entre os interesses do indivíduo e os interesses coletivos de todos os indivíduos que se relacionam mutuamente.

A transformação da natureza pelo trabalho, só ocorre pela própria presença nela (MARX, 1999). Nesse sentido, conduz-se a reflexão de que a posição em que se encontra a classe trabalhadora, não está livre das determinações que a peculiarizam como ser social, na esteira particular das relações com o desenvolvimento da divisão social do trabalho - expressão das relações de alienação.

Sobretudo, tomar o objeto do Serviço Social e os desafios do controle e perspectivas de transformação social, por meio de instituições sociais (materiais e inteligentes) alude para o terreno antagônico e contraditório em que se movimentam e que, não se realiza sem tensões, pela própria contradição de interesses, significados e sentidos. O profissional do Serviço Social dirige-se aos segmentos da população vitimados pela desigualdade nas suas multidimensões e, vivencia uma substantiva aproximação às condições de pobreza, exclusão e

marginalização dos usuários dos serviços socioassistenciais. Parafraseando Yazbek (2003) “confronta com a identidade subalterna”.

A relação entre a política organizadora e reguladora do Estado e as demandas sociais acaba por expressar-se no exercício de funções contraditórias, permeadas tanto por interesses da acumulação como da busca da legitimidade. É nesse sentido que afirma-se que as políticas sociais reproduzem a luta política mais geral da sociedade e as contradições e ambigüidades que permeiam os diversos interesses em contradição (YAZBEK 2003, p.40).

Enquanto indivíduo e ser social, o/a assistente social devolve sua capacidade perceptiva diante das substancialidades que constituem a teia das relações em que se movimenta. Todavia, é nessa teia, que emergem as requisições de sua organização e atividade e, é exercendo funções subordinadas que realiza sua particularidade profissional – como sujeitos na luta social, na qual abstraem, absorvem o real, e também objetivam sua essência teórica, energia prática e natureza sensível. Porquanto, o adoecimento dos profissionais do Serviço Social, visto na perspectiva da exposição, pode ser considerado como uma expressão da *questão social* – indivisível das metamorfoseadas relações do trabalho e reprodução do capital.

Também, associa-se a abordagem de Raichellis (2011) que ampliam-se as relações entre trabalho, adoecimento e sofrimento, repercutindo na saúde física e mental dos assistentes sociais, à medida que lutam, por meio de um trabalho comprometido, em defesa da ética e dos direitos, diante da exposição continuada à impotência de remover as causas estruturais que provocam a pobreza e desigualdade social.

Nesse sentido, desde a definição de profissão partícipe no estatuto assalariado, como especialização do trabalho, colocada em cena por Iamamoto e Carvalho (2003) sinaliza-se o caminho analítico pelo desvendamento de sua inserção na divisão social e técnica do trabalho, fundada em uma visão societária que atribui centralidade a produção e reprodução da vida social e as relações historicamente particulares que a sustentam. Portanto, apreender o significado social do trabalho do assistente social, pressupõe considerar as tensões entre a ampliação de demandas, o movimento no ciclo do valor e imbricações cotidianas em que se gestam as condições para objetivação e subjetivação do trabalho especializado.

Embora de forma heterogênea, a consideração à saúde dos/as trabalhadores/as do Serviço Social vem sendo apresentada e requerida aos empregadores pela categoria, especialmente, com a luta pela redução da jornada semanal de trabalho para 30 horas, sem redução de salários. E, nesse sentido refere o extrato:

[..] ouço muitas inquietações e lutas de colegas, que acabam sendo minhas também, pois **entro na luta e militância, por melhores condições de trabalho e melhor valorização** profissional desta categoria (P2).

Devemos **lutar por um piso salarial e pelas 30 horas semanais**, só assim seremos mais valorizados (P03);

É urgente um movimento da categoria em prol de um **piso salarial** (P5; P13)

Cabe considerar que, no campo de conhecimento e de intervenção da saúde do trabalhador, é ampla a literatura sobre a relação saúde-doença e trabalho, reconhecendo as características do modo de produção vigente¹⁷⁷ e que se amplia com as transformações do mundo do trabalho e incidências adversas para a natureza vital das/os trabalhadoras. Não se aprofunda esse item por falta de variáveis e delimitações do estudo. Para concluir, importante considerar a expressão da teoria de Marx, em tempos de exploração do trabalho: “Embora a saúde de uma população seja uma parte tão importante do capital nacional, tememos que deve ser dito que a classe dos empregadores do trabalho não tem estado muito preocupada em guardar e zelar por esse tesouro” (MARX, 2010, p. 416).

¹⁷⁷ Considera-se os acessos em: Freire (2006); Mendes e Wunsch (2011);

6. CONCLUSÃO

Não há estrada real para a ciência, e só tem probabilidade de chegar a cimos luminosos aqueles que enfrentam a canseira para galgá-los por veredas abruptas (MARX, 2011. Prefácio da Edição Francesa – *O Capital*)

Nesse espaço – de concluir – é importante salientar que, considerando os objetivos da pesquisa, as mediações teórico-metodológicas buscaram significações para analisar como as transformações do mundo do trabalho se materializam e repercutem no trabalho realizado por assistentes sociais na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Considerando o movimento social como processo histórico natural, as *contribuições* que compõem a exposição apresentada, também são relativas aos limites e possibilidades no processo de investigação e elaboração dessa tese.

Com base na exposição proporcionada pelo conteúdo geral do trabalho, apresenta-se algumas determinações mais centrais, que contribuíram para a condução do estudo, além de relações encontradas no processo investigativo que são elucidativas da totalidade e processos de mediações teórico-críticas, em relação ao problema de pesquisa, voltado às transformações do mundo do trabalho e interconexões com a objetivação e subjetivação do trabalho de assistentes sociais.

A pesquisa na área do Serviço Social é imbuída de uma conotação histórica, de apropriar-se das categorias teóricas e princípios metodológicos, para desocultar os processos sociais que circunscrevem o emprego das *forças de trabalho* na divisão social e técnica do trabalho, como condição necessária para aprimorar-se como profissão e para dar conta dos desafios que lhe são postos pela sociedade, especialmente em modo de vida “*just in time*” para utilizar uma expressão de Giovanni Alves.

A vida reduzida, não reduz somente as possibilidades de desenvolvimento humano do ser social enquanto tal, mas como parte do processo, reduz a qualidade do produto de seu trabalho. Nesse sentido pesquisar com densidade é cada vez mais necessário para dar visibilidade a processos e instigar novas escolhas e enfrentamentos.

Muitos são os desafios. Desde a afirmação histórica do Serviço Social no campo científico, quanto a construção coletiva de reconhecer-se como trabalho, levando a cabo o tratamento conceitual como *trabalho* e seus elementos constitutivos, na construção histórico-teórica, a fins de desvendar elementos da natureza da *contradição* nos processos de trabalho e mecanismos que ligam as relações de exploração desses trabalhadores/as no mundo do trabalho.

A primeira, relacionada ao reconhecimento recente como área do conhecimento junto às agências de fomento à pesquisa, no ano de 2005. Sobretudo, diante dos desafios de compreender o mundo contemporâneo e, destacado por Prates (2012) “mudanças do mundo do trabalho”, o Serviço Social vem adensando substancialmente o acervo de produções e acúmulo teórico. No bojo da *ordem social* capitalista, essa expansão contribui para a superação de gargalos sócio-históricos sobre a produção intelectual – contribuindo para sua identificação no campo das Ciências Sociais Aplicadas e demais áreas do conhecimento – e assim, melhor compreensão do *significado social* dessa profissão e elementos para a intervenção, consoantes com o desenvolvimento e mudanças na divisão social do trabalho.

Depois, a questão dos fundamentos do Serviço Social reconhecido como *trabalho*, a partir de sua reconceituação e interlocução com a tradição marxista - especialmente difundida na produção teórica de Yamamoto (na década de 1980) - que se adensa na literatura especializada, à medida que se amplia o construto da investigação e sistematização teórica, fomentadas no desenvolvimento da pós-graduação no país.

Cabe considerar que essa perspectiva fundamenta-se na ligação do Serviço Social ao pensamento de Marx – que se traduz no desafio de leituras e apreensões macroscópicas, mais abrangentes da sociedade e seu modo de produção capitalista – para pensar a sua atividade como *trabalho social* no mundo do trabalho e seu objeto de intervenção nas expressões da *questão social*. Daí, os fundamentos sócio-históricos para o trabalho de assistentes sociais, orientados por um *projeto profissional* que materializa valores legitimados no coletivo, e, com peculiar vinculação às transformações societárias.

Cabe salientar que a ênfase na pesquisa em Serviço Social busca inspiração na teoria crítica de Marx, a qual atravessa as produções e elaborações teóricas, com certa hegemonia desde a década de 1980. A literatura especializada sobre pesquisa e produção do conhecimento mostra que é no solo histórico da complexificação das relações entre Estado e sociedade, no Brasil, que gestam-se as demandas para a profissão e repercutem em emergentes exigências de renovação, nas suas diferentes dimensões constitutivas, seja teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Nesse horizonte, descortinam-se as possibilidades e ampliação do mercado de trabalho para essa ocupação, no liame de processos sociais dinâmicos e contínuos que ocupam a vida social e suas imbricações com a produção e reprodução social. No entanto, ao descortinar possibilidades na gênese de processos sócio-históricos complexos, por consequência, emergem limites e desafios para essa área de conhecimento, reconhecida na sua capacidade técnica de intervenção direta na realidade concreta, com indivíduos e grupos sociais, por meio

de relações reguladas de trabalho. Cabe reiterar de que, embora considerada como profissão liberal, tem se legitimado, predominantemente, no estatuto assalariado, com desatada inserção no Estado e vinculação à implementação de políticas sociais, nas diferentes esferas públicas, o que não exaure sua inserção em empresas da esfera privada e organizações não-governamentais, em menor representação.

O desenvolvimento da profissão tem o influxo de desafios que auguram a sua própria natureza de *trabalho* enquanto atividade social e, evidentemente, para a materialização da *força de trabalho* que se dispõe na divisão social do trabalho. A separação entre propriedade e trabalho aparece como princípio de troca e a objetivação do trabalho do Serviço Social inscreve-se como possibilidade da venda de seu valor de uso, a partir da inserção no mercado de trabalho.

Essa conexão se acentua nos metabolismos dos processos de trabalho e reprodução dessa energia vital para o processo de *valorização*. Portanto, acionada pelo trabalhador assistente social - submetido às ordens da condição de assalariamento – na órbita de suas necessidades sociais que, ao realizar-se, coloca em ação os seus conhecimentos e o *projeto profissional* que orienta, desde a formação profissional.

Todavia, os seus membros trazem na sua singularidade o que Yamamoto (2004, p 103) denominou de “herança social acumulada, com marcas de classe, de gênero, etnia, assim como do processo de socialização vivido ao longo da história de vida, atualizando valores, preconceitos e sentimentos que aí foram moldados”. Também lembrada por Netto (1999, p.96) esse projeto profissional é um universo heterogêneo, constituído por indivíduos diferentes – têm origens e expectativas sociais diversas, condições intelectuais distintas, comportamentos e preferências teóricas, ideológicas e políticas variadas”.

Nesse cenário, como apresentado nesse estudo, a imagem social da profissão é caracterizada, predominantemente, pelo contingente feminino na região pesquisada – que converge para a identidade nacional – e veiculam históricos estímulos de subalternidade profissional, pelos traços “messiânicos” e “voluntaristas”, apontados por Yamamoto (2004).

Esta tese filia-se à interlocução marxiana e produções correlatas a essa vertente teórica. A elaboração é intrinsecamente mediada no esforço de apreensão e interpretação de conhecimentos sobre os quais vem-se exercitando abstrações, críticas e dúvidas no decorrer da formação de graduação e pós-graduação, voltada à área do Serviço Social – e faz-se constar as limitações, a partir de escolhas que expressam interesses historicamente construídos pela autora – certo que, na própria acepção de “escolhas” se projeta conhecer algumas dimensões e se ocultam outras, sempre no desafio de apreender os pormenores da

realidade do trabalho do Serviço Social e buscando compreender vinculações aos movimentos mais amplos, que determinam as particularidades distintas.

No primeiro capítulo, privilegia-se a apresentação temática e considerações sobre a orientação metodológica da pesquisa. Desde o início, afirmou-se que a crise estrutural do capital afetou o “mundo do trabalho” e, nesse sentido, buscou-se evidenciar o foco nas reconfigurações do capitalismo como propulsoras de determinações diversas para a formação do “mercado de trabalho” e com potenciais repercussões sócio-históricas às diferentes *especializações do trabalho* na sociedade e, dentre elas, o Serviço Social, que não está imune das mudanças e alterações na divisão social e técnica do trabalho.

Apresenta-se a delimitação do objeto de estudo permeado pelo problema de pesquisa: como as transformações do mundo do trabalho se materializam no trabalho realizado pelos assistentes sociais atuantes na Região Noroeste do RS? Identifica-se as particularidades da proposta metodológica, bem como os desdobramentos para a viabilidade da pesquisa, a rigor, com aproximações e estreitamento de relações com segmentos organizativos da categoria, a propósito de apreender a realidade de onde os sujeitos se manifestam.

Nos capítulos segundo e terceiro, trata-se de expressões teóricas e fundamentos, com a leitura que foi possível, sobre aspectos mais gerais, relacionados ao problema de pesquisa. Busca-se reconhecer as transformações societárias, reestruturação produtiva e interfaces com os processos de trabalho, buscando elementos na teoria marxiana como aporte teórico-crítico, destacadamente, para a categoria trabalho e mutações nos padrões produtivos e organização e gestão do trabalho no contexto capitalista – significâncias da contradição e correlações ao valor laboral – e estratégias de respostas à crise estrutural do capitalismo, que fundam a sociabilidade na ordem social contemporânea. Neste contexto, situa-se o Estado e Sociedade na constituição da estrutura social moderna e interpelações na divisão e luta de classes e as mediações, por meio da política social, sob o influxo do projeto neoliberal.

No quarto capítulo procura-se expor, brevemente, aspectos de uma revisão teórica, que concernem, especialmente, à centralidade do Serviço Social na divisão social do trabalho, pelo qual iniciara essa parte e, a direção sociopolítica do projeto profissional, que, desde a década de 1990, se consolida como hegemônico na orientação da *formação e direção social* estratégica do trabalho profissional. Também buscou elucidar apreensões, na acepção marxiana, sobre a condição de trabalho assalariado e o caráter útil da capacidade de trabalho, por isso tratado no circuito do valor – como mercadoria – e o excedente nele contido, como trabalho abstrato.

No *quinto capítulo*, a exposição apresenta o cenário regional da pesquisa e estabelece uma interlocução orgânica com os dados empíricos emergentes. Primeiro, situa a região e o entendimento da vinculação local-global – um espaço na totalidade – que é ao mesmo tempo funcional e espacial, na medida que se vincula organicamente às clivagens dos projetos societários distintos em permanente disputas. Afirma-se o entendimento de que as particularidades dos processos de organização das relações produtivas regionais, são também determinantes para as expressões sócio-históricas da *questão social*, para as transformações do “mundo do trabalho”, repercussões nos processos de trabalhos histórico-institucionais e rebatimentos aos/as trabalhadores/as.

Assim, se dimensionam as relativas particularidades às caracterizações dos sujeitos da pesquisa, identificando-os/as, predominantemente, inseridos/as na divisão social e técnica do trabalho no mercado regional, que emprega por meio das estruturas do Estado – na condição de servidores públicos - com destaque para inserções na esfera municipal (prefeituras), portanto, agentes na implantação e implementação de políticas sociais na região noroeste.

Nesse sentido, vale salientar que o processo de precarização que repercute nas condições e relações de trabalho do Serviço Social e do conjunto dos trabalhadores, se materializa nos municípios de uma região periférica com algumas particularidades. Os processos de descentralização repassaram novas atribuições aos municípios que não dispunham de condições materiais para o desenvolvimento das políticas sociais, em especial as da seguridade social, que concentram a absorção de assistentes sociais. Logo, a implementação já se efetiva de modo precário, ancorada em espaços e equipamentos limitados e equipes profissionais reduzidas, ampliando o sobretrabalho.

A inserção em espaços precários, no âmbito de pequenas prefeituras, associado ao isolamento, uma vez que muitas vezes as prefeituras contam com os serviços de apenas um profissional dessa área, acentua ainda mais a precarização e favorece os processos de captura da subjetividade desse trabalhador. Cabe salientar ainda que, em muitas situações, um mesmo profissional assistente social é o único em mais de um município, dividindo carga horária, o que inclui horas a fio em estradas sistematicamente. Essa condição não exime os trabalhadores da pressão pelo alcance de metas estipuladas pelas políticas, para que as prefeituras recebam repasse de recursos para a implantação e implementação das políticas sociais.

Considerando o problema da pesquisa como fio condutor para o estudo, buscou-se estabelecer uma interlocução crítica com os resultados e contraprovas empíricas/históricas, originárias das comunicações de assistentes sociais participantes. Tanto quanto permitiram as

circunstancias para a realização da pesquisa, a propósito, o uso do questionário, pensado para maior abrangência de respondentes - sob a premissa do valor de suas contribuições, ao descreverem, com conhecimento da cotidianidade, os limites, possibilidades nas suas mediações – também se realiza como princípio político da investigação, que incluem as interlocuções da experiência da autora e a busca de implementar um processo investigativo em interação com a realidade. Porém, compreende-se que o baixo retorno e devoluções aleatórias ao prazo, como dificuldades no processo.

Desenvolveu-se a exposição reflexiva-analítica das categorias emergentes, minuciosas mas originais na ilustração da realidade concreta. Manteve-se a busca de identificar as contradições e abstração teórica para guiar as interpretações, vistas as categorias sob determinantes mais amplos (da totalidade), pertencentes à formação histórica e, o trabalho nos seus elementos constitutivos, como manifestação e afirmação da vida desses trabalhadores e o sustento de sua reprodução na sociedade.

Constata-se que as transformações no *mundo do trabalho*, por meio das políticas neoliberais e reestruturação produtiva com princípios fundados no *toyotismo* - para a organização e gestão da força de trabalho - impactam na produção social e, igualmente impactam nos processos de trabalho que imprimem a nova precariedade como repercussões ao trabalho das/os assistentes sociais, que se inserem nas relações sócio institucionais dessa região.

Portanto, um contexto sócio-histórico que gesta e vem difundindo significativas mudanças para a natureza do trabalho do Serviço Social, em síntese: a segmentação e fragmentação das *demandas* cotidianas, a precarização estrutural dos espaços e ambientes de trabalho, a desregulamentação e flexibilização (precarização) das condições e relações de trabalho e consequentes impactos para a saúde das/os trabalhadoras/es, por meio da subjetivação do trabalho.

A desregulamentação do trabalho desdobra-se na perda de direitos, caracterizada na resistência à regulamentação do direito instituído à jornada de trabalho, a inexistência de piso salarial, o sobretrabalho (marcadamente pela intensificação e trabalho excedente – jornadas estendidas sob distintas formas de remuneração ou não-remuneradas), territorialização flexível do trabalho (extensão para o trabalho doméstico), etc.

A flexibilização do trabalho – que se expressa na precarização – expõe as heterogêneas formas de remuneração e o aviltamento dos salários, terceirização e jornadas em tempos parciais e temporários, as vagas limitadas, a competitividade (ainda que em condições frágeis e vulneráveis), desvalorização dos significados e produtos do trabalho, a emergência de novos

conteúdos prático-teóricos (inovações tecnológicas e organizacionais), exigências de desempenho quantitativo dos serviços e *incorporação da lógica de produção*, como elementos de sua percepção do emprego, extensiva da necessidade de flexibilidade que sustenta e reproduz o conjunto das relações entre capital e trabalho.

Na acepção da vida social (genérica) – restrições à qualidade de vida, estereótipos na divisão sexual do trabalho e segregação nas funções e o adoecimento – que revela o sofrimento, as frustrações e repressões, acessos de desânimo, desgostos da rotina e sentimento de impotência, insegurança, a concorrência, subordinação, solapo da organização política da categoria, etc.

As transformações contínuas mobilizam os trabalhadores para os processos de gestão administrativa que infere princípios restritivos de direitos e impõem a submissão desses para essa mesma lógica – dominados por mecanismos de autocontrole e estimulados a controlar as relações que estabelecem – também originárias da concorrência e tensões interpessoais na reprodução das relações de trabalho – elementar à alienação do trabalho. Parafraseando Alves (2007) a precarização se confunde com a condição de precariedade.

Nesse contexto, a crise instalada nas condições de trabalho é de cariz estrutural (imbricadas nas instituições reprodutoras de princípios e valores capitalistas) e repercutem, desde a inserção profissional à dinâmica do trabalho do Serviço Social. Desse modo, o precário trabalho das/os assistentes sociais, cujo processo limita a materialização do projeto ético-político, contribui para a dinâmica sócio-reprodutiva da ordem social capitalista. Nesse sentido, articula-se à constatação de Prates (2012) que este profissional vem realizando seu trabalho submetido a condições e relações precárias de trabalho, flexibilização e sobretrabalho, processos estes, não raras vezes naturalizado.

Parecem sublimes os desafios para o Serviço Social nesse solo histórico. O trabalho assalariado vem representando a forma natural de satisfação das necessidades sociais, num contexto que sofreu transformações estruturais e exige adaptações às novas condições. Essas, tendem a ocorrer de forma ambivalente, de modo que alguns se inserem em condições mais estáveis de emprego, outros, integram condições instáveis e de concorrência (dúplice precarização). Na mesma via, as condições não são, suficientemente, motivações para a organização coletiva desses trabalhadores/as – apelo genericamente sustentado e reproduzido na condição de exploração do trabalho.

A legitimidade social do trabalho sustenta que a/o assistente social é um profissional que assume posição de frente nos serviços socioassistenciais. Logo, encontrar na *contradição* os lastros para as microtransformações, remete ao enfrentamento, elementar, sobre a atividade

prática à luz da teoria e do projeto ético-político. Todavia, parece indicar que a busca por *valorização* transcende as tensões instauradas nas subjetividades individuais e, não podem aí se exaurir. É preciso estratégias coletivas, na própria organização profissional, articulações com outras áreas que reconhecem-se nos propósitos e projetos profissionais e possuem valores de projetos societários comuns, com princípios emancipatórios.

O desenvolvimento da *força de trabalho* do Serviço Social, em vista ao dinamismo dos processos de trabalho, imprime desafios para a formação profissional de novas gerações de assistentes sociais, de modo que conjugam desafios epistemológicos e práticos à direção social estratégica do projeto ético-político hegemônico (heterogêneo na categoria);

Em face da pouca visibilidade da precarização do trabalho que ainda se mantém pouco investigado e obscurecido¹⁷⁸, cumpriu-se a busca de atribuir visibilidade para *algumas expressões emergentes das configurações do trabalho do Serviço Social*, em tempo de mudanças que se processam continuamente. Portanto, reconhece-se o caráter transitório, e a essência do *dever*.

Destarte, afirma-se que no tempo histórico que se fez essa pesquisa, embora seja indutor de análises mediante as interfaces contraditórias das transformações do mundo do trabalho, a pesquisa regional não permite generalizar os dados, tão pouco exaurir o tema, mas buscar aproximações, atribuir visibilidade e interpretar reflexos de tendências contemporâneas, buscando desvendar contribuições provisórias (e transitórias) para o debate crítico para vislumbrar estratégias transformadoras.

Retoma-se mais uma vez a epígrafe da tese enfatizando os limites impostos no processo real: “[...] *os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente*” (MARX, 1997, P. 21). E, nas veredas da pesquisa social, se revelam possibilidades de estudos, investigação e aprimoramento teórico-metodológico para o mesmo tema e seus desdobramentos que são mutantes, pois, sendo a *práxis* por essência incessante, o seu esclarecimento teórico é infinito.

¹⁷⁸ As limitações de investigações sobre a precarização do trabalho são sinalizadas por alguns autores: Iamamoto (2004, 2008), Netto (2006), Raichelis (2011), Prates (2012), Ceolin (2014).

REFERÊNCIAS

ABBES. **Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional.** In: Cadernos ABBES nº 7. SP: Cortez, 1996

_____. Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social. **Formação Profissional: trajetórias e desafios.** Edição especial. In.: Cadernos ABESS n.º 07. Cortez, 1996.

ALLEBRANDT, Sergio L. e FELIPIM, Danieli G. **Território da Cidadania Noroeste Colonial: caracterização dos Municípios do Corede Celeiro.** In.: Anais: Salão do Conhecimento. Ijuí, Unijuí, 2011

ALVES, Giovanni. **A experiência da precarização do trabalho e a redundância salarial no Brasil. Notas teórico-críticas.** In.: La Precarización del trabajo em América Latina. Perspectivas del Capitalismo global. FIGARI, Claudia; ALVES, Giovanni (Org.). Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2009.

_____. **Dimensões da Precarização do Trabalho. Ensaio de sociologia do trabalho.** Bauru, Canal 6, 2013

_____. **Dimensões da Reestruturação Produtiva. Ensaio de sociologia do Trabalho.** 2ª edição. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

_____. **Trabalho e Subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório.** SP: Boitempo, 2011. Dimensões da Precarização do Trabalho. Ensaio de sociologia do trabalho. Bauru, canal 6, 2013.

ANDERSON, Perry. **Balanco do Neoliberalismo.** In.: Pós-Neoliberalismo – as políticas sociais e o Estado Democrático. SADER, Emir e GENTILLI, Pablo (org). RJ: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** SP: Boitempo, 2006.

_____. **Dimensões da crise e metamorfoses do mundo do trabalho.** In: Revista Serviço Social e Sociedade nº 50. SP: Cortez, 1996.

_____. **O caracol e sua concha: Ensaio sobre a nova morfologia do trabalho.** SP: Boitempo, 2005.

_____. **O trabalho precário está a tornar-se crescentemente a regra.** In: Caderno Economia. Entrevista. Público, Lisboa, 23 de setembro de 2013.

_____. **Os sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho.** SP: Boitempo, 2009.

BARROCO, M. Lucia. **A inscrição da ética e dos Direitos Humanos no projeto ético-político do Serviço Social.** In: Revista Serviço Social e Sociedade nº 79. SP: Cortez, 2004.

_____. **Ética e Serviço Social. Fundamentos Ontológicos.** 4ª Ed. SP: Cortez, 2006.

BEHRING, Elaine R. **Política Social no Capitalismo Tardio.** 5ª Ed. SP: Cortez, 2011.

_____. **Brasil em Contra-Reforma. Desestruturação do Estado e perda dos Direitos.** SP: Cortez, 2003

BOBBIO, Norberto (org). **Dicionário de Política vol. I e II.** UNB. Brasília, 1995

_____. **A Era dos Direitos.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. RJ: Elsevier, 2004.

BONETTI, Dilsea [et. al.]. **Serviço Social e Ética – Convite à uma nova Práxis.** 8ª Ed. SP: Cortez, 2007.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social no Brasil: Um direito entre Originalidade e Conservadorismo.** 2ª Edição. Brasília, 2003.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista.** RJ: Zahar, 2001.

BRAZ, Marcelo e TEIXEIRA, Joaquina B. **O projeto ético-político do Serviço Social.** In: Serviço Social: direitos e competências profissionais. Pg 186-189 Brasília CFESS/ABEPSS, 2009

_____. **Notas sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social.** In: Coletânea de Leis e Resoluções. CRESS, 7ª Região – 2001. Disponível em <www.cress-mg.org.br> acessado em 03.11.2009

BRUM, Argemiro L. **Nova fase do desenvolvimento regional.** In.: Revista Contabilidade e Informação: conhecimento e aprendizagem. V. 01. N. 01Ijuí, Ed. Unijuí, 1998.

BÜTTENBENDER, Pedro L.; ROTTA, Edeimar; HOFLE, Cláudio E. **O cooperativismo e o desenvolvimento no âmbito da Região Fronteira Noroeste do RS.** In. Universidade, Mercosul e Desenvolvimento: conhecimento orientado ao comércio internacional, o desenvolvimento e a integração regional. Santo Ângelo: FURI, 2010.

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social. Uma crônica do Salário.** 6ª Edição. RJ: Vozes, 1998.

CATTANI, Antonio David. **Trabalho e autonomia.** 2ª Ed. SP: Vozes, 2000.

CEOLIN, George F. **Crise do Capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social.** In.: Revista Serviço Social e Sociedade n. 118. SP: Cortez, 2014.

CEPAL. **Mulheres na Economia Digital. Superar o limiar da desigualdade.** In.: XII Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe. Santiago, Chile. CEPAL, 2013. Disponível em <http://www.cepal.org>. Acesso em julho de 2014.

CFESS. **Atribuições Privativas do/a assistente social.** 1ª Edição ampliada. CFESS, 2012.

_____. Conselho Federal de Serviço Social. **Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS.** Brasília, 2012.

_____. Conselho Federal de Serviço Social. **Resolução n.º 569 de 25 de março de 2010**. Brasília, 2010.

_____. Conselho Federal de Serviço Social. **Serviço Social e Reflexões Críticas sobre Práticas Terapêuticas**. Brasília, 2010.

CFESS/CRESS – TO. **No mundo de desigualdades toda violação de direitos é violência**. In: Relatório 41º Encontro Nacional. Palmas: CFESS/CRESS – TO, 2012.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo Resistência. Aspectos da cultura popular no Brasil**. 2ª Edição. SP: Editora Brasiliense, 1987

CHAUÍ, Marilena. **Filosofia Série Brasil**. Editora Ática. SP, 2005

COREDE MISSÕES. **Planejamento Estratégico Regional**. Santo Ângelo, 2009.

CORRÊA, RobertoL. **Região e Organização Espacial**. 5ª Ed. SP: Ática, 1995.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A dualidade de poderes. Estado, revolução e democracia na teoria marxista**. 2ª Ed. RJ: Editora Brasiliense, 1987.

COUTINHO, Mauricio C. **Marx: notas sobre a teoria do capital**. SP: Editora Hucitec, 1997

COUTO, Berenice R. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** 3ª edição. SP: Cortez, 2008.

CRDS-NOROESTE. **Conselhos Regionais de Desenvolvimento da região Noroeste do Estado – RS**. Gráfica Samavi. Três de maio, 1996

CRESS. Conselho Regional de Serviço Social 10ª Região. **Resoluções**. Disponível em <http://www.cressrs.org.br> (acesso em junho de 2013).

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa. Métodos qualitativo, quantitativo e misto**; Tradução Magda Lopes. 3º Ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DEJOURS, Christophe. **A Loucura do Trabalho. Estudo de Psicologia do Trabalho**. 5ª edição. Cortez, 1992.

DINIZ, M. **Repensando a teoria da proletarização dos profissionais**. In: Revista de Sociologia Tempo Social. São Paulo: USP, n. 10(1), 1998, 165-184.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal. 3 Edição. Ed. Ed. Escala, 2009.

_____. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. Edição eletrônica. Rocket Edition, 1999. Disponível em <http://www.ebooksbrasil.org>. Acesso em janeiro de 2014.

FEE. Fundação de Economia e Estatística. **Composição dos COREDES**. Disponível em: <http://feedados.fee.tche.br>. Acesso em março de 2014.

FRANTZ, Walter. **O processo de desenvolvimento. Uma velha questão na construção de uma nova situação social**. In.: Cadernos Unijuí. Ijuí, Ed. Unijuí, 2005.

FREIRE, Lucia M. de Barros. **O Serviço Social e a saúde do trabalhador diante da reestruturação produtiva nas empresas.** In.: MOTA, Ana Elisabete. A nova fábrica de consensos. SP: Cortez, 1998.

GOMES, Paulo C. **O conceito de região e sua discussão.** In.: Castro, I; Gomes, P.C; Correa, R. L (orgs.) Geografia: conceitos e Temas. RJ: Bertrand Brasil, 1995, p. 49-76.

GORZ, André. **Metamorfoses do trabalho.** Tradução de Ana Mantoia. SP: Annablume, 2003

GUEDES, Moema de Castro. **A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino.** História, Ciências, Saúde – Rio de Janeiro, v.15, supl., p.117-132, jun. 2008.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna.** 17ª Ed. SP: Edições Loyola, 2008.

HINO, Saoshi. **O Pensamento Toyota: princípios de gestão para um crescimento duradouro.** Porto Alegre, Bookman, 2009.

HIRATA, Helena. **Mundialização, divisão sexual do trabalho e movimentos feministas transnacionais.** In.: Conferencia Regional sobre La Mujer de America Latina y el Caribe. Cepal. Brasília, 2010. Disponível em <http://www.cepal.org>. Acesso em julho de 2014.

_____. **Nova divisão sexual do trabalho? Om olhar voltado para a empresa e a sociedade.** SP: Boitempo, 2002.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914 – 1991.** Tradução Marcos Santarrita; SP: Companhia das Letras, 1995.

_____. **A Era das Revoluções.** Europa 1789-1848, tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. RJ, Paz e Terra, 1977.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 26ª Ed. SP. Companhia das Letras, 1995.

HUWS, Ursula. **A construção de um cibertariado? Trabalho virtual num mundo real.** In: ANTUNES, Ricardo e BRAGA, Ruy (Org.) Infoproletários: degradação real do trabalho virtual. SP: Boimtempo, 2009.

IAMAMOTO, Marilda V. e CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil.** 15ª Ed. SP: Cortez, 2003.

_____. **Ensino e Pesquisa no Serviço Social: desafios na construção de um projeto de formação profissional.** In.: Cadernos ABBES n.º 06. Cortez, 1993.

_____. **Questão Social no Capitalismo.** In.: Revista Temporalis Ano 2. Nº 3. ABEPSS, Grafile, 2001.

_____. **Serviço Social em tempo de Capital Fetiche. Capital Financeiro, Trabalho e Questão Social.** 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IPEA. **Perspectivas profissionais – nível técnico e superior.** In.: Radar: tecnologia, produção e comercio exterior. Edição Especial n. 27. Ipea, 2012. Disponível em <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em junho de 2014.

JACCOUD, Luciana (org). **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. Brasília, IPEA, 2005.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 7ª ed. RJ: Paz e Terra, 2002.

KUJAWSKI, Gilberto de Mello. **A crise do século XX**. SP: Ed Ática, 1988.

LEFEBVRE, Henri. **Marxismo**. Trad. William Lagos. Porto Alegre, L&PM, 2009.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica Formal/Lógica dialética**. RJ: Civilização Brasileira, 1991.

LIKER, Jeffrey e HOSEUS, Michael 2009, p. 361. **A cultura Toyota: a alma do modelo Toyota**. Trauçãõ: Francisco Araujo da Costa. Poro Alegre: Bookman, 2009.

LUKÁCS, György. **Ontologia do Ser Social – Os princípios Ontológicos Fundamentais de Marx**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. SP: Ciências Humanas, 1979.

MARTINELLI, Maria L. **Notas sobre mediações: alguns elementos para sistematização da reflexão sobre o tema**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. SP: Cortez, 1993.

_____. **Pesquisa Qualitativa – Um Instigante Desafio**. SP: Veras, 1999.

MARTINS, José de S. **A Sociedade Vista do Abismo – Novos Estudos sobre Exclusão, Pobreza e Classes Sociais**. Editora Vozes, RJ, 2002

_____. **Exclusão Social e a Nova Desigualdade**. SP: Paulus, 1997.

MARX, Karl e ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. SP: Marin Claret, 2000.

_____. **A Ideologia Alemã**. 3ª Edição. SP: Martin Claret, 2005.

MARX, Karl. **Manuscritos Economico-Filosóficos**. Textos Filosóficos. Lisboa, Edições 70, 1993.

_____. **O 18 brumário e cartas a Kugelman**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 21.

_____. **O Capital. Crítica da Economia política**. Volume I. Tomo I. RJ: Tradução: Reginaldo Sant'Anna. Civilização Brasileira, 2011.

_____. **O Capital**. Vol. I. Tradução de Flávio R. e Kothe. SP: Nova Cultural, 1996.

_____. **Para a crítica da Economia Política. Manuscritos de 1861 – 1863** (cadernos I a V). Tradução Leonardo de Deus. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

_____. **Sobre o Suicídio**. Tradução de Rubens Enderle e Francisco Fontanella. SP: Boitempo, 2006.

MENDES, Jussara M. R. e WÜNSCH, Dolores S. **Serviço Social e a saúde do trabalhador: uma dispersa demanda.** In.: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 107, p. 461-481, jul./set. 2011.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. **A Natureza do Serviço Social.** SP: Cortez, 2007.

_____. **Serviço Social frente ao neoliberalismo na sua base de sustentação funcional.** In: Revista Serviço Social e Sociedade nº 53. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Terceiro Setor e Questão Social. Crítica ao padrão emergente de intervenção social.** SP: Cortez, 2002.

_____. **Um Projeto para o Serviço Social Crítico.** In: Revista Katálysis. V. 9. N.2. Florianópolis, 2006. p. 141-157.

NETTO, José P. **A ordem social contemporânea é o desafio central.** Boletim Electronico Sura. Costa Rica, 2006. Disponível em www.ts.ucr.ac.cr. Acessado em junho 2007.

_____. **Cinco notas a propósito da “questão social”.** In.: Revista Temporalis Ano 2. Nº 3. ABEPSS, Graflina, 2001b.

_____. **A Construção do Projeto Ético-político do Serviço Social.** In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Mod. 01. Brasília: CEAD, 1999.

_____. **Crise do Capital e consequências societárias.** In: Revista Serviço Social e Sociedade nº. 111. Cortez, 2012.

_____ e BRAZ, Marcelo. **Economia Política.** 4ª Edição. SP: Cortez, 2008.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização.** In: ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria A. Moraes. (Orgs). O avesso do trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. **As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução.** In.: Revista eletrônica Aurora, ano IV número 6, Unesp, 2010. Disponível em <http://www.marilia.unesp.br>. Acesso em julho de 2014.

MONTAÑO, Carlos. **Um Projeto para o Serviço Social Crítico.** In: Revista Katálysis. V. 9. N.2. Florianópolis, 2006. p. 141-157.

OLIVEIRA, Francisco de. **Neoliberalismo à brasileira.** In.: Pós-Neoliberalismo – as políticas sociais e o Estado Democrático. SADER, Emir e GENTILLI, Pablo (org). RJ: Paz e Terra, 1995.

PASTORINI, Alejandra. **Quem mexe os fios das políticas sociais?** In.: Revista Serviço Social e Sociedade n.º 53. SP: Cortez, 1997.

PEREIRA, Potyara. **Necessidades Humanas. Subsídios à crítica dos mínimos sociais.** 3ª Edição. SP: Cortez, 2006.

POCHMANN, Marcio. **Desenvolvimento e Perspectivas novas para o Brasil**. SP: Cortez, 2010.

_____. **Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. SP: Boitempo, 2012.

_____. **Rumos da Política do trabalho no Brasil**. In.: Políticas Públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo. SILVA, Maria Ozanira e YAZBEK, Maria Carmelita. SP, Cortez; MA: FAPEMA, 2006.

POLANYI, Karl. **A grande Transformação. As origens de nossa época**. 2ªed. RJ: Campus, 2000.

PPGSS. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. **Áreas de concentração**. PUCRS. Disponível em <<http://www3.pucrs.br/portal/page/portal/fssppg/ppgss>> acesso: 14.01.2014

PRATES, Jane Cruz. **A questão dos instrumentais técnico-operativos numa perspectiva dialético-crítica de inspiração Marxiana**. In: Revista Textos e Contextos n. 02. PUCRS, 2003.

_____. **O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária**. In.: Revista Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 11, n. 1, p. 116 - 128, jan./jul. 2012.

_____. **O Planejamento da Pesquisa**. In: Revista Temporalis n. 07. Porto Alegre, ABEPSS, 2003

_____. **A questão dos instrumentais técnico-operativos numa perspectiva dialético crítica de Inspiração Marxiana**. In.: Revista Virtual Textos & Contextos, nº 2, dez. 2003.

_____; COUTO, Berenice; CLOSS, Thaisa; CARRARO, Gissele; ZACARIAS, Inez. **Pesquisa e Formação na Pós-Graduação**. Anais XIII ENPESS, Juiz de Fora, 2012.

RAICHELIS, Raquel. **O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set. 2011

RODRIGUES, Teresinha de F. Impactos da desregulamentação do mercado de trabalho na profissão Serviço Social. Tese de Doutorado. SP: PUCRS, 2006.

ROTTA, Edeimar (org). **Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social**. Departamento de Ciências Sociais. Editora Unijuí, Ijuí/RS, 2003.

_____. **A construção do desenvolvimento na Grande Santa Rosa: um “modelo” de interação entre regional e global**. Porto Alegre, UFRGS, 1998.

ROUSSEAU, Jean Jaques. **O contrato Social**. Tradução Edson Bini. SP: Edipro, 2011.

_____. **A origem da desigualdade entre os homens**. SP: Escala, 2007.

SALAMÁ, P.& DESTREMAU B. **O tamanho da pobreza. Economia política da distribuição de renda**. Tradução Heloísa Brambatti. Editora Garamond. RJ 1999.

SALVADOR, Evilásio. **Financiamento tributário da Política Social no pós-real. In.: Financeirização, fundo Público e Política Social.** SP: Cortez, 2012.

SAMPAIO Jr. Plinio Arruda. **Capitalismo do século XXI: Crise e Barbárie.** In: **Alternativas à crise.** SP: Cortez, 2009.

SEPLAG. Secretaria de Planejamento e Gestão e Participação Cidadã do Estado. Departamento de Planejamento Governamental. **Mapa de Investimentos Região Funcional 7 - 2012-2015: CELEIRO, FRONTEIRA NOROESTE, MISSÕES e NOROESTE COLONIAL.** Porto Alegre, 2012

_____. Secretaria de Planejamento e Gestão e Participação Cidadã do Estado. **Atlas socioeconômico do Rio Grande do sul.** Porto Alegre, 2014. Disponível em www.seplag.rs.gov.br. Acesso em 12 de março de 2014.

_____/DEPLAN. Secretaria do Planejamento Gestão e Participação Cidadã RS. **COREDE Celeiro: Perfil Socioeconômico.** Porto Alegre, 2012.

SILVA, Enio W. da. **O ensino superior: a Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.** In.: Humanidades em Revista V. 01. N. 01. Ijuí, Ed. Unijuí, 1995.

SILVA, Maria O. da Silva e. YAZBEK, Maria C. (org). **Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo.** SP: Cortez, São Luís, MA: FAPEMA, 2006.

SILVA, Solange dos Santos. **O processo de materialização do Projeto ético-político do Serviço Social no trabalho do assistente social.** Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, 2010.

SOUZA, Herbert José. **Como se faz análise de conjuntura.** 31ª Ed. RJ: Vozes, 2009

TAYLOR, Frederick W. **Princípios da administração científica.** SP, Atlas, 1985

TELLES, Vera da Silva. **Direitos Sociais, afinal do que se trata?** BH, UFMG, 1999.

VALLA, Victor Vincent (Org.). **Para compreender a pobreza no Brasil.** Editora Contraponto. RJ, 2005.

VIEIRA, Evaldo. **As políticas sociais e os direitos sociais no Brasil.** In.: Revista Serviço Social e Sociedade n.º 53. SP, Cortez, 1997.

_____. **Os direitos e a Política Social.** Editora Cortez. SP, 2004

WITTMANN, Milton L. e RAMOS, Marília Patta (org.). **Desenvolvimento Regional. Capital Social, Redes e Planejamento.** Santa Cruz do Sul. EDUNISC, 2010.

YAZBEK, Maria C. **Classes Subalternas e Assistência Social.** 4ª Edição. Editora Cortez, SP, 2003.

_____. **Pobreza e Exclusão Social: expressões da questão social no Brasil.** In.: Revista Temporalis Ano 2. Nº 3. ABEPSS, Grafile, 2001.

APÊNDICE**Apêndice A: Carta de Aceite da Pesquisa – Assistentes Sociais**

Porto Alegre, ____ de ____2012.

CARTA-CONVITE

Caro(a) colega assistente social,

É com satisfação que vimos lhe convidar para participar da Pesquisa que estamos realizando, intitulada “*Repercussões das transformações do mundo do trabalho no trabalho dos assistentes sociais na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul*” que tem como objetivo analisar a materialização das transformações do mundo do trabalho e as repercussões no trabalho realizado pelos assistentes sociais nesta Região, com a finalidade de contribuir com subsídios para fortalecer e aprimorar as condições e relações de trabalho desses profissionais.

A Pesquisa é desenvolvida pela assistente social Solange dos Santos Silva, sob orientação e responsabilidade da pesquisadora Dr^a Jane Cruz Prates, vinculadas ao Grupo de Estudos sobre Teoria Marxiana, Ensino e Políticas Públicas (GETEMPP) e ao Núcleo de Pesquisa em Demandas e Políticas Sociais (NEDEPS) do Programa de Pós Graduação da Faculdade de Serviço Social (PPGSS) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.

Sua colaboração é fundamental para subsidiar informações e compor material de análise da pesquisa, possibilitando a realização desse estudo. Consideramos imprescindível a contribuição dos(as) colegas a partir das suas experiências profissionais, adensadas no cotidiano do trabalho, que possam somar-se à produção de conhecimentos na área do Serviço Social, na perspectiva de buscar subsídios para o debate sobre o fortalecimento e aprimoramento das condições e relações de trabalho dos profissionais assistentes sociais.

Em observância aos aspectos éticos da pesquisa, aqueles que concordarem em participar, receberão o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que explicita a metodologia e formaliza o aceite para participar do estudo apresentado.

Desde já, agradecemos as contribuições!

Dr^a Jane Cruz Prates
Pesquisadora Responsável - orientadora

Solange dos Santos Silva - Pesquisadora

Apêndice B: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Individual

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Estamos desenvolvendo a pesquisa que tem por título “*Repercussões das transformações do mundo do trabalho no trabalho dos assistentes sociais na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul*” e tem como objetivo analisar a materialização das transformações do mundo do trabalho e as repercussões no trabalho realizado pelos assistentes sociais da Região Noroeste do RS, com a finalidade de contribuir com subsídios para fortalecer e aprimorar as condições e relações de trabalho contemporâneas. A Pesquisa é desenvolvida pela assistente social Solange dos Santos Silva, sob orientação e responsabilidade da pesquisadora Dr^a Jane Cruz Prates, vinculadas ao Grupo de Estudos sobre Teoria Marxiana, Ensino e Políticas Públicas (GETEMPP) e ao Núcleo de Pesquisa em Demandas e Políticas Sociais (NEDEPS) do Programa de Pós Graduação da Faculdade de Serviço Social (PPGSS) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.

Sua colaboração é fundamental para subsidiar informações e compor material de análise da pesquisa, possibilitando o estudo sobre as conformações do trabalho do(a) assistente social nesta região, na perspectiva de buscar subsídios para o debate sobre o fortalecimento e aprimoramento das condições e relações de trabalho dos profissionais assistentes sociais e contribuir com a produção de conhecimentos na área do Serviço Social. A metodologia utilizada nesta pesquisa compreende um questionário *on line* com perguntas abertas e fechadas a serem respondidas. Sua participação não oferece quaisquer riscos de exposição e não gera despesas ou benefícios.

Os instrumentos de coleta ficarão sob nossa responsabilidade e os dados deles obtidos serão utilizados para fins científicos, vinculados ao presente projeto de pesquisa. Os resultados serão socializados com a elaboração da Tese, bem como através da participação da pesquisadora em eventos e seminários de pesquisa, com a publicação de artigos. O presente termo garante o direito de retirar seu consentimento e/ou deixar de participar da pesquisa em qualquer fase da mesma, sem penalização ou prejuízos. Para maiores esclarecimentos, antes e durante o curso da Pesquisa, entrar em contato com a pesquisadora Solange dos Santos Silva (Telefone Celular: (55) 99673897) – NEDEPS: (51) 33203500 R. 4114; ou Comitê de Ética em Pesquisa (CEP): (51) 33203345.

Ciente das informações que compõem este “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” e informado(a) sobre a pesquisa, concordo em participar da pesquisa, autorizando a utilização das informações por mim concedidas e os resultados alcançados.

Porto Alegre, ____ de _____ de 2012.

Nome do Pesquisado: _____

Assinatura do Pesquisado: _____

Dr^a Jane Cruz Prates
Pesquisador Responsável – orientadora

Solange dos Santos Silva
Pesquisadora

Apêndice C: Instrumento de Pesquisa 1 – Questionário aplicado aos participantes

PESQUISA: REPERCUSSÕES DAS TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO NO TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA REGIÃO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

INTRODUÇÃO AO QUESTIONÁRIO ON LINE

a) Instrução de preenchimento: Antes de responder as perguntas, realizar a leitura e assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido. O cuidado em responder todas as perguntas contribui com o processo de análise das informações.

n°: ____.

Data do envio do questionário: ____/____/____.

Data da devolução do questionário: ____/____/____.

NUCRESS _____ Município: _____

1- Identificação Profissional e Institucional

1.1. Nome do (a) participante: _____

1.2 Telefone(s)

1.3 Endereço eletrônico:.....

1.2. Idade: () até 20 anos () de 20 a 30 anos () de 30 a 40 anos () de 40 a 50 anos () mais de 50 anos

1.3. Sexo: () masculino - () feminino

1.4. Tempo de formação (graduação): () 1 a 3 anos - () 3 a 6 anos - () 6 a 09 anos - () 09 a 12 anos - () mais de 12 anos

1.5. Natureza da Instituição de formação: () Privada - () Pública - () Outra

Qual:.....

1.6. Outros cursos realizados (Pode ser marcada mais de uma alternativa):

Especialização. () N () S Qual(is)?.....

Mestrado. () N () S Qual(is)?.....

Doutorado. () N () S Qual(is)?.....

Curso em andamento. () N () S Qual(is)?.....

() Não realizou cursos além da graduação.

() Outros. Especificar: _____

1.7. Trabalho que realiza atualmente: () Formal () Informal () Formal e Informal

1.8. Instituição onde trabalha:

1.9. Natureza da Instituição (Pode ser marcada mais de uma alternativa):

() Pública Federal () Pública Estadual () Público Municipal () Privada () Terceiro Setor

1.10. Há quanto tempo está nessa(s) instituição(ões)?.....

1.11. Tempo de atuação como Assistente Social:

() 1 a 3 anos - () 3 a 6 anos - () 6 a 09 anos - () 09 a 12 anos - () mais de 12 anos

1.12. Qual a carga horária semanal desenvolvida nessa instituição?(Pode ser marcada mais de uma alternativa):

() Até 20 horas () De 20 a 30 horas () De 31 a 40 horas () Mais de 40 horas

1.13. Qual o seu vínculo empregatício com a instituição na qual trabalha? *(Pode ser marcada mais de uma alternativa):*

- CLT Concursado Terceirizado Contrato emergencial/temporário
 Cargo comissionado trabalho autônomo pontual /assessoria/consultoria

1.14. Possui outro trabalho além deste? N S. Qual?

1.15. Carga Horária disponibilizada formalmente para o trabalho (horas semanais):

.....horas/semana.

1.16. Média de horas utilizadas fora do horário de trabalho para a preparação ou realização de atividades vinculadas ao trabalho (horas semanais):

.....horas/semana.

Cite os tipos de atividades:

1.17. Vencimento (base no salário nacional) salarial mensal provinda da função de A.S:

- Até um salário de um a três de três a cinco de cinco a dez mais que dez salários

1.18. Recebe algum tipo de incentivo (financeiro, liberação de horas para cursos e capacitações, descontos, benefícios, tais como plano de saúde, previdência privada, etc.) da instituição que trabalha?

- Não Sim Qual?

2. Repercussões da reestruturação produtiva no cotidiano de trabalho:

2.1 Considerando aspectos como o sobre trabalho, o trabalho invisível não remunerado, a precarização do trabalho, a instabilidade, a exigência de polivalência, o desemprego estrutural que amplia a competição, a redução de possibilidades de ampliar vencimentos e direitos dos trabalhadores, entre outros aspectos que caracterizam a reestruturação produtiva, como você percebe as repercussões dessa conjuntura no seu local e no cotidiano de trabalho?

.....

2.2 A partir do aporte de novas tecnologias (informatização, internet, sistemas on-line) avalie o impacto no cotidiano dos trabalhadores em seu local de trabalho considerando:

Aspectos positivos:

Aspectos negativos:.....

2.3 Quais as principais demandas que se apresentam para o trabalho do assistente social na Instituição em que atua?

.....

2.4 Destaque as competências que lhe são requisitadas para a atuação como assistente social, neste local de trabalho:

.....

2.5 Que conhecimentos você julga serem necessários para o desenvolvimento do seu trabalho como assistente social?

.....

3. Satisfação com o trabalho:

3.1. Satisfação quanto às condições físicas para o exercício do trabalho (salas adequadas, disponibilidade de equipamentos, localização, etc.):

Muito satisfeito Satisfeito Pouco satisfeito Insatisfeito

Justifique: sua escolha:.....

3.2 Nível de satisfação quanto ao resguardo à saúde do trabalhador pelo local de trabalho (ambiente adequado, iluminado, ventilado, existência de pausas durante a jornada, etc.):

Muito satisfeito Satisfeito Pouco satisfeito Insatisfeito

Justifique: sua escolha:.....

3.3. Satisfação quanto às condições de acessibilidade ao local de trabalho (existência de transporte adequado, nos horários necessários, local sem maior periculosidade):

Muito satisfeito Satisfeito Pouco satisfeito Insatisfeito

Justifique: sua escolha:.....

3.4 Satisfação quanto a qualidade do ambiente institucional (condições intelectuais, morais, de valorização e estímulo):

Muito satisfeito Satisfeito Pouco satisfeito Insatisfeito

Justifique: sua escolha:.....

3.5 Dadas as novas exigências de formação continuada requisitadas pelo mundo do trabalho, como essa demanda tem sido trabalhada em seu local de trabalho?

a partir da oferta de cursos e capacitações no horário de trabalho, custeados pelo empregador;

a partir da oferta de cursos e capacitações fora do horário de trabalho, custeados pelo empregador;

a partir da oferta de cursos e capacitações no horário de trabalho custeados pelo trabalhador;

a partir da oferta de cursos e capacitações fora do horário de trabalho custeados pelo trabalhador;

Outro. Explicitar:.....

Não tem sido ofertados espaços para capacitação /formação continuada.

3.6 Satisfação quanto a salário e benefícios oferecidos ao trabalhador, plano de carreira e oportunidades de crescimento profissional:

Muito satisfeito Satisfeito Pouco satisfeito Insatisfeito

Justifique: sua escolha:.....

3.7 Considerando todos esses aspectos de modo articulado, como você definiria seu nível de satisfação com o trabalho que vem realizando:

Muito satisfeito Satisfeito Pouco satisfeito Insatisfeito

Explicitar os aspectos que mais pesaram para justificar sua escolha:.....

.....

3.8 Você considera importante investir em formação continuada? S N

Tem investido neste tipo de formação S N

Caso não, por quê?.....

Caso sim, a partir de que alternativas:.....

Quais os seus principais interesses temáticos em capacitações continuadas:.....

.....

4. Sugestões /Observações relativas às conformações do trabalho do assistente social na Região Noroeste do Estado do RS:

Apêndice D: Reuniões com Núcleos de Assistentes Sociais – 2013

REUNIÕES COM NÚCLEOS DE ASSISTENTES SOCIAIS DA REGIÃO NOROESTE DO RS - 2013

NÚCLEOS	DATA/AGENDA REUNIÕES	COORDENAÇÕES
NUCRESS Ijuí	22.03.2013 - 14:00hs [Participação na pauta: Apresentação e convite para a pesquisa]	Coordenadora: Helena Dal Forno (Gestão 2012)
NUCRESS Santo Ângelo	01.04.2013 - 16:00hs [Participação na pauta: Apresentação e convite para a pesquisa]	Coordenadora: Sandra Reicherdt Friedrich (Gestão 2011-2013)
NUCRESS Fronteira Noroeste	05.04.2013 - 14:00hs [Participação na pauta: Apresentação e convite para a pesquisa]	Coordenadora: Vanessa Zobel (Gestão 2012-2013)
NUCRESS Amuceleiro	17.04.2013 – 08:30hs [Participação na pauta: Apresentação e convite para a pesquisa]	Coordenadora: Andréia Regina Ribeiro (Gestão 2012-2013)

Fonte: elaboração pela autora

ANEXOS**ANEXO A – CONVITE – Comemorações do Dia do Assistente Social - 2013****CONVITE****COMEMORAÇÕES DO DIA DO/A ASSISTENTE SOCIAL - 2013****UNIJUÍ – NÚCLEOS DE ASSISTENTES SOCIAIS (NUCRESS) IJUÍ, SANTO ÂNGELO, FRONTEIRA NOROESTE, AMUCELEIRO**

I ENCONTRO REGIONAL (INTERNÚCLEOS) DE ASSISTENTES SOCIAIS - 2013

REGIÃO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (RF 7)

**“Serviço Social na luta contra a exploração do trabalho:
a Região Noroeste/RS em questão”**

O Curso de Serviço Social da UNIJUÍ juntamente com os Núcleos do Conselho Regional de Serviço Social da Região Noroeste do Rio Grande do Sul estará comemorando o dia do Assistente Social neste ano de 2013. Para marcar este momento histórico, realizam o I Encontro Regional de Assistentes Sociais do Noroeste do RS com tema "Serviço Social na luta contra a exploração no trabalho: a Região Noroeste do RS em questão", proposto e aprovado pelo conjunto de profissionais em reuniões dos Núcleos nos meses de março e abril/2013 e com base no tema aprovado no 41º Encontro Nacional CFESS/CRESS.

O Encontro terá como objetivo promover um espaço de discussão, reflexão e sugestões sobre o Serviço Social, trabalho e organização política dos/as assistentes sociais da Região Noroeste do Estado do RS". O evento é voltado para assistentes sociais profissionais, estudantes e pesquisadores da área, gestores e comunidade em geral. As inscrições serão feitas na data e local do evento.

I ENCONTRO REGIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS - 2013

PROGRAMAÇÃO GERAL¹⁷⁹	
Data: 23 de maio de 2013	
Local: Salão Azul – Prédio da Biblioteca/ UNIJUÍ – Campus Ijuí	
Inscrições: no local	
Tema: Serviço Social na luta contra a exploração no trabalho: a Região Noroeste/RS em questão	
23/05/2013 – Quinta feira	
13:30h as 14h	Credenciamento
14h	Abertura: Curso de Serviço Social/Unijuí, NUCRESS Ijuí, NUCRESS Santo Ângelo, NUCRESS Fronteira Noroeste; NUCRESS Amuceleiro
14:15h as 15:30h	Conferência: Condições de trabalho do/a assistente social no mundo do trabalho: desafios para a categoria profissional
OFICINAS SIMULTÂNEAS	
15h30 as 16:30h	Oficina 1 – Enfrentamento das condições e relações de trabalho: desafios cotidianos dos/as assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais;
	Oficina 2 – Organização política dos/as assistentes sociais: em defesa do trabalho e da formação com qualidade
16:30h	Síntese e Encerramento do Encontro de Assistentes Sociais da Região Noroeste do RS.

¹⁷⁹ Programação final – apresentação e elaboração pela autora da pesquisa, com base nas discussões em pauta nas reuniões dos NUCRESS da Região Noroeste nos meses de março e abril do ano de 2013.